



revista **hydra**

**Política e Sociedade
na América Latina**

**Volume 1
Número 1
Março de 2016**

Expediente

Revista Hydra é uma publicação acadêmica semestral, com avaliação cega por pares, produzida por iniciativa dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e que aceita artigos originais, resenhas e notas de pesquisa.

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Secretaria de Pós-Graduação

A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra

Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas, Guarulhos/SP - CEP: 07252-312

E-mail: revistahydra@unifesp.br

Homepage: hydra.unifesp.br

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/Unifesp

Revista Hydra [recurso eletrônico] / Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 1, n. 1 (mar. 2016)
- . Dados eletrônicos. - São Paulo: Ed. Unifesp, 2016.

Semestral a partir de março de 2016.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web:

<www.hydra.unifesp.br>

ISSN 2447-942X

1. História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História.



Universidade Federal de São Paulo

Reitora: Soraya SoubhiSmaili
Vice-Reitora: Valéria Petri

Escola de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Daniel Arias Vazquez
Vice-Diretora: Marineide de Oliveira Gomes

Programa de Pós-Graduação em História

Coordenadora: Maria Rita de Almeida Toledo
Vice-Coordenador: Fábio Franzini

Conselho Editorial

Editora-chefe: Gabriela de Oliveira Nery Costa
Vice-editor: Arthur Roberto Germano Santos

André Pereira Rocha
Anita de Souza Lazarim
Caio Vinícius de Castro Gerbelli
Carlos Eduardo Malaguti Camacho
Danillo Rosa Marcelino
Diego Becker da Silva
Elson Luiz Mattos Tavares da Silva
Kauan Willian dos Santos
Larissa da Costa Oliveira
Lucas Thiago Rodarte Alvarenga
Maria Clara Spada de Castro
Paula de Castro Broda
Rafael Domingos Oliveira
Victor de Leonardo Figols

Conselho Interno da PPGH Universidade Federal de São Paulo

Alexandre Pianelli Godoy
Ana Lúcia Lana Nemi
André Roberto de Arruda Machado
Andrea Slemian
Antônio Simplício de Almeida Neto
Bruno Guilherme Feitler
Clifford Andrew Welch
DenilsonBotelho de Deus
Edilene Teresinha Toledo
Fabiano Fernandes
Fábio Franzini
Fernando Atique
Gilberto da Silva Francisco
Glaydson José da Silva

Jaime Rodrigues
Janes Jorge
Luigi Biondi
José Carlos Vilardaga
LuisAntonio Coelho Ferla
Luís Filipe Silvério Lima
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Márcia Barbosa Mansor D'Aléssio
Maria Rita de Almeida Toledo
Mariana Martins Villaça
Odair da Cruz Paiva
Patrícia Teixeira Santos
Rafael Ruiz Gonzalez
Wilma Peres Costa

Conselho Externo

Adriano Duarte (UFSC)
Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA)
Alexandre Fortes (UFRRJ)
Alírio Carvalho Cardozo (UFMA)
Altermar da Costa Muniz (UECE)
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Ana Lúcia Araújo (Howard University - Washington DC)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
André Rosemberg (UNESP)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Carlo MaurizioRomani (UNIRIO)
Carlos Zacarias Figuerôa de Sena Junior (UFBA)
Celso Thomas Castilho (VanderbiltUniversity)
Claudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)
Cláudia Moraes de Souza (UNIFESP)
Cláudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Cristina Meneguello (UNICAMP)
DainisKarepovs (CEMAP/INTERLUDIUM)
Endrica Geraldo (UNILA)
Everaldo de Oliveira Andrade (USP)
Enrique Serra Padrós (UFRGS)
Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Fábio Duarte Joly (UFOP)
Fabrício Lyrio Santos (UFRB)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
François Dosse (IHTP/CNRS - França)
Henrique Espada Lima Filho (UFSC)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP)
Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
João Paulo Garrido Pimenta (USP)
José Alves de Freitas Neto (UNICAMP)



Josianne Francia Cerasoli (UNICAMP)
 Júlio César Zorzenon Costa (UNIFESP)
 Leandro Antônio de Almeida (UFRB)
 Leandro Karnal (UNICAMP)
 Leonardo Affonso Miranda Pereira
 (PUC-RJ)
 Manoela RossinettiRufinoni
 (UNIFESP)
 Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
 (Universidade do Porto - Portugal)
 Marcelo Balaban (UnB)
 Marcelo ChecheGalves (UEMA)
 Marcelo Mac Cord (UFF)
 Márcia Maria Menendes Motta (UFF)
 Marco Antonio Silveira (UFOP)
 Marcos Luiz Bretas da Fonseca (UFRJ)
 Maria Cristina Cortez Wissenbach
 (USP)
 Maria de Deus Beites Manso
 (Universidade de Évora - Portugal)
 Mariana Joffily (UDESC)
 Marina Regis Cavicchioli (UFBA)
 Marta Denise de Rosa Jardim
 (UNIFESP)
 Murilo Leal Pereira Neto (UNIFESP)
 Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
 Paula Ferreira Vermeersch (UNESP)
 Paulo Roberto Ribeiro Fontes (FGV)
 Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)

Rafael Ivan Chambouleyron (UFPA)
 Raimundo Nonato Pereira Moreira
 (UNEB)
 Regina Helena Martins de Faria
 (UFMA)
 Robert Sean Purdy (USP)
 Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)
 Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
 Samuel Fernando de Souza (DIEESE)
 Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
 Stella Maris Scatena Franco Vilardaga
 (USP)
 Susel Oliveira da Rosa (UFPB)
 Virgínia Maria Gomes De Mattos
 Fontes (UFF)
 Vitor Marcos Gregório (IFPR)

Colaboraram com este número

Alex Hilsenbeck (PUC-SP)
 Alexander Martins Vianna (UFRRJ)
 Fernando Dall'OnderSebben (UFRGS)
 Hennan Gessi (UNIFESP)
 Henrique Herrera (UNIFESP)
 Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)
 Salvador Schalvezon (UNIFESP)
 Thiago Leandro Cavalcante (UFGD)
 Yllan de Mattos (UNESP)



Sumário

Editorial

Apresentação

Dossiê: Política e Sociedade na América Latina

Legalizar ou não? A discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos.....	01
<i>Rafael Leite Ferreira</i>	
O Plan Noel e a Plaza de Mayo: Política, pensamento urbano e espaço cívico em Buenos Aires.....	33
<i>Ana Carolina Oliveira Alves</i>	
Zapatismo(s): apropriações e releituras do zapatismo da Revolução Mexicana pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).....	60
<i>Júlia Melo Azevedo Cruz</i>	
Inserción, influencia y proletarianización: un análisis de los vínculos entre la izquierda y la clase obrera en la Argentina del siglo XX a partir de dos experiencias.....	77
<i>Hernán Camarero e Martín Mangiantini</i>	

Artigos Livres

John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa.....	98
<i>Jaime Fernando dos Santos Junior</i>	
A fundação da cidade de Belém inventada pelos pinéis artísticos.....	118
<i>Igor Gonçalves Chaves</i>	
O imperialismo da história: reflexões sobre os limites do discurso histórico na historiografia indiana.....	131
<i>Paula Carolina de Andrade Carvalho</i>	
Os entroncamentos entre política e lazer na experiência do Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer (1910-1915).....	142
<i>Bruno Caccavelli</i>	
Para além do bestializado: Diferentes interpretações acerca da (não) participação popular.....	167
<i>Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga</i>	
Los Movimientos indígenas y la reconfiguración de los Estado nación latinoamericanos.....	195
<i>Mauricio Alejandro Diaz Uribe</i>	
Uma Guerra Quente no Líbano? O início da Guerra Civil Libanesa sob a perspectiva da revista Veja (1975).....	207
<i>Bruno Tadeu Novato Resende</i>	

Notas de Pesquisa

Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930).....	226
<i>Richard Kennedy Nascimento Candido</i>	

Resenha

A presença negra na América Latina.....	237
<i>Rafael Domingos Oliveira</i>	

Entrevista

<i>Marcus Rediker</i>	242
-----------------------------	-----

Resumos	250
----------------------	-----



Editorial

Nós, estudantes do *Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo*, nos unimos em torno da perspectiva de criar coletivamente, por meio da Revista *Hydra*, um espaço de reflexão sobre a produção do conhecimento histórico e suas áreas afins. Desta forma, o periódico nasceu com o objetivo de compreender o trabalho da historiadora e do historiador em suas múltiplas dimensões – entre a escrita da História, o ensino da disciplina, as reflexões sobre as bases materiais do ofício e as investigações sobre as memórias de um passado sempre inalcançável, mas que tem suas veredas expostas pelos rastros da ação humana legados ao presente.

Se por um lado deitamos as raízes da revista em formulações clássicas que se tornaram bases constitutivas da disciplina histórica – como sua periodicidade dividida em História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea – buscamos, por outro, um diálogo profundo com as mais diversas vertentes historiográficas, com o intuito de colocar quaisquer alicerces sempre sob perspectiva analítica, sob escrutínio rigoroso, que é também parte do nosso dever de ofício.

O nome da revista, *Hydra*, remete à imagem da figura mitológica grega de múltiplas cabeças, representando, assim, a complexidade que é o ofício de pensar e escrever História, com seus diversos temas, temporalidades, perspectivas, fontes e correntes historiográficas. Outra perspectiva que levamos em consideração para o nome da revista provém dos apontamentos feitos na célebre obra de Peter Linebaugh e Marcus Rediker intitulada *A Hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*¹, na qual os autores demonstram que a imagem do monstro mitológico foi usada para representar a multiplicidade de agentes – os trabalhadores, plebeus, piratas, operários urbanos, camponeses, escravos africanos – assim como as transformações nas formas de resistência desses agentes ao controle social. Deste modo, a Revista *Hydra* entende que a sua tarefa não é apenas trazer publicações e debates sobre os mais variados temas e objetos da historiografia, mas, sobretudo, procurar ouvir os próprios agentes históricos, suas lutas, disputas, desejos, anseios, derrotas e vitórias.

¹ LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



Um último fator para a construção de nossos objetivos se refere também à realidade presente. Levando em consideração que uma das características inescapáveis dos historiadores é a de sempre estar imbuída de seu presente, ponderações sobre temas caros ao mundo contemporâneo estão na ordem do dia. Assim, também se torna parte de nosso dever de ofício pensar o racismo estrutural, o patriarcado e o machismo, as desigualdades sociais, de gênero, as sexualidades e suas permanências e efeitos na sociedade.

A partir dessas reflexões que a Revista *Hydra* foi concebida e pretende se constituir como um novo local para a publicação de trabalhos no campo da História, produzidos tanto na *Universidade Federal de São Paulo*, quanto nas demais instituições de ensino superior. Além disso, esperamos que o periódico possa se constituir como um espaço não apenas da pós-graduação, mas para que estudantes da graduação também encontrem nele um caminho de difusão e debate que colabore com seu desenvolvimento intelectual e acadêmico, sendo um lugar de troca entre graduandos, pós-graduandos e pesquisadores já consagrados.



Apresentação

É com imenso prazer e orgulho que apresentamos este primeiro número da *Revista Hydra*, periódico discente nascido, inicialmente, do desejo dos alunos ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Ele vem à luz para nos mostrar que, apesar de ainda jovem, o curso de História da Unifesp – assim como toda a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) –, às vésperas de completar uma década de existência, começa a frutificar na produção intelectual e acadêmica de suas primeiras turmas de formados, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

A organização de um periódico discente cumpre o papel fundamental de criar uma janela que se abre para o mundo e conecta a produção do curso ao cenário historiográfico mais amplo. Em contrapartida, é uma forma pela qual o exterior pode visualizar partes dos espaços interiores. Nesse sentido, desvela-se um conjunto discente preocupado em divulgar sua produção acadêmica, construir diálogos com outros pesquisadores e universidades, criticar continuamente seu próprio ofício e refletir sobre as questões urgentes do passado e do presente. Nada mais proveitoso do que isso!

Dentre os temas possíveis, e passíveis dessa missão de debate, os organizadores escolheram a América Latina como mote inaugural. O dossiê *Política e sociedade na América Latina*, de certa forma soma-se a um interesse recente e crescente das pesquisas acadêmicas sobre temas latino-americanos. Pode-se dizer que a antiga expressão que apregoava que o “Brasil está de costas para a América Latina” está quase superada. No campo da História, a área cresce exponencialmente e a produção nas universidades brasileiras hoje abarca a história indígena pré-hispânica, o chamado período colonial, os estudos oitocentistas e, como é de se esperar, de maneira mais prolífica, a história da América Latina no século XX. Este dossiê comprova isso. Os quatro artigos que o compõem são sobre o século passado!

No presente século, os governos de esquerda que se alastraram pelo continente parecem ter sido a grande novidade política. Do Chile, passando pelo Brasil, Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia, vieram notícias, medidas,



discursos, políticas sociais que de alguma maneira construíram um ambiente de reflexão e curiosidade sobre o fenômeno. Um continente tão marcado pela violência da conquista, da colonização, da escravidão, da formação de Estados autoritários e excludentes, parecia superar seu destino. As “veias abertas”, tudo indicava, encontravam um caminho de cicatrização. Não à toa, os organizadores resolveram dedicar esse número inaugural à memória do intelectual uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), tão fundamental para as reflexões continentais.

A partir da América Latina também emanou um discurso que propunha um profundo questionamento do chamado eurocentrismo. Intelectuais como Walter Mignolo, Alberto Quijano, Enrique Dussell e Heriberto Carou foram descobertos e revisitados, pois traziam à cena uma nova forma de compreender a história comum do continente, subjugado pelo papel que lhe cabia numa modernidade pretensamente universal e que mal escondia um projeto colonialista, eurocêntrico, capitalista, racista e patriarcal. Dessa forma, esses novos governos faziam parte de um grande esforço *decolonial*, que permitiria às diversas partes da América emanarem suas próprias vozes, com autonomia e possibilidades reais de ressonância.

As expectativas, largas, não se concretizaram plenamente, mas para o que nos interessa aqui, cumpriram seu propósito ao chamarem a atenção dos estudiosos brasileiros para a América Latina, e para o fato evidente de que fazemos parte do continente. Compartilhamos com nossos vizinhos contíguos, e também com os mais distantes, além de uma geografia e uma herança ibérica comum, fronteiras secularmente fluidas, territorialidades indígenas que ultrapassam limites nacionais e intercâmbios de diversificadas naturezas: econômicas, sociais, culturais e políticas.

Dessa maneira, o presente número reflete esse interesse e essa expectativa: de compreender um pouco mais de uma América Latina em suas diversas vozes, agentes, protagonistas e centralidades. Como sugere a figura de *Hydra*, que dá título a este periódico, as múltiplas cabeças permitem compreender o que é diverso sobre um mesmo corpo. As identidades latino-americanas se revelam na diversidade. Os temas que nos ajudam a empreender esse exercício dialético contínuo entre o específico e conjuntural, com o amplo e o geral, são vários e diversificados. No dossiê atual surgem alguns deles, especialmente relacionados ao século XX: as esquerdas, os Estados e as



ditaduras latino-americanas. Este último, em particular, é um exemplo do diálogo sistemático entre as especificidades dos processos nacionais e um quadro mais generalizado, de estados autoritários no continente.

Sobre o tema das ditaduras temos o primeiro artigo, de **Rafael Leite Ferreira**, que analisa a anticonstitucional violabilidade das correspondências dos presos políticos do Brasil na era Geisel (1974-1979). A partir de uma pasta de documentos encontrada no Arquivo Nacional o autor destrincha o universo de atuação de um Estado autoritário que ainda buscava manter aparências de legalidade.

O segundo artigo, de **Julia Melo Azevedo Cruz**, se volta para o cenário mexicano e para o notório movimento identificado como Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). O que chama a atenção da autora são os essenciais processos de articulação e apropriação de uma memória do *zapatismo* da Revolução Mexicana, resgatada mais de oito décadas depois.

O próximo texto, fruto de uma parceria entre os professores argentinos **Hernán Camarero** e **Martín Mangiantini**, empreende um esforço de análise comparativa, diacrônica, entre as políticas do Partido Comunista Argentino, nas décadas de 1920-30, e do PRT-LaVerdad, de orientação trotskista, na mesma Argentina dos anos 1968-72. Num quadro de conjunturas distintas, os autores buscam desvendar os mecanismos comuns que ambos utilizaram para se aproximarem – e tentarem dirigir – a *clase obrera*.

Por fim, o artigo de **Ana Carolina Oliveira Alves** analisa um amplo projeto para a urbanização da cidade de Buenos Aires (1923-25), conhecido como *Plan Noel*, que reorganizou o território urbano portenho. O foco do texto é sobre o impacto dessas alterações, e concepções urbanísticas subjacentes, na *Plaza de Mayo*.

Os quatro artigos cobrem uma espacialidade diversa (Argentina, Brasil e México) e foram produzidos por pesquisadores de origens também distintas (Unicamp, UFMG, UFPE e Universidade de Buenos Aires). Dessa maneira, cumpre saudar o sucesso das intenções e pretensões iniciais da *Revista*. Resta ainda empreender um chamado: que este periódico discente seja um espaço de aprendizado e de experimentação para jovens pesquisadores que atravessam – e superam – as angústias iniciais de sua profissão e ofício. Portanto, aguarda-se ansiosamente a participação de graduandos, que produzem seus trabalhos de



pesquisa em Iniciação Científica, em monografias de conclusão de curso, em trabalhos finais de disciplinas curriculares ou, muitas vezes, do desejo autônomo e voluntário.

Torcemos agora por uma *Hydra* que se multiplique e tenha uma vida longa e produtiva. O início é promissor! Boa leitura!

José Carlos Vilardaga

Professor de História da América – EFLCH – Unifesp

Vice Coordenador do Curso de História



Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos

Rafael Leite Ferreira¹

Resumo: A partir de uma documentação da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ) localizada no Arquivo Nacional, buscamos analisar a sigilosa discussão ocorrida nos bastidores do governo Geisel sobre a legalização da quebra do sigilo de correspondência dos presos políticos. Em junho de 1978, foi sancionada a Lei nº 6.538, que assegurou, ainda que no plano formal, a garantia à inviolabilidade das correspondências e que encerrou a expectativa de integrantes do governo em legalizar a violação epistolar nos presídios brasileiros. Defendemos que a promulgação dessa lei foi uma vitória dos “pragmáticos” contra os ideais dos “reacionários puros e legalistas” e, nesse sentido, deve ser compreendida à luz da “política de distensão” do período, quando foi promovida uma série de ações governamentais com a finalidade de transmitir nacional e internacionalmente a imagem de um regime democrático e legal que respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais.

Palavras-chave: regime militar brasileiro; documentos sigilosos; presos políticos; violações de direitos humanos.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, sistemáticos ataques de diferentes setores da sociedade brasileira. Na maioria dos casos, esses ataques buscam “sensibilizar” a sociedade a aceitar a reformulação de determinados artigos, majoritariamente aqueles referentes aos direitos e garantias fundamentais, entendidos como uma manta para “defender bandidos”. Contudo, apesar do enorme bombardeio lançado cotidianamente pelos políticos e mídia conservadores, essa Constituição completou mais de duas décadas e meia de existência e continua sendo a Carta mais democrática criada no Brasil, uma das mais

¹ Estudante de pós-graduação (doutorado) pela Universidade Federal de Pernambuco. Contato: rafaleferr@hotmail.com



avanzadas do mundo, responsável, ainda que no plano formal, pela afirmação inédita de importantes garantias individuais e coletivas.

De acordo com o historiador Marco Mondaini, a Constituição de 1988 é, ao mesmo tempo, “ação” e “objeto” de um país que vive num hiato entre um “Brasil legal” e um “Brasil real”². A Constituição é “ação” – e liga-se ao “Brasil legal” –, uma vez que ela é um marco legal que fundamenta e conduz as políticas públicas e sociais de nosso país e é garantidora de uma série de importantes direitos para os cidadãos. No entanto, devido a práticas tradicionais da cultura política brasileira, como a cooptação, a conciliação, o corporativismo, o clientelismo e o patrimonialismo, essa mesma Constituição torna-se “objeto” – ligando-se ao “Brasil real” –, em que regras, direitos e garantias fundamentais são infringidos, o outro não é respeitado, o espaço público é visto como apêndice da casa, a prática de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais é largamente utilizada e os direitos humanos e a democracia são diariamente atacados. Isto é, nos termos de Roberto DaMatta, a prevalência da casa (a família e os amigos) sobre a rua (as leis, as normas e o Estado)³.

Fruto de um longo e árduo período de luta contra o regime militar, a Constituição de 1988, art. 60, § 4º, IV, inseriu em lugar de destaque, logo após o “Preâmbulo e os Princípios Fundamentais”, os “direitos e as garantias fundamentais” como cláusula pétrea, não sendo passível de alteração nem mesmo por Emenda Constitucional. Entre as muitas garantias expressamente asseguradas, destacamos a “inviolabilidade do sigilo das correspondências”, que está inserida na Constituição de 1988, art. 5º, XII, com a seguinte redação:

É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal⁴.

É importante ressaltar que a “inviolabilidade do sigilo das correspondências” é um direito do cidadão que vem sendo assegurado no Brasil desde a sua primeira Constituição. A Constituição de 1824, art. 179, XXVII, determinava “*O segredo das cartas é inviolável*”. A Constituição de 1891, art. 72, § 18, expunha “*É inviolável o*

² MONDAINI, Marco. *Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESCO, 2009.

³ DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

⁴ Como se pode perceber na expressão “salvo no último caso”, a Constituição de 1988 ressaltou a possibilidade de quebra de sigilo, ainda que mediante autorização judicial, apenas das comunicações telefônicas.



sigilo da correspondência”. A Constituição de 1934, art. 113, item 8, acrescentava “*É inviolável o sigilo da correspondência*”. A Constituição autoritária de 1937, art. 122, item 6, erigida durante o período do Estado Novo, foi a única na história do país que previu, expressamente, exceções à garantia da inviolabilidade, na forma da lei. O capítulo que tratou da “Defesa do Estado” deu ao presidente da República a possibilidade de decretação dos Estados de Emergência e de Guerra, hipóteses pelos quais previu a possibilidade de suspensão do sigilo da correspondência. “*A inviolabilidade do domicílio e da correspondência, salvo as exceções previstas em lei*”. A Constituição de 1946, art. 141, § 6º, trouxe de volta o direito ao sigilo, “*É inviolável o sigilo da correspondência*”. A Constituição autoritária de 1967, art. 150, § 9º, também resguardou o direito à inviolabilidade, não indicando nenhuma ressalva à garantia, aliás, estendendo a garantia ao acrescentar ao texto as palavras “comunicações telegráficas e telefônicas” – “*São invioláveis a correspondência e o sigilo das comunicações telegráficas e telefônicas*”⁵. E, por fim, a Constituição de 1988, como já foi dito, seguindo o esteiro das anteriores Cartas, manteve a proteção ao sigilo das correspondências, inserindo-a, mui apropriadamente, dentro do título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”⁶.

Além disso, vale registrar que no marco normativo internacional o Brasil vem adotando, ainda que no plano formal, a garantia desse direito fundamental do cidadão, desde 1948, através da ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, a qual determina, em seu art. 12, que “*Ninguém deverá ser submetido a interferências arbitrárias na sua vida privada, família, domicílio ou correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques todas as pessoas têm o direito à proteção da lei*”⁷.

⁵ Essa garantia foi ratificada dois anos depois, através da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 153, § 9º.

⁶ É importante destacar que mesmo se tratando de uma garantia constitucional, o direito dos presos brasileiros à inviolabilidade das correspondências encontra-se ameaçado uma vez que já foi aprovado no Senado, em 2004, e, atualmente, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei (PLS nº 11/2004) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que altera o art. 41 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a interceptação de correspondência de presos condenados ou provisórios para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=313348>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

⁷ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.



Visando, pela primeira vez, ordenar os serviços postais no país, o governo brasileiro promulgou, em 22 de junho de 1978, a *Lei nº 6.538*. No artigo 40 foi assegurada a todos os cidadãos a garantia à “inviolabilidade das correspondências”, conforme preceituava a Constituição de 1967. Violação é qualquer procedimento por meio do qual se possibilite o conhecimento do conteúdo de uma carta sem a devida autorização. De acordo a *Lei nº 6.538*, de 15 de agosto de 1979, no caso de algum indivíduo devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem, a pena acarretaria detenção de até seis meses ou pagamento de até vinte dias-multa. Essa garantia foi regulamentada em agosto do ano seguinte. Ambos dispositivos ainda hoje regulam os serviços postais brasileiros.

Ao realizarmos recentemente uma pesquisa no Arquivo Nacional, localizamos um intrigante conjunto documental. Tratava-se de uma pasta de documentos provenientes da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ)⁸ – órgão integrante do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e subordinado tanto ao Sistema Nacional de Informações (SNI) quanto ao titular da pasta –, contendo uma série de correspondências confidenciais trocadas entre diversas autoridades brasileiras (juízes auditores, procurador-geral, desembargadores corregedores, assessores, juristas, consultores, chefe de gabinete etc.), ao longo de 1977 e 1978, buscando implantar e legalizar a censura nos presídios do país, através do controle de toda correspondência recebida ou expedida pelos presos políticos⁹. Ou seja, os documentos revelavam um sigiloso debate ocorrido no interior do regime militar que tinha o objetivo de avaliar a importância e a conveniência de se implantar, de maneira legal, pela primeira vez na história do país, uma rígida devassa nas correspondências dos presos políticos brasileiros.

O que nos chamou a atenção nesses documentos é que, apesar da forte pressão exercida por determinados setores do regime, durante o ano de 1977, a favor do fim do sigilo postal, não apenas essa proposta foi rejeitada, como, em pouco tempo, em

⁸ Nem todas as DSIs tinham o mesmo poder e influência dentro do regime militar. A DSI/MJ se destacava em relação às demais por ter sido o seu ministério “[...] o espaço privilegiado para as articulações políticas do governo [...] o canal através do qual as decisões de arbítrio pudessem ser apresentadas como razões de Estado”. D’ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso. D’ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 22.

⁹ Ministério da Justiça. Gabinete do Ministro. Processo GAB nº 100.386 – 30/06/1977. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. BR.AN.RIO.TT.0.MCP.PRO.852. Com exceção das notas de rodapé nº 86 e 91, os demais documentos citados neste artigo se encontram na supracitada pasta “Processo GAB nº 100.386”.



junho de 1978, foi promulgada a já mencionada *Lei nº 6.538*, que ordenou os serviços postais no Brasil e ratificou o direito à inviolabilidade do sigilo das correspondências.

Ao se deparar com esse aparente paradoxo nosso leitor poderá, com toda razão, se questionar e nos direcionar algumas indagações, tais como: já que as correspondências recebidas e/ou expedidas por presos políticos eram diária e sistematicamente controladas e censuradas pelos funcionários e agentes penitenciários, como são conhecidas várias denúncias de presos políticos e militantes do período, por que então determinados setores da ditadura se interessaram em legalizar tal violação? Isto é, por que alguns indivíduos buscaram institucionalizar a quebra do sigilo postal já que dispunham de um regime de força e a violação de missivas era uma prática corrente nos presídios brasileiros? Por que determinados setores do regime sentiram e enfatizaram a necessidade de transformar tal violação em lei? Por que escolheram o caminho “legal” e não do puro arbítrio? Por que o governo rejeitou a proposta de fim do sigilo postal e, em seguida, promulgou a *Lei nº 6.538*, assegurando o direito à intimidade e à privacidade, resguardando o direito fundamental dos presos políticos à inviolabilidade de suas correspondências?

A linha de raciocínio que seguiremos neste trabalho é que a recusa do governo em aceitar a proposta dos setores mais “reacionários” para pôr fim ao direito dos presos políticos à inviolabilidade de suas correspondências fez parte de uma estratégia da ditadura em buscar o consenso social e que deve ser compreendida à luz do contexto do período, isto é, a “política de distensão” do governo Geisel, quando foi promovida uma série de ações a fim de transmitir nacional e internacionalmente a imagem de um regime democrático e legal que respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais.

O presente trabalho alicerçar-se-á nas formulações de Antonio Gramsci, notadamente em seu argumento que nenhum Estado se torna hegemônico fazendo uso apenas da força e da autoridade. Qualquer regime só pode durar ao longo do tempo se construir alguma base de legitimidade. Esta perspectiva, que evita reduzir o Estado ao seu aparelho coercitivo, pode ser visualizada ao longo de suas anotações nos *Cadernos do cárcere*, mais especificamente no *Caderno 13: Breves notas sobre a política de Maquiavel*, escrito entre 1932 e 1934, ocasião em que retomou da obra *O Príncipe*, de Maquiavel, a metáfora da natureza dúplice do centauro para caracterizar o Estado moderno.



Para o marxista sardo, embora o lado mais evidente de um regime político seja, na maioria das vezes, o lado duro da repressão *tout court*, nenhum governo se manteve no poder, legitimando-se socialmente, fazendo uso apenas de seu aparato repressivo. Todo Estado sempre necessitou construir bases sólidas de legitimidade para o estabelecimento e preservação de seu projeto de dominação¹⁰. Ou seja, para ele, o Estado utiliza-se não apenas de seus aparelhos repressivos, de coerção, mas também daqueles que distribuem consenso. O Estado é, nesse sentido, uma “[...] *combinação da força e do consenso que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada pelo consenso da maioria [...]*”¹¹.

Essa concepção de Gramsci sobre o Estado pode ser vista claramente através de uma passagem no *Caderno 13*, quando, inspirado em Maquiavel, realizou uma lúcida analogia entre a figura do “Centauro” e o Estado. Para o revolucionário italiano, o Estado podia ser comparado a um grande “centauro” – uma instituição composta de *força e consenso*, de *dominação e hegemonia*, de *violência e civilização*. Para ele, o Estado era entendido como um processo orgânico, complexo e dual, que tinha o seu lado “ferino” (*coerção*), mas também dispunha de um lado “humano” (este sendo o lado que sempre procurou a *legitimidade* em relação à sociedade civil). Gramsci definiu do seguinte modo a natureza dúplice dessa besta: “[...] *ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal [...], da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.*”¹².

Conforme analisou o cientista político Alvaro Bianchi, no estado gramsciano não há antítese, um antagonismo que separasse dois polos, mas há sim uma relação de “unidade-distinção”: “*O Estado é marcado dessa maneira pela presença de elementos que mantêm entre si uma relação tensa de distinção, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico; pelo contrário, cada um molda e até mesmo reforça o outro*”¹³. Na interpretação de Gramsci, a separação entre *força* e *consenso* era arbitrária. O mesmo, inclusive, pode ser dito de outros conhecidos

¹⁰ Essa ideia é corroborada pela filósofa alemã Hannah Arendt: “[...] *jamais existiu um governo baseado exclusivamente nos meios de violência. Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder [...]*”. ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 40.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

¹² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 33.

¹³ BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008, p. 189.



pares conceituais: *Oriente e Ocidente, guerra de movimento e guerra de posição, ditadura e hegemonia*. A essa questão, Alvaro Bianchi também teceu o seguinte comentário:

Mantendo sociedade política e sociedade civil uma relação de unidade-distinção, formam dois planos superpostos que só podem ser separados com fins meramente analíticos. Por essa razão, Gramsci destacava que a unidade (“identidade”) entre Estado e sociedade civil é sempre “orgânica” e que a “distinção” é apenas “metódica”¹⁴.

Como se pode perceber, para Gramsci, da mesma maneira que não seria possível a divisão do Centauro de forma a separar a fera do homem sem matá-lo, é impossível separar as esferas da coerção e do consenso do Estado. Portanto, sua ligação é orgânica.

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? Mas tais questões podem induzir a um erro. Nessa concepção unitária, que era de Maquiavel, mas também de Gramsci, não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção¹⁵.

A partir dessas rápidas ponderações conceituais, podemos compreender melhor o caso do Estado brasileiro, que, mesmo durante o período ditatorial, pela necessidade de se legitimar, não se impôs exclusivamente pelo uso da força, mas optou também pela construção de um consenso junto à sociedade civil, por meio de um simulacro de democracia¹⁶. Conforme escreveu Marcelo Ridenti: “*Sem hesitar em usar a força, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade*”¹⁷. O regime militar optou, assim, pela via da “estratégia híbrida” que comportou “autoritarismo + legalidade”, ou seja, associou elementos autoritários com resquícios democráticos¹⁸. Nas palavras de Eni Orlandi:

¹⁴ BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008, p. 184.

¹⁵ BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008, p. 190.

¹⁶ Alfred Stepan defende, por exemplo, que os militares brasileiros foram aqueles que, dentro do território latino-americano, mais buscaram dar um caráter “legal” ao governo. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 82.

¹⁷ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30.

¹⁸ REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: a repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2001.



[...] o que a ditadura faz é justamente dizer-se cotidianamente como algo natural, familiar, sem constituir um período de exceção. É essa normalidade a sua maior violência. Sua violência simbólica. Sem altos nem baixos. No seu efeito de senso comum, de discurso social aceitável, e fato de opinião pública, não de alteração da vida comum¹⁹.

Para Maria Helena Moreira Alves, embora os militares tenham criado um complexo arcabouço legal para dar institucionalidade e embasamento aos atos de exceção, precisaram rompê-lo em diversos momentos e intensificar o uso da força e das normas arbitrárias a fim de poder conter o avanço crescente das oposições. Isso explica, em parte, a constante mudança de inúmeros preceitos legais do regime – os inúmeros Decretos-Leis e Atos Institucionais que formaram a estrutura do Estado. Contudo, em outros momentos, a ditadura diminuiu (ou mudou) o emprego da força, recorreu a mecanismos mais flexíveis de representação e à promessa de restabelecimento da democracia para conter sua perda de legitimidade e seu crescente isolamento junto aos setores médios e alto da sociedade brasileira. “[...] o uso da força não significava necessariamente ignorar a oposição, antes procurando resolver suas reivindicações de modo palatável para a consolidação de uma nova ordem, modernizada autoritariamente”²⁰. A abertura desses “espaços”, por sua vez, ressaltou Maria Helena Alves, exigia novamente a utilização da força, gerando essa permanente dialética e o constante hiato entre o discurso da democracia e a prática da repressão²¹.

A necessidade de se legitimar sempre foi uma verdadeira obsessão do regime militar no Brasil. Pretendiam evitar uma ditadura clássica, baseada em um só general todo-poderoso, e criar um Estado de Segurança Nacional capaz de assegurar a ordem imposta e decidida pelos governantes por meio de uma série de novas instituições, leis e regras²².

É importante salientar que ao falarmos neste trabalho que a ditadura buscou atuar através de uma “estratégia híbrida”, conciliando elementos autoritários com aspectos legalistas, estamos cientes que, em vários momentos, os donos do poder violaram abertamente normas jurídicas consagradas no direito brasileiro – tais como os direitos à vida, à integridade física, à locomoção, à expressão, à correspondência

¹⁹ ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 12.

²⁰ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 45.

²¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 32-34.

²² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005, p. 10. 1



dos cidadãos – e desrespeitaram decisões de órgãos judiciais nacionais e internacionais²³. No entanto, cabe dizer, embora a Lei de Segurança Nacional previsse diversos crimes contra o Estado e a ordem política e social, a maioria das graves violações de direitos humanos ocorridas na ditadura não foi consagrada em lei, mas ocorreu de uma maneira “ilegal” e ao arrepio constitucional.

Para entender essa questão é preciso ter em mente que deflagrado o golpe de 1964, os militares logo chegaram à conclusão que precisariam manter a aparência de um “regime democrático”²⁴, com a permanência de alguns princípios e instituições típicos do sistema – a exemplo do Legislativo, do Judiciário, da imprensa e de um sistema partidário com partido de oposição –, a fim de assegurar legitimidade junto à sociedade e à comunidade internacional.

Dessa forma, os donos do poder, como apontou, por exemplo, Kenneth Serbin²⁵, montaram uma complexa estrutura de governo que manteve mecanismos da “democracia representativa liberal” junto com poderes arbitrários para o Executivo. Entre outros exemplos, podemos lembrar que o regime manteve o Legislativo em atividade, *mas* afastaram ou eliminaram os políticos que se opunham ao governo²⁶. Permitiram a realização de eleições periódicas para o Legislativo e indiretas para a presidência, *mas* quando não gostavam do resultado das eleições, mudavam as regras do jogo para se manter no poder²⁷. Mantiveram os sindicatos,

²³ Os casos nº 1.683 e nº 1.684, abertos pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) no ano de 1970, por exemplo, são conhecidas situações de desrespeito do governo brasileiro perante os organismos internacionais. Para uma melhor compreensão dessa questão, ver o capítulo “A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior” do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014.

²⁴ Alfred Stepan afirmou que apesar de os golpistas de 1964 não terem um projeto claro de governo para o pós-golpe, pelo menos uma coisa estava clara em suas mentes: o “novo regime” não poderia se transformar em uma “quartelada”, uma ditadura personalista ou uma “republiqueta latino-americana”. O regime precisaria, mesmo que no campo formal, se associar a uma fachada de democracia. Nunca é demais lembrar que a ditadura sempre se apresentou como a salvadora da democracia brasileira, inclusive tendo inculcado em uma geração que a “Revolução” ou “Contrarrevolução” teria ocorrido para defender os valores democráticos do país. STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 82.

²⁵ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁶ VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A preservação do Legislativo pelo regime militar brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. 334 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

²⁷ Embora alguns analistas vejam o sistema eleitoral da ditadura como uma mera “fachada”, o mais significativo é que “*Não se dispensou, contudo, o processo eleitoral como meio de se legitimar o “governo revolucionário”*”. KINZO, Maria D’Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 16.



mas, sob a tutela de uma rígida legislação sindical e algumas sob intervenção militar²⁸. Permitiram a circulação da imprensa, mas estabeleceram uma forte censura²⁹. Mantiveram o Judiciário, mas reorganizaram a Justiça Militar com o objetivo de dar forma legal à estrutura repressiva da ditadura³⁰.

É importante aqui ressaltar que essa decisão do governo militar em buscar o consenso junto à sociedade civil não foi unânime e livre de conflitos. Diferente do que possa parecer à primeira vista, a ditadura brasileira nunca se constituiu em um bloco monolítico e homogêneo. Houve no interior do regime a convivência contraditória de diferentes grupos que, embora unidos em defesa de diversas questões – a exemplo do anticomunismo, disputavam o poder entre si, além de apresentarem significativas diferenças de postura, visão de mundo, interesses, comportamento e aspirações. Durante muito tempo, tradicionais interpretações analisaram o campo militar através do choque entre duas correntes: a “moderada”, por vezes nomeada de “castelista”, “esguiana” ou “grupo da Sorbonne”, vista como “liberal” e “internacionalista”, e a chamada “linha dura”, à qual se atribuem traços “autoritários” e “nacionalistas”³¹. Análises mais recentes, por exemplo, vêm contestando essa lógica dual de poder. A rica análise de João Roberto Martins Filho, por exemplo, embora traga importantes elementos para a discussão histórica sobre a relação de poder no interior da caserna, não pôde ser incorporada neste artigo, uma vez que a sua pesquisa se restringiu aos conflitos militares ocorridos durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva³².

Assim, diante dessa complexa questão, criamos, para este trabalho, uma divisão própria, embora cientes do caráter altamente artificioso de que se reveste qualquer tipo de divisão no campo das ciências humanas. De modo geral, percebemos

²⁸ SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

²⁹ A preservação da imprensa era essencial para que os militares pudessem passar uma imagem positiva do regime. Como diz Helena Weber: “[...] governar de modo autoritário exige o controle da sociedade. Se for preciso obter seu consenso, será necessário recorrer ao apoio e à linguagem das mídias”. WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 156.

³⁰ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

³¹ Essas interpretações clássicas podem ser vista, por exemplo, tanto em STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, bem como em OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain. (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

³² MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. Carlos, SP: Edufscar, 1995.



sobre o caso das violações das missivas dos presos políticos a existência de três grupos diferentes.

1. No primeiro grupo, que denomino de “reacionário puro”, encontravam-se todos aqueles que pregavam o saneamento político associado a uma dura repressão. Ou seja, encontravam-se todos aqueles que defendiam a dominação da sociedade pelo uso exclusivo do aparato repressivo. Ana Lagôa realizou assim uma descrição desse grupo:

[os reacionários puros] acham que os ideias de 64 foram esquecidos; que o País não está maduro para o exercício da democracia; defendem os atos exceção como imprescindíveis para a segurança nacional; são contra a anistia, mesmo que no nível de revisão parcial de casos, pois ela traria de volta inimigos declarados da Pátria; receiam que o pluripartidarismo leve a surgir partidos orientados diretamente pelo Partido Comunista; não encontram no meio civil atual alguém que possa segurar as rédeas da política como presidente da República; e repudiam manifestações de estudantes e greves operárias, como táticas que seriam de guerra revolucionária adversa³³.

Usando sempre o argumento da defesa da “segurança nacional”, os “reacionários puros” tinham posições conservadoras em relação a várias temáticas no país. No caso das correspondências, por exemplo, uma vez que os presos políticos eram definidos pela Doutrina de Segurança Nacional como “inimigos internos” (“agentes infiltrados” ou “inocentes úteis” a serviço do comunismo internacional), os “reacionários puros” defendiam o fim urgente do direito ao sigilo postal. A esta questão, cabe lembrar que a tese do “inimigo interno” não foi utilizada pela ditadura somente para defender a devassa das correspondências dos presos políticos, mas, principalmente, para justificar a maioria das ações repressivas. Joseph Comblin explicou que a recorrência dos militares a essa tese se deu justamente pela imprecisão e pela flexibilidade que a expressão tinha dentro da Doutrina de Segurança Nacional³⁴. Nos ditames desta doutrina, qualquer um, de guerrilheiros a estudantes, poderia ser taxado como “inimigo interno”. A devassa de toda missiva dos presos políticos foi defendida assim pelos “reacionários puros” sob o argumento da defesa da ordem e da segurança nacional. De acordo com esse grupo, para ser efetiva, a violação epistolar deveria ocorrer através de dois modos:

- a) Não deveria haver a criação de uma lei específica regulando a atividade. A violação das missivas deveria ocorrer, pura e simplesmente, de maneira

³³ LAGÔA, Ana. *SNt: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 82.

³⁴ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 55.



arbitrária. Essa postura era justificada tomando como base dois argumentos: o primeiro era o receio de a lei ser rejeitada no Congresso Nacional, ou, no caso de ser aprovada, sofrer algum tipo de limitação que assegurasse direitos aos “subversivos”; o segundo era que para esse grupo o diálogo entre o Executivo e o Legislativo representava um sinal de fraqueza do regime militar. Para eles, assim como posto no preâmbulo do Ato Institucional nº 1, a “Revolução” legitimava o Congresso e não o contrário.

- b) O segundo modo é que a violação das missivas deveria ocorrer mesmo quando não houvesse indícios de ações subversivas por parte dos presos políticos. Esse posicionamento, que será discutido mais adiante, era justificado pelo avanço do “perigo comunista”.

2. O segundo grupo denominamos de “reacionário legalista”. Este grupo era formado por aquelas autoridades que defendiam a necessidade de instituir normas mais rígidas e de amplitude nacional para o controle das missivas dos presos políticos a fim de combater a “subversão” e assegurar “a ordem e a segurança” do país. Contudo, essa corrente defendia que a quebra do sigilo deveria ocorrer de maneira institucionalizada, isto é, que tal prática fosse feita através de uma lei submetida e aprovada pelo Congresso Nacional. Na ótica dos partícipes desse grupo, a “violação legalizada” das correspondências dos presos políticos demonstraria o caráter “democrático” do regime militar e evitaria que a decisão passasse para a história como um ato draconiano do governo³⁵.

3. O último grupo denominamos de “pragmático”. Neste conjunto encontravam-se todos aqueles que, preocupados com a imagem do regime, nacional e internacionalmente, defendiam o esforço do governo em publicizar o caráter “democrático” da “Revolução” iniciada em 1964, fugindo da expressão “ditadura”³⁶. Esses indivíduos eram contrários à violação das missivas sob o argumento que essa ação poderia prejudicar a imagem do país interna e externamente. *“As denúncias de torturas e maus-tratos nas prisões tornam-se uma questão que atinge diretamente a instituição militar, merecendo a atenção do governo, conforme se insere de*

³⁵ Aqui, cabe advertir que esse tipo de estratégia não foi característico do período ditatorial, mas também reflete uma larga tradição brasileira em favor do bacharelismo e do burocratismo.

³⁶ O presidente Ernesto Geisel, por exemplo, não gostava de ser considerado um ditador: *“Essa imagem do ditador que se apresenta a meu respeito não era bem assim. Meu governo era um governo cordato e que sempre procurou o consenso”*. D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997, p. 383.



relatórios de consultores jurídicos”³⁷. Classificamos este grupo de “pragmático”, em suma, pelo fato de seu posicionamento favorável aos presos políticos dar-se por conveniência e pragmatismo político e não por questões ideológicas ou humanitárias.

No tópico a seguir, perceber-se-á que, apesar de bastante discutida no ano de 1977, a questão da legalização da violação das correspondências dos presos políticos foi curiosamente deixada de lado pelo regime militar no ano seguinte. A documentação, que ora trabalhamos, indica que essa postura ocorreu quando o regime chegou à conclusão que a adoção daquela medida atrairia fortes críticas nacionais e, especialmente, internacionais. Ou seja, a documentação aponta que o governo Geisel recuou no exato momento que teve a real percepção das enormes dificuldades políticas que enfrentaria ao tentar legalizar a devassa das missivas nos presídios brasileiros e pôr fim ao direito à inviolabilidade do sigilo das correspondências, uma garantia fundamental que, como já foi dito, além de estar preservada na Constituição autoritária de 1967, sempre fez parte da tradição jurídica do país.

A devassa das correspondências em nome da Segurança Nacional

Segundo diversos depoimentos prestados à Comissão Nacional da Verdade (CNV), a violação das correspondências dos presos políticos foi uma prática corriqueira da ditadura, utilizada desde a efetuação das primeiras prisões em abril de 1964. Embora ocorressem esparsos abaixo-assinados destinados à Justiça Militar ou divulgados em jornais clandestinos, devido à forte repressão e censura dos meios de comunicação, as denúncias públicas de entidades, presos políticos e familiares a tais violações eram sempre silenciadas³⁸.

Essa situação foi se alterando gradativamente a partir da posse do general Ernesto Geisel, em 1974, e do (res)surgimento dos movimentos sociais no país³⁹. No ano de 1975, por exemplo, dois importantes abaixo-assinados de presos políticos vieram à tona denunciando violações de direitos humanos dentro dos presídios brasileiros. O primeiro documento foi subscrito, em 5 de maio de 1975, por 33 presos

³⁷ D'ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso. D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 31.

³⁸ Ver: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014. Em especial, o Capítulo 9 – Tortura, p. 363-365.

³⁹ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 198.



políticos do Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, no Rio de Janeiro, e endereçado a parlamentares cariocas. No documento, além de denunciarem as violações de direitos humanos, os detidos reivindicavam melhores condições de vida dentro da unidade prisional. Uma cópia desse documento foi entregue à Associação Brasileira de Imprensa (ABI)⁴⁰.

Outro importante abaixo-assinado, que contou com maior repercussão pública, escrito pelos presos políticos nesse ano foi apelidado de “Bagulhão”. Subscrito, em 23 de outubro de 1975, por 35 presos políticos do Presídio Romão Gomes (também conhecido como Presídio Barro Branco), em São Paulo, o documento de 28 páginas foi entregue ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Caio Mário da Silva Pereira, com a denúncia de torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos e os nomes e codinomes de 233 torturadores. O documento solicitava que a OAB os representasse contra o Estado Brasileiro.

Nessa carta-denúncia, os presos políticos fizeram, grosso modo, uma minuciosa descrição dos métodos e dos instrumentos de tortura utilizados pelos órgãos de repressão; nomes de torturadores, policiais e militares envolvidos nessa prática; irregularidades em torno das leis exceção (a exemplo das altas e arbitrárias penas empregadas); depoimentos sobre o regime carcerário no país (arbitrariedade de gestores e funcionários, péssimas condições e falta de assistência aos presos políticos); descrição de casos de presos políticos assassinados ou mutilados em virtude de torturas; relatos de diversos casos de quebra de inviolabilidade de correspondências de presos políticos, entre outras questões⁴¹.

De acordo com Reinaldo Morano Filho, ex-presos político e um dos signatários do “Bagulhão”, o documento começou a ser produzido em 1969, de forma conjunta e sigilosa. Embora acreditassem na importância de divulgar o documento, preferiram aguardar um momento político propício para divulgá-lo. A divulgação da carta ocorreu em 23 de outubro de 1975, precipitada por uma entrevista do presidente da OAB à *Folha de S. Paulo*, em agosto daquele ano, através da qual dizia que não tinha conhecimento de denúncias concretas de prisões irregulares e de arbitrariedades

⁴⁰ Em “Arquivo da ditadura”, documentos reunidos por Elio Gaspari. Disponível em: <<http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/conjunto-documentos-sobre-situacao-presos#pagina-1>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

⁴¹ A carta-denúncia dos presos políticos do Presídio Barro Branco desembocou recentemente no livro COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. “Bagulhão”: a voz dos presos políticos. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014.



policiais e de que precisava de mais informações sobre o que estava ocorrendo no país. Diziam os presos no trecho inicial da carta:

Nós, presos políticos abaixo-assinados, recolhidos no presídio da Justiça Militar Federal, São Paulo, tomamos conhecimento das declarações emitidas por Vossa Senhoria lamentando não haver conseguido “especificações objetivas” por parte de pessoas vítimas de prisão irregular e de arbitrariedades policiais. [...] Embora cientes das muitas denúncias concretas já havidas – inúmeras delas inclusive divulgadas mais recentemente por jornais brasileiros – vimos-nos na obrigação, como vítimas, sobreviventes e testemunhas de gravíssimas violações aos direitos humanos no Brasil, de encaminhar a Vossa Senhoria um relato objetivo e pormenorizado de tudo o que nos tem sido infligido, nos últimos seis anos, bem como daquilo que presenciamos ou acompanhamos pessoalmente dentro da história recente do país⁴².

Através de uma inteligente artimanha, os presos políticos conseguiram retirar o “Bagulhão” do presídio. A carta foi colocada dentro de uma garrafa térmica, usada para servir café aos advogados dos presos políticos, e entregue ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. A partir daí, a carta chegou ao conhecimento público.

Obviamente, os abaixo-assinados acima referidos não foram as únicas denúncias públicas feita pelos presos políticos durante a ditadura. Aqui, podemos lembrar tanto do clássico *Tortura e torturados*, do jornalista Márcio Moreira Alves, que reuniu ainda no ano de 1966 uma série de depoimentos, investigações, trechos de reportagens e documentos denunciando o uso da tortura já nos primeiros meses do governo Castelo Branco⁴³, assim como do documentário-denúncia *Brazil, a report on torture*, produzido pelos norte-americanos Haskell Wexler e Saul Landau, em 1971, no Chile, logo após a chegada dos 70 presos políticos brasileiros trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher⁴⁴.

O simbolismo do “Bagulhão” decorre, assim, dos altos riscos pelos quais passaram os 35 signatários que a assinaram, pois todos além de se identificarem, ainda se encontravam presos dentro do território brasileiro. Por todos esses motivos, esse documento representa hoje uma das mais importantes e contundentes iniciativas de denúncia de violações de direitos humanos durante a ditadura militar. De certo modo, pode-se até dizer que essa carta-denúncia se constituiu algo como um

⁴² Carta ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. In: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *“Bagulhão”: a voz dos presos políticos*. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014, p. 12.

⁴³ ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

⁴⁴ *Brazil, a report on torture*. Direção de Haskell Wexler e Saul Landau. Santiago, Chile: Dove Films, 1971. VHS (60 min.): NTSC, son., color.



antecedente das Comissões da Verdade no país. A sua força simbólica é retratada claramente na fala do ex-presos político Reinaldo Morano:

Na história da *Carta*, há um fato decididamente muito significativo: um texto com denúncias tão fortes, com nomes de autoridades [...], tornado público em pleno 1975, não ensejou uma única ação legal, um único pedido de abertura de inquérito, por injúria, calúnia ou difamação, contra os denunciadores – todos identificados (as assinaturas foram propositadamente legíveis) e de “endereço” conhecido. Este fato é de uma força simbólica muito grande. Basta lembrar que, na mesma época, por uma xilogravura feita no Barro Branco e reproduzida num jornal estudantil da Universidade de São Paulo, de nome “Dois Pontos”, alguns de nós ficaram mais seis meses na cadeia por conta de inquérito aberto pelo promotor junto às Auditorias Militares⁴⁵.

Sob o ponto de vista arquivístico, o “Bagulhão” constituiu-se no primeiro documento incorporado à pasta da DSI/MJ referente à quebra da inviolabilidade de correspondências de presos políticos, objeto deste estudo. A maneira como este documento chegou ao arquivo da DSI/MJ é fácil de rastrear. Após receber a denúncia, o presidente da OAB, obedecendo aos trâmites legais, encaminhou o “Bagulhão” ao deputado federal Célio Borja (ARENA-GB), presidente da Câmara dos Deputados, e ao ministro Djaci Falcão, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de que estes pudessem apurar e solucionar o caso.

Dentro da lógica da suspeição e da vigilância total proposta pela Doutrina de Segurança Nacional e formulada pela Escola Superior de Guerra, o item *informações* era concebido como elemento essencial no planejamento global da ditadura. Por isso, qualquer informação que o regime acreditasse ser importante era armazenada em seus arquivos. Qualquer dado, mesmo baseado em indício aparentemente insignificante, poderia ser usado posteriormente como ato desabonador da vida pretérita de alguém. Uma visita, por exemplo, que um cidadão fizesse a outro (este último “tido como comunista”) era uma informação ciosamente arquivada e que, futuramente, podia ser usada como “agravante” de uma presumível afronta aos ditames da segurança nacional. Estas eram as informações comumente iniciadas pela expressão “consta que” e muito encontradas entre os papéis da chamada “comunidade de informações” – expressão criada para designar o conjunto de

⁴⁵ FILHO, Reinaldo Morano. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!. In: COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *“Bagulhão”*: a voz dos presos políticos. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014, p. 5.



pessoas e órgãos ligados à atividade de vigilância, monitoramento, espionagem durante a ditadura⁴⁶.

Nesse sentido, como era de se esperar, pela gravidade das acusações contidas no “Bagulhão”, tanto o deputado Célio Borja quanto o ministro Djaci Falcão encaminharam a carta dos presos políticos ao chefe do SNI, João Baptista de Figueiredo⁴⁷. Vale dizer que o ministro Djaci Falcão foi mais além. Também encaminhou a carta dos presos políticos para o procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo⁴⁸.

Em despacho do dia 09 de dezembro de 1975, o procurador-geral, ao perceber que não dispunha de competência legal para resolver o assunto, levou a questão ao conservador ministro da Justiça, Armando Ribeiro Falcão⁴⁹. Ao receber a matéria da denúncia, o ministro determinou ao seu chefe de gabinete que a documentação fosse protocolada e arquivada em uma pasta confidencial no acervo da DSI/MJ, o já referido Processo GAB nº 100.386.

Após um pouco mais de um ano, essa pasta foi reaberta e foram anexados novos documentos. Estes se referem à discussão travada no ano de 1977, entre vários juristas brasileiros, a respeito da necessidade, legalidade e conveniência da implantação da censura às correspondências dos presos políticos. A feitura do “Bagulhão” explica assim, os motivos que levaram à comunidade de informações a criar e armazenar em seus arquivos uma pasta específica de documentos sobre as correspondências dos presos políticos brasileiros.

Essa pasta de documentos voltou a ser aberta em abril de 1977, quando o juiz José Paulo Paiva, titular da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), responsável pela área do Estado de São Paulo, determinou ao diretor do Presídio Barro Branco – local que havia sido escrito o “Bagulhão” – o controle de todas as correspondências de e para presos políticos. A ordem do juiz Paiva era clara:

Toda correspondência recebida ou expedida pelos presos políticos, à disposição daquele juízo, seja submetida a censura, cabendo ao Diretor do Presídio apreendê-lo quando houver fundada suspeita de que o conhecimento de seu conteúdo seja ilícito ou de que possa servir a elucidação

⁴⁶ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 101.

⁴⁷ AV.G/0089-B, de 27 de janeiro de 1976, do ministro da Justiça, Armando Falcão, ao chefe do SNI, João Figueiredo.

⁴⁸ Ofício GP. Nº 332, de 09 de dezembro de 1975, do presidente do STF, Djaci Falcão, ao procurador-geral da República, Henrique Fonseca.

⁴⁹ Ofício de nº G/610/75, de 09 de dezembro de 1975, do Procurador-Geral da República, ao ministro da Justiça, Armando Falcão.



de novos crimes que estejam sendo praticados contra a Segurança Nacional. [...] Fique bastante claro que as expressas recomendações constante deste ofício não são faculdade concedida a Vossa Senhoria, mas dever do seu cargo, e devem ser cumpridas como ordem judicial⁵⁰.

Nesse excerto, fica evidente que o magistrado, um autêntico “reacionário puro”, justificou a censura das missivas sob o argumento de defesa da “segurança nacional”⁵¹. Cabe destacar que a expressão “por razões de segurança” funciona sempre como um argumento de autoridade que, cortando qualquer discussão pela raiz, permite o enfraquecimento de direitos e garantias individuais e impõe uma dura (e “justificada”) repressão.

Sobre essa questão é importante salientarmos as colocações do filósofo italiano Giorgio Agamben. Para ele, as justificativas governamentais de recorrer a procedimentos de exceção, visando suspender as garantias da lei, “por razões de segurança” para conter uma ameaça real ou imaginária, não é algo recente na história da humanidade. Em diversos momentos históricos, o Estado se apoderou desse plástico argumento de autoridade, por exemplo: na Roma Antiga, o governo recorreu ao aforismo *salus publica suprema Lex* (“a salvação do povo é a lei suprema”); na Idade Média, a Igreja pregou o provérbio *necessitas legem non habet* (“a necessidade não tem lei”); entre 1793 e 1794, na época da Revolução Francesa, os jacobinos adotaram a política do terror sob a ditadura do Comitê de Salvação Pública; na República de Weimar, entre 1919 e 1933, o artigo 48 da Constituição dava o direito do governante suspender os direitos fundamentais, caso a segurança e a ordem públicas estivessem seriamente ameaçadas ou perturbadas; em 2001, após os ataques ao World Trade Center, o presidente norte-americano George W. Bush sancionou o *USA Patriot Act* (conhecida como “Lei Patriótica”) para defender a América dos “ataques terroristas”⁵².

⁵⁰ Informação nº 280/16/AC/77, de 12 de maio de 1977, da Agência Central do SNI à ARJ, ASP, ABH, ACT, APA, AMA, ASV, ACG, AFZ, ABE/SNI.

⁵¹ O ex-presos político Gildásio Westin Cosenza fez o seguinte relato acerca do juiz José Paulo Paiva: “[Em 1975, depois de vários meses presos no DOI-CODI de São Paulo], segui para a auditoria e denunciei o assassinato de Armando [Frutuoso, membro do PCdoB] e as torturas que presenciei e vivi. Fiz uma descrição dos torturadores e de Ramiro [Pedro Antônio Mira Grancieri, policial que comandava uma das equipes de torturadores do DOI-CODI paulista]. E o juiz José Paulo Paiva, um fascista, disse, na frente de meu advogado: “Aqueles idiotas ainda torturam sem capuz? Não aprenderam ainda?”. COSENZA, Gildásio Westin. *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Graboys, 2013.

⁵² AGAMBEN, Giorgio. Como a obsessão por segurança muda a democracia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 78. 06 jan. 2014.



Em outra parte do documento, o juiz Paiva justifica a sua determinação sob o prisma de defender a liberdade, o capitalismo, a democracia e a civilização ocidental contra o “perigo comunista”, que estava levando o Brasil ao atraso, a desgraças e misérias em todas as áreas:

Lamentavelmente, fatores novos evidenciaram que as estratégias e táticas do comunismo internacional determinaram, por exemplo, a criação de denominadas frentes de prisão, objetivando transformar os “patriotas” detidos em eficientes subversivos, com missões específicas, dentre as quais se incluem as de difamar os Poderes Constituídos e de procurar “sensibilizar” certas classes sociais, noticiando-lhes fatos inverídicos ou distorcendo, criminosamente, a verdade⁵³.

De modo geral, quatro pontos básicos ficam explícitos no documento do juiz Paiva:

- a) primeiro, uma defesa incondicional às atitudes tomadas pela “Revolução”;
- b) segundo, uma forte crença na existência de uma “guerra revolucionária” e “inimigos internos” (“inocentes úteis”) que seriam manipulados por forças comunistas. Assim, devido à sua onipresença, o perigo comunista deveria sempre ser controlado e vigiado;
- c) terceiro, uma excessiva preocupação com a força do “inimigo” (comunista)⁵⁴;
- d) por fim, a ideia de que o tratamento dado aos presos políticos era o melhor possível e o que havia, na verdade, era uma campanha difamatória contra o governo brasileiro.

Como se vê, o “reacionário” juiz Paiva fazia parte de uma significativa parcela da sociedade brasileira que realmente acreditava que os soviéticos haviam deflagrado uma investida para a conquista mundial. Para os defensores dessa crença, o principal modo de ação comunista era a entrada sutil no interior dos países, por meio de estratégias de infiltração, manipulação e sedução ideológicas de “inocentes úteis”, com o objetivo de formar “inimigos internos”. De modo geral, acreditavam que:

[...] as forças do comunismo internacional planejavam cuidadosamente e montavam campanhas de propaganda e outras formas de manipulação ideológica que eram em seguida aplicadas secretamente no ‘país-alvo’, de

⁵³ Informação nº 280/16/AC/77, de 12 de maio de 1977, da Agência Central do SNI à ARJ, ASP, ABH, ACT, APA, AMA, ASV, ACG, AFZ, ABE/SNI.

⁵⁴ A essa questão, convém sublinhar as considerações de Carlos Fico. Para ele, durante a ditadura militar brasileira, diversas personalidades empregaram um tom grandiloquente e tecnicista a inúmeros fatos, na maioria das vezes, incompatíveis com a própria realidade. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 72.



modo a atrair setores da população e debilitar a capacidade de reação do governo⁵⁵.

A atitude do juiz Paiva chamou a atenção do SNI que elaborou um documento difundindo, entre os diversos órgãos da comunidade de informações, os bons préstimos do magistrado⁵⁶. Ao tomar ciência do fato, a DSI/MJ encaminhou, em caráter de urgência, a notícia ao gabinete do ministro da Justiça⁵⁷. Poucos dias depois, a Assessoria de Assuntos Sigilosos do gabinete do ministro da Justiça também transmitiu a informação ao ministro da Justiça e emitiu um parecer técnico favorável à expansão da determinação do juiz Paiva às demais auditorias militares sediadas no país:

Já não é sem tempo que alguém se alerta para esse fato, para o qual já temos advertido algumas vezes. Temos entendimento antigo de que as prisões onde se recolhem presos políticos são o maior e melhor centro de subversão, por isso que dispõem de tempo integral para planejar suas “operações” e fazer proselitismo de suas ideias aos demais, presos ou não. São o melhor e mais eficiente aparelho de que podem dispor, mesmo porque protegido e patrocinado pelo próprio estado que atacam⁵⁸.

Após ter tomado conhecimento da determinação do magistrado, o gabinete do ministro da Justiça passou a consultar sistematicamente diversas autoridades especializadas a respeito da “conveniência” e da “legalidade” de expandir a determinação do juiz Paiva para o restante do país. Como esse era um assunto realmente delicado, pois se referia a um preceito constitucional bastante antigo na história jurídica do país, a discussão foi travada sigilosamente nos “bastidores” da ditadura.

Cabe ressaltar que ainda hoje essa questão da “inviolabilidade das correspondências” é uma temática controversa entre os juristas brasileiros. Embora a Constituição de 1988, por exemplo, proteja e garanta o sigilo postal, sem apresentar qualquer tipo de ressalva, inúmeros juristas brasileiros defendem o fim desse direito. Para tanto, se baseiam no “princípio da proporcionalidade” trazido do direito alemão. De acordo com este princípio, sempre que houver, em um caso concreto, colisão de direitos fundamentais será necessário utilizar a noção da “proporcionalidade” como

⁵⁵ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005, p. 46.

⁵⁶ Informação nº 280/16/AC/77, de 12 de maio de 1977, da Agência Central do SNI à ARJ, ASP, ABH, ACT, APA, AMA, ASV, ACG, AFZ, ABE/SNI.

⁵⁷ Encaminhamento nº 2637, de 28 de junho de 1977, da DSI/MJ ao ministro da Justiça, Armando Falcão.

⁵⁸ Processo MJ-100 386-S/77, de 1º de julho de 1977, da Assessoria de Assuntos Sigilosos do gabinete do ministro da Justiça.



um princípio de ponderação, de justa-medida. Nessa ótica, para assegurar “o direito à vida”, por exemplo, algumas garantias dos direitos fundamentais dos cidadãos deveriam ser quebradas⁵⁹.

Antonio Scarance Fernandes, professor titular de Direito Processual Penal da Universidade de São Paulo (USP), adepto do “princípio da proporcionalidade”, por exemplo, considera lícita a quebra da inviolabilidade das missivas quando estiver envolvido no caso concreto “risco de morte”. Para esse jurista, o direito constitucional ao sigilo postal deve ceder lugar, então, ao interesse maior que é sempre a preservação da vida: *“Imagine-se que alguns presos, através de troca de correspondência, preparam a fuga, na qual será sequestrada e morta uma autoridade. Estranho que não se permita a violação dessa correspondência se há notícia do plano, com o intuito de abortá-la”*⁶⁰.

O caso que tratamos neste artigo sobre a discussão ocorrida nos bastidores da ditadura no final da década de 1970 se difere em muito das atuais discussões que defendem o fim do sigilo postal quando o objetivo for “assegurar o direito à vida”, bem maior e supremo de todos. A discussão travada entre as autoridades do regime militar é típica de um período ditatorial. A base de argumento desses juristas não estava baseada no direito à vida, mas alicerçada em questões essencialmente políticas. Em suma, eles defendiam o fim do sigilo postal dentro dos presídios brasileiros sob o eloquente argumento de que assim o regime se armaria de instrumentos capazes de descobrir as possíveis propagandas, segredos e atividades subversivas existentes e de garantir “a ordem e a segurança do país”. Como já foi comentado, na ótica fantasmagórica de muitos militares e políticos conservadores, os presos políticos eram considerados “inimigos da Revolução” por excelência.

A primeira personalidade a ser consultada pelo gabinete do ministro da Justiça acerca da determinação do juiz Paiva foi o diretor-geral do Departamento Penitenciário Federal (DEPEN), Hélio Fonseca, em junho de 1977. Em seu parecer, o diretor do DEPEN concordou plenamente com as normas propostas pelo magistrado, inclusive salientou que tal determinação *sui generis* se harmonizava com as “*Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos e Recomendações Pertinentes*”, elaboradas no I Congresso das Nações Unidas, em Genebra, 1955, e já adotadas nos presídios

⁵⁹ BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. 2. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000.

⁶⁰ FERNANDES, Antonio Scarance. *Constituição da República: código de processo penal e sua reforma*. Revista dos Tribunais (São Paulo), São Paulo, v. 1, 1994, p. 72.



brasileiros. Em seu ofício-resposta, após tecer uma prolongada redação favorável à atitude do juiz Paiva, o diretor do DEPEN sugeriu dois encaminhamentos ao ministro da Justiça, Armando Falcão:

- a) que o tema fosse levado ao Superior Tribunal Militar (STM) para apreciação. No entanto, ressaltava que tal atitude fosse feita de maneira sigilosa para “[...] não aparentar uma intromissão indébita do Poder Executivo e correr o risco de não ser bem compreendida”⁶¹;
- b) ou que o tema fosse levado ao procurador-geral da Justiça Militar para que examinasse de forma acurada e se estivesse de acordo, “[...] utilizasse dos meios hábeis ao seu alcance para convencer o egrégio Supremo Tribunal Militar e demais órgãos que compõem a Justiça castrense a seguir o exemplo do MM. Auditor da 2ª Circunscrição Judiciária Militar”⁶².

Esse segundo encaminhamento do diretor do DEPEN é bastante sugestivo. Como se vê, a proposta era de que o procurador-geral “convencesse” os membros do STM a aceitarem a dura norma do juiz Paiva. O que torna curioso aí é que embora no período dessa discussão, entre 1977 e 1978, o STM estivesse composto em sua maioria por militares da “linha-dura”⁶³, esse tribunal, ao que consta, se mostrava resistente a aceitar a dura norma do juiz Paiva. Essa prudente posição do STM somente poderá ser entendida se tivermos em mente o contexto político do período. Convém lembrar que essa discussão ocorreu dentro do “projeto de distensão lenta, segura e gradual” do governo Geisel, definido já no início de sua gestão. A “distensão” foi uma política de vai e vem, com avanços, mas também recuos notáveis.

A “política de distensão” já foi amplamente explorada por diferentes especialistas e não cabe aqui retomá-la⁶⁴. É pertinente apenas resumir, apontando que, em fins de década de 1970, com o saturamento do aparato repressivo, decorrente

⁶¹ Ofício [s.n.], de 27 de setembro de 1977, do diretor-geral do DEPEN ao gabinete do ministro da Justiça.

⁶² Ofício [s.n.], de 27 de setembro de 1977, do diretor-geral do DEPEN ao gabinete do ministro da Justiça.

⁶³ Em recente palestra, José Carlos Dias, ex-ministro da Justiça e ex-membro da Comissão Nacional da Verdade, afirmou, por exemplo, que no governo Geisel os generais e comandantes da “linha-dura” foram designados para o Superior Tribunal Militar (STM) a fim de que fossem retirados do contato direto com as tropas. Posição contrária àquela adotada anos antes pelo presidente Médici, quando este nomeou diversos “moderados” para o STM, afastando-os do contato com as tropas. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=YvtjrmFGAnk>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁶⁴ Para uma revisão de literatura sobre o tema, ver a introdução de SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis*. a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.



de sua larga, indiscriminada e constante utilização⁶⁵, e as crescentes dificuldades enfrentadas no terreno econômico, a ditadura passou a perder, pós-governo Médici, apoio de significativas parcelas da sociedade brasileira. Diante dessa falta de apoio, o presidente Geisel deu início a uma “política de distensão”, um programa de medidas graduais de liberalização, cuidadosamente controladas, que teve o objetivo principal de garantir a continuidade do regime ao passo que diminuir o crescente isolamento em relação à sociedade civil. Fizeram parte da “política de distensão”, entre outras questões, o gradual desmantelamento e fechamento de parte dos órgãos de repressão, a demissão de determinados oficiais da “linha-dura”, a abertura de uma brecha maior de atuação para a oposição, a promessa de rápido restabelecimento da democracia e a revogação de determinados dispositivos arbitrários⁶⁶. Mas também não podemos esquecer que Geisel, usando os poderes excepcionais da ditadura, fechou o Congresso, cassou mandatos e comandou operações violentas contra os comunistas.

Seguindo a sugestão do diretor do DEPEN, o ministro da Justiça levou o tema ao “reacionário legalista” Milton Menezes da Costa Filho, procurador-geral da Justiça Militar. Através de um ofício confidencial, o procurador expressou sua concordância quanto ao mérito da questão, porém, realizou uma ressalva sobre a necessidade de sigilo no trato dessa questão uma vez que:

Qualquer pronunciamento deste Órgão [...] haverá, evidente, por parte dos órgãos de comunicação, enfoque distorcido, como que posicionamento do Órgão contra a decantada garantia dos direitos humanos, tão em voga na atual conjuntura, como repasto aos que buscam comprometer o Governo, perante a opinião pública. Deste modo, as repercussões da medida, por atingirem, também, a área política, impregnando-a da necessidade de maior meditação, levam ao bom alvitre de, sob este prisma, também ser examinado o que melhor poderá ser feito por Vossa Excelência, sob a chancela do Senhor Ministro Armando Falcão⁶⁷.

No excerto acima, percebe-se que o procurador Costa Filho, embora tenha concordado com a medida do juiz Paiva, enfatizou a necessidade de maior meditação

⁶⁵ Aqui, cito as pertinentes colocações de Wanderley Guilherme dos Santos: “*A repressão é onerosa. Quanto mais se usa, mais difícil torna-se usá-la*”. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Autoritarismo e Após: convergências e divergências entre Brasil e Chile, *Dados*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1982, p. 160.

⁶⁶ De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a “política de distensão” constituiu-se numa derradeira busca de legitimação do Estado pós-74. Assim, “*Tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da ‘oposição de elite’ [OAB, CNBB, ABI e MDB], num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado. Simultaneamente garantia-se o controle da sociedade civil pela aplicação seletiva do poder coercitivo*”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*. 1964-1984. São Paulo: Edusc, 2005, p. 225.

⁶⁷ Ofício Confidencial nº 81/77/GAB/PGMPM, de 24 de outubro de 1977, do procurador-geral da Justiça Militar ao secretário-geral do Ministério da Justiça.



sobre o caso, por causa da discussão sobre a “garantia dos direitos humanos”, tão em voga no período⁶⁸. O contexto internacional é de suma importância para entendermos a posição desse procurador.

No começo da década de 1970, tinha começado a crescer e se ampliar as redes de solidariedade e resistência às ditaduras latino-americanas e a difusão das denúncias contra as violações de direitos humanos existentes nesse subcontinente. A partir desse período, centenas de acadêmicos, religiosos, exilados latino-americanos e ativistas políticos, assim como inúmeros relatos de presos políticos (*Terror in Brazil: A dossier* e *Livre noir: Terreur et torture au Brésil*, por exemplo) e organismos internacionais (a Anistia Internacional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, entre outras) vieram a público informar sobre a grave situação política vivida na América Latina.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a questão da violação dos direitos humanos passou a chamar tanta atenção do público norte-americano que virou um dos principais temas da campanha presidencial de 1976. O então governador do Estado da Geórgia, Jimmy Carter, por exemplo, fez vários pronunciamentos públicos ligando sua candidatura a uma política de distanciamento da Casa Branca em relação a países que torturavam seus cidadãos. Ao chegar ao poder, em 1977, Jimmy Carter adotou a temática dos direitos humanos como critério orientador da política externa norte-americana. Por isso, foi obrigado a realizar uma profunda alteração no trato com as ditaduras latino-americanas e a pressionar esses governos a apoiarem a questão dos direitos humanos. Segundo James Green, os duros pronunciamentos de Carter a respeito dos direitos humanos causaram uma reação muito forte no governo brasileiro⁶⁹. Em março de 1977, um relatório encaminhado pela Casa Branca ao Senado norte-americano a respeito da situação dos direitos humanos no Brasil levou

⁶⁸ Embora, aparentemente, “legalista”, duas ações do procurador Costa Filho demonstram a sua posição reacionária dentro do regime. No processo do preso político Alex Polari de Alverga no STM, o procurador Costa Filho foi o responsável em negar provimento ao recurso de redução de pena, pois o denunciado, embora “*seja réu primário e menor de idade [...] é de altíssima periculosidade [...] e tem um rosário de outros crimes, farta e plenamente confessados*”. O procurador Costa Filho também foi o responsável por arquivar, em setembro de 1981, o IPM sobre as bombas no Riocentro. MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 158.

⁶⁹ GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 464.



o presidente Geisel, por exemplo, a revogar o acordo militar que havia entre os dois países.

Como se pode perceber, a posição do procurador Costa Filho não era ingênua e estava, de fato, extremamente atenta com o contexto político internacional favorável aos direitos humanos e, ao que lhe parecia, pouco receptivo à adoção da violação epistolar nos presídios brasileiros. Por isso, sugeria às demais autoridades especializadas maior meditação sobre o impacto da conversão da violação em formato de lei.

Ao final do referido ofício, o procurador Costa Filho sugeriu ao Ministério da Justiça, numa linguagem popular, “um jeitinho” de viabilizar a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos. Para ele, em vez de o Estado brasileiro criar um ato normativo para devassar as missivas – o que traria uma repercussão negativa, nacional e internacional para o regime –, os governadores estaduais, através de suas respectivas secretarias de segurança, deveriam determinar às suas penitenciárias que violassem as cartas dos presos políticos, “[...] deixando que as reclamações concretas fossem, e seriam poucas, analisadas pelo Judiciário que, fatalmente, diante da legalidade da medida, mantê-la-ia”⁷⁰.

Documentos sigilosos constantes no referido Processo GAB nº 100.386 revelam que a DSI/MJ teria discordado da proposição do procurador Costa Filho. Em uma *Informação*, por exemplo, dirigida ao ministro Armando Falcão, a DSI/MJ, que era favorável à ampliação da determinação do juiz Paiva aos demais presídios brasileiros, tentou convencer o ministro acerca das enormes dificuldades para a aplicabilidade da medida mitigadora do procurador Costa Filho. A DSI/MJ justificou seu posicionamento utilizando como argumento a complacência e o despreparo dos funcionários e dos agentes penitenciários estaduais em controlar as correspondências dos presos políticos:

Os presos subversivos têm contato com o Assistente Social, com o Psicólogo, com o Médico e com o Dentista. A limpeza é feita por um preso comum. As visitas são revistas por um Guarda da Secretaria de Justiça e por uma funcionária da mesma Secretaria; segundo o órgão de origem, tais pessoas “não possuem nenhuma instrução policial para procedimento das revistas”. Destaca-se, finalmente, o fato de se estabelecer um relacionamento estreito entre Guarda e Preso, favorecido pela convivência diurna e pela superioridade intelectual de alguns dos presos sobre os guardas, o que acarreta inevitável abrandamento da rigidez na segurança⁷¹.

⁷⁰ Ofício Confidencial nº 81/77/GAB/PGMPM, de 24 de outubro de 1977, do procurador-geral da Justiça Militar ao secretário-geral do Ministério da Justiça.

⁷¹ Informação nº 918/77, de 29 de outubro de 1977, da DSI/MJ ao ministro da Justiça, Armando Falcão.



Convém salientar que essa não foi a primeira vez que as divergências entre diferentes órgãos da ditadura vieram à tona. Em 1976, por exemplo, o Departamento de Polícia Federal (DPF) enviou ao ministro da Justiça, Armando Falcão, o prontuário de Dom José Maria Pires (arcebispo da Paraíba), descrevendo e analisando minuciosamente as atividades políticas do prelado desde 1968. A finalidade das informações fornecidas pelo DPF era prover o ministro da Justiça de subsídios necessários para justificar o “enquadramento do bispo como infrator da Lei de Segurança Nacional”, já que, segundo a lei vigente, era o titular daquela pasta o responsável em decidir sobre essa questão. Mesmo considerando que seria possível usar a Lei de Segurança Nacional contra Dom José Maria no caso em pauta, o assessor jurídico do ministério reforçava “[...] *as conotações do caso e os reflexos que uma medida dessa ordem acarretaria no quadro e momento político que vivemos*”⁷².

Após receber o pleito da DSI/MJ, o gabinete do ministro Armando Falcão encaminhou a questão para que o diretor do DEPEN, Hélio Fonseca, emitisse uma nova avaliação. Em seu ofício-resposta, Hélio Fonseca reiterou sua posição a favor da DSI/MJ, discordou da cautela legalista do procurador Costa Filho quanto à repercussão negativa da censura das missivas, e sugeriu que este utilize de sua autoridade tanto para influenciar os demais procuradores quanto para abafar as “temidas repercussões negativas”. Nas palavras do diretor do DEPEN:

O Senhor Procurador-Geral, entretanto, tem dúvida, no tocante a estender ditas normas às demais Circunscrições da Justiça Militar, tal como sugerido pela DSI deste Ministério [...]. De minha parte, acho procedente essa cautela do Chefe do Ministério Público Militar, mas entendo, igualmente, que as distorções que certos setores da Imprensa possam fazer em torno da censura à correspondência de presos, não deverão nos inibir ao cumprimento de um dever legal e de norma elementar de segurança, seguida em todos os países civilizados do mundo. Ademais, as recomendações aos membros do Parquet [Ministério Público], que lhe estão subordinados, poderão ser feitas mediante expediente reservado, com o que se obstará grande parte das temidas repercussões negativas⁷³.

Poucos dias depois, a Assessoria de Assuntos Sigilosos do gabinete do ministro da Justiça emitiu também um ofício ao ministro Falcão, ratificando a posição da DSI/MJ e do diretor-geral do DEPEN acerca da necessidade e da urgência da

⁷² Ministério da Justiça. Processo Confidencial 58671/75. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Caixa 567/05263.

⁷³ Ofício Confidencial do diretor-geral do DEPEN, de 1 de novembro de 1977, ao secretário-geral do Ministério da Justiça.



aplicação e expansão nacional da determinação do juiz Paiva. A Assessoria justificou sua posição diante da:

[...] complacência de responsáveis pelas organizações penais [estaduais], vistos que permitem a sua expedição [da correspondência]. A pesquisa efetuada pelos órgãos de informação foi realizada junto às Secretarias de Segurança Pública nos Estados seguintes: RJ – BA – GO – PR – SC – MG – PE – RN – CE, com resultados positivos. Relata-se, por derradeiro, a falta de preparo daqueles encarregados de censurar a correspondência prisional⁷⁴.

Nesse expediente, a DSI/MJ informou ao ministro que, em revistas periódicas realizadas no Instituto Penal Paulo Sarasate de Aquiraz, em Fortaleza, por exemplo, foram apreendidas, em poder de uma visitante, várias xilogravuras confeccionadas pelos detentos. A DSI/MJ utilizou também outros exemplos para mostrar a existência de uma “livre circulação de missivas subversivas” dentro dos presídios que burlavam facilmente a fiscalização dos agentes públicos e traziam sérios perigos à ordem pública e à segurança nacional.

É importante aqui enfatizar que após esse informe, o tema das correspondências dos presos políticos só voltou à tona novamente, em maio de 1978, quando o então secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Manoel Pedro Pimentel, remeteu ao ministro Armando Falcão, a tese do jurista e professor Zwinglio Ferreira apresentada no I Congresso Brasileiro de Administração Penitenciária, ocorrida em maio daquele ano⁷⁵. Com o tema *A censura nos presídios – correspondências nos presídios; violação de correspondência do presidiário; censura postal nos presídios; censura cultural nos presídios*, Zwinglio Ferreira buscou convencer os participantes do seminário sobre a necessidade de legalizar o controle das correspondências dos presos políticos no país. Procurou apresentar, mais especificamente, o equívoco histórico das Constituições brasileiras que, com exceção da Carta de 1937, sempre garantiram o direito à inviolabilidade das missivas.

No término de sua exposição, o jurista se mostrou contundente em suas considerações. Aproximando-se dos argumentos do procurador Costa Filho, anteriormente citados, Zwinglio Ferreira propôs que, caso não fosse aprovado urgentemente um regulamento ou um código nacional sobre a questão da censura das correspondências nos presídios brasileiros, dever-se-ia continuar a devassar

⁷⁴ Processo MJ-100 732-S/77, de 5 de outubro de 1977, da Assessoria de Assuntos Sigilosos do gabinete do ministro da Justiça.

⁷⁵ Ofício CAP 123/78, maio de 1978, do secretário da Justiça do Estado de São Paulo ao Ministro da Justiça.



ilegalmente as missivas e aguardar as raras denúncias dos presos na Justiça, que, por certo, não agiria em favor deles. Nas palavras do jurista:

Até o momento não se tem notícia de ter a censura nos presídios sofrido algum tipo de impugnação dos interessados, por meio de procedimentos judiciais. Portanto, não se pode avaliar como seriam decididas impugnações dessa natureza, na hipótese em que fosse alegada a inconstitucionalidade do controle imposto à correspondência e aos livros, revistas, jornais etc. Os presos comuns têm se submetido passivamente a esse constrangimento, porque os Regulamentos Internos de todos os Presídios instituíram a censura. Esses presos acreditam na licitude da medida, apenas porque ela consta dos Regulamentos, ignorando, talvez, a inexistência de suporte legal. Ao mesmo tempo em que presos políticos [...] inseriram protestos sobre a censura imposta na sua correspondência, nos livros, jornais etc., mas o Superior Tribunal Militar não chegou a examinar especificamente o assunto, rejeitando por inteiro a reclamação⁷⁶.

Mesmo com o fim da ditadura, em 1985, os órgãos de informações do Estado brasileiro continuaram produzindo inúmeros documentos de investigação sobre pessoas, instituições e movimentos sociais. No entanto, curiosamente, a pasta documental “Processo GAB nº 100.386” relativa às correspondências dos presos políticos foi fechada já no ano de 1978. Conforme foi dito, a tese do jurista Zwinglio Ferreira, de maio de 1978, foi a última peça anexada à pasta. A nosso ver, não que o tema do sigilo postal tenha perdido valor ou sentido para os integrantes da ditadura, mas é de se supor que a discussão sobre a legalização da prática tenha se encerrado justamente quando foi aprovada a *Lei nº 6.538*, em junho de 1978, preservando o direito ao sigilo de correspondências de qualquer cidadão, conforme preceituava a Constituição de 1967.

Obviamente, a instituição da *Lei nº 6.538* não impediu que as cartas de presos políticos e integrantes da esquerda deixassem de ser devassadas. No início de 1978, os presos políticos do Departamento do Sistema Penitenciário (DESIPE), no Rio de Janeiro, por exemplo, divulgaram a público um documento em que lançava fortes críticas à administração do presídio, ao tratamento arbitrário do sistema carcerário, à proibição de determinadas visitas e às constantes violações de correspondências⁷⁷. Porém, é importante que se diga que a instituição da *Lei nº 6.538*, notadamente o seu artigo 40, pelo menos no plano legal, pôs fim ao desejo de diversos integrantes da

⁷⁶ Ofício CAP 123/78, maio de 1978, do secretário da Justiça do Estado de São Paulo ao Ministro da Justiça.

⁷⁷ Informação 56-DSI/MJ, de 18 de janeiro de 1978. Processo Confidencial 100066/78. Série Movimentos Contestatórios, subsérie Processos do fundo “Divisão de Segurança e Informações”. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Caixa 618/05284.



ditadura de traduzirem, em termos jurídicos, as violações de correspondências dos presos políticos do regime militar brasileiro.

Considerações Finais

Entre as inúmeras violações de direitos fundamentais ocorridas durante a ditadura militar brasileira, o presente artigo se propôs a analisar a discussão sobre a quebra do sigilo de correspondência dos presos políticos brasileiros durante o governo Geisel. Conforme escreveu Rodrigo Patto Sá Motta:

Tratando-se de um contexto histórico marcado pela violência das prisões, tortura e morte abordar faceta menos aguda da repressão pode parecer trabalho deslocado e anódino. Ao contrário, penso que tal perspectiva nos ajuda a construir quadro explicativo mais amplo da experiência autoritária, ao deslocar o foco das situações de confronto e resistência aguda para o cotidiano da repressão. [...] entender como o autoritarismo afetou o dia a dia [...] é tão importante quanto analisar os sucessos e insucessos dos que optaram pelo confronto aberto⁷⁸.

Ao longo do trabalho, afirmamos que embora a devassa das cartas dos presos políticos tenha sido uma prática usual da ditadura, que contava, inclusive, com a conivência da alta hierarquia do regime, ela sempre ocorria de maneira “ilegal”, uma vez que a própria Constituição autoritária de 1967 garantia no plano formal, sem ressalva, o direito do cidadão ao sigilo postal. Essa “ilegalidade” do regime militar não foi à toa, tampouco ingênua. Tanto ela quanto os ofícios sigilosos trocados entre as autoridades do governo Geisel devem ser pensados à luz das preocupações do regime militar em esconder ou maquiar seu caráter autoritário. Na ótica de alguns integrantes do governo, a divulgação de violação epistolar de presos políticos por parte do regime, ferindo um preceito constitucional, era uma questão que certamente atrairia fortes críticas de setores nacionais e internacionais.

Foi por esse motivo que, apesar da enorme pressão dos setores reacionários solicitando a aprovação de uma norma mais dura que legalizasse a quebra do sigilo postal nos presídios brasileiros, o governo Geisel optou por escolher o caminho “mais seguro”, que não desgastava a imagem “democrática” da “Revolução”, aprovando em junho de 1978, a *Lei n° 6.538*, uma importante conquista da sociedade brasileira na

⁷⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 33-34.



busca pela efetivação de um Estado Democrático de Direito, fundado no respeito aos direitos fundamentais.

Assim, na medida em que assistimos sérias e crescentes ameaças à jovem democracia brasileira, a exemplo das recentes informações e documentos divulgados por Edward Snowden, ex-agente da Agência Nacional de Segurança norte-americana (*National Security Agency, NSA*, em inglês) a respeito dos programas de vigilância e monitoramento dos EUA sobre o Brasil⁷⁹, torna-se imperativo a discussão a respeito das restrições das liberdades civis em nome da “segurança” e da “ordem pública”. A atual luta contra o terrorismo e a criminalidade não justifica violações do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e das garantias e liberdades fundamentais, o que é explicitamente proibido por tratados e convenções basilares do Direito Internacional Público, ratificados pelo Brasil. Após anos de lutas e conquistas em defesa dos direitos individuais e sociais (*e.g.*, o direito à privacidade e à intimidade), não podemos aceitar a sua simples desconstrução. Não podemos, de maneira condescendente, aceitar viver novamente em um país sob a égide de órgãos de segurança que atentam contra a privacidade e a inviolabilidade das correspondências e se utilizam de leis antiterrorismo e draconianas para apreender e confiscar bens e materiais e deter e interrogar cidadãos mesmo sem que uma acusação formal lhes seja imputada.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. Como a obsessão por segurança muda a democracia. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, n. 78. 6 jan. 2014.
- ALVES, Márcio Moreira. *Tortura e torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. 2. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2000.
- BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.

⁷⁹ Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA. *G1*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 16 jul. 2015.



- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA. *“Bagulhão”*: a voz dos presos políticos. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. v. 1. Brasília: CNV, 2014.
- COSENZA, Gildásio Westin. *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.
- D’ARAUJO, Maria Celina. Ministério da Justiça, o lado duro da transição. In: CASTRO, Celso. D’ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.
- FERNANDES, Antonio Scarance. *Constituição da República: código de processo penal e sua reforma*. Revista dos Tribunais (São Paulo), São Paulo, v. 1, 1994.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 101.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 464.
- KINZO, Maria D’Alva G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- LAGÔA, Ana. *SNÍ: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura*. Carlos, SP: Edufscar, 1995.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*.



169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MONDAINI, Marco. *Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto/UNESCO, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*: as assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979). In: ROUQUIÉ, Alain. (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Apresentação. In: INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: a repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2001.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: FILHO REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Autoritarismo e Após: convergências e divergências entre Brasil e Chile. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, 1982.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. *A preservação do Legislativo pelo regime militar brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)*. 334 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.



O Plan Noel e a Plaza de Mayo: Política, pensamento urbano e espaço cívico em Buenos Aires

Ana Carolina Oliveira Alves¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo versar sobre a dimensão política da *Plaza de Mayo*, localizada em Buenos Aires, capital argentina. Essa praça, que se constituiu não só em torno do governo local, mas também de um centro financeiro e religioso, foi historicamente expressão de diversas ações cívicas e coletivas. Buscamos compreender, a partir do processo anterior à ocupação deste espaço, sua concepção e reafirmação como lugar essencialmente político. Este espaço atualiza o sentido de poder na sociedade argentina e, portanto, não está alheio às disputas políticas que se efetivam no espaço público e nele se materializam. Para compreender as transformações deste espaço como intencionais escolhemos o *Proyecto Orgánico de Urbanización de Buenos Aires*, elaborado entre 1923 e 1925 que incorporou o tema dos espaços públicos como um dos instrumentos de reforma urbana privilegiados, realizando a articulação planificada de diversos centros cívicos como a *Plaza de Mayo*. Esse documento sintetizou uma intensa negociação entre diversos setores sobre a maneira de pensar a cidade, já que posições foram debatidas e enfrentadas constantemente. Tais embates deixam claro que o espaço urbano se configura a partir destas disputas e que é em resposta às próprias mudanças políticas que a sociedade e a cidade vão se delineando.

Palavras-Chave: Buenos Aires; *Plaza de Mayo*; Pensamento Urbano.

Introdução

A cidade de Buenos Aires no final do século XIX foi alvo de um grande processo de modernização. Enquanto este foi proposto pelo Estado seguindo parâmetros específicos, a ocupação efetiva ocorreu de forma menos dirigida e ordenada. As ruas e praças da capital portenha constituíram locais privilegiados de manifestações, festas e rituais realizados por indivíduos e grupos com demandas específicas que entendem essas

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) em História, na área "Política, Memória e Cidade" pela Universidade Estadual de Campinas. Contato: anacarolinaoa@hotmail.com



apropriações como forma de expressão pública de suas vontades². Nesse contexto, a infinidade de expressões de diversos sujeitos no espaço de Buenos Aires, tomando ruas e praças, comumente ocorre na intenção de manifestar demandas, sobretudo quando se considera um espaço específico para entender essa ressignificação urbana: a *Plaza de Mayo*³. As praças, que constituíam espaços centrais da civilidade na época colonial, se tornam, ao longo da história, verdadeiros locais de negociação entre diversos grupos – caso exemplar da *Plaza de Mayo*, que acolheu elementos que reverberariam em toda a nação. Tais negociações ficam evidentes não só quando consideramos seus usos e ressignificações constantes, mas também desde como este espaço foi projetado e concebido.

Um estudo dos espaços coletivos na cidade nos permite constatar a complexidade de formas e funções adquiridas por estes nas diversas civilizações. A praça constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental e, como espaço coletivo, recebeu acontecimentos relevantes da vida cotidiana, estando sempre vinculada aos momentos de transformações das cidades. Desde a antiguidade até a era contemporânea, essas praças representaram a síntese da organização urbana e se constituíram como lugares propícios à interação social, marcando a própria identidade destas cidades. Estes locais, por meio de diferentes processos de apropriação, passam constantemente por um processo de ressignificação. As praças se configuram como local privilegiado, portanto, por seu caráter coletivo e multifuncional, sendo elemento fundamental de políticas de intervenção urbana⁴. Elas são espaços capazes de se adaptar às transformações das cidades e que permitem apropriações diversas, que fazem com que adquiram, ao longo da história, várias formas e funções, mas continuem essencialmente como espaços coletivos de vital importância na vida urbana.

Os diferentes usos feitos das praças, historicamente falando, são nítidos. Uma primeira acepção do vocábulo *plaza* o define como um espaço da cidade destinado ao comércio, à reunião e à realização de festividades de todos os tipos. Vinculado a este primeiro, uma segunda definição fazia alusão ao seu caráter público como lugar onde

²LOBATO, Mirta Zaida (Ed.). *Buenos Aires: manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2011

³Optamos por conservar a grafia original do nome da praça por consideramos que este já carrega grande carga de significado.

⁴CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/trabalhos/OCR_CALDEIRA.pdf



se toma conhecimento de notícias e são comunicadas normas e decisões governamentais. Assim, esta definição estava relacionada com o tornar público, em uma referência implícita a um espaço que possibilitava tornar algo conhecido por todos⁵. O que constitui o foco deste estudo é esta praça específica da capital portenha que emerge como elemento de reivindicações sociais, manifestações, passeatas políticas, protestos e outros. Algumas praças ficaram famosas e acabaram adquirindo um papel simbólico. A *Plaza de Mayo* localiza-se no micro centro⁶ da cidade de Buenos Aires e configurou-se, ao longo de sua história, como um lugar de diversas memórias, manifestações cívicas e ações coletivas.

Há mais de quatro séculos, a *Plaza de Mayo* configura-se de forma central no espaço urbano da capital argentina e é derivada da colonização e conquista espanhola do território americano⁷. A *Plaza* surge da segunda fundação do local, em 1580, e era chamada anteriormente de *Plaza Mayor*, estabelecendo-se como local de acontecimentos históricos relevantes, tal como a Revolução de Maio (1810), da qual herdou seu atual nome⁸. Encontra-se hoje no bairro de Monserrat, tem formato retangular e é delimitada pelas ruas Hipólito Yrigoyen, Balcarce, Bernardino Rivadavia e Simón Bolívar. Três linhas de metrô possuem estação próxima à praça e a ela se ligam ainda avenidas de grande importância como a Avenida de Mayo, que a conecta com a *Plaza del Congreso*, e as Avenidas Diagonais Sul e Norte – configuração material que acentua a centralidade da praça na dinâmica urbana. Além disso, ao longo de sua existência, reuniram-se ao seu redor importantes instituições como o *Cabildo*, antiga sede da administração colonial, a Casa Rosada, sede do governo da República, o Banco de la Nación e a Catedral Metropolitana de Buenos Aires. A praça se constituiu em torno não só do governo local, mas também de um centro financeiro e de uma instituição religiosa e é percebida como um espaço urbano plural, com o qual diversos agentes interagem diariamente. A *plaza* é, portanto, foco deste estudo por este caráter público, que permite uma clara compreensão do

⁵NOVICK, Alicia; FAVELUKES, Graciela. Plaza. In: Christian Topalov; Stella Bresciani; Laurent Coudroy de Lille; Hélène Rivière D'Arc. (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. 1ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 498-506.

⁶Micro centro é uma região composta por uma área financeira de 60 quadras, sendo uma área de vital importância para a cidade.

⁷BERJMAN, Sonia. *La plaza española en Buenos Aires, 1580-1880*. Buenos Aires: Kliczkowski, 2001.

⁸A Revolução de Maio foi um movimento ocorrido no início do século XIX que visava a emancipação do vice-reinado do Prata da Coroa espanhola e responsável pelo nome concedido à praça. Ver: LLANES, Ricardo. *Antiguas Plazas de la Ciudad de Buenos Aires. Cuadernos de Buenos Aires* 48. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1977.



entrelaçamento da esfera política, dimensão simbólica e a própria materialidade da cidade.

Para além da dimensão material, também deve ser considerada a dimensão simbólica e, portanto, subjetiva da cidade, como elemento de sua constituição. Concordamos com estudos que têm ressaltado a importância de se ampliar as análises sobre as cidades como objeto para a história, a fim de permitir uma compreensão mais rica a partir de narrativas e vivências que cumprem diversos papéis rotineiramente – sejam políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Como atesta Christophe Prochasson, ao ampliar as indagações do campo político, este não se reduz a sua dimensão cognitiva, mas também às simbólicas e afetivas, sendo feito com um conjunto de signos que conclamam identidades e transbordam das instituições que habitualmente a abrigaram⁹. A política, segundo Hannah Arendt, existe quando os homens agem e se comunicam coletivamente, o que requer um espaço onde os homens possam se encontrar e interagir através da ação e da palavra¹⁰. A autora defende, portanto, uma noção de esfera pública como lugar que gera a vida política. Para Adrián Gorelik, a categoria de espaço público funciona como uma categoria-ponte que coloca em um mesmo recipiente conceitual duas dimensões da sociedade: a da política e a da cidade¹¹. O conflito, segundo o autor, é inerente à definição do espaço público. Convém, portanto, decompor estas partes para compreender o que se passa com a cidade e com a política – além de suas íntimas correlações.

Para compreender as intervenções no espaço da cidade é necessário atentar para as mudanças da própria política. Como Carl Schorske observou no caso de Viena, também aqui o entrelaçamento entre cidade e política se faz muito presente. Ao estudar a construção de um conjunto arquitetônico na capital austríaca – na chamada *Ringstrasse* – Schorske traz à tona o conflito que jaz escondido e solidificado nesta suposta harmonia entre os significados simbólicos de estilo dos edifícios¹². A teoria de Schorske evidencia os conflitos ocultos na cidade, que são tão importantes, porém, em sua constituição. A Plaza foi e é um espaço constantemente

⁹PROCHASSON, Christophe. "Emoções e política: primeiras aproximações". *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n.34, 2005, p. 305-324

¹⁰ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 59-83.

¹¹GORELIK, Adrian. O romance do espaço público. In: *Arte & Ensaios*, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.

¹²SCHORSKE, Carl. *Viena Fin-de-siècle*, São Paulo: Cia das Letras, 1989.



contestado. Não só sua ocupação, mas também os projetos para esse espaço são resultantes de disputas políticas entre interesses de subgrupos participantes da elite e suas tentativas de moldar a política e a cidade de Buenos Aires, que passava por mudanças rápidas. Fica claro que nesse ambiente construído, projetam-se reivindicações de poder e de valores culturais assim como as verificadas no caso austríaco, e cabe investigar historicamente como se dá esse processo.¹³

O recorte temporal deste trabalho se concentra em um marco específico: O projeto orgânico para urbanização da cidade de Buenos Aires, datado de 1925. O projeto orgânico incorporou o tema dos espaços públicos como um dos instrumentos de reforma urbana privilegiados e realizou a articulação planejada de diversas escalas de espaço público: dando atenção a centros cívicos, como a *Plaza de Mayo*, que poderiam se relacionar com a reestruturação da área metropolitana numa tentativa de consolidar esta área como centro governamental, onde localizar-se-iam novos ministérios.

O Projeto Orgânico de 1925

Torcuato de Alvear, o primeiro intendente de Buenos Aires, assumiu a responsabilidade de, durante sua gestão – que foi, de maneira geral, durante a década de 1880¹⁴ – transformar fisicamente a cidade que assumira o papel de capital. O intendente ratificou a valorização simbólica e espacial da *Plaza de Mayo*, começando sua ação por este espaço central. Ao eliminar a função comercial da praça com a demolição do edifício da *Recova*¹⁵ – que não se enquadrava nos usos da cidade que se pretendia moderna – ganhou destaque a ideia de amplificar o âmbito da praça em consonância com maior densidade de usos dados a área central. Essa demolição

¹³SCHORSKE, Carl. Museu em espaço contestado: a espada, o cetro e o anel. In: *Pensando com a História*. indagações na passagem para o modernismo, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴Ainda que em 1880 Buenos Aires fosse administrada por uma Comissão Municipal, a partir de 1883 foi criado o posto de intendente. Torcuato de Alvear foi o primeiro a ocupar esse cargo e ocupara também durante os três anos anteriores a presidência da comissão. O intendente, representante da *Generación del 80* – grupo cujas ideias e ações emparelhavam-se com o positivismo, pois acreditavam no progresso na ciência e na tecnologia como formas de resolver todos os problemas dessa cidade em vias de se modernizar – encabeçou projetos que buscavam alterar a imagem da cidade para que esta sustentasse ideias de expansão da ordem e da civilização defendidas por este grupo.

¹⁵Ainda no século XVIII, foi sugerida a construção de um edifício que se destinasse ao mercado da cidade. A construção da Recova aconteceu em 1803 para servir de centro a vendedores ambulantes que circulavam por aquela área da cidade. Era propriedade de uma família que alugava seus espaços para comerciantes.



representou não só a perda de um edifício, mas a ratificação de uma ideologia que buscava eliminação de formas tidas como atrasadas e buscando outras que agora representassem a emancipação argentina¹⁶.

As transformações dos espaços públicos, que passam a incorporar novos usos e funções, são consequências das mudanças da própria sociedade. Os processos de mudança afetam a aparência das cidades em diferentes níveis: a paisagem urbana, o tecido urbano e o traçado. A *generación del 80* considerou ter direitos de alterar estes três níveis por se considerar fundadora de uma nação civilizada. Para tal, a cidade necessitaria de mudanças físicas que demonstrassem, como assinalou Gorelik, que era epicentro de uma ação reformista, nacionalista e exemplificadora¹⁷. A arquitetura era encarada, portanto, como meio capaz de sintetizar o espírito de uma civilização e foi um elemento que colaborou para a tarefa de fortalecimento da alma nacional que se expressou, portanto, também nas transformações urbanas. Esses projetos revelam como as expressões arquitetônicas ajudaram a moldar a construção ideológica de um determinado imaginário. Nossa intenção aqui é seguir caminho similar: compreender como essa materialidade deve ser lida, no caso argentino da *Plaza de Mayo*, para que possamos identificar discursos que se expressam nas transformações da cidade e deste espaço.

Gerações posteriores, com talvez menos poderes do que a dos 80, mas com a mesma retórica também se consideraram habilitadas a atuar sobre o espaço da cidade, principalmente da *Plaza de Mayo* e seu conjunto, afetando não só sua aparência, mas seu simbolismo. Ao longo da década de 1920 houve na Argentina um intenso debate sobre a arquitetura e suas finalidades, que está entrelaçado com a relação entre a cidade e sua transformação não só material, mas também simbólica. Estes temas deixam de ser exclusividade dos círculos intelectuais e ganham um aspecto público, além de uma centralidade, que era nova. O *Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio*, segundo Noemí Adagio, é um documento em que se pode observar o entrelaçamento imbricado entre arquitetura e urbanismo¹⁸. A autora ainda afirma que este plano demonstra uma tensão entre a tradição disciplinar de

¹⁶GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: Evolución Urbana, 1536 - 2000*. Buenos Aires: CEDODAL - Librería Concentra, 2014.

¹⁷GORELIK, Adrian, "Celebración y representaciones de la ciudad", In: *La grilla y el parque espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*. Quilmes, UNQUI, 1998, p. 205.

¹⁸ADAGIO, Noemí. "El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)". *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999



seus autores, a aceitação dos condicionamentos históricos da própria cidade e as demandas de um programa político.

O projeto, elaborado em 1925, nos permite analisar as intenções políticas para com este espaço público¹⁹. Busca-se, neste momento, identificar e problematizar como se entrelaçam essas disputas e a materialidade do espaço. No projeto são apresentadas quatro propostas de modificação para a *Plaza de Mayo*, seguindo uma tendência de manter seu caráter de expoente da grandeza nacional. Para tal, a ideia central era a concentração de grandes instituições ao redor da mesma: onde se localizariam todos os ministérios do Estado. Isso facilitaria as relações entre as distintas repartições e, além disso, estaria vinculado a um alto conceito estético de acentuar o caráter monumental da cidade como capital argentina. Verificar-se-á se as intenções e projetos refletidos no primeiro momento permanecem em meio a estas disputas, materializados nesse espaço, ou se, por outro lado, pode ser identificada uma ruptura de intenções e de projetos.

Seria o intendente Carlos Noel quem daria ao crescimento da cidade uma orientação mais efetiva. Noel assumiu como intendente da cidade em outubro de 1922, designado por Marcelo T. de Alvear depois que este assumiu a presidência, e permaneceu no cargo até o início do ano de 1927. Estudou no Colégio Nacional de Buenos Aires e posteriormente cursou diplomacia na Universidade de Sorbonne, e, quando nomeado intendente, era embaixador argentino no Chile.

Noel se dispôs a formar uma equipe de trabalho para estudar o desenvolvimento da cidade, a qual denominou *Comisión de Estética Edilicia (CEE)*. Uma de suas intenções era resolver os problemas dos novos bairros populares e reduzir o desequilíbrio entre eles e o centro portenho. Esta comissão era integrada por quatro importantes instituições: a Sociedade Central de Arquitetos, o Ministério de Obras Públicas, a comissão Nacional de Belas Artes e a Municipalidade da cidade de Buenos Aires, cujos representantes eram, respectivamente, o arquiteto Carlos Morra, o engenheiro Sebastián Ghigliazza, o arquiteto Martín Noel, irmão do intendente, e o Arquiteto René Karman. Além dos nomes citados, para a elaboração

¹⁹Cabe aqui uma nota de agradecimento às Bibliotecas Técnicas do Ministério Economia de Buenos Aires, principalmente a de Obras Públicas, na qual tivemos acesso ao Projeto de 1925. Além disto, agradecemos a toda a ajuda concedida por Alicia Novick e pelo Instituto de Arte Americano Mario Buschiazzi em nossa coleta de fonte.



do projeto, a Comissão recebeu ajuda direta do arquiteto francês Jean-Claude Nicolas Forestier²⁰.

Carlos Morra nasceu na Itália e era promotor do neo-renascimento italiano, além de presidente da Sociedade Central de Arquitetos. Sebastián Ghigliazza era italiano, diretor de arquitetura do Ministério de Obras Públicas desde 1911 e responsável por obras como a do Museu Argentino de Ciências Naturais. Martín Noel era argentino e havia estudado na École Special d'Architecture e na École de Beaux Arts, ambas em Paris, um dos promotores da arquitetura neocolonial americana. René Karman era nascido na França, professor de Escuela de Arquitectura de la Universidad de Buenos Aires desde 1912 e impulsor do neoclassicismo.

Em 19 de abril de 1923 foi constituída a C.E.E. com o objetivo de levar adiante um estudo de reforma para a cidade. O Plano anunciado pela intendência teria um propósito estético e harmonizador, mas sua redação transcendia estes aspectos e apontava para prover uma estrutura a totalidade da cidade e, principalmente aos subúrbios²¹. Em 1925, a Comissão lançou o *Proyecto Orgánico de Urbanización del Municipio* que vinha sendo desenvolvido desde 1923 e envolvia uma série de discussões como abertura e alargamento de avenidas, ampliação da rede de metrô e extensão da rede de infraestrutura a toda a cidade. Este plano possuiu clara orientação a solucionar os problemas dos setores populares além do aspecto embelezador priorizado até então.

Cada um dos integrantes da comissão tinha trajetórias definidas sem antecedentes ligados ao tema urbano até então. O urbanismo, entretanto, não era desconhecido nem ignorado nos componentes do plano. Nas memórias do plano são mencionados nomes de vários especialistas já conhecidos, como Camilo Sitte²² e Ebenezer Howard²³, e na bibliografia se cita a revista especializada “*Der Städtebau*”, inspirada pela Escola Alemã de Planificação de Cidades. Na metodologia de trabalho da própria comissão estão latentes algumas premissas do urbanismo moderno, tais como os estudos sociais das propostas e a extensão da análise dos problemas da cidade para a região na qual está inserida. Também

²⁰Uma das fundamentações do projeto deixa claro que, caso houvesse a necessidade, poderia ser solicitada a colaboração de qualquer outra pessoa ou conselheiros técnicos – argentinos ou estrangeiros.

²¹LIERNUR, Jorge Francisco.; PSCHÉPIURCA, Pablo. *La red austral. Obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en la Argentina (1924-1965)*. Buenos Aires: Prometeo, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

²²Autor do estudo “Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos” no qual realiza uma análise das cidades na história, propondo repensá-las a partir de seus espaços, tais como praças.

²³Precursor das ideias de cidade-jardim



na bibliografia se faz referência ao movimento *City Beautiful*²⁴ e ao *Civic Art*²⁵, que brindam sustentos teóricos dessa proposta. Grande parte dos projetos para cidades da América Latina nesta década e na seguinte demonstravam uma forte preocupação com a forma urbana na cidade como obra de arte – ideia que permeava o imaginário de diversos agentes desta trama.

O *Plan Bouvard*²⁶ foi recuperado nesse contexto por ter sido o ‘único anterior a considerar a cidade de maneira integral, ainda que de maneira diferente daquela que se pretendia agora. Este plano tinha cumprido seu objetivo de ornamentar o centro da cidade para a comemoração do Centenário da Independência²⁷, perpassando sem grande atenção seus outros pontos. Este novo plano, ao contrário, buscava recuperar algumas tendências do anterior além de outras propostas e lançar um novo e ampliado olhar para o conjunto da cidade de Buenos Aires, como a inauguração da linha de metrô em 1913 e um contrato assinado no mesmo ano visando à construção de habitações populares²⁸. Do plano anterior restaram as indagações sobre o urbanismo na capital e, principalmente, a ideia das avenidas diagonais que saíam da *Plaza de Mayo*²⁹, às quais, entretanto, foram agregados valores diferenciados nas novas propostas.

Fica clara a intenção de dotar a cidade do que se considerava essencial para consagrar seu status como Capital: esta deveria tornar-se moderna para simbolizar tudo que buscava representar. O propósito do projeto, claramente descrito e reiterado em suas páginas, era de adaptar as condições históricas, políticas, econômicas e sociais da Argentina ao conceito de modernidade das grandes cidades para se incorporar ao ritmo e às necessidades de então. A cidade de Buenos Aires necessitaria de um programa moderno para aproveitar suas riquezas e colocar “*un poco de orden*

²⁴Foi um movimento surgido no final do século XIX que buscava pautar a arquitetura e o urbanismo nas premissas de embelezamento e monumentalidade. A busca pela beleza era uma forma de promoção de harmonia social, já que o movimento enfatizava a ordem e dignidade dos espaços urbanos além o aspecto monumental da arquitetura.

²⁵Expressão que designa um movimento que une a composição estética com a otimização funcional buscando alcançar a beleza urbana e valorizando a arte além da necessidade de estudo do entorno.

²⁶Desenvolvido pelo arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard, foi um plano urbanístico para a cidade de Buenos Aires que projetou uma série de obras públicas focadas nas comemorações que se aproximavam.

²⁷A revolução de maio, citada anteriormente, comemorou cem anos em 25 de maio de 1910 e as comemorações foram muitas além de grandiosas. A ideia das elites governantes era reiterar a imagem e progresso e grandeza do país na data que celebrava sua libertação da Espanha e a constituição o primeiro governo efetivamente argentino.

²⁸SPROVIERI, Eduardo Juan. *Historia de las ciudades: en busca del suelo perdido*. Buenos Aires: Diseño, 2014.

²⁹As diagonais norte e sul fariam a conexão da praça com outros pontos relevantes para a cidade.



em el caos”³⁰. A modernização pretendida coincidiu com a introdução gradual de engenheiros dentro dos organismos estatais, consagrando algumas temáticas neste processo.

Como indicado pelo próprio nome da Comissão, seu foco era em intervenções monumentais e, fundamentalmente, na implementação de avenidas e diagonais que estavam dispersas nos pensamentos e planos sobre a cidade, sem incorporar algumas áreas desenvolvidas³¹. A realocação de edifícios públicos, principalmente o da municipalidade, foi um dos objetivos das propostas baseadas em uma descentralização que permitiria a expansão da cidade. Ao mesmo tempo, construções de ministérios localizados ao redor da Plaza reafirmam a ideia de centralidade, demonstrando a pluralidade dos critérios. A partir do status como capital, a cidade se modificou fisicamente de maneira intensa para se incorporar o conceito de moderno.

Segundo Almandoz, o plano urbano de Buenos Aires foi completamente pautado no urbanismo francês. O autor intenta, a partir do estudo da experiência de diversos países em uma perspectiva comparada, mostrar como as cidades capitais latino-americanas desenvolveram processos de transformação urbana com pontos de convergência através da adaptação de modelos importados pela europeização. Cabe aqui destacar, entretanto, nossa rejeição à ideia de modelos por gerarem certa cristalização das tendências urbanas e arquitetônicas, nos prendendo em modelos explicativos que viram regras. É importante, para tal, ter em mente a elaboração destes e inseri-los em uma conjuntura de temporalidade que nos permita compreender suas especificidades e abandonar tais esquemas rígidos, que já nascem desde o ponto de partida com resultados quase que certos.

O novo plano é, portanto, um documento que se propõe a conciliar uma ampla gama de projetos – que envolvem anteriores além de novas propostas – como uma etapa predecessora para a realização de um Plano Regulador para a cidade. Segundo Alicia Novick, o próprio título nos mostra que não se trata de um plano ligado ainda com uma imagem cartográfica, mas um projeto que se refere ao organismo da cidade e para a qual se projeta uma nova proposta moderna, racional e metódica para sua reforma e regulação³². Um documento, portanto, com intenções globais sobre a

³⁰Carta del intendente Carlos Noel al Ministro del Interior publicada na CEE.

³¹ALMANDOZ, Arturo(org). *Planning Latin America's Capital Cities – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

³²NOVICK, Alicia. “Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)”. *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.



cidade e sua vida coletiva, que é social, espacial, funcional, servindo ao objetivo de reequilibrar a estrutura urbana de Buenos Aires transformada pelo crescimento. Prevalece ainda, porém, a necessidade de descobrir e conservar a identidade assegurando o sistema urbano.

Depois da comemoração do centenário, o foco dos debates foi do embelezamento para os problemas de habitação. A própria *Lei Sáenz Peña*, que ampliou a participação política, representou a emergência de novos atores sociais com demandas que exigiam novas pautas, como projetos que envolviam as condições e vida na população, controlando o próprio espaço urbano³³. Essa necessidade corresponde a uma demanda que, neste novo momento, é formulada no meio técnico e envolve também reformistas sociais. Alguns anos depois, passada a crise do fim da guerra, a melhor situação financeira e a mudança de governo permitiram novo foco nas grandes obras públicas que, como antes, necessitavam de legitimação. Assim, a oscilação entre as esferas do embelezamento e do equipamento urbano foi observada no projeto.

O projeto dá conta da evolução histórica da cidade, efetuando estudos exaustivos de estatística populacional e de edificação, entre outros. Os estudos diagnósticos, segundo Novick, aparecem como justificativas às decisões tomadas no projeto. O estudo da história da cidade é uma forma de legitimar as intervenções no espaço. Para preparar esse vasto plano, como afirmado no próprio texto, se empenharam em analisar os antecedentes, buscando estudos concretos e diversas soluções propostas anteriormente para resolver tais questões. Entre estas, a reestruturação de ruas, os acessos à cidade, atenção aos espaços cívicos, além de outras questões. Não se trata, portanto, de uma resposta definitiva dos projetos propostos. A história da própria cidade poderia ser aprendida a partir das modificações que a transformavam em um novo cenário, através de ações como incorporação de monumentos, revisão de decoração, mudança de nomenclatura de ruas e manutenção do patrimônio.

Alguns pontos são tidos como fundamentais para a Comissão. Dentre eles o de que toda a obra edílica de Buenos Aires como capital deveria sintetizar expressão

³³A lei 8.871 Geral de Eleições, conhecida como lei Sáenz Peña de forma usual por ter sido sancionada durante o mandato do presidente com mesmo nome e impulsor da lei, foi sancionada em 1912 e estabeleceu sufrágio "universal", secreto e obrigatório para determinado padrão eleitoral. Cabe notar que o "universal" descrito na lei é restrito a homens argentinos nativos, não-pardos e de certo status. O voto feminino, por exemplo, só foi estabelecido no final da década de 40.



total do sentido estético que busca o progresso social e intelectual da nação. Para tal, seria necessário não só remodelar sua fisionomia tomando como base outras capitais mundiais, mas também edificar os valores argentinos e os pensamentos de seus habitantes. O conceito estético é tido como uma fonte de engrandecimento social e manifestação primordial para o progresso do país.

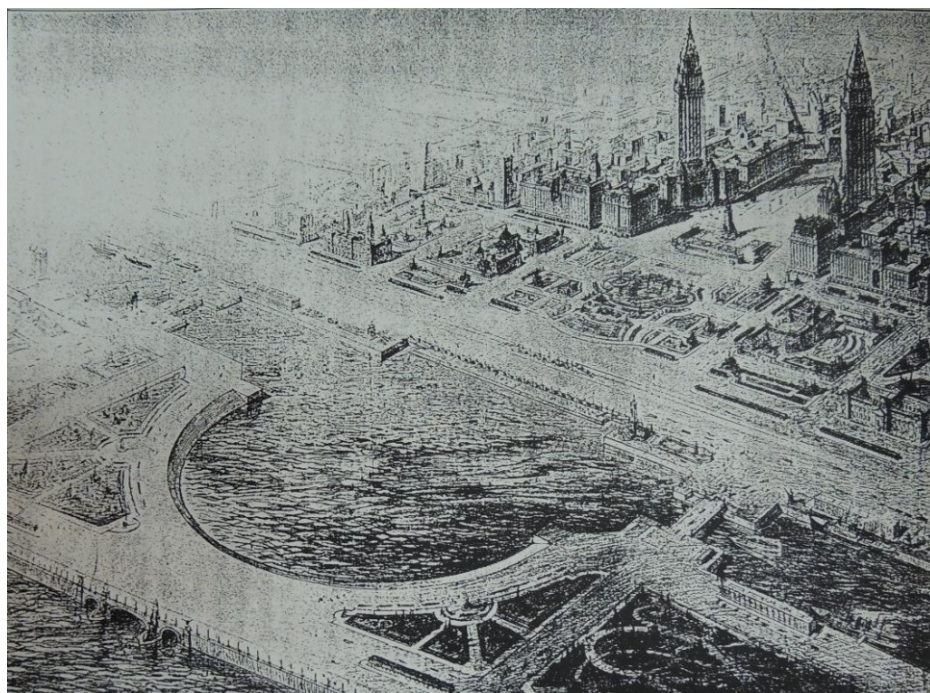


Figura 1: Representação de uma das propostas de retomada do Rio da Prata no Projeto Orgânico

O programa edílico da Comissão se baseia em pontos primordiais. Entre esses pontos, se destacam alguns, como a reconquista do rio, que consistiria em um esforço para recuperar as condições vantajosas trazidas pela localização privilegiada próxima ao Rio da Prata (figura 1). Algumas obras foram propostas visando a atender a esta demanda, como a construção de uma Grande Avenida Costeira e a abertura da parte central da Casa do Governo. Além disso, o programa se voltou para projetos como finalizar a construção das diagonais norte e sul, que seriam duas grandes artérias com valor prático e eminentemente artístico³⁴. Estas vias facilitariam as comunicações nos bairros de maior trânsito e comércio, além de poderem ser pontos de comunicação com locais como a *Plaza Lavalle*, onde pretendiam se construir edifícios de grande importância e, talvez, uma praça destinada a alojar o grande palácio municipal, que se

³⁴NOEL Carlos M.. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.14.



localizaria em local privilegiado³⁵. Também as praças e passeios públicos receberam, nesse plano, grande atenção, em especial a *Plaza de Mayo*.

A Plaza de Mayo

*“La comisión considera que dentro del plan general de obras edilicias, la reforma de la Plaza de Mayo debía tratarse especialmente, no sólo porque así corresponde a su importancia tradicional, sino porque debiendo ella mantener en el futuro su carácter de plaza principal, el estudio de su transformación debería tener como primera finalidad el de convertirla en um verdadero exponente de la grandeza nacional”*³⁶

Entre os anteprojetos estudados pela comissão, como antecedentes para a remodelação, se destacam dois: o do arquiteto Moretti e o do arquiteto Maillart, que correspondem a distintas ideias³⁷. O projeto de Moretti, além da importância arquitetônica dos edifícios circundantes, propõe a transferência da Casa de Governo, convertendo o espaço onde o prédio ficava em jardins, de modo a possibilitar a visão do rio, abrindo caminho entre ele e a praça e prevendo a ocupação da área por jardins. Já o projeto de Maillart propunha o alargamento da sede de governo, mantendo a antiga construção como núcleo central do edifício, localizando-a junto com o Ministério de Relações Exteriores ao leste e a criação de jardins que vinculariam toda esta área.

Ainda cabe notar outro ponto importante do projeto de Moretti desenvolvido em conjunto com o escultor Luigi Brizzolara: a ideia de um monumento comemorativo que representasse a Argentina e que pudesse, através de seus elementos alegóricos, conduzir a uma reconstituição do passado (figuras 2 e 3). Não uma reconstituição qualquer, mas de momentos específicos seguindo uma premissa de valorização da nacionalidade e, para isso, buscando momentos julgados como agregadores destes valores. O espaço público seria utilizado, portanto, como espaço pedagógico para se relatar a história da nação – aquela eternizada em grandes feitos como é o caso da Independência e seus heróis. O projeto tinha como cerne uma ideia de pátria e liberdade deixando clara que a escolha destes momentos envolvia uma seleção simbólica, material e, principalmente,

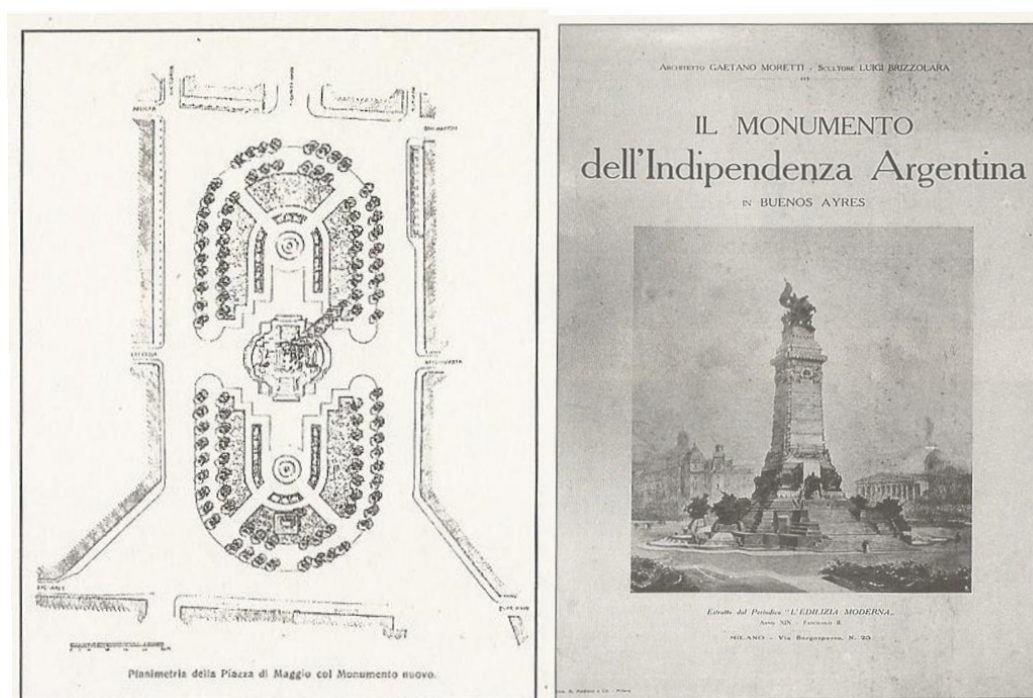
³⁵Idênticas condições ao congresso (que se liga à praça por meio da Avenida de Mayo) e aos tribunais (que se liga à praça por meio da Avenida Diagonal Norte).

³⁶NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.274

³⁷SOLSONA, Justo; HUNTER, Carlos. *La Avenida de Mayo: Un proyecto inconcluso*. Buenos Aires, Nobuko, 1990, p.15.



ideológica³⁸. O monumento proposto era considerado uma verdadeira alegoria a apoteose da Independência e foi pensado de maneira a se relacionar diretamente com o espaço circundante. Sua acentuada verticalidade o transformava em um projeto eloquente e efeito semelhante era gerado por seus elementos simbólicos como a presença de figuras femininas que representavam a glória cantando o Hino Nacional. As alegorias de pátria e liberdade se mostram centrais por serem consideradas mobilizadoras do povo a conquistar sua independência e, por isso, são sacralizadas de tal maneira no espaço físico que o passado se converte em objeto de devoção: é uma versão da história nacional que se baseia em um passado específico cristalizado – um passado de heroísmo, de luta pela pátria – mas, construído no presente para projetar certo triunfo.



Figuras 2 e 3: Proposta de localização do monumento na Plaza de Mayo segundo proposta de Moretti e Brizzolara em conjunto com o folheto explicativo.

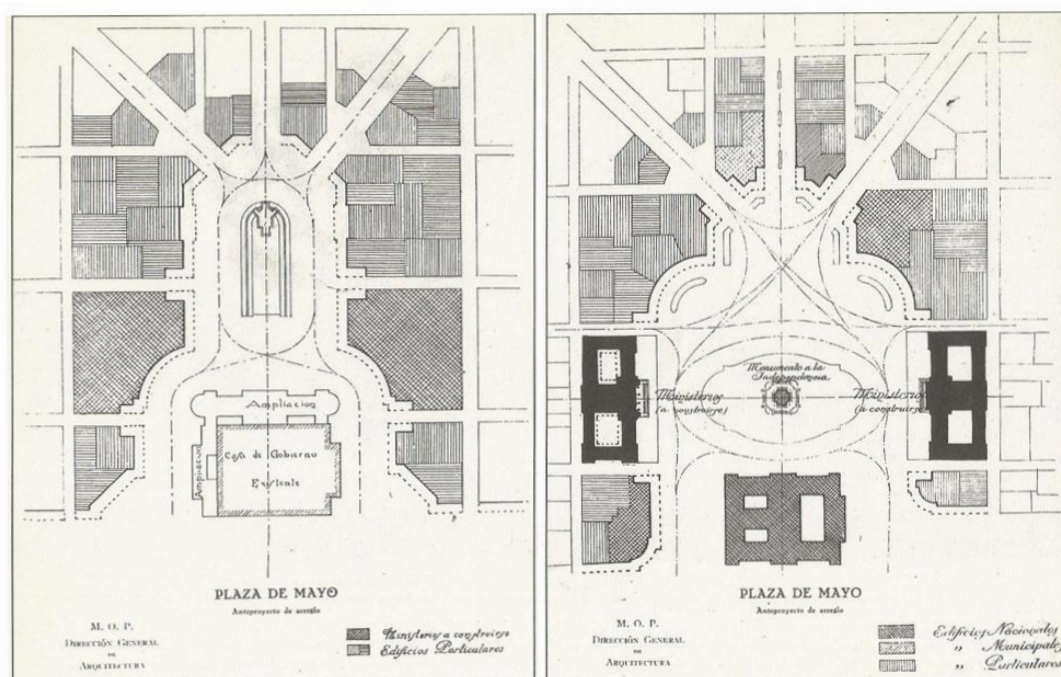
Como se pode observar, o primeiro se buscou a ampla vista do rio, abrindo caminho até este e, no segundo, essa ideia se torna um tema secundário. Levando em conta a importância este problema, esteticamente ou economicamente, a comissão se dedicou a estudar soluções com o propósito de conciliar as duas tendências antagônicas e a sua possibilidade. A partir do estudo destes projetos, a comissão

³⁸O anteprojeto do arquiteto e do escultor italianos foi apresentado sobre o lema "*pro patria et libertate*" e estes ideais podem ser facilmente distinguidos no projeto.



formulou suas próprias alternativas, apresentando propostas que teriam “*a igualdad de valor artístico, exigieran menor costo*”³⁹.

O projeto não foi só de embelezamento urbano, já que também propunha a divisão da cidade em seis zonas a partir dos bairros existentes e de acordo com uma classificação justificada de maneira funcional⁴⁰. O plano continha projetos detalhados de remodelação para o centro, para o qual se buscava uma disposição regular e equilibrada deixando o “*sugestivo de lo imprevisto y pitoresco*” para os bairros⁴¹. Propunha muitas versões de remodelação para a *Plaza de Mayo*, onde localizavam-se edifícios históricos que seriam trasladados ou substituídos para permitir a vista para o rio que o centro nunca voltou a recuperar. Em todos os projetos se tratou de ampliar os escassos espaços verdes da cidade que eram insuficientes segundo as teorias urbanas da época.



Figuras 4 e 5: Projetos preliminares baseados dos projetos de Maillart e Moretti que envolvem modificações na Casa de Governo e a incorporação de edifícios Municipais, Nacionais e Particulares ao redor da praça.

A comissão trabalhou desde sua constituição em alguns pontos que diziam respeito à praça, assinalando o alto conceito estético que seria encarregado de acentuar a monumentalidade da cidade a partir da Casa de Governo rodeada de

³⁹NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.277.

⁴⁰RAPOPORT, Mario; SEOANE, María. *Buenos Aires, historia de una ciudad*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

⁴¹NOEL Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925, p.293.



ministérios (figuras 4 e 5)⁴². A Praça era encarada como local onde se desenvolveu toda a vida da cidade na época colonial e que havia conservado seu caráter de praça principal da metrópole por alguns motivos essenciais, entre eles a conservação da residência oficial do poder executivo em seu entorno, que fez com que se mantivesse ali também como centro da vida oficial e das gestões do poder administrativo. Também caberia a mesma observação sobre a sede do Departamento Executivo Municipal, que constituía poderosos e grandes centros de atividades vinculadas com interesses gerais ou privados da população. A localização de grandes instituições bancárias em uma zona próxima concentrou também em suas imediações a atividade privada e oficial das operações econômicas. Como se não bastassem esses grandes centros atrativos, também se localizavam perto o Correio, a Bolsa, a Aduana, e outras que constituíam funções de diferentes ordens para toda a nação. A descentralização desse centro, se não impossível, era tida como de extrema dificuldade, porque não seria possível mudar a localização de algumas instituições devido à sua íntima vinculação e necessidade de manter próxima a zona portuária. Assim, a reforma da praça deveria ser tratada como ponto especial dentro do projeto.

Um primeiro estudo mostrou a manutenção da Casa de Governo, modificando apenas sua fachada e demolindo as linhas de edificação do eixo principal da praça. Buscava-se modificar as proporções da praça para que o monumento à Revolução de Maio fosse erigido em local apropriado. Essa solução não foi satisfatória, visto que exigia grandes custos e expropriações e construção de novos edifícios, além de manter uma praça fechada, na qual seria difícil conseguir a intenção primordial de grandeza e monumentalidade. Um outro projeto mostrou solução semelhante ao propor o corte do eixo leste-oeste da sede de governo e o alargamento de algumas ruas para modificar as proporções da praça e obter a vista para o rio.

Foram apresentadas outras variantes que buscam a manutenção da Casa Rosada, modificando só as fachadas ou ampliando até Oeste sobre a praça para que possa construir uma fachada monumental. Nenhum destes projetos assimilava completamente a ideia de recuperar a ampla vista do rio, não satisfazendo inteiramente a tal propósito ou não o alcançando da forma desejada. Mas a solução dos quatro projetos deveria obedecer a limitações impostas pelas proporções da praça, que não permitiriam conseguir os efeitos de grandiosidade e valor artístico

⁴²BERJMAN, Sonia; GUTIÉRREZ, Ramón. "La plaza de Mayo: Escenario de la vida Argentina". *Cuadernos del Aguila*. Buenos Aires, Fundación Banco de Boston, 1995.



como em tal projeto. Por isso, depois do estudo inicial, a comissão encarnou a mudança, tomando a modificação ou supressão da casa de governo e também a modificação nas linhas do perímetro principal da praça, para retornar ao propósito antes enunciado.

A partir de então, um estudo propôs a modificação da parte oeste da praça, vinculando-a com a *Avenida de Mayo*⁴³ e as duas diagonais, mantendo as linhas de edificação em parte até chegar no alargamento na junção com as diagonais. A casa de governo seria reconstruída, limitando sua capacidade às dependências da presidência e do ministro de relações exteriores. Nos terrenos circundantes se construiriam novos edifícios para ministérios nacionais e suas dependências a partir de propriedades fiscais ou expropriação de outras. Essa transformação permitiria obter em todas as construções que constituiriam o limite da praça um conjunto harmônico, cuja importância seria regulada por grandes edifícios oficiais do governo e cujas proporções, estilos e outras características deveriam combinar com as da propriedade privada para manter o estilo arquitetônico.

Outro projeto mostrou variantes onde a Casa de Governo é trasladada, deixando suas outras características sem alteração. Ainda existem estudos nos quais se suprime totalmente a construção no local estabelecido até então e a localiza nas zonas de jardim. O grande monumento à Revolução de Maio⁴⁴ se localizaria no local antigamente ocupado pela Casa Rosada. De maneira geral, a CEE estimou que deveria mudar a disposição total a praça, reduzindo sua zona de jardins e aumentando a destinada a calçadas para o tráfico de veículos e pedestres – transformando-a em uma praça aberta sem perder a majestade e beleza, pois existiriam novas áreas de jardim previstas

A propriedade fiscal de alguns terrenos e a posse do Estado de outros permitiram contar com importantes espaços que facilitariam as soluções previstas. A comissão concluiu que, no caso especial da praça, sua missão devia se concretizar na preparação apenas de planos e anteprojetos que seriam complementados com informações e estudos necessários para garantir as soluções propostas, não chegando a preparar planos definitivos dos anteprojetos descritos, embora também tivesse

⁴³Primeiro grande Boulevard da cidade que funcionava como eixo de ligação entre a *Plaza de Mayo* e a *Plaza del Congreso*.

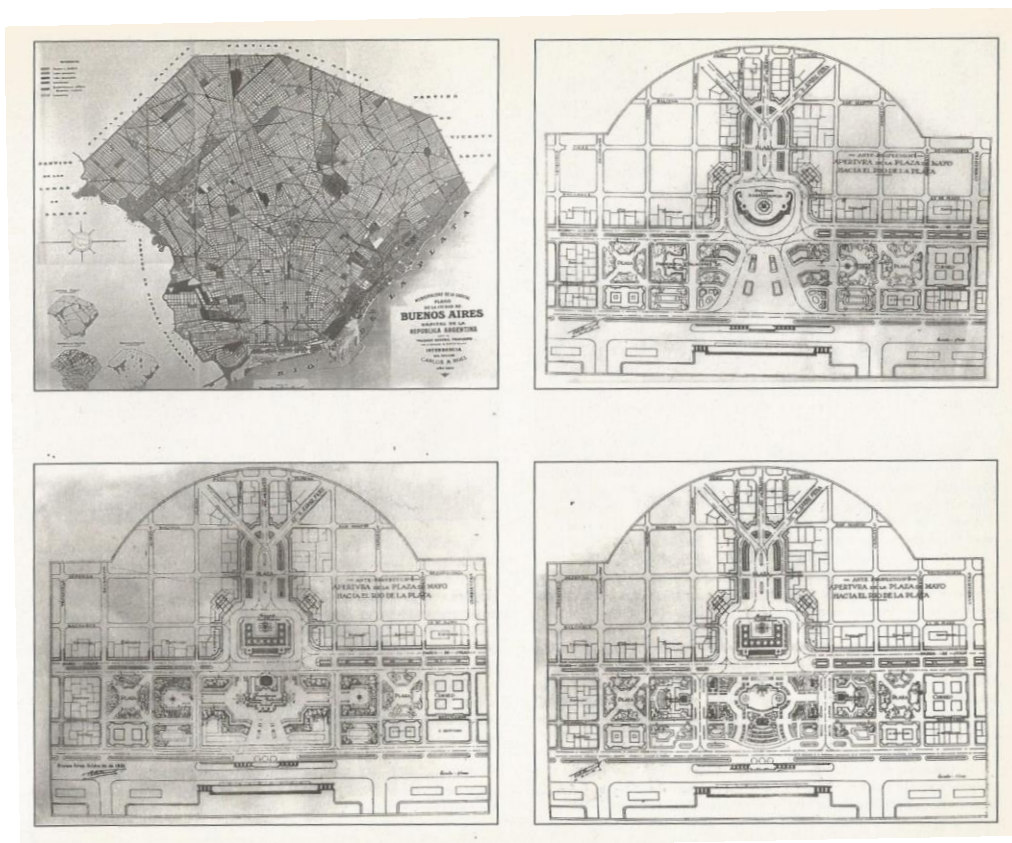
⁴⁴Desde o final do século XIX, dentre as obras que unificaram as antigas duas praças em uma só, buscou-se construir um monumento para representar o que eram considerados os grandes feitos da revolução.



estudado essas diversas soluções de ordem artística e econômica a partir de croquis preliminares de caráter geral, chegando a deduzir que os últimos projetos poderiam se realizar dentro do propósito anunciado, em termos artísticos e arquitetônicos, além dos limites de custo, que não apresentavam grandes exageros. A comissão acreditava que o projeto definitivo para transformação deveria nascer do Poder Executivo Nacional, em conjunto com autoridades municipais, devendo ser objeto de grande estudo que não se enquadraria no que fora encomendado para esta.

Os primeiros estudos mantiveram a sede do governo em seu local, modificando apenas suas fachadas e alterando as edificações das ruas Rivadavia e Victoria, no eixo da praça, afim de modificar as proporções daquela área e possibilitar a desejada vista do rio. Alguns estudos sucessivos propuseram a modificação total ou mesmo a supressão deste edifício, transferindo-o e mudando as linhas perimetrais da praça. Uma das alternativas fazia confluir na ponta oeste da praça a *Avenida de Mayo* e as diagonais Norte e Sul, obtendo um espaço no qual se construiriam os edifícios dos ministérios. Sucessivamente, muitas propostas suprimiram totalmente esta construção, almejando deixar livre o extremo leste da praça e levando-a para as zonas de jardins, no sudeste. Simetricamente oposto, no Noroeste, se faria o Ministério de Relações Exteriores, sendo o antigo local ocupado pela Casa de Governo e por um monumento em memória da Revolução de Maio. Não só o destino da Casa de Governo necessitava de decisões, mas também o edifício da Catedral era tema de antigas discussões e passou por polêmicas sobre a sua necessidade de modificação completa ou traslado, que, segundo a Comissão, sem acontecer, não tornaria a transformação da praça possível (algumas propostas poder ser observadas nas figuras 6, 7, 8 e 9).





Figuras 6, 7, 8 e 9: Proposta geral da Comissão e alternativas para a modificação da Plaza de Mayo.

No que diz respeito à esfera técnica, o plano envolveu um estudo preliminar da história da própria cidade, que buscou a eficiência da circulação além de avenidas, passeio, praças monumentais e a cidade-jardim⁴⁵. Da esfera pública, envolveu uma associação entre a municipalidade e governo federal e a própria Comissão na busca por um projeto conciliador entre propostas de distritos operários e a estética urbana – academicismo francês. O Projeto Urbano não estava respaldado realmente por nenhuma legislação que proveria os mecanismos necessários para sua aplicação. Mas, ainda assim, sua influência sobre o desenvolvimento urbano da capital foi considerável e muitas de suas ideias inspiraram transformações urbanas realizadas nas décadas posteriores ou retomadas em planos posteriores⁴⁶. Na esfera da legislação, influenciou diretamente o Regulamento de Construções, sancionado em

⁴⁵Um modelo de cidade concebido no final o século XIX que consiste em um cinturão verde cercado uma cidade autonomia, criando uma espécie de fusão entre campo e cidade.

⁴⁶GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. *Buenos Aires 1536-2006: Historia urbana del Área Metropolitana*. Buenos Aires: Infinito, 2007.



1928 e o Código de Edificação de 1944, que entrou em vigor com o fim do primeiro⁴⁷. Durante a vigência do Regulamento, foram construídos os primeiros arranha-céus da cidade, além de outras construções que, localizadas na área central, modificaram em termos de altura e nova arquitetura moderna a imagem tradicional da paisagem urbana.

O arquiteto Noel tinha claras preocupações por conciliar as ideias mecanicistas da modernidade com a persistência de valores e modos de vida tradicionais⁴⁸, por ter participado de um momento singular, já que seu irmão era intendente da capital. Ele reivindicava a sensibilidade humanista a concepção de cidade que Camilo Sitte e Raymond Unwin vinham desenvolvendo, retomando uma vertente próxima da “cidade-jardim”. Estando comprometido com o campo artístico, Martín Noel fez uso da história como fonte de inspiração e da política como forma de sustentar o nacionalismo através da criação de monumentos públicos. O arquiteto levou a arquitetura como veículo portador de valores que colaborariam para formar o sentido histórico através de seus elementos, como uma prolongação da operação discursiva. Existia uma clara intenção de considerar as funções da cidade a partir de uma busca identitária. Os alcances da estética se vinculam com o papel pedagógico da valorização do passado como fundamental para a identidade da comunidade.

O culto à tradição pode ser facilmente observado nas tentativas de consolidação de espaços urbanos significativos, tais como a *Plaza de Mayo*, e em outras mudanças tangenciais que visavam a engrandecer a cidade e corroborar com um sentido monumental que vinha sendo buscado desde a década anterior, devido à comemoração do Centenário da Independência. A própria praça, nesse sentido, aparece como maior expressão da tentativa de formular uma identidade, pois até mesmo os objetivos de suas transformações estão calcados na sua importância e representatividade na história argentina – papéis estes que tal projeto buscava reiterar e consolidar. As escolhas feitas nas alterações no traçado e composição urbana demonstram a possibilidades de compreender estas atitudes também como políticas e analisar como esta materialização, como afirma Alan Colquhoun em

⁴⁷LIMA, Vinicius Luz de; CAMPOS, Candido Malta. "Three plans for three emerging South American metropolises, 1923-1930: Plan Noel (Buenos Aires), Plano Agache (Rio de Janeiro) and Plano de Avenidas (São Paulo)". In: *15th IPHS Conference - International Planning History Society*, 2012, São Paulo. 15th IPHS Conference Proceedings. São Paulo: FAUUSP / Mackenzie / IAUUSP / PUCCAMP / FUPAM / SESC, 2012. v. 1. p. 1-18.

⁴⁸GUTIÉRREZ, Ramón. "O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 — O aporte francês". *Arquitextos/Vitruvius*, n. 087.01, agosto, 2007.



consonância com as ideias de Schorske revela que não só a arquitetura, mas, como no caso do Projeto de 25, também as alterações urbanas operam dentro desta lógica. Colquhoun indica que as posições do presente estão sujeitas a um quadro de referências anterior que ajuda a perceber sua própria configuração constituindo conceitualmente a arquitetura⁴⁹.

Embora as fontes analisadas aqui não permitam observar menções diretas do Projeto Orgânico a reformas arquitetônicas de estilo, essas mesmas posições podem ser percebidas nas alterações do traçado urbano. A reiteração do passado e de obras já realizadas em momentos específicos bem como de lugares particulares das cidades não acontece por acaso e demonstra a tentativa de incorporação de um papel pedagógico para estas realizações como a própria retomada dos projetos de Maillart e Moretti deixa claro ao revelar consonância entre as ideias buscadas agora e o que estas propostas anteriores significavam. Diversos pontos do projeto seguem essa vertente que busca educar e encara a arquitetura e o espaço urbano como possibilidades de materialização de um discurso: a construção de um sistema contínuo de avenidas para conectar espaços urbanos significativos, o agrupamento de edifícios administrativos para transformar novos espaços em centros monumentais e também os próprios lugares escolhidos como alvo de suas principais ações.

Estas propostas revelam a tentativa pedagógica de condicionar uma narrativa por meio da cidade, afinal as imagens materializadas em ambiente urbano são alimentadas por determinado repertório cultural sendo um ambiente de ideologias em disputa. As ideias nacionalistas dos projetos de Maillart e Moretti ao valorizarem a argentinidade propondo a criação de novos monumentos e a valorização de edifícios que simbolizam a nação, como a própria sede do governo, serviram também aos ideais do Projeto de 25 que, ao retomá-las, deixou claro que possuía objetivos similares. A missão educativa e pedagógica entendida deveria ter o alcance de narrar uma história nacional nos moldes pretendidos por determinado grupo e, consequentemente, atingia também a um objetivo maior que era o de conformar uma população heterogênea de que esta história já estava construída e finalizada não necessitando de novos atores – tentativa de minar as ações populares – e que os espaços da cidade eram possibilidades de apreensão da mesma.

⁴⁹COLQUHOUN, Alan. "Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura." São Paulo: Cosac & Naify, 2002



O “*Plan Noel*”, como ficou popularmente conhecido deste então, não mobilizou um organismo técnico imediato para a aplicação de suas propostas. Entretanto, é evidente que estas influenciaram diretamente o Código de construção de 1928 e, em menor escala, o de Edificação de 1944. Os diferentes projetos apresentados para a *Plaza de Mayo* no projeto da Comissão apontam para reforçar seu caráter como centro político e simbólico. Ela funcionou como mediadora entre as possibilidades e aspirações políticas daqueles que encomendaram o plano e de pressões que operavam em diversos outros setores, como o intelectual, envolvendo especialistas que haviam discutido hipóteses de transformação para a cidade.

As críticas de Gerónimo de la Serna assinalam que a visão artística adquiriu mais importância do que os aspectos urbanísticos no projeto de 1925, completando que se tratava de uma exposição de ideias gerais e repetidas. De La Serna sustentava uma outra opinião para o edifício da Municipalidade (que deveria ficar sobre o eixo na nova Avenida), além de criticar a obsessão pela vista do rio e os gastos econômicos envolvidos nos projetos – defendendo a ideia da praça como centro administrativo e versando sobre a modificação da Catedral, propondo melhorias para sua fachada⁵⁰. Eduardo Schiaffino e suas opiniões também tiveram forte repercussão na opinião pública, pois indicavam uma unidade de estilo desde a época colonial que exigiria a demolição de tudo construído depois por ser considerado de qualidade artística inferior⁵¹. Para tal, defendeu o edifício do *Cabildo*, aceitou a parcial demolição da Casa Rosada e propôs a eliminação do pórtico da catedral. Benito Carrasco defendia em críticas publicadas no *La Nacion* entre os anos de 1923 e 1926 a descentralização dos edifícios públicos, propondo a conversão da praça em local de contemplativo, na noção de praça-jardim, criticando a comissão como uma equipe de sonhadores⁵². Jorge Hardoy propôs, ainda na década de 20, melhorias na região da praça e sua comunicação com a cidade⁵³. Sua ousada proposta previa a demolição da Casa Rosada e a construção da antiga *recova* para responder a novas exigências, limitando novamente a praça em duas.

⁵⁰Disquisiciones edilicias referentes al Proyecto de la Municipalidad para la Urbanización del Municipio. Centro Nacional de Ingenieros, Buenos Aires, 1927.

⁵¹As opiniões de Schiaffino foram sintetizadas em seu livro nomeado Urbanización de Buenos Aires de 1927

⁵²Algunas consideraciones sobre la urbanización de ciudades. Buenos Aires, los Amigos de la Ciudad, 1927: compilação de notas publicadas em La Nación (Buenos Aires) 1 de diciembre de 1923 y 29 de agosto ed 1926

⁵³Consideraciones sobre urbanización de la ciudad de Buenos Aires. In: Revista de Arquitectura (Buenos Aires) nº 83 noviembre de 1927.



As disputas e negociações que perfaziam o plano eram evidentes e demonstravam questões políticas que se expressam em termos de formas de intervenção na cidade. Organizar um programa de reformas urbanas se relaciona não apenas com a estética, mas com conciliações e condicionamentos que a política determina. Alguns temas cruciais do urbanismo foram deixados de lado no processo de construção do plano ou, embora citados, acabaram recebendo pouca atenção, como é o caso da habitação e da moradia. Estas ausências demonstram escolhas políticas e formam parte da própria construção necessária para operar um plano de tal expressão.

Conclusão

Como observamos, o Projeto Orgânico é proposto como um conjunto de projetos que constituem um estudo preliminar para a elaboração efetiva e posterior de um Plano Regulador que considera a extensão do território como um fenômeno dentro do crescimento da cidade de Buenos Aires. O que se buscava era, portanto, uma reestruturação urbana a partir de alguns pontos como a recuperação do rio e uma conciliação entre o antigo e o novo a partir de uma busca por uma cidade equilibrada. Entretanto, este plano deve ser compreendido como produtor de significados políticos e sociais.

Este momento representa, como afirmou Adagio, a consagração do arquiteto como um artista urbano, já que as cidades demonstram precisar mais do que simples agentes técnicos, mas também da construção de sistemas simbólicos que expressem em formas materiais ideias que perfazem seu imaginário⁵⁴. Essa necessidade de expressão dos valores da sociedade já vinha sendo discutida nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos desde o começo da década de 1920, enfatizando o poder da disciplina como expressão de símbolos.

O espaço urbano se tornava alvo da política mediante ações que representam a consolidação de posturas ideológicas, como incorporação de monumentos, revisão de decoração, mudança de nomes de ruas e praças, dentre outros. A arquitetura aparece, portanto, como elemento que colaborou para fortalecer a alma nacional e que

⁵⁴ADAGIO, Noemí. "El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)". *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999.



ampliou o raio de ação destes ideais, sendo convertida em veículo portador de valores. Muitas linguagens são mobilizadas para dar voz a esse projeto e para materializar uma ideologia do que significaria ser argentino, como as educacionais, estéticas, artísticas, etc⁵⁵. O projeto de 25 nos permite pensar essa materialização a partir das reformas urbanas pensadas nas suas variadas propostas de intervenção que totalizaram oito projetos adicionais aos primeiros enfatizando a construção de grandes conjuntos de edifícios como referências para qualificar uma cidade em crescimento. Mesmo que a proposta incorpore novas temáticas que não estavam em questão na época do centenário (como habitações proletárias, problemas na urbanização), perpetua um projeto de elementos que estruturam a complexidade da cidade como as praças, centros cívicos e espaços verdes, rede viária.

As disputas que envolvem o fenômeno urbano são latentes e acompanham, a todo momento, a transformação das cidades. O projeto orgânico de 1925 expôs as tensões ideológicas e políticas que predominavam no debate da época quanto a maneira que deveria se regular o crescimento da própria cidade. O espaço urbano se perpetuou como alvo da política mediante ações que representaram a consolidação de algumas posturas ideológicas já que o documento sintetizou uma intensa negociação entre diversos setores sobre a maneira de pensar a cidade já que posições foram debatidas e enfrentadas constantemente, demonstrando a relação conexa entre a dimensão política e as intervenções urbanas.

A apresentação de algumas destas tensões nos ajuda a compreender as ideias urbanísticas que estavam no centro de debate no período. Estas propostas são expressões que permitem compreender como estas ideias influenciaram direta ou indiretamente a concepção que a própria sociedade tinha da praça, que foi pensada com ideais essenciais para a construção da própria identidade dos argentinos. Neste momento, no qual diversos atores e pensamentos se voltam especificamente para a cidade como campos de intervenção e, especificamente, também para a *Plaza de Mayo*, originaram-se disputas políticas que se materializaram nas ideias de intervenção urbana. Este projeto é permeado pelas ideias nacionalistas que buscam a perpetuação da praça como centro cívico não só da cidade, mas também o país. Entretanto, ele envolve constantes embates e negociações que deixam claro que o

⁵⁵BONICATTO, Virginia. "La materialización de una imagen nacional: Ricardo Rojas en la arquitectura argentina". *Boletín de Estética*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Filosóficas/Programa de Estudios em Filosofía del Arte. Año 6, n.15, dez.2010-mar.2011, p.3-29.



espaço urbano se configura a partir destas disputas e que é em resposta às próprias mudanças políticas que a sociedade e a cidade vão se delineando.

Referências Bibliográficas

ADAGIO, Noemí. “El Arquitecto Como Artista Urbano: El Proyecto Orgánico De La Comisión De Estética Y Edilicia Municipal, Buenos Aires (1923-1925)”. *Estudios del Hábitat*, La Plata, v. 2, n. 6, p.30-49, 1999.

ALMANDOZ, Arturo(org). *Planning Latin America’s Capital Cities – 1850-1950*. Londres: Routledge, 2002.

ARENDT, Hannah. As esferas pública e privada. In: *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p.59-83.

BERJMAN, Sonia. *La plaza española en Buenos Aires, 1580-1880*. Buenos Aires: Kliczkowski, 2001.

BERJMAN, Sonia. GUTIÉRREZ, Ramón. *La plaza de Mayo: Escenario de la vida Argentina. Cuadernos del Aguila*. Buenos Aires, Fundación Banco de Boston, 1995.

BONICATTO, Virginia. “La materialización de una imagen nacional: Ricardo Rojas en la arquitectura argentina”. *Boletín de Estética*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Filosóficas/Programa de Estudios em Filosofía del Arte. Ano 6, n.15, dez.2010-mar.2011.

CALDEIRA, Júnia Marques. *A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano – origem e modernidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2007.

COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

GORELIK, Adrian. “Celebración y representaciones de la ciudad”, In: *La grilla y el parque espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*, Quilmes, UNQUI, 1998.

_____. O romance do espaço público. In: *Arte & Ensaios*, nº 17. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2008.



GUTMAN, Margarita; HARDOY, Jorge Enrique. *Buenos Aires 1536-2006: Historia urbana del Área Metropolitana*. Buenos Aires: Infinito, 2007.

GUTIÉRREZ, Ramón. "O princípio do urbanismo na Argentina. Parte 1 — O aporte francês". *Arquitextos/Vitruvius*, n. 087.01, agosto, 2007.

_____. Buenos Aires: *Evolución Urbana, 1536 - 2000*. Buenos Aires: CEDODAL - Librería Concentra, 2014.

LIERNUR, Jorge Francisco.; PSCHÉPIURCA, Pablo. *La red austral. Obras y proyectos de Le Corbusier y sus discípulos en la Argentina (1924-1965)*. Buenos Aires: Prometeo, Universidad Nacional de Quilmes, 2008.

LIMA, Vinicius Luz de. CAMPOS, Candido Malta. "Three plans for three emerging South American metropolises, 1923-1930: Plan Noel (Buenos Aires), Plano Agache (Rio de Janeiro) and Plano de Avenidas (São Paulo)". In: 15th IPHS Conference - International Planning History Society, 2012, São Paulo. 15th IPHS Conference Proceedings. São Paulo: FAUUSP / Mackenzie / IAUUSP / PUCCAMP / FUPAM / SESC, 2012. v. 1. p. 1-18.

LLANES, Ricardo. Antiguas Plazas de la Ciudad de Buenos Aires. *Cuadernos de Buenos Aires* 48. Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires, 1977.

LOBATO, Mirta Zaida (Ed.). *Buenos Aires: manifestaciones, fiestas y rituales en el siglo XX*. Buenos Aires: Biblos, 2011.

NOEL, Carlos M. Comisión de Estética Edilicia. Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio (Intendencia Municipal). Buenos Aires, 1925.

NOVICK, Alicia; FAVELUKES, Graciela. *Plaza*. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; DE LILLE, Laurent Coudroy; D'ARC, Hélène Rivière (Org.). *A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades*. 1ed. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

NOVICK, Alicia. "Planes versus proyectos: Algunos problemas constitutivos del Urbanismo Moderno. Buenos Aires (1910-1936)". *Revista de Urbanismo*, Santiago de Chile: Universidad de Chile, n.3, 2000.

PROCHASSON, Christophe. "Emoções e política: primeiras aproximações". *Varia História*. Belo Horizonte, vol.21, n.34, 2005.



RAPOPORT, Mario; SEOANE, María. *Buenos Aires: historia de una ciudad*. Buenos Aires: Planeta, 2007.

SCHORSKE, Carl: *Viena Fin-de-siècle*, São Paulo: Cia das Letras, 1989

_____. Museu em espaço contestado: a espada, o cetro e o anel. In: *Pensando com a História: indagações na passagem para o modernismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SPROVIERI, Eduardo Juan. *Historia de las ciudades en busca del suelo perdido*. Buenos Aires: Diseño, 2014.

SOLSONA, Justo; HUNTER, Carlos. *La Avenida de Mayo: Un proyecto inconcluso*. Buenos Aires, Nobuko, 1990.



Zapatismo(s): apropriações e releituras do zapatismo da Revolução Mexicana pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Júlia Melo Azevedo Cruz¹

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar as apropriações e releituras feitas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – movimento que surgiu no estado de Chiapas na década de 1980 em favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal – sobre o zapatismo da Revolução Mexicana de 1910, a figura de Emiliano Zapata, seu projeto político-social, suas reivindicações e a organização de suas comunidades e de seu exército. Tentaremos desconstruir a ideia de que o movimento revolucionário do sul do início do século XX se resumiu a demandas agrárias, buscando compreender suas propostas políticas e sociais mais amplas e complexas para a reorganização da sociedade mexicana. A partir disso, tentaremos demonstrar como o EZLN resgata diversos aspectos do movimento liderado por Emiliano Zapata não somente em seu discurso, mas também em sua prática. Por fim, refletiremos sobre como os dois movimentos, afastados no tempo por mais de setenta anos, guardam diversas características semelhantes e traços de continuidade.

Palavras-chave: Zapatismo; EZLN; Revolução Mexicana.

O movimento indígena mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional, que surgiu no estado de Chiapas na década de 1980 em favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal, coloca como eixo principal de suas bases teóricas e de suas práticas uma dimensão propriamente mexicana. A definição de seus projetos, a conformação de suas estratégias militares, a organização de suas comunidades autônomas, os ideais e demandas do movimento zapatista se inspiram, sobretudo, nas experiências nacionais de luta revolucionária, na história militar do México, nas tradições e práticas das comunidades indígenas e camponesas do país. Diferente da maior parte dos movimentos de esquerda latino-americanos que atuaram na segunda metade do século XX, os zapatistas não colocam em destaque as ideologias marxistas e leninistas, mas se dedicam a estudar a história geral e militar

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) pela Universidade Federal de Minas Gerais.
Contato: juliameloac@gmail.com



do México, incorporando elementos propriamente nacionais em sua linha ideológica e de ação. Um dos principais elementos da história mexicana resgatados pelo EZLN é o zapatismo de princípios do século XX, movimento revolucionário do sul do país que atuou entre os anos de 1910 e 1919. Neste trabalho, analisaremos a releitura que o EZLN faz da figura de Emiliano Zapata - líder do movimento revolucionário do sul – e de seu projeto político-social, buscando compreender como isso aparece na prática do movimento chiapaneco, em sua organização, em seus ideais e em seu discurso. Considerando que há poucos estudos que tratam do tema, refletiremos sobre como dois movimentos, afastados no tempo por mais de setenta anos, guardam diversas características semelhantes e traços de continuidade. Com isso, colocamos a seguinte questão: é possível pensar na existência de uma cultura política zapatista?

Segundo Arturo Warman, grande parte da historiografia que estudou o zapatismo do início do século XX e outros movimentos campesinos no México tendeu a analisá-los pela perspectiva de suas limitações e debilidades, em outras palavras, pensando frequentemente em seu fracasso. No caso do movimento revolucionário do Sul, a visão mais recorrente era a de que ele era um movimento local, específico de uma classe e incapaz de construir um projeto político-social para uma transformação no âmbito nacional. Além disso, muitos autores afirmam que o grupo zapatista lutou somente pela questão da terra e de sua redistribuição, e que não possuiu um projeto político e demandas mais complexas e abrangentes.² Tentaremos aqui desconstruir essa ideia, buscando analisar algumas das principais propostas políticas e sociais do movimento revolucionário liderado por Emiliano Zapata, e mostrar como elas foram reapropriadas pelo EZLN no final do século.

O zapatismo nasceu em 1910 nas comunidades camponesas e indígenas no estado de Morelos, no contexto da Revolução Mexicana, que colocou fim ao governo ditatorial do presidente Porfirio Díaz, que estava no poder no México desde 1876. O processo revolucionário mexicano contou com a participação de diversos grupos sociais do país, cujas demandas eram bastante distintas entre si. Esta participação plural foi desencadeada por uma crise generalizada, política, econômica e social, que havia afetado no início do século XX todas as classes sociais, rurais e urbanas. As diversas tendências revolucionárias englobavam setores da classe média e também das classes populares, de grupos indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos. As

² WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 9-10.



classes médias, que se tornavam cada vez mais expressivas no país, não tinham seus interesses atendidos pelo porfiriato. Por outro lado, os camponeses, que sofriam com um grave processo de perda de terras, começaram a se mobilizar em torno, principalmente, da questão agrária. O movimento liderado por Zapata originou-se em uma disputa secular, em um conflito que teve início ainda na época colonial e que se agravou com a mudança legislativa da Constituição de 1857, na qual as terras dos camponeses e indígenas passaram a ser passíveis de compra e venda. Além disso, na segunda metade do século XIX, a modernização da agricultura por meio de novas tecnologias e a entrada do capitalismo no campo fez com que as grandes fazendas avançassem mais sobre as terras comunais das populações que viviam no meio rural.³

Chevalier (s/d) chama atenção para o fato de que o levantamento zapatista não foi um movimento isolado e que ele não deve ser visto apenas como uma explosão de mal estar latente. Esse autor o considera como “o último elo de uma grande cadeia” que abarcava várias mobilizações camponesas armadas que tiveram lugar desde os primeiros anos do século XIX. Em comum com elas o autor aponta o seu caráter camponês, a reivindicação por terras usurpadas pelo latifúndio e o grande apoio e popularidade que o Zapatismo disfrutou.⁴

No caso dos indígenas, segundo Enrique Florescano, no século XIX eles não somente perderam o fundamento jurídico da propriedade comunal, como também sofreram com a desvalorização de suas tradições e de sua cultura.⁵ Na segunda metade do século, e principalmente durante os anos de governo de Porfírio Díaz, o Estado mexicano forjou uma ideologia nacionalista baseada em princípios liberais e europeus, que excluía os indígenas do projeto de nação. A elite crioula pós-colonial impôs um modelo baseado na ideia de civilizar e desenvolver a sociedade mexicana por meio de sua homogeneização cultural, inspirada em elementos ocidentais. Os indígenas eram vistos como um obstáculo ao progresso e à modernização do país, sinônimos de atraso e fracasso e, assim, ficaram de fora da concepção exclusiva e intolerante de nação. Enrique Florescano coloca que

A violência contra as tradições comunitárias provocou um ressurgimento geral das reivindicações indígenas nas distintas regiões do território nacional. Das montanhas do norte às selvas úmidas do sul, o mundo rural se erigiu em rebeliões, sublevações, movimentos religiosos, motins e iradas vozes índias que, nas línguas mais diversas, exigiram a devolução de suas

³ PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 148-9.

⁴ PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 159.

⁵ FLORESCANO, Enrique. Lutas indígenas e camponesas. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 94.



terras, respeito aos direitos ancestrais, castigo aos crimes dos ladinos, reconhecimento das identidades indígenas e comunitárias, proteção legal para seus povos e línguas, justiça (...).⁶

Dessa maneira, os indígenas também lutaram durante a Revolução Mexicana ao lado do zapatismo, defendendo a questão agrária e a valorização da cultura índia, lutando pelas terras que lhes haviam sido expropriadas e que representavam mais do que uma base material de sobrevivência, mas também a base da organização social e cultural de suas comunidades.

O zapatismo se espalhou pela região centro-sul mexicana, consolidando-se no final de 1911 com a proclamação do *Plan de Ayala*, um ano após o levantamento armado que dá início à Revolução Mexicana. O levantamento encabeçado por Emiliano Zapata consistiu em um dos episódios mais radicais do processo revolucionário e foi combatido “pelos que pretendiam restaurar o regime anterior e também por uma ala de revolucionários pouco interessados nas condições sob as quais os camponeses – indígenas e mestiços, assalariados ou não – tinham passado toda sua vida no campo mexicano.”⁷ Seus principais objetivos eram o reconhecimento dos indígenas e camponeses “como donos legítimos das terras das quais vinham sendo expulsos século após século.”⁸ No *Plan de Ayala* estão contidas algumas das principais ideias zapatistas em relação à questão agrária, central para o grupo de camponeses e indígenas do centro-sul mexicano. Dentre elas, a restituição de terras aos povos e cidadãos, a expropriação das terras que ultrapassassem os limites da pequena propriedade e a confiscação de bens dos inimigos da revolução. Segundo Arnaldo Córdova, os ideais zapatistas se centravam em duas posições: a revolução deveria atender os problemas imediatos das massas camponesas despossuídas de terra e não deveria ser apenas uma mudança de governantes, que proclamariam direitos que não atenderiam a essas massas. O *Plan de Ayala* foi um chamado a todo o povo mexicano a apoiar-se nas armas e a lutar por terra e liberdade, e funcionou como instrumento de consolidação do pensamento zapatista e de divulgação dos ideais revolucionários do grupo do sul.⁹

⁶ FLORESCANO, Enrique. Lutas indígenas e camponesas. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 100.

⁷ PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 147.

⁸ PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 165.

⁹ CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 16 reimpressão, México: Era, 1991, p.



Depois de alguns anos, em 1914, os zapatistas se reuniram – juntamente com os villistas e outras facções que lutavam na revolução – na chamada *Soberana Convención Revolucionaria* ou *Convención de Aguascalientes*, momento de maior expressão democrática do período revolucionário que se propôs a discutir os rumos do país. Essa convenção resultou nos documentos *Programa de reformas político-sociales de la Revolución aprobado por la Soberana Convención Revolucionaria* e a *Ley Agraria del 26 de Octubre de 1915*, uns dos mais esclarecedores do projeto político-social zapatista, que enfatizavam o *Plan de Ayala* divulgado em 1911 e seus ideais sobre a questão agrária. Esses documentos continham – dessa vez melhor definido – os ideais e as demandas políticas, sociais e econômicas do movimento zapatista. Apesar de que seu projeto político-social não foi codificado ou formalizado em um conjunto ordenado de propostas legislativas, por meio desses e de outros documentos, podemos perceber que a proposta dos revolucionários do Sul não se limitava à questão da terra, mas abarcava múltiplos aspectos da realidade econômica, social e política do México. Além das questões agrárias, explicitadas no *Plan de Ayala*, os zapatistas defenderam propostas sobre garantias individuais, liberdades e autonomias municipais, governos estadual e nacional, relações trabalhistas, dentre outras.¹⁰

Vale destacar aqui que o *Plan de Ayala*, assim como outros documentos do movimento revolucionário do Sul, também não teve como inspiração central o socialismo: a principal fonte de sua base teórica provinha da vivência secular dos camponeses e indígenas submetidos a expropriações e injustiças. Assim como o EZLN, o zapatismo de princípios do século também buscou continuidade com uma história mexicana de opressão dessas comunidades e procurou se legitimar baseado nela. Segundo Fábio Baião, Maria da Glória Gohn aponta que há uma “necessidade dos movimentos sociais de trazerem elementos históricos para dentro de suas demandas, no sentido de apontá-las como frutos de um longo processo de luta.”¹¹

O movimento revolucionário do Sul se diferenciou radicalmente da classe média que participava da Revolução Mexicana por não se contentar com demandas democráticas e de mudança política que clamavam pela substituição de Porfirio Díaz

14-173 (La otra Revolución) e p. 435-443 (Plano de Ayala).

¹⁰ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revuelta, rebelión y revolución. La lucha rural em México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 10.

¹¹ BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012, p. 73.



por Francisco Madero; os zapatistas lutavam por mudanças sociais, reais e populares. Para eles, a revolução era concebida como um processo a desenvolver-se na base da sociedade, ou seja, nas comunidades agrárias ou nos chamados *pueblos*. Essas comunidades seriam a unidade social e política central da sociedade reorganizada, teriam autonomia e recursos próprios em relação aos outros níveis de governo, funcionariam democraticamente e estabeleceriam formas de organização e de produção que conviessem a seus costumes e tradições. A autonomia foi um dos principais elementos da proposta política zapatista. Os camponeses e indígenas da região centro-sul do México lutavam pela autonomia de suas comunidades por estarem cansados das “ingerências dos fazendeiros, da polícia rural, do exército, dos caciques e do governo federal”¹². Em sua visão, esses grupos vinham cometendo violência, expropriação e opressão dos camponeses e índios há séculos, e não reconheciam seus direitos e as especificidades de sua tradição e cultura. A Revolução, portanto, se daria *desde abajo* e seria protagonizada pela própria população organizada: os zapatistas entendiam que não deveriam esperar que o aparelho estatal garantisse as demandas populares; o povo, com armas nas mãos, as conquistaria.

O Exército Libertador do Sul não foi um exército profissional, mas, segundo Arturo Warman, uma “milícia popular voluntária”. Seus integrantes eram os próprios camponeses, que não recebiam remuneração para isso e nem constituíam um grupo diferenciado da sociedade. O zapatismo

Planteó y trató de implementar una situación en que el poder armado fuera parte de la soberanía de los pueblos. [...] La visión de un ejército popular, arraigado en los pueblos a través de los trabajadores camponeses, organizado libre e democráticamente, es parte integrante de la ideología zapatista.¹³

Em função disso, as vitórias obtidas no campo militar não foram muitas e os conflitos armados foram em grande parte de baixa densidade. Porém, como bem aponta Javier Garciadiego, “la importancia militar del zapatismo no coincide con su relevancia histórica”¹⁴. A força zapatista estava muito mais presente em suas ideias e em sua capacidade organizativa.

Mais de setenta anos depois, mais especificamente em 1983, surge no estado

¹² PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 168.

¹³ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 19.

¹⁴ GARCADIENO, Javier. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010, p. XLIV – XLV. Disponível em: www.bibliotecayacucho.gob.ve.



de Chiapas um movimento indígena e camponês chamado Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que recupera não só o nome de Emiliano Zapata, como se inspira claramente nos ideais zapatistas presentes na década de 1910. Décadas depois, muitas das reivindicações do novo movimento social são semelhantes às daquelas do início do século: a questão da terra, ou melhor, da falta dela, ainda é central para as comunidades rurais do sudeste do México; o capitalismo – e mais especificamente o neoliberalismo, no contexto em que atua o EZLN – ainda é o grande inimigo dos indígenas e camponeses pela exploração de terras; e, finalmente, esses grupos continuam a ser esquecidos pelo governo mexicano e a não ser reconhecidos em suas especificidades culturais, fazendo com que os chiapanecos também defendam a valorização da identidade étnica e a autonomia como reivindicações centrais do movimento. Apesar de atuarem em contextos distintos, os problemas e as demandas dos camponeses e indígenas mexicanos seguem quase os mesmos e, tendo isso em vista, o Exército Zapatista de Libertação Nacional opta por utilizar estratégias de ação e de discurso semelhantes às do movimento revolucionário do Sul. Analisaremos mais adiante como se deu essa reapropriação feita pelo EZLN dos ideais e práticas do zapatismo da década de 1910.

O EZLN surgiu em 1983, quando um grupo urbano de inspiração marxista-leninista, próximo das concepções guerrilheiras latino-americanas da época, se instalou na Selva Lacandona e começou, a partir da segunda metade dessa década, a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região que já se organizavam em sentido à luta. Esse grupo fundador, à medida que foi convivendo e aprendendo com os locais durante a década de 1980, se deparou com as especificidades da cultura indígena e perdeu gradativamente sua influência no seio do movimento.¹⁵ Houve um distanciamento da experiência de luta revolucionária da América Latina e “o modelo insurrecional à mexicana e a influência comunitária índia prevaleceram sobre o vanguardismo leninista ou guevarista.”¹⁶ O movimento chiapaneco se manteve em silêncio por 11 anos enquanto se preparava para a luta armada e, quando fez sua primeira aparição pública em 1994, o elemento indígena já era dominante.¹⁷

¹⁵ SUBCOMANDANTE MARCOS *apud* LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997.

¹⁶ LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997, p. 50.

¹⁷ É importante destacar, entretanto, que apesar de que o elemento indígena já era dominante no momento da primeira aparição pública do EZLN, os zapatistas evitaram enfatizar isso em seus primeiros comunicados, a fim de conquistar o apoio de toda a sociedade mexicana. Nos primeiros comunicados veiculados pelo grupo insurgente, como a Primeira Declaração da Selva Lacandona, nota-se um discurso mais clássico e permeado pela síntese de pensamentos distintos.



Entretanto, nesse período, o EZLN ainda guardava traços dessa fusão de influências diversas, composta por uma cultura indígena, por ideais dos movimentos de libertação nacional e das guerrilhas latino-americanas, por valores patrióticos e herdeiros da esquerda mexicana.

Em janeiro de 1994, o EZLN travou uma guerra contra o exército federal na busca de que o governo mexicano atendesse suas demandas por terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz. Após doze dias de confrontos violentos, o governo decretou cessar-fogo seguido pelo EZLN, em decorrência de uma intensa mobilização da sociedade civil que se mostrou em desacordo com a estratégia de luta armada.¹⁸ Apesar de que o governo não deixou de fazer ofensivas ao longo dos anos nos territórios controlados pelo EZLN e de que os zapatistas não abandonaram as armas em defesa de suas comunidades, o grupo insurgente optou por uma estratégia de ação pacífica – que contou com a participação da sociedade civil – e começou a realizar assembleias, mesas de diálogo, consultas e encontros que tinham como objetivo resolver os problemas e as reivindicações das comunidades de Chiapas e dos povos oprimidos do México como um todo.

Entre suas demandas, a questão agrária é primordial. O Exército Zapatista de Libertação Nacional fez sua primeira aparição armada em 1º de janeiro de 1994, dia em que entrava em vigor o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA)¹⁹, acordo assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá. O grupo zapatista desceu armado da Selva Lacandona – sede do movimento localizada no estado de Chiapas – e tomou as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país. A assinatura do NAFTA firmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo e representava para os povos indígenas e camponeses mais prejuízo, exclusão, ameaça de perda de trabalho e, sobretudo, de terra. O estado de Chiapas já se encontrava em uma situação desfavorável para essas comunidades, caracterizada por altos níveis de pobreza e desigualdade, e por um sistema político oligárquico e clientelar.²⁰ Como coloca Werner Altmann, este estado ficou à margem do processo revolucionário no início do século XX e as reformas agrárias promovidas pelo presidente Lázaro Cárdenas, na

¹⁸ GENNARI, Emilio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, cap. 2.

¹⁹ Também conhecido como TLC: Tratado de Livre Comércio.

²⁰ MARTÍNEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. "El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos". *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006, p.4.



década de 1930, pouco atingiram a região.²¹ Além do descontentamento com o NAFTA, a reforma do Artigo 27 da Constituição em 1992 pelo então presidente Carlos Salinas de Gortari acabou com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra, com a criação de condições para o desmantelamento dos *ejidos*, as comunidades agrárias provenientes da Revolução Mexicana.

Em resposta a todos esses fatores – que dizem respeito tanto às condições locais do estado de Chiapas quanto a um contexto global do capitalismo – os grupos indígenas e camponeses da região da Selva Lacandona travaram uma luta que girava muito em torno da falta de terra e da opressão a que eram submetidos há séculos. Nos discursos veiculados pelo movimento, seus integrantes dizem que querem voltar ao “espírito original” da Constituição de 1917 – principalmente no que diz respeito ao artigo 27 – e de Emiliano Zapata, no qual a questão agrária é central: “El artículo 27 de la Carta Magna debe respetar el espíritu original de Emiliano Zapata: la tierra es para los indígenas e campesinos que trabajan.”²²

Para os zapatistas chiapanecos, a terra também representa mais do que um meio material de vida: ela possibilita a organização social e cultural das comunidades índias, um local onde aqueles povos podem desenvolver livremente suas tradições e seus costumes. Ao longo do século XX, os indígenas seguiram sendo excluídos da ideia de nação mexicana e suas identidades étnicas continuaram a ser desvalorizadas – dessa vez justificado pela ideologia da mestiçagem.²³ Com a permanência deste problema, portanto, assim como os indígenas do século XIX e daqueles que lutaram com o movimento zapatista da Revolução Mexicana, a questão da valorização de suas práticas, costumes e tradições também é reivindicada pelos insurgentes de Chiapas.

Assim como os zapatistas da Revolução Mexicana, a autonomia também é reivindicação central do EZLN. Esse movimento também considera que as comunidades indígenas, por terem especificidades culturais e diferentes maneiras de se organizar de acordo com suas tradições, devem ter autonomia para gerir a terra, a produção, as relações de trabalho, as tomadas de decisões políticas e até suas leis. Os zapatistas de fins do século XX resgatam a ideia, contida no discurso de Emiliano

²¹ ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás. (org.). *América Latina - história, ideias e revolução*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 185.

²² Comunicado denominado *Al pueblo de México: las demandas del EZLN*, escrito em 1 de março de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acessado em: 12 de junho de 2015.

²³ Para mais sobre ideologia da mestiçagem e indigenismo, ver: GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aquarius, 2013.



Zapata e do grupo do qual foi liderança, de que os governos estadual e federal, o exército e a polícia rural não atendiam aos interesses das comunidades e não levavam em conta seus costumes e tradições para resolver as questões e demandas relativas a elas. Dessa maneira, o EZLN criou, em 1994, os chamados Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ), pequenos territórios sobre o controle das bases de apoio zapatistas no estado de Chiapas que tinham novas fronteiras e governos civis autônomos aos governos dos municípios oficiais. Os MAREZ podem ser vistos como base social do movimento zapatista e como projeto alternativo de sociedade, nos quais os recursos, a produção e as formas de organização política, social, cultural e econômica funcionariam de acordo com as decisões tomadas, democraticamente, pelas comunidades. Vemos aqui, portanto, um projeto bastante semelhante às comunidades e *pueblos* defendidas como unidade política e social básica pelo projeto zapatista do início do século. Para ambos os movimentos, as mudanças reais se desenvolveriam a partir dessas comunidades, consideradas como a base da sociedade. De acordo com Adonia Antunes Prado, no caso do movimento revolucionário do Sul, os *pueblos* aparecem como importante estrutura da tradição e da resistência camponesa:

A organização da população na região morelense em *pueblos* foi fundamental para a revolução. Forma social independente cravada no coração da comunidade, o *pueblo* tornou-se decisivo para a politização do movimento zapatista em Morelos, uma vez que sua forma de funcionamento, transferida à própria organização da luta revolucionária, implicava em discussões constantes, construção da representação e na explicitação de consensos e dissensos.²⁴

Estendemos essa interpretação para o EZLN, uma vez que esse movimento se desenvolveu no seio das comunidades indígenas do estado de Chiapas e também se baseou em suas formas de funcionamento, em suas tradições e em sua cultura democrática, aplicando-as na organização do movimento.

Além da questão da autonomia, encontramos outro ponto de interseção entre os dois grupos zapatistas: de acordo com o movimento revolucionário do Sul e posteriormente com o EZLN, a população civil não deveria depender do governo e das mudanças propostas por ele, uma vez que, baseados em séculos de história, esses povos sabiam que o aparelho estatal não oferecia nada além de promessas vazias,

²⁴ PRADO, Adonia Antunes. "O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul". *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 157.



esmolas e mudanças ínfimas para essa parte da população. Assim, os camponeses e indígenas deveriam tomar as armas, se organizar e lutar por uma mudança concreta de suas condições de vida. Esse protagonismo da sociedade civil, a importância de sua organização e atuação, e a defesa da luta armada como maneira legítima de ação política são elementos que podem ser observados no zapatismo da Revolução Mexicana e que foram apropriados no repertório de ação coletiva do EZLN.²⁵

Sobre a questão da luta armada, nota-se que o EZLN se inspirou na ideologia militar do Exército Libertador do Sul: seu exército não é profissional, é organizado livre e democraticamente, e seus integrantes também são exclusivamente indígenas e trabalhadores rurais, que não recebem nenhuma remuneração para estar ali. O exército possui pobres condições de armamento e a guerra travada contra o exército federal também foi de baixa densidade. Contudo, os zapatistas de Chiapas, mesmo com pouquíssima força militar e ao contrário da grande maioria dos outros movimentos indígenas modernos da América Latina, optaram por recorrer às armas.²⁶ Entendemos que a estratégia de luta armada escolhida pelo EZLN foi inspirada em parte na atuação do movimento zapatista do início do século; os dois movimentos possuíram em seu discurso a ideia de que a luta armada era a única maneira de chamar a atenção da população e do governo, de conquistar mudanças reais e efetivas. Subcomandante Marcos, em uma entrevista com Yvon Le Bot, deixa clara essa inspiração em Zapata:

Quanto ao exército regular, servimo-nos dos manuais de história militar sobre a época da Guerra da Independência, sobretudo Morelos, e sobre a Revolução, a División del Norte de Pancho Villa e o Ejército Libertador del Sur de Zapata. É daí que vem a estruturação do exército zapatista em pelotões, seções, companhias, batalhões, divisões, corpos de exército, exército, grande exército e até a estrutura de comando. É um esquema muito semelhante ao dos exércitos de Villa e Zapata.²⁷

Ademais, a luta armada dos dois exércitos não teve a intenção de conquistar o poder no México, seja no âmbito regional ou nacional. Ambos os movimentos tem o ideal de fundar uma sociedade em que a comunidade como um todo passasse a ser

²⁵ Repertório de ação coletiva: conceito cunhado pelo historiador, cientista político e sociólogo Charles Tilly, que se refere às maneiras de fazer política de um grupo. O repertório pode ser definido como um conjunto de formas de ação compartilhadas por um grupo de atores sociais, bem definido, limitado, e com características de estabilidade e continuidade.

²⁶ LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997, p. 16.

²⁷ SUBCOMANDANTE MARCOS *apud* LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997, p. 88.



protagonista da mudança social e não apenas espectadora.²⁸ Para os zapatismos, a soberania popular não deve ser traduzida em uma democracia formal e representativa, mas em uma democracia direta, apoiada nas unidades sociais que controlassem a terra, que tivessem autonomia política e econômica e poder armado. Tanto para Emiliano Zapata como para o Subcomandante Marcos, porta-voz oficial por 20 anos do EZLN, há uma distinção entre tomar o poder e exercê-lo: o governo é visto como instrumento de repressão e como centralista, e o poder deve vir de baixo. Segundo Arturo Warman, para o zapatismo do início do século, por exemplo,

El proceso revolucionario debía desarrollarse en la base de la sociedad y no en la cúspide. El cambio en la existencia, establecido y defendido con las armas, debía preceder al cambio en el Estado. Sólo así sería definitivo, irreversible. Primero debía entregarse la tierra, el poder militar y la autonomía política a las unidades constitutivas de la sociedad, para rehacer al Estado como una unidad colectiva de servicio. El poder del viejo régimen debía disolverse, repartirse en la base de la sociedad, para dar paso a una nueva organización estatal. El nuevo Estado emanaría de las comunidades, confederándolas pero sin avasallarlas.²⁹

Outro claro exemplo de reapropriação feita pelo EZLN dos símbolos zapatistas do início do século é a nomeação dos locais onde ocorrem suas assembleias de *Aguascalientes*. Como mencionado anteriormente, entre outubro de 1914 e outubro de 1915, ocorreu, em uma cidade chamada Aguascalientes, uma assembleia entre os principais chefes revolucionários para discutir os rumos que o México deveria tomar, que ficou conhecida como *Convención de Aguascalientes*. O EZLN, em agosto de 1994, quando realizou a chamada Convenção Nacional Democrática para dialogar com a sociedade civil sobre as demandas colocadas pelos zapatistas, denominou também o local onde ela ocorreu – e assim nomearia todos os locais onde ocorreriam as assembleias e convenções posteriores – de *Aguascalientes*, em clara retomada ao processo ocorrido na Revolução Mexicana.

Entre os elementos zapatistas de princípios do século XX mobilizados pelo movimento chiapaneco, o que se faz mais presente em seu discurso é a figura de Emiliano Zapata, líder do movimento revolucionário do sul. Para o EZLN, Zapata foi a essência da Revolução Mexicana de 1910 e sua figura é tratada como heroica, como um mito, quase imortal. Esse elemento mítico garante em grande parte a identidade

²⁸ HILSENBECK FILHO, A. M., CABRAL, F. "Democracia e governos autônomos – Uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional". *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n. 2, jul/dez 2005, p. 5.

²⁹ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Reuelta, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 22.



do grupo. Sabemos que no México, desde o processo revolucionário iniciado em 1910, diversos grupos políticos e movimentos – inclusive o governo federal – se apropriaram da imagem de Zapata, numa tentativa de legitimar suas demandas e ações no cenário político mexicano. A apropriação feita pelo EZLN, entretanto, foi “singular na medida em que os rebeldes postularam uma estreita linha de continuidade com os ideais zapatistas do início do século XX.”³⁰ A intenção do grupo insurgente de Chiapas foi propor um regresso aos “reais” valores revolucionários propostos pelo líder do Ejército Libertador do Sul, em clara disputa com a apropriação feita pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e por Carlos Salinas de Gortari, presidente do México quando do levante chiapaneco. No trecho abaixo, retirado de um comunicado escrito pelo EZLN em abril de 1994, é possível perceber essa disputa:

El día de hoy, 10 de abril de 1994, se cumple el 75 aniversario del asesinato del general Emiliano Zapata. Su grito de *¡Tierra y Libertad!* pretendió ser ahogado por la traición de Venustiano Carranza. Hoy el usurpador Salinas de Gortari, quien se autodenomina “presidente de la República mexicana”, miente al pueblo de México diciendo que sus reformas al artículo 27 constitucional reflejan el espíritu del general Zapata. ¡Miente el supremo gobierno! Zapata no morirá por soberbio decreto. El derecho a la tierra para quien la trabaja es irrenunciable y el grito guerrero de *¡Tierra y Libertad!* sigue sin encontrar descanso en estas tierras mexicanas. (...) Las reformas salinistas al artículo 27 de la Carta Magna representan una traición a la patria, y como responsable de este delito debe ser juzgado quien usurpa el Poder Ejecutivo federal en México.³¹

Segundo os insurgentes da década de 1990, eram eles os verdadeiros herdeiros da revolução zapatista, que teria sido inacabada e deveria, portanto, ser retomada pelo EZLN.

O resgate da figura de Emiliano Zapata e dos ideais zapatistas do processo revolucionário mexicano teve a função de legitimar o movimento chiapaneco perante a comunidade nacional, evitando que o levante fosse considerado como apenas indígena, local ou étnico. Segundo o Subcomandante Marcos, havia uma grande preocupação para que a população do país não visse o movimento de fora, mas de dentro.³² Nesse sentido, o EZLN, ao mobilizar a figura de Emiliano Zapata, resgata

³⁰ BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012, p. 81-82.

³¹ Comunicado denominado *Aniversario del asesinato de Zapata: ¡Miente el supremo gobierno!*, escrito em 10 de abril de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acessado em: 12 de junho de 2015.

³² LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997, p. 121.



elementos simbólicos e históricos da Revolução Mexicana amplamente difundidos na memória coletiva e no imaginário nacionais, alcançando maior amplitude para as propostas do movimento. Ademais, esse resgate produz sentido para experiências passadas, tendo em vista a construção de um novo presente e futuro.

É importante colocar que apesar de enfatizarmos as semelhanças entre os movimentos e os elementos resgatados pelo EZLN em relação ao zapatismo do início do século – objetivo deste trabalho –, não buscamos afirmar que há uma simples continuidade entre os dois grupos e seus projetos. Eles atuam em contextos históricos distintos e testemunham diferentes fases do capitalismo no México e no mundo, que os impacta de diversas maneiras. Ambos os movimentos lutam contra a inserção do capital no campo e os efeitos negativos que ela provoca para os grupos camponeses e indígenas, porém os zapatistas de Chiapas possuem a especificidade de lutar contra um capitalismo em fase de globalização neoliberal, que afeta e oprime as grandes maiorias ao redor do mundo. Dessa maneira, possuem demandas que se dirigem não só ao país mexicano, mas de maneira geral a todos aqueles envolvidos e afetados pelo neoliberalismo. Nesse contexto, são influenciados por e influenciam os chamados novos movimentos sociais espalhados ao redor do globo no final do século XX e início do XXI, movimentos esses que possuem novas maneiras de agir e de se organizar. Dentre essas novas estratégias de ação política, por exemplo, podemos citar a construção de redes de comunicação e solidariedade entre os movimentos e ativistas, e a realização de fóruns e encontros internacionais. O EZLN, apesar de ser um movimento majoritariamente indígena que compartilha de certa cultura política zapatista, possui a particularidade de congregar diferentes tradições, perspectivas, maneiras de agir, visões de mundo, que dizem respeito não somente ao mundo indígena, mas também ao cenário urbano, globalizado e característico do final do século XX. E é justamente essa capacidade de confluência entre elementos tão diversos, que aparece sobretudo na linguagem zapatista, que é considerada, inclusive pelo próprio movimento, como um dos principais trunfos do grupo insurgente chiapaneco.³³

Não obstante as diferenças e particularidades, tentamos refletir, ao longo deste trabalho, sobre como o Exército Zapatista de Libertação Nacional resgatou diversos elementos do movimento zapatista que atuou durante a Revolução Mexicana. Esse

³³ SUBCOMANDANTE MARCOS *apud* LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997, p. 194-195.



resgate, como citamos anteriormente, não foi exclusivo do EZLN: vincular projetos político-sociais e ideais ao passado revolucionário nacional foi algo largamente utilizado por diversos outros grupos mexicanos, principalmente o governo e o PRI. De acordo com Fábio Baião, “o processo revolucionário de 1910 foi construído e reconstruído ininterruptamente ao longo do século XX.”³⁴ O EZLN, entretanto, teve a especificidade de fazer esse resgate não somente em seu discurso, mas também em sua prática. Com base no movimento revolucionário do sul, o grupo insurgente chiapaneco inspirou-se em seus ideais, reivindicações, em seu projeto político-social para a sociedade mexicana, em sua forma de organização, luta armada, dentre outros elementos. O EZLN partilha com o zapatismo de princípios do século XX estratégias de ação política, discursos, símbolos, visões de mundo, mitos, imaginários, valores, tradições e representações políticas. Tendo isso em vista, pensamos na existência de uma cultura política zapatista, que “expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”³⁵. Cabe ainda colocar que os comunicados escritos e veiculados pelos integrantes do movimento podem ser vistos como portadores e vetores desta cultura, já que são o principal meio pelo qual veiculam sua ideologia, seus símbolos, seu imaginário, dentre outros elementos. Por fim, é importante destacar que apesar de um movimento se dar no início do século XX e outro no final, muitas das demandas camponesas e indígenas permanecem as mesmas, por não terem sido, até hoje, atendidas. Isso demonstra que há uma significativa parcela da população mexicana relegada ao esquecimento, descontente, que busca maneiras de chamar a atenção do governo e da sociedade nacional – e, no caso do EZLN, também internacional – para que suas condições de vida melhorem.

³⁴ BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012, p. 95.

³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009, p. 21.



Referências Bibliográficas

- ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás. (org.). *América Latina - história, ideias e revolução*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998, p. 183-203.
- BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (org). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BRANCALEONE, Cassio. “A experiência de autogoverno zapatista em questão”. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.aacademica.com/000-062/2207>
- CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. 16 reimpressão, México: Era, 1991, p. 14-173 (La outra Revolución) e p. 435-443 (Plano de Ayala).
- _____. *La revolución y el Estado em México*. México: Era, 1989, p. 54-75 (capítulo III – La lucha ideológica em a Revolución Mexicana)
- FLORESCANO, Enrique. Lutas indígenas e camponesas. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 93 a 101.
- GARCIADIEGO, Javier. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010. Disponível em: www.bibliotecayacucho.gob.ve. Acessado em: 10 de maio de 2015.
- GENNARI, Emilio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aquarius, 2013.
- HILSENBECK FILHO, A. M., CABRAL, F. “Democracia e governos autônomos – Uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional”. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n. 2, jul/dez 2005, p. 55-74.
- LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa – Portugal, Asa, 1997.



MARTÍNEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. “El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos”. *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/o8_ornelas.pdf

PRADO, Adonia Antunes. “O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 144-174.

WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Reuelta, rebelión y revolución. La lucha rural em México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2, p. 9-23.

Referências Documentais

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. *Aniversario del asesinato de Zapata: ¡Miente el supremo gobierno!* México, 10 de abril de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acessado em: 08 de junho de 2015.

COMANDANCIA GENERAL DEL EZLN. *Al pueblo de México: las demandas del EZLN* México, 1 de março de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acessado em: 08 de junho de 2015.



Inserción, influencia y proletarización: un análisis de los vínculos entre la izquierda y la clase obrera en la Argentina del siglo XX a partir de dos experiencias

Hernán Camarero¹ – Martín Mangiantini²

RESUMEN: La vinculación entre izquierdas partidarias y clase obrera presenta tópicos invariables, aún pese a las diferencias históricas de actores y contextos. La izquierda pretende influir en los trabajadores, con el fin de convertirse en su dirección política. Cuando esa intervención se hizo inicialmente "desde afuera", con una izquierda que debía conquistar su presencia orgánica en las filas proletarias, las disyuntivas quedaban planteadas: ¿cómo acercarse a la clase, cómo efectuar la labor de penetración en ella, cómo lograr que sus cuadros se conviertan en referentes de los trabajadores? Las cuestiones de la "implantación", la "inserción", la "proletarización", así como la de los repertorios de organización relacionadas con ellas, quedan planteadas. Nos proponemos reflexionar a partir de dos casos históricos: el Partido Comunista argentino durante 1920-1930 (en el contexto de una clase obrera industrial desorganizada y, en buena medida, carente de representación política); y el PRT-La Verdad, de orientación trotskista, que actuó durante el ciclo 1968-1972, el de la emergencia de tendencias obreras clasistas y de parcial cuestionamiento a la burocracia peronista. En el trabajo, se describirá cada proceso y se buscará alcanzar algunas conclusiones comparativas y generales.

Palabras claves: Inserción; Proletarización; Izquierdas.

Más allá de las diferencias históricas de actores y contextos, la relación entre la izquierda partidaria y la clase obrera en la Argentina conlleva aspectos comunes que se mantuvieron relativamente constantes. Independientemente de las particularidades teórico-ideológicas de cada estructura partidaria y del momento coyuntural específico en el que se desarrollaron, la izquierda pretendió influir en los

¹ Doctor en Historia por la Universidad de Buenos Aires; Investigador Independiente CONICET; Profesor en las Facultades de Filosofía y Letras y Ciencias Sociales de la Univesidad de Buenos Aires. Contacto: hercamarero@gmail.com

² Profesor en Historia por el Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. González; Magister por la Universidad Torcuato Di Tella y Doctorando en Historia por la Universidad de Buenos Aires. Profesor de la Universidad de Buenos Aires y de diversas instituciones de nivel terciario. Contacto: martinmangiantini@gmail.com



trabajadores con el fin de convertirse en su dirección política. Partiendo de esta premisa, se valió de diversas estrategias para forjar una presencia determinante en su seno. Dentro del campo historiográfico, en numerosas investigaciones sobre distintas estructuras revolucionarias suele afirmarse la existencia de su influencia en el movimiento obrero. Una serie de conceptos, tales como “inserción”, “influencia”, “penetración” e “implantación”, se nos presentan de manera inevitable. No obstante, es válido preguntarse cómo analizar en términos cuantitativos y cualitativos que un partido revolucionario logró efectivamente un peso determinante en este sujeto social y qué variables se deben ponderar para dar cuenta de una influencia real. Todos éstos son interrogantes escasamente respondidos en este tipo de trabajos.

Esta problemática se circunscribe a otro elemento de relevancia. Las sendas estrategias que las diversas organizaciones políticas desarrollaron en sus intentos de forjar una presencia en el mundo de los trabajadores se transforma en un campo de estudio de interés. La búsqueda de inserción política de una herramienta partidaria en el espacio fabril, la participación en la sociabilidad laboral existente tanto en el marco de las jornadas laborales como por fuera de ellas, las estrategias para superar las relaciones personales transformándolas en vínculos políticos son algunos de los tópicos que precisan abordarse en este tipo de producciones. Dichas estrategias y modos de penetración en el mundo de los trabajadores están supeditadas a diversas circunstancias tales como el bagaje ideológico de las propias organizaciones, la coyuntura política y el tipo de régimen de gobierno existente con la consecuente posibilidad de una militancia abierta, o bien, la necesaria apelación a metodologías clandestinas. En este sentido, y retomando diversas producciones preexistentes³, el objetivo de este trabajo recae en analizar el repertorio de estrategias utilizadas por dos estructuras partidarias argentinas para alcanzar su objetivo de penetración en el proletariado. Para ello, y sobre la base de un importante conjunto de fuentes primarias, nos valdremos de dos experiencias históricas disímiles: el Partido Comunista argentino (PC) durante 1920-1930 y el Partido Revolucionario de los Trabajadores - La Verdad (PRT-LV), de orientación trotskista, durante el ciclo 1968-1972. Se trata de dos experiencias diferentes tanto en cuanto su bagaje teórico e ideológico de cada organización como en el contexto político-social en el cada una se

³ CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007; MANGIANTINI, Martín. “Clase y partido. Surgimiento, proletarianización y militancia fabril del PRT-La Verdad (1968-1972)”, *Revista Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, Buenos Aires, Año 2, Nº 4, marzo de 2014.



desarrolló. No obstante estas marcadas distancias, se considera que abordar ambos derroteros en clave comparativa posibilita una mejor comprensión sobre los métodos y las herramientas utilizadas por disímiles organizaciones para forjar una implantación en aquellos trabajadores que aspiraban a conducir políticamente y a partir de los cuales pretendían lograr un crecimiento cuantitativo como estructuras partidarias.

El primer caso a exponer es el del Partido Comunista (PC), el cual logró una creciente inserción en la clase obrera industrial de la Argentina, a partir de mediados de la década de 1920 y que fue incrementando notablemente en los años treinta. Los comunistas desplazaron la presencia anarquista en el sector y se situaron en un espacio que no había sido mayormente ocupado ni por los socialistas ni por los sindicalistas revolucionarios, los cuales estaban mayoritariamente insertos en los sectores y gremios del transporte y los servicios. Puede afirmarse que la del PC fue la primera experiencia de implantación sistemática y planeada de un partido de izquierda en el proletariado industrial. Además, desde los años veinte ese partido introdujo una novedad en cuanto a las formas de organización de las fuerzas políticas del país, en especial, respecto al agrupamiento de sus afiliados: las células obreras. Se trataba de un organismo que funcionaba como la estructura primera y básica del partido: lograba asegurar el compromiso militante, facilitaba el disciplinamiento de sus integrantes, se adaptaba a los imperativos de la acción comunista clandestina e ilegal y, sobre todo, posibilitaba una eficaz proletarización de las filas comunistas. Las células no sólo representaron la aparición de un novedoso repertorio organizacional en el campo de la acción política en el país, sino que también coadyuvaban a la germinación de un nuevo tipo de militante, totalmente entregado a su causa y dotado de una serie de atributos distinguibles en el escenario de la época.

A partir de 1925 y hasta 1935, se desplegó un período particular en la historia del comunismo argentino. En un sentido, las caracterizaciones y acciones del PC durante esta década se “autonomizaron” de los avatares y abruptos cambios de la situación política, económica y social del país, definida, sucesivamente, por la consolidación del dominio gubernamental del radicalismo, la reelección yrigoyenista, la crisis económica y el golpe militar de 1930, la dictadura de Uriburu y la imposición



de un régimen conservador fraudulento encabezado por el general Justo. El PC debió responder y adaptarse a estas cambiantes realidades, pero impulsó una estrategia común que acabó signando todo el ciclo. En gran medida, esta fue la de la proletarización y la “bolchevización” del partido, es decir: la inserción orgánica entre los trabajadores que se multiplicaba en los talleres y grandes fábricas emergentes con el crecimiento industrial; y la adopción definitiva del criterio organizativo leninista, lo que se expresó en la rearticulación global del partido en torno a células obreras formadas por militantes entregados por completo a la causa. Fue a partir de ese momento cuando comenzó la implantación orgánica y multiforme del PC en el mundo de los trabajadores: con la creación de las células fabriles, las agrupaciones gremiales y los sindicatos, las asociaciones de obreros inmigrantes y las instituciones propias de una cultura proletaria que intentaba atender el tiempo libre de los trabajadores. Fue en ese ámbito donde se articularon casi todas sus propuestas y sus prácticas.

Desde 1925 los comunistas priorizaron el reclutamiento de adherentes obreros hacia sus filas. Se cuenta con datos muy precisos sobre la incorporación de miembros al PC de la Capital Federal, la zona clave y más representativa, pues tendía a congregarse por esa época algo menos de la mitad de los activos de todo el país. Hacia agosto de 1926, esa regional contaba con unos setecientos seguidores. Si se considera su fecha de ingreso, se comprueba que el 55% había sido reclutado en el año y medio anterior, es decir, a partir de la implantación de la estrategia de la “proletarización” y del establecimiento de la organización celular.⁴ Al examinar el origen social de los afiliados capitalinos, las cifras muestran el proceso de transformación que sufría el PC. Según los datos manejados en el Comité Ejecutivo Ampliado de junio de 1925, en ese momento, el 55% de los militantes comunistas de la ciudad eran obreros; el 45% restante estaba constituido mayoritariamente por empleados, maestros, estudiantes, trabajadores independientes, comerciantes y cuentapropistas. Luego de esa fecha, la consigna del partido fue “Por una mayor proletarización” y se fijó una tarea urgente: “Debemos conquistar, antes del congreso del partido, mil obreros que trabajen en

⁴ Datos y porcentajes extraídos de: Mallo López, Israel “Informe de organización del Comité Local a la segunda conferencia de la Capital”, agosto de 1926. Allí se establece que hacia esa fecha el 10,67% de los militantes pertenecían a la camada fundadora del PC (1917-1918), el 2,16% a los ingresados en 1919, el 2,50% a los de 1920, el 13,50% a los de 1921, el 3,17% a los de 1922, el 6,33% a los de 1923 y el 6,83% a los de 1924. El 33,84% se había incorporado en 1925 y el 21,00% en 1926 (aún en curso), lo que da la cifra global de casi el 55%.



fábricas, empresas comerciales o explotaciones agrícolas”.⁵ Para agosto de 1926, cumplida la febril campaña de reclutamiento proletario y de implantación de la organización celular, las cifras habían variado ostensiblemente: el porcentaje de operarios era del 77,75% y el de los empleados era del 13%, lo que arrojaba un total de algo más de un 90% de trabajadores asalariados, frente a casi un 10% que no lo eran. El PC ya no perderá ese carácter sociológicamente obrero hasta la irrupción del peronismo. En esos tiempos, en términos generales, el PC reclutaba un prototipo de individuo, definido por una triple condición: obrero industrial, varón (cuya proporción numérica con las mujeres era casi de 5 a 1 en el conjunto del proletariado industrial del país) y con una edad que iba entre los 20 y 35 años. A ello también puede agregarse otro atributo frecuente: el de ser extranjero, dadas las condiciones de subalternidad, explotación y opresión que sufrían los recién llegados al país y que asumían rápidamente una situación de asalariado.

A partir de 1928 el PC pasó de la estrategia del “frente único” a la de “clase contra clase”, según lo dispuesto en el VI Congreso de la Internacional Comunista. Desde una visión catastrofista del capitalismo mundial, se auguraba su inminente caída final (poco después, la crisis y el inicio de la Gran Depresión parecían “confirmar” esos pronósticos). Desde este diagnóstico, se repudiaba todo compromiso con la socialdemocracia (la única posibilidad de frente único era “por abajo”, es decir, con los obreros socialistas que dieran la espalda a sus jefes), se planteaba la necesidad de escindir los sindicatos para crear organismos gremiales revolucionarios, se tendía a anular las diferencias entre dictaduras y democracias burguesas, y sólo se reconocía la existencia de dos campos políticos excluyentes: fascismo versus comunismo. Esto derivó en una línea confrontacionista y de notable combatividad a las organizaciones gremiales dirigidas o influenciadas por los militantes del PC, las cuales se agruparon en el Comité de Unidad Sindical Clasista (CUSC), en oposición a la flamante CGT. El CUSC y sus distintos componentes protagonizaron violentas huelgas durante el segundo gobierno de Yrigoyen, la dictadura de José F. Uriburu y la presidencia de Agustín P. Justo. El costo de esa resistencia no fue menor: durante los años treinta, el PC sufrió una sistemática persecución estatal por parte de la Sección Especial de Represión del Comunismo. Cientos de sus adeptos fueron encarcelados, entre ellos, buena parte de los miembros del Comité Central. El partido fue declarado ilegal y,

⁵ “Resolución del CE ampliado”, en *La Internacional* (“Órgano del Partido Comunista de la Argentina - Sección de la Internacional Comunista”), (en adelante *LI*), Año VIII, N° 1077, 8/7/25, p. 1.



merced a la aplicación de la Ley de Residencia (Nº 4.144), varios de sus activistas extranjeros fueron deportados a sus países de origen, en los cuales había regímenes autoritarios. No pocos comunistas, sobre todo los que aparecían al frente de los conflictos, sufrieron sistemáticas torturas. De este modo, proletarización, “bolchevización”, giro a posiciones combativas y sectarias de izquierda y represión, son los ejes que permiten reconstruir esta etapa del PC argentino.

Fue en ese marco en el que se produjo la reorganización definitiva del partido en torno a las células obreras. Analicemos en detalle este proceso. A medida que avanzaba la década del veinte, el PC impulsó una mutación en su armazón interna y una precisión mayor de las características que debía asumir su militancia. Todo se colocaba en sintonía con el objetivo de “bolchevizar” al partido, es decir, ponerlo bajo los cánones políticos y organizativos de la Comintern. La primera transformación que interesa analizar es la imposición de la estructura celular, consistente en el reagrupamiento de los afiliados activos en un organismo de base, denominado célula, que podía reunir un mínimo de tres individuos y un máximo de veinte. La célula comunista fue entendida de allí en más como la unidad fundamental y reproductora del PC, la base de su funcionamiento y el puente de vinculación con la clase obrera, del mismo modo que el comité lo fue para la UCR y el centro o casa del pueblo, para el PS. Las células se articulaban con la aspiración más básica del PC: su penetración orgánica en las estructuras laborales y el reclutamiento de obreros, para convertirlos en militantes, en los sitios de trabajo. La constitución de ellas fue lograda mientras se iba abandonando la organización, que el PC había heredado de la tradición socialista, de reunir a sus seguidores exclusivamente en secciones, agrupaciones o centros barriales. Hasta 1925 se mantuvo aquella forma de organización.

En verdad, la transformación de centros o secciones a células fue llevada a cabo en toda la IC. En un texto antiguo y ya clásico, el sociólogo y politólogo francés Maurice Duverger⁶ reflexionaba:

Las secciones eran un invento socialista; las células son un invento comunista. Más precisamente, son el invento del Partido Comunista Ruso, cuya III Internacional impuso su adopción a todos los partidos comunistas del mundo, en su resolución del 21 de enero de 1924: ‘El centro de gravedad del trabajo político de organización debe ser transferido a la célula’ [...]. La selección de la célula como base de organización entraña una evolución profunda en la noción misma de partido político. En lugar de un órgano destinado a la conquista de sufragios, a relacionar a los elegidos y a

⁶ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*, México, FCE, 1980 (1º ed. en francés: 1951).



mantener el contacto entre éstos y los electores, se convierte en instrumento de agitación, de propaganda, de organización, y eventualmente de acción clandestina, para quien las elecciones y los debates parlamentarios no son más que un medio de acción entre otros, e incluso un medio secundario.⁷

Como ocurrió en los diversos partidos comunistas del mundo, en el PC argentino se consideraba que esta nueva estructura permitiría una colaboración más estrecha entre la masa de afiliados y la dirección, que aumentaría el compromiso de los militantes y que se incrementarían la capacitación y el nivel político cultural de estos últimos, al organizar jornadas colectivas de lectura, estudio y reflexión, más fáciles de programar dado el pequeño número de integrantes. Finalmente, las células hacían posible una mayor eficiencia en el control, la represión y la digitación de las actividades de la militancia. Esta mayor regimentación organizativa corrió paralela a un proceso de homogeneización e intolerancia con las disidencias: a fines de aquel mismo año se produjo la expulsión de los chispistas.

El Comité Local, que luego adoptó el nombre de Comité Regional, de la Capital Federal, el más importante del PC, fue el primero en aplicar la organización celular en forma masiva desde mayo de 1925. Ésta comenzó a regir más claramente a partir de las directivas adoptadas en ese sentido en el Comité Ejecutivo ampliado de junio de ese mismo año y fue sancionada definitivamente en el VII Congreso del partido, en diciembre, cuando se aprobó la “Carta orgánica de las células de fábrica”.⁸ Hecho el balance de los primeros meses de aplicación de la nueva forma de agrupación de los militantes, desde comienzos de 1926 se produjo una completa reorganización del funcionamiento celular. Se rehizo el fichero de afiliados (con los datos de ocupación y vivienda) y se dividieron los nuevos radios que ocuparía cada célula; luego, se reconstituyeron todas las células y los comités de barrio.

El objetivo principal del PC era crear las llamadas “células obreras de empresa o taller”, es decir, conformadas por los que trabajaban en la misma planta. Si en una empresa no existía una concentración de adeptos que lo permitiera, éstos se agrupaban mezclados en las “células mixtas”. Existían, además, las “células de calle”, conformadas por vecinos, a las que se les asignaba un radio de acción en función de las fábricas donde debía efectuar la agitación. Veamos las disposiciones:

⁷ DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*, México, FCE, 1980 (1° ed. en francés: 1951) 60-61 y 65-66

⁸ “Carta orgánica de las células de fábrica”, en PC de la Argentina: “Informe del Comité Ejecutivo al VII Congreso a realizarse los días 26, 27 y 28 de diciembre de 1925, en Buenos Aires”, p. 14-17.



a) Los miembros del partido que no trabajan en usinas (domésticos, artesanos, campesinos pobres, etc.), pueden ser reunidos en células de calle según su domicilio. b) Las células de calle discuten y deciden todas las cuestiones del partido, ejecutan todos los trabajos del partido en el barrio, realizan la agitación en las casas, distribuyen publicaciones, etc. Sin embargo, las células de calle, allí donde se crean, no deben obstaculizar a las células de fábrica, y no les son comparables en importancia. Sólo la célula de empresa es la base de organización del partido. c) Si el número de los comunistas en una fábrica no es suficiente para formar una célula (1 a 2 camaradas), ellos pueden, siempre como miembros del partido que no trabajan en una fábrica pero que viven en los alrededores de una fábrica que tiene célula, ser agregados a esta última [...]. Los comunistas que trabajan en una fábrica, deben siempre conservar una mayoría preponderante segura. Además, la célula debe esforzarse por reclutar nuevos miembros de la fábrica, de manera que la proporción de los agregados se reduzca lo más posible.⁹

Posteriormente, las células que se dedicaban a apoyar a otra de una empresa fueron denominadas con un término que sugiere bien la idea de asedio y de conquista que sobrevolaba: eran las “de bloqueo”, constituidas por vecinos del barrio en el que se hallaba ubicado el establecimiento. Desde estas últimas células, se intentaba fraternizar con los obreros, a quienes se los abordaba a la salida del trabajo y se los visitaba en sus domicilios. Cada célula tenía la obligación de tener un registro creciente y actualizado, con domicilios, de los simpatizantes del partido y de los lectores de los distintos materiales de la literatura comunista (periódicos, revistas, folletos, libros). A partir de la adopción de la política obrerista y revolucionarista de “clase contra clase”, algunas células de bloqueo acabaron derivando, especialmente en el ámbito juvenil, en las denominadas “brigadas de choque”, estructuradas sobre la base de un objetivo casi militar:

En las brigadas de choque debe reunirse un grupo de camaradas que ofrezcan en su conjunto las garantías que emplearán todos los medios necesarios para arribar a la creación de la célula en una empresa determinada [...]. Se trata verdaderamente de un grupo “de choque” que se lanza a la empresa con un fin concreto que debe ser logrado a toda costa.¹⁰

Sobre la presencia de los organismos de base comunista en relación con la escala y complejidad productiva de las empresas, se observa cierta disociación entre los deseos y la realidad. El partido sostenía que las células podían prosperar con más eficacia en los establecimientos grandes y medianos, donde se hacía factible el anonimato y la acción clandestina de los militantes. Pero lo cierto es que existían

⁹ “Estructura y bolchevización del partido”, *LI*, Año VIII, N° 1087, 21/7/25, p. 3.

¹⁰ “Hagamos de las células de empresas la base de nuestras federaciones”, *Internacional Juvenil*, Año I, N° 2, mayo de 1931, p. 6-8.



muchos comunistas ocupados en las pequeñas producciones mercantil y capitalista, que trabajaban en minúsculos negocios y talleres de menos de 10 empleados (obviamente, allí nunca pudieron formarse células). De allí que fuera el propio partido el que planteara, cada vez más insistentemente, que sus integrantes no se quedaran en estos reducidos sitios de trabajo. Imperaba la “línea de concentración”, es decir, la orientación a privilegiar la captación de obreros de las grandes fábricas y en las ramas industriales fundamentales. Esta estrategia se hizo explícita luego de la Primera Conferencia Comunista Latinoamericana de junio de 1929:

Los comunistas deben trabajar en usinas; para hacer factible tal necesidad, debe producirse un proceso de emigración de comunistas de pequeños talleres a grandes establecimientos. El compañero que trabaja en la Chade, en Vasena o en la General Motors, tiene para el partido más valor que el otro que se ocupa en un taller donde las posibilidades de acción comunista son limitadas. El camarada que deja su profesión para ingresar a un frigorífico como peón, demuestra tener mayor espíritu revolucionario, mayor comprensión del trabajo de masas que el que permanece siempre en su pequeño taller, a resguardo de la reacción patronal y donde adquiere, fácilmente, una mentalidad que no es justamente la del proletariado industrial, que es la que conviene al partido. Trabajar en los grandes talleres, bloquear a las grandes fábricas, sobre todo de las industrias fundamentales, crear y extender la misión de los comités de fábrica. He ahí resumida las grandes tareas del partido en los momentos actuales.¹¹

Sin embargo, los éxitos de esta táctica fueron acotados en los primeros tiempos.

Es de destacar la forma metódica con la que fue encarada la organización e inserción de las células comunistas en los medios obreros de la Capital. Así se detallaba, en un informe interno, cómo se abordaba esta labor:

La mayoría de las células han hecho el censo industrial de su radio, es decir, especificar claramente las casas, negocios, industrias, talleres, etc., que tienen instalados sus lugares de trabajo en cada radio; saber la cantidad de obreros, obreras y menores que desempeñan sus funciones en cada una, y conocer la situación económica de los mismos. Averiguar el estado en que se encuentra el taller o la fábrica; si hay defectos en el trabajo, falta de condiciones de higiene, horario, salarios y muchos otros datos inherentes a la actividad de los obreros. Hecho esto se tomaba a la fábrica que estuviera en peores condiciones, buscando con preferencia donde trabajaran afiliados o simpatizantes que pudieran proporcionar los datos necesarios, y comenzar en forma la agitación dentro del establecimiento.¹²

¹¹ “La aplicación de la táctica del Frente Único”, *LI*, Año XI, N° 3299, 29/6/29, p. 6.

¹² LÓPEZ, Israel Mallo. “Informe de organización del Comité Local a la segunda conferencia de la Capital”, agosto de 1926, p. 1.



De algún modo, podría sostenerse que la actividad de las células estaba recorrida por una serie de “formas rituales”. En este sentido, son útiles ciertas observaciones de Eric Hobsbawm, quien se refiere a los clásicos procedimientos y prácticas organizativas de las tendencias obreras, que, más allá del carácter utilitario que poseían, actuaban como formulismos que proporcionaban cierta satisfacción ritual.¹³ La actividad de cada célula en la Capital era orientada y controlada por el Comité Local, que procuraba capacitar a los obreros para comportarse eficazmente en el organismo y acrecentar sus tareas y responsabilidades. Las cuestiones que las células debían abordar en su vinculación con los trabajadores estaban predeterminadas: “Abusos patronales, compadras del capataz, poco salario, desocupación. Son temas que las células comunistas deben utilizar para correspondencias y conferencias a la salida del taller”.¹⁴ En las células, debían elegirse cinco secretarios: el general (y de organización), el de asuntos sindicales, el de agitación y propaganda, el de deportes y cooperativas, y el de cuestiones femeninas, idiomáticas y juveniles. Los cinco cargos se repetían para cada Comité de Barrio y, a su vez, para el Comité Local. Semanal o quincenalmente, se editaban circulares desde este organismo, en las que se señalaban aciertos y errores, se daban recomendaciones y se informaban nuevas directivas para las células. Estaban obligadas a remitir a dicho Comité una copia de las actas levantadas en cada reunión, destinadas a ser controladas por la Secretaría de Organización. Se castigaba al afiliado que continuaba en la célula anterior a su cambio de trabajo. En la carta orgánica sancionada en el VII Congreso del partido se prohibía que cambiaran de ocupación, oficio o domicilio sin previa comunicación al Comité Local. La imposición de estas formas rituales de procedimiento y de discurso acabó por cercenar la autonomía de estos organismos.

No obstante, la constitución y funcionamiento de las células estuvo lejos de establecerse rápidamente y fue más bien el desenlace de un proceso convulsivo, pleno de contradicciones y retrocesos. En los comienzos, parecía que la mayor parte de los adherentes al PC no alcanzaba a comprender o a aceptar la nueva forma de organización. Hacia agosto de 1926, como reconocía un informe del Comité Local,

Apenas el 20% de las células constituidas en mayo del año pasado, funcionaban, y por cierto, mal. Una cantidad apreciable de afiliados nuevos, desde el mes de diciembre a abril, no habían podido ser incorporados a sus

¹³ HOBBSAWM, Eric. “La transformación de los rituales obreros”, *El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera*, Barcelona, Crítica, 1987, p. 93-116.

¹⁴ ¡Alerta! (“Comité de Barrio de Avellaneda”), Año I, N° 1, noviembre de 1927, p. 2.



respectivas células; existía además un buen porcentaje de compañeros que habían cambiado de lugar de trabajo y continuaban sin embargo en la célula anterior, si existía, o a la espera del cambio correspondiente.¹⁵

Desde luego, una aspiración firme de los comunistas, junto a la reestructuración celular, era el reclutamiento permanente y selectivo de obreros. Desde septiembre de 1926, en todas las actas de reuniones del Comité Regional de la Capital Federal se incluía el acápite “Movimiento de afiliados”, donde se informaba la aceptación o no de las fichas de nuevos adeptos, y se indicaban los nombres completos de cada individuo y el lugar donde se produciría ese ingreso. El promedio de incorporaciones al PC capitalino durante 1925-1930 era de unas treinta por mes. Algunos de los que solicitaban la afiliación eran inmigrantes que presentaban sus carnets de pertenencia a los partidos comunistas de sus respectivos países: Italia, Rusia, Checoslovaquia, Polonia, Bulgaria, Hungría y Lituania eran los más comunes.

La estructura celular recibió un nuevo impulso en 1927. Hacia abril, un documento del CC del PC elevado a la Comintern aseguraba que la organización en células estaba completamente instaurada en la Capital Federal, parcialmente en la provincia de Buenos Aires, algo menos en las ciudades de Rosario, Córdoba y Tucumán, y en sus inicios en el resto del país. Lo que aparecía más retrasado era la creación de los órganos colectivos de dirección, los llamados “bureaux”, de las células. Se había avanzado, con las mismas desigualdades geográficas señaladas, en la reconstitución de los comités de barrio, los comités locales y los comités regionales.¹⁶ Para octubre de 1927, otro informe indica que, en el PC de la Capital Federal y en ciertos partidos del GBA, había noventa y cinco células, que agrupaban a casi ochocientos militantes.¹⁷ Cada célula poseía su correspondiente número, para identificarse dentro de la vida partidaria. En ese momento, existían 38 células de calle, en las que se agrupaban 286 miembros, y 33 células mixtas, con otros 357 integrantes. Las células de empresa eran 24, con 153 adherentes, que se organizaron con igual efectividad en talleres y plantas de diversos tamaños, nivel de concentración laboral y ramas de actividad. Dado que se conformaban en empresas de distinta cantidad de operarios, la dimensión de cada una variaba: en un extremo, había varias

¹⁵ LÓPEZ, Israel Mallo. “Informe de organización del Comité Local a la segunda conferencia de la Capital”, agosto de 1926, p. 1.

¹⁶ CC del PC de la Argentina: “Al CE del Komintern”, Buenos Aires, 28/4/27.

¹⁷ “Informe sobre la situación del PCA a la reunión del Secretariado Latinoamericano de la IC”, octubre de 1927.



con sólo 3 militantes (el mínimo requerido para formarlas); en el otro, una reunía 20 militantes (en una empresa ferroviaria).

Por otra parte, en sintonía con la línea movilizadora y radicalizada de “clase contra clase”, el PC comenzó a promover la creación de otros dos organismos de base en los que las células se comportarían como su embrión: en primer lugar, el “Comité de Fábrica”; luego, el “Comité de Lucha”. En realidad, ya estaban planteados como estratégicos por la IC desde su II Congreso (1920), para el objetivo de introducir el control obrero, pero fueron promovidos en la Argentina recién a partir de 1928.¹⁸ Aquí, ambos surgieron en empresas grandes y en algunas medianas; estaban constituidos por trabajadores comunistas e independientes o de facciones afines al PC. En ciertos casos, los comités de fábrica, impulsados por las células, sirvieron como plataforma para la conformación o consolidación de sindicatos. Así ocurrió en los frigoríficos de Berisso: de las células en el Swift y el Armour se constituyeron los comités de fábrica respectivos y, de allí, se pasó al Sindicato de la Industria de la Carne. En la madera, especialmente a partir de la huelga de octubre de 1929, los comunistas también definieron a estos organismos “indispensables para ligar a los obreros entre sí y la base para las acciones futuras” y los usaron como ariete para romper con el sindicato existente y constituir el Comité Pro Unidad Clasista de los Obreros de la Madera, primero, el Sindicato Unitario de Obreros de la Madera, luego.¹⁹ El “Comité de Lucha” surgió en vínculo directo con las situaciones de conflictividad. Hacia comienzos de 1931, el partido definía a este organismo como a un conjunto de delegados elegidos por los trabajadores de una fábrica,

“(…) que coordina, unifica y dirige la acción de los obreros en la lucha por sus reivindicaciones. Para desempeñar su papel, el Comité debe constituirse sobre la base de las reivindicaciones discutidas por la masa capaces de movilizar a la mayoría de los obreros de la empresa, y estar compuesta por obreros que gocen de la confianza de sus camaradas.”²⁰

La constitución de los comités de fábrica y de lucha, y las propias células obreras del PC, comenzaron a ser favorecidas también por una táctica interna del partido: los planes de “emulación revolucionaria”, a través de los cuales las diferentes secciones del partido se “desafiaban” a superar una serie de objetivos. En todas estas

¹⁸ Ver: “El movimiento sindical, los comités de fábrica y de empresas”, en *Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista*, México, Pasado y Presente, 1981, p. 146-149.

¹⁹ HERNÁNDEZ, Aurelio A. “Lo que nos enseña la lucha”, En: *El obrero del mueble. Órgano del Grupo Rojo de la Madera*, Año I, N° 5, noviembre de 1929, p. 3.

²⁰ “¿Qué es un Comité de Lucha?”, en *LI*, Año XIII, N° 3370, 24/1/31, p. 4.



iniciativas se halla presente el tipo de subjetividad existente en la militancia comunista, adaptada a los requerimientos de la estrategia de “proletarización” y “bolchevización” imperante en esos años. Todo remite a un partido que pugnaba de manera vehemente por penetrar e insertarse en la clase obrera.

El análisis de la experiencia del PRT – La Verdad (PRT-LV), nos introduce en un período y una corriente política de izquierda bien distinta a la recién examinada. En efecto, son más de tres las décadas que median entre el proceso de proletarización e inserción del PC en el proletariado industrial y el caso que ahora analizaremos. Se trata de un tiempo histórico bien diferente, en tanto nos coloca ante una clase obrera ya remodelada completamente por el fenómeno del peronismo y por las transformaciones de la segunda fase de industrialización sustitutiva y el desarrollismo, así como por una serie de mutaciones demográficas, sociales y culturales que introdujeron novedades muy importantes. Al mismo tiempo, el actor también es diferente: abordamos una corriente trotskista de pequeña-mediana escala, lo cual suponía, no sólo el desafío de abrirse un espacio en el contexto de la mayoritaria adhesión de los trabajadores al peronismo, sino también el de dirimir fuerzas con otras expresiones de izquierda. No obstante, en el análisis de la naturaleza de los problemas de inserción, influencia y proletarización que afrontó esta organización podemos encontrar algunos puntos comunes con la anteriormente explorada.

La búsqueda de inserción en el proletariado del PRT – La Verdad (PRT-LV) se ubica entre los años 1968 y 1972 en el marco de una coyuntura abierta por el *Cordobazo*, signada por el ascenso en la conflictividad obrera, la radicalización político-ideológica, la emergencia del llamado clasismo y el inicio de una crisis orgánica que puso en jaque a la estructura económico-social argentina. El intento de inserción no sólo respondía a concepciones teórico-conceptuales sino también a una estrategia de reconstrucción como partido tras la ruptura de su estructura preexistente, el PRT, en el año 1968. Por ende, el nacimiento del PRT – LV supuso una reelaboración de los paradigmas organizativos a poner en práctica y la decisión de un profundo vuelco organizacional de su militancia en el seno de la clase obrera y



en sus organismos de lucha tras una notoria merma de su militancia y migración de históricos cuadros de esta corriente.

En otro orden, la inserción en el proletariado se anclaba en un análisis político coyuntural. Desde los años 1967-1968, los dirigentes que formarían el PRT-LV argumentaron la existencia de una coyuntura defensiva y de luchas parciales de la clase obrera contra una burguesía que, en concordancia con el proyecto estatal, se lanzó a arrebatarle las conquistas laborales y organizativas antes obtenidas. Para esta corriente, las conquistas más temidas por la burguesía eran los Cuerpos de Delegados y las Comisiones Internas y, por ello, la principal consigna de la etapa recaía en la defensa de estos organismos de la clase obrera como así también de los sindicatos y de la CGT de todo tipo de ataque por parte del Estado y de las patronales.²¹ A partir de diversos conflictos, este partido vislumbró la apertura de una etapa que ubicaría al movimiento obrero y urbano a la cabeza de las luchas a través de sus métodos tradicionales (como las huelgas y tomas de fábrica) en combinación con otros nuevos²² y, en concordancia con ello, comenzó su reconstrucción tras reafirmar el paradigma organizativo partidario leninista, pugnar por la penetración en el proletariado a partir de la participación en sus movilizaciones y, paralelamente, presentarse como alternativa de dirección de sus organismos ya existentes. Se planteó como premisa que un partido revolucionario no debía posicionarse por sobre los organismos que las propias masas se daban (como, por ejemplo, las comisiones internas y cuerpos de delegados) sino pugnar por su inserción en ellos a partir del esbozo de aquellas reivindicaciones que fueran capaces de colaborar con la elevación de las luchas existentes.²³ Esta concepción se reafirmó y profundizó a partir del estallido del *Cordobazo* en 1969 dado que, para este partido, si tal estallido no produjo la caída definitiva del régimen, su causa fue el retraso en la formación de una dirección clasista y en la conservación por parte de la burocracia sindical del dominio de los organismos de masas lo que impidió que la clase obrera gestara un cambio radical en la relación de fuerzas.²⁴

²¹ "Una tendencia ultraizquierdista" [Firmado por "NM" – Nahuel Moreno]. Comité Central del PRT, Agosto de 1967, p. 7-8.

²² GONZÁLEZ, Ernesto. *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina. Tomo 3: Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana, Volumen 2 (1963-1969)*, Buenos Aires, Editorial Antídoto, 1999.

²³ MORENO, Nahuel [et al.]. *Argentina y Bolivia: Un balance. Polémica con la guerrilla, 1969-1972*, Buenos Aires, CEHUS, 2014.

²⁴ "1969". Comité Central del PRT-LV, 1969, p. 2.



En la búsqueda de inserción, el PRT-LV desarrolló diversas estrategias. El método inicial utilizado en su objetivo de reinserción en la clase obrera sería la denominada *peinada* que consistió en la búsqueda de entablar relaciones individuales con su vanguardia y forjar una red de contactos de la organización.²⁵ Su aplicación conllevó dos modalidades. Por un lado, la relación de la militancia partidaria con los trabajadores fabriles de base, prioritariamente a partir del diálogo en torno a las problemáticas cotidianas propias de su ámbito laboral para luego, paulatinamente, profundizar tal relación a partir de un vínculo de mayor contenido político y, por otro lado, la concurrencia a las fábricas para entrevistarse con sus delegados e interiorizarse de sus reivindicaciones, realizar un padrón acabado sobre la estructura fabril de cada espacio laboral y trazar una caracterización sobre la situación interna de cada ámbito de trabajo para, sobre esa base, ponderar los espacios de inserción de la militancia.

No obstante, la estrategia fundamental recayó en la *proletarización* partidaria. Ella consistió en que una porción considerable de su militancia se insertara en los espacios fabriles a partir del ingreso laboral a diversos establecimientos y, una vez concretado ello, lograra una integración tanto al mundo del trabajo como a la cotidianidad y a los espacios de sociabilidad de la clase obrera. En la práctica, la relación del militante proletarizado con sus pares se produjo de dos modos paralelos. Por un lado, a partir del desarrollo de las tareas laborales propiamente dichas y, por otro, mediante la inserción en la sociabilidad obrera en el marco de las vivencias cotidianas que continuaban más allá de las relaciones existentes en el ámbito de trabajo. En lo pertinente al primer elemento, se imponía como línea la necesidad de una actitud de evidente esfuerzo y tenacidad en su práctica como un medio para alcanzar un respeto laboral que se convirtiera en el paso previo y necesario para la conversión del militante partidario en un referente político-sindical. Por otro lado, y con respecto a la sociabilidad cotidiana, existió un abanico de formas de relacionarse en el marco de diversas instancias colectivas. Eran frecuentes las actividades deportivas, las relaciones en los tiempos de descanso en el marco de la propia jornada laboral, las actividades por fuera de los días laborales como la realización de salidas colectivas los fines de semana o la colaboración de los militantes con los obreros para la construcción de sus hogares.

²⁵ "Informe de actividades". Comité Central del PRT-LV, Julio de 1969, p. 1.



En relación con ello, una de las expresiones más acabadas de la proletarización recayó en una concepción que vislumbró que la inserción del militante en la clase obrera no solamente debía producirse en el marco de un ámbito fabril sino también en el espacio barrial y en la cotidianeidad social. Existen experiencias paradigmáticas en este sentido como, por ejemplo, diversos estudiantes universitarios en los albores de recibirse que abandonaron sus estudios para forjar su ingreso a fábrica, o bien, migrar hacia el interior para posibilitar la apertura política del partido en un espacio no explorado. Cabría aquí el interrogante en torno a la existencia de una cierta tensión interna en la organización para conjugar la labor intelectual del militante con una evidentemente valorada praxis obrerista y sindical.

Al mismo tiempo, un elemento de inserción ponderado por esta corriente recayó en el papel que podrían cumplir las consignas motorizadas por un partido revolucionario como medio de elevación del nivel de conciencia de la clase obrera. Éstas tenían como objetivo su capacidad de movilización de los trabajadores y, por ello, debían reflejar las necesidades y el nivel de conciencia existente en la clase en cada momento determinado.²⁶ En relación con ello, acorde al paradigma leninista, este partido utilizó dos conceptos para poner en práctica su estrategia discursiva de inserción en la clase obrera: la propaganda y la agitación. La primera de estas herramientas era identificada como la propiedad de una organización de brindar una elevada cantidad de ideas a un público reducido e incluía la formación para la propia militancia partidaria, las charlas individuales con el activismo obrero al que se le describía la situación nacional, internacional, el programa del partido o las diferencias con otras organizaciones revolucionarias y, principalmente, la venta del periódico semanal partidario en las puertas de fábrica y en los barrios obreros (Moreno, 1989: 196). Por su parte, la agitación era la capacidad de levantar unas pocas consignas (o bien, una sola) que dieran una salida para la lucha que el movimiento obrero tuviera planteada en un momento determinado. Ello se materializó a través de volantes o pintadas, por ejemplo.²⁷

Un eje central para la inserción del PRT – LV recayó en la política adoptada por la organización en los momentos de conflictividad de un espacio fabril o laboral determinado. Ante un reclamo laboral, este partido desarrolló dos variantes. La primera de ellas consistió en la participación en aquellos conflictos en espacios en

²⁶ MORENO, Nahuel. *Un documento escandaloso (En respuesta a 'En defensa del leninismo, en defensa de la Cuarta Internacional' de Ernest Germain)*, Buenos Aires: Ediciones Antídoto, 1989.

²⁷ "Sobre agitación y propaganda (para BI)". Comité Ejecutivo del PRT-LV, 1969, p. 1.



donde esta corriente no poseía una ligazón política preexistente. La metodología utilizada en este caso recaía en la concurrencia de los militantes para acercar la solidaridad de la organización con los trabajadores y ponerse a disposición de éstos para las diversas tareas necesarias para el sostenimiento de su lucha. Una vez entablado un vínculo, el papel consistía en la puesta en práctica de iniciativas que se les proponían a los obreros en lucha tales como el desarrollo de colectas en otras fábricas y en el movimiento estudiantil, la invitación a sus trabajadores a recorrer otros ámbitos laborales en los que el partido poseía un peso sindical, ofrecerles la impresión de un volante que narrara las causantes de tal conflicto y sus reivindicaciones, entre otras variantes que se combinaron.

La segunda alternativa de participación en los conflictos se produjo en aquellos ámbitos en los que este partido ya poseía una inserción política de su militancia y que, al momento de producirse una problemática laboral, se erigió como la dirección de tal proceso de lucha. Para ello, una herramienta que esta organización buscó construir en cada espacio laboral fueron las denominadas tendencias sindicales. Se trató del objetivo de conformar agrupaciones que, siendo dirigidas por este partido, tuvieran una composición más amplia que sus miembros. Junto a la militancia del PRT - LV, coexistían diversos componentes que, en el plano sindical, actuaban conjuntamente con esta corriente como, por ejemplo, activistas que no pretendían una militancia partidaria u obreros provenientes del peronismo que rechazaban a sus cúpulas sindicales burocratizadas y encontraban en estas tendencias un espacio de participación más allá de las diferencias políticas. El impulso de las tendencias le permitió a este partido profundizar el proceso de captación política fabril dado que, a partir de un trabajo conjunto en el plano sindical en el marco de una misma agrupación, se forjaba una relación que podía desembocar en la transición de un vínculo gremial a una participación partidaria. Simultáneamente a la conformación de tendencias, la metodología de construcción central recayó en los intentos de conquista de los organismos de lucha que los propios trabajadores desarrollaban tales como las comisiones internas y los cuerpos de delegados y el sostenimiento en ellos de las reivindicaciones transicionales capaces de colaborar con la radicalización de los posicionamientos políticos de los trabajadores y de elevar sus formas de luchas para, simultáneamente, erigirse como la dirección reconocida en los conflictos que se sucedieran.



En cuanto a las dificultades que se desprendieron de esta búsqueda de inserción puede afirmarse que, una vez puesta en práctica, la proletarianización conllevó, en determinados casos, diversos tipos de obstáculos para una real inserción fabril. Una de ellas recayó en aquellos militantes que fueron absorbidos en sus tiempos por las tareas laborales cotidianas y ello les impedía elevarse al rol de activistas dentro de la fábrica y establecer un diálogo político con sus pares. La otra problemática recayó en aquellos activistas que, en la búsqueda de erigirse rápidamente como dirigentes político-sindicales, adoptaron posiciones y encabezaron acciones alejadas del nivel de conciencia y del grado de construcción desarrollado por parte de las bases obreras lo que trajo aparejada una brecha con respecto a aquellos sectores que se pretendía dirigir y el aislamiento o la exposición de estos cuadros a merced de las sanciones de las empresas o de las propias dirigencias sindicales burocratizadas.²⁸ Del relevo documental también se desprende la dificultad existente, en determinadas oportunidades, de lograr que las numerosas relaciones sindicales forjadas en los ámbitos laborales, la participación en los organismos de dirección gremiales y la inserción en los conflictos se transformaran, a su vez, en vínculos políticos y, a partir ello, la posibilidad de un crecimiento cuantitativo del partido a partir de la captación en la vanguardia del movimiento obrero. La percepción de este límite llevó a la dirección partidaria a alertar sobre el peligro de una desviación sindicalista que debía encauzarse entendiendo por ella el error de vislumbrarse dentro de la organización una separación, de hecho, entre los militantes sindicales y los políticos.²⁹ Se evidencia en esta tensión un obstáculo del proceso de proletarianización que recayó en una asimilación y adaptación del militante a una labor sindical y a una vanguardia obrera en ciernes que hacía peligrar el objetivo de politización de esta estrategia.

Cuantificar el grado de inserción que tuvo el PRT – LV en el seno de la clase obrera, presenta diversas dificultades, pues ella se desarrolló en el marco de una coyuntura represiva que obligó a esta organización a un funcionamiento con metodologías propias de una práctica militante clandestina. Por otro lado, un elemento que dificulta la cuantificación en torno al grado de influencia de una organización revolucionaria en este período recae en la existencia de una clase obrera que, en un porcentaje amplio, autodefinía su identidad política con un anclaje en el

²⁸ "Logremos una nueva dirección del movimiento obrero". V Congreso Nacional del PRT-LV, 1970, p. 9-10.

²⁹ "Informe de actividades". VI Congreso Nacional del PRT-LV, Septiembre de 1971, p. 2.



peronismo. Ello puede llevar a conclusiones erróneas dado que el bagaje conceptual y metodológico que la izquierda revolucionaria argentina logró desarrollar dentro de la clase obrera en esta coyuntura aparece como un elemento determinante dentro de los rasgos característicos concretos de este sujeto social. Metodologías propias de la democracia obrera, el fenómeno del clasismo y la radicalización de los conflictos con prácticas como las tomas de fábricas o las huelgas de larga duración, dieron cuenta de una retroalimentación entre la izquierda revolucionaria y la clase obrera que iba más allá de la filiación identitaria (o electoral) de esta última. En relación con ello, el PRT – LV fue una de las expresiones políticas existentes dentro de esta clase y es uno de los ejemplos del grado de radicalización de este sujeto en una coyuntura en la que parte de su vanguardia viró hacia posiciones de ruptura con el sistema capitalista, con las alianzas policlasistas y con las estructuras sindicales burocratizadas.

A partir del análisis de dos estructuras disímiles tanto en términos ideológico-conceptuales como en el tipo de contexto en el que ellas se desarrollaron, es factible esbozar algunas conclusiones que permiten dar cuenta de las similitudes encontradas entre estas experiencias de inserción de una organización en el seno de la clase obrera a la que ambas pretendieron dirigir. Se desprende del análisis realizado que el concepto de proletarización tuvo un significado relativamente común. La inserción orgánica entre los trabajadores de los talleres y grandes fábricas que el PC realizó en los años veinte y treinta a partir de su estrategia de bolchevización del partido tuvo su correspondencia con el masivo vuelco a fábrica que la militancia del PRT-LV otorgó a finales de los años sesenta como parte de una reconstrucción partidaria producto de una crisis preexistente. La participación ardua en las tareas laborales fabriles, la inserción en el espacio barrial o la búsqueda de socialización en la cotidianeidad de la clase obrera (con la ponderación incluso del tiempo libre del trabajador) fueron aspectos compartidos por ambas estructuras. No obstante, podría esgrimirse una diferenciación en cuanto a la proletarización en lo pertinente al bagaje teórico en el que se sustentaba en cada caso. Mientras que el PC profundizó este accionar durante la aplicación de la línea de *clase contra clase* que dio cuenta de una extrema combatividad ofensiva de las organizaciones gremiales dirigidas por este partido, el PRT-LV justificó su inserción en los organismos gremiales (tales como las comisiones



internas y cuerpos de delegados) con una retórica más bien defensiva en la que se argumentaba la necesidad de resguardar las conquistas históricas de la clase obrera ante los avances realizados por las patronales y el estado en un marco coyuntural represivo.

En otro aspecto, también se percibe una notoria diferencia en cuanto al tipo de organización de la militancia proletaria. Mientras que el PC desarrolló la estructura celular como modo de aglutinamiento central de su activismo obrero, el PRT-LV mantuvo, prioritariamente, la estructura de equipos o núcleos basados en criterios centralmente geográficos (aunque ello no eliminaba la posibilidad de formación de ocasionales equipos partidarios aglutinados según la rama laboral). En simultáneo, esta organización trotskista fomentó la conformación de tendencias sindicales lo que supuso el agrupamiento de una militancia obrera por rubro o fábrica más amplia que los miembros del propio partido. Se encuentra aquí una cierta coincidencia con diversos organismos impulsados por el PC como, por ejemplo, los Comité de fábrica y los Comité de lucha que gozaban de una composición más amplia que la propia militancia comunista orgánica. En ambos casos, estas instancias de confluencia eran pensadas como embriones de futuras conducciones sindicales que incluyeran a sectores independientes de la propia estructura partidaria y permitieran construcciones de mayor envergadura.

Al mismo tiempo, mientras que el PC impulsó las células de calle y las de bloqueo con los respectivos objetivos de realizar una agitación en un espacio fabril y confraternizar con los obreros a la salida de fábrica, el PRT-LV utilizó estrategias tales como la agitación en las puertas de fábricas desarrolladas por sectores del partido como el estudiantado, o bien, la práctica de la “peinada”, a partir de las cuales forjaban un diálogo con los trabajadores y se interiorizaban de sus problemáticas. En este aspecto, se halla una relación directa con los censos industriales realizados por el PC con estos mismos objetivos. En ambos casos, estos métodos eran un primer paso para forjar una relación que, de diverso modo, luego sería profundizada.

Una última coincidencia entre ambas experiencias recae en la búsqueda de privilegiar una inserción militante y una captación en aquellas grandes fábricas, o bien, en las ramas industriales fundamentales (la industria de la carne en los veinte y treinta o los rubros automotriz y metalúrgico en los sesenta). Ello explica, en ambas estructuras, una política de reubicación de la militancia (por rubro y geográfica) no exenta de ciertos conflictos y tensiones internas al momento de efectuarse.



Se podría esgrimir como hipótesis que una diferencia de relieve entre una y otra experiencia fue la existencia de una mayor dificultad en el PRT-LV para forjar una captación partidaria una vez establecidos los lazos sindicales. En este sentido, se percibe una mayor tensión por parte de la organización trotskista a la hora de transformar en militancia partidaria a aquellos activistas con quienes se compartía una experiencia fabril y sindical. Podría plantearse el interrogante sobre la influencia de un contexto político disímil en ambos casos y, en ese sentido, la inserción del PRT-LV en una coyuntura en la que el peronismo, con una retórica de carácter nacionalista y policlasista, era ideológicamente hegemónico en la clase obrera más allá del carácter combativo (y en muchos casos clasista) de una porción significativa de sus integrantes. En ese sentido, la experiencia del PC aquí desarrollada, el contexto político del pre-peronismo, se dinamizó en un marco de proliferación de ideologías existentes en el seno de la clase obrera sin una clara hegemonía por parte de alguna de ellas.

Referencias

- HOBBSAWM, Eric. “La transformación de los rituales obreros”, *El mundo del trabajo. Estudios históricos sobre la formación y evolución de la clase obrera*, Barcelona, Crítica, 1987, p. 93-116.
- GONZÁLEZ, Ernesto. *El trotskismo obrero e internacionalista en la Argentina. Tomo 3: Palabra Obrera, el PRT y la Revolución Cubana, Volumen 2 (1963-1969)*, Buenos Aires, Editorial Antídoto, 1999.
- CAMARERO, Hernán. *A la conquista de la clase obrera. Los comunistas y el mundo del trabajo en la Argentina*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2007.
- MANGIANTINI, Martín. “Clase y partido. Surgimiento, proletarización y militancia fabril del PRT-La Verdad (1968-1972)”, *Revista Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda*, Buenos Aires, Año 2, Nº 4, marzo de 2014.
- DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*, México, FCE, 1980 (1º ed. en francés: 1951).
- MORENO, Nahuel [et al.]. *Argentina y Bolivia: Un balance. Polémica con la guerrilla, 1969-1972*, Buenos Aires, CEHUS, 2014.
- MORENO, Nahuel. *Un documento escandaloso (En respuesta a ‘En defensa del leninismo, en defensa de la Cuarta Internacional’ de Ernest Germain)*, Buenos Aires: Ediciones Antídoto, 1989.



John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa.

Jaime Fernando dos Santos Junior¹

Resumo: O objetivo desse artigo é discutir o conceito de *Good Old Cause*, um importante mobilizador da agitação e efervescência política que movimentou a Inglaterra moderna no ano de 1659. Após a queda do Protetorado e o retorno da *Commonwealth*, muitos autores republicanos se utilizaram da expressão reivindicando uma memória e um projeto de governo comum. Com o sucesso da noção, alguns autores procuraram reinterpretá-la advogando sua aplicação em torno da causa monárquica. Tal procedimento foi realizado principalmente pelo advogado puritano, William Prynne, que recebeu um enérgico combate do devoto republicano, John Rogers. Assim, esse autor procurou atacar o regalista e recuperar o sentido tradicional do conceito, em prol de uma constituição republicana e em defesa da soberania popular. Desta forma, pretende-se investigar o ambiente que motivou a utilização do termo, sua difusão no espaço público e suas tentativas de reinterpretação.

Palavras-chave: Good Old Cause; John Rogers; Revolução Inglesa.

O material impresso foi essencial para a existência da revolução política na Inglaterra moderna. Sem a literatura escrita para articular as experiências e ideias, o conflito, da forma que conhecemos, não teria o mesmo impacto. A expansão da comunicação foi o meio pelo qual as estruturas de poder e autoridade que regiam o mundo externo foram questionadas. A partir dela, a sociedade hierárquica, providencialmente ordenada e estabelecida, teve seu sustentáculo abalado. A monarquia deixou de ser a única forma de governo possível e divinamente aceita. O monopólio da Igreja estatal inglesa a respeito da interpretação bíblica e da verdade cristã foi quebrado. Os homens foram chamados a ter pensamentos novos e, cada vez mais, leigos se arriscaram a comentar assuntos políticos e religiosos. Nunca antes autores e textos tiveram tanta importância e destaque na história inglesa.

¹ Estudante de pós-graduação (doutorado) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: jafersantos@gmail.com



Essa potência comunicativa, se certamente foi formulada por indivíduos e grupos desejosos pelo estabelecimento de um governo sólido e pela alteração de estruturas políticas e sociais, indiscutivelmente foi auxiliada pelo desenvolvimento da imprensa. As modificações sofridas na forma de publicações de textos durante a Idade Moderna permitiram a criação de um ambiente propício ao debate, mobilizando e arrastando um número cada vez maior de pessoas. Os confrontos que marcaram as décadas de 1640 e 1650 não se deram exclusivamente por via das armas, o conflito revolucionário foi igualmente uma guerra de palavras e textos. Para além da força bruta, a expansão da comunicação fez a guerra civil possível e alterou a forma como certas questões vinham sendo discutidas e percebidas pelos seiscentistas ingleses².

As frouxas tentativas de controle e censura dos impressos permitiram uma discussão intensa dos mais diferentes assuntos, defendidos por distintas perspectivas e indivíduos. Significados únicos e consensuais de termos e projetos políticos se mostravam inatingíveis. Quanto mais os autores escreviam buscando apoios e consensos em torno de suas formulações, mais acentuavam a divisão. Ao mesmo tempo em que procuravam uma audiência concordante e aberta às suas propostas, encontravam uma legião de opositores interessados em combater suas ideias e posições. A busca por unidade acabava acentuando ainda mais a delimitação de espaços, lados e projetos inimigos³.

A diversidade de interpretações, projetos e posições oferecida à apreciação e à discussão gerou a impressão de afogamento e cacofonia. Sem qualquer guia ou instituição para dizê-los em quem acreditar, Deus, a consciência, a nação, a razão, o interesse público e o bom senso eram requeridos como juízes pelos panfletistas. Nesse sentido, cabia aos autores combater as mentiras, calúnias e erros propagados em outros textos e por seus inimigos e, ao leitor, definir os melhores argumentos e propostas⁴.

² ACHINSTEIN, Sharon, "Texts in conflict: the press and the Civil War". In: N. H. Keeble (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 64; Nigel Smith. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994.

³ LANDER, Jesse M, *Inventing Polemic. Religion, Print, and Literary Culture in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 11-14.

⁴ Tal evocação, por exemplo, pode ser percebida em muitas fontes nos debates públicos durante a Revolução. Como indica Skinner, essa era uma técnica retórica que buscava deslegitimar o argumento contrário ao enfatizar que o ponto de vista que combatia não estava em harmonia com os ditames de Deus, da razão, do interesse público etc. Dessa forma, ao imputar à irracionalidade a alegação de seu oponente, enfatizava a reflexão que expunha e rebaixava seu adversário como alguém ignorante e



O retorno do rei em 1660 pôs fim a esse relativo momento de liberdade. A partir da Restauração se restabeleceu mais fortemente a censura e houve a interdição de certos assuntos e autores no espaço público. Desde então não seria mais possível debater livremente temas que passaram a serem vistos como sediciosos, perigosos e causadores de distúrbios à ordem política⁵. No entanto, antes da Restauração, temos um novo e importante momento para a história da Revolução, do republicanismo e da prensa londrina: 1659. A morte de Oliver Cromwell, a ascensão de seu filho Richard como Protetor e a convocação de um novo Parlamento em fevereiro criaram e liberaram expectativas a muito adormecidas por um estabelecimento diferente, em torno do retorno da *Commonwealth*, pelos princípios da *Good Old Cause* e pela reconvocação daqueles parlamentares expulsos em 1653⁶.

As mudanças no mundo da imprensa foram essenciais, mas a Revolução não se fez sozinha. Foram os autores que se envolveram firmemente nas disputas públicas tentando ordenar um mundo que lhes parecia fora dos eixos. Nesse artigo, pretendo discutir um importante conceito utilizado principalmente por autores republicanos, *Good Old Cause*, a fim de clamar uma memória compartilhada e um projeto político em torno da soberania popular e de uma constituição sem rei ou Casa dos Lordes. Antes, entretanto, foi necessário retomar o ambiente político que mobilizou as discussões públicas em 1659 contra o Protetorado, pelo retorno do *rump* e da *Commonwealth*. Após isso, tento reconstruir a linguagem que se emprenhou no conceito, mostrado como a expressão se infiltrou nos debates públicos e como o advogado William Prynne, defensor da monarquia, se utilizou da noção para defender a causa real e o retorno do príncipe Carlos Stuart, herdeiro natural do trono inglês. Tal tentativa de alteração retórica do conceito foi, por sua vez, sentida e atacada pelo republicano devoto, John Rogers, que em resposta a Prynne procurou retomar a linguagem e definição pelo qual a expressão era então conhecida.

indigno de ser ouvido. SKINNER, Quentin, *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 525-526; SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 25-28. Ver também: SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014.

⁵ BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004, p. 97; SMITH, Nigel, *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994, p. 32.

⁶ Conhecido pejorativamente como *rump*. Diz respeito ao Parlamento da *Commonwealth* ou aos remanescentes do Longo Parlamento que governaram a Casa entre 1648-1653, antes da instituição do Protetorado e do expurgo provido por Oliver Cromwell.



1659, um mundo em dissolução e o desejo por ordem

Mais do que em outros momentos durante a Revolução, o ano de 1659 precisou que pontes fossem construídas para atender a uma diversa e indefinida audiência, desejosa e impaciente por algum plano antigo ou novo de estabelecimento para o governo. A insegurança experimentada pelos coevos foi sentida nos debates públicos e no mundo da prensa, impulsionando uma efusão panfletária. A instabilidade marcou o ano de 1659. Neste período, durante um curto espaço de tempo, a Inglaterra atravessou quatro regimes de governo. Ou seja, em apenas um ano, diferentes governos tiveram sua rápida ascensão e declínio. As constantes crises que marcaram o período que vai da morte de Oliver Cromwell à Restauração, fizeram da ação e do debate público uma questão urgente e imprescindível⁷.

Após a quantidade considerável de publicações que seguiu a morte do antigo Lorde Protetor, em setembro de 1658, o Protetorado, agora sob o comando de seu filho, passaria por um período de relativa tranquilidade pelo resto daquele ano. Richard, para desapontamento dos regalistas, sucedeu seu pai e assumiu o poder sem grandes problemas. Excetuando algumas querelas com o exército, gozava de uma aceitação considerável, experimentando uma aparente estabilidade. Em 27 de janeiro de 1659 reuniu seu primeiro e único parlamento, convocado não apenas para tentar resolver a grave crise financeira que lhe fora herdada de seu pai, mas também para reconhecer o seu título de Lorde Protetor, estabelecer o controle do exército pelo parlamento e debater a aceitação, composição e papel daquela Casa, aos moldes do que previa a *Humble Petition and Advice* de 1657. Depois de longos debates, em fevereiro, os parlamentares ratificaram Richard como Protetor e aceitaram um parlamento dividido em duas câmaras⁸.

⁷ SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992, p. 157-168; Jonathan Scott. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 296; Ruth E. Mayers. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 4.

⁸ HUGHES, John H. F. "The Commonwealthmen Divided: Edmund Ludlowe, Sir Henry Vane and the Good Old Cause 1653-1659". *Seventeenth Century*, 5:1, 1990, p. 59; DAVIES, Godfrey. *The Restoration of Charles II 1658-1660*. London: Oxford University Press, 1955; SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 297-299; WOOLRYCH, A. H. "The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate". *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p. 139; HUGHES, John H. F. "Good Old Cause". In: FRITZE, Ronald H.; ROBINSON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998.



O ataque ao Protetorado foi encaminhado por uma união entre oficiais do exército, republicanos e sectários. Esse, como indicou Woolrych, passou por duas fases distintas. A primeira, composta pelo envio de petições e declarações ao Parlamento, não procurava atentar diretamente contra Richard Cromwell e não defendia o retorno do antigo Parlamento da *Commonwealth* como única autoridade legítima. Ao contrário, pretendia atingir suas reivindicações por meios constitucionais e aceitar a possibilidade de um governo com um único magistrado chefe como comandante do executivo⁹.

No entanto, assim que perceberam que não poderiam conseguir maioria na Casa em qualquer questão votada, nem mesmo obter certa autoridade pelo caminho constitucional, “eles mudaram suas táticas”. Buscaram ampliar suas ações para além do que as movimentações unicamente parlamentares podiam oferecer¹⁰. O ambiente avesso às mudanças políticas e sociais drásticas que parecia se construir em março, as expectativas de presbiterianos e criptorregalistas para que o exército fosse diminuído, desmobilizado ou colocado sob o controle do Protetor, a crescente intolerância religiosa pregada pelos membros do Parlamento e os rumores de que Richard Cromwell poderia assumir a coroa insuflaram novo ânimo nos opositores do Protetorado¹¹. Um novo surto panfletário pode ser observado a partir de abril.

No começo daquele mês o Conselho Geral dos Oficiais do Exército passou a se reunir e a organizar a força de oposição aberta ao Parlamento e ao Protetorado. Com o caráter “conservador”, antimilitarista e antissectarista cada vez mais premente no Parlamento, o Lorde Protetor não conseguiu conciliar as duas forças conflitantes em choque. Após se esquivar de diversas tentativas feitas pelo exército, Richard Cromwell finalmente dissolveu o Parlamento em 22 de abril, deixando de ter o poder efetivo sobre o governo da Nação. Uma onda de impressos seguiu a dissolução. A revolução política reconfigurou lugares e posições e a pergunta sobre “o que colocar no lugar” do antigo governo surgia no horizonte.

⁹ WOOLRYCH, A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p. 143-144.

¹⁰ WOOLRYCH, A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p. 144. Tradução Livre [they changed their tactics].

¹¹ WOOLRYCH, A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p. 145; Godfrey Davies. *The Restoration of Charles II 1658-1660*. London: Oxford University Press, 1955; SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 296-299; HUGHES, John H. F. “Good Old Cause”. In: FRITZE, Ronald H.; ROBINSON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998, p. 211; SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992, p. 161.



No dia 07 de maio, pressionado por oficiais e republicanos, Richard Cromwell reconvocaria os remanescentes do Longo Parlamento, que governou a Inglaterra de 1648 a 1653. O “rump”¹², como é conhecido pela historiografia e como foi pejorativamente taxado pelas fontes regalistas, reinstalou a *Commonwealth* e se deu o prazo de um ano para propor um estabelecimento final de governo. Seus membros limitaram os seus trabalhos inexoravelmente até 7 de maio de 1660, passando a discutir os rumos constitucionais e possíveis modelos políticos. Negaram-se a reconhecer a legitimidade do Protetorado, levando Richard Cromwell à renúncia no dia 25 de maio de 1659¹³.

O clamor pela *Good Old Cause*

No ambiente de intensa efervescência política que seguiu a dissolução do Parlamento de Richard Cromwell, uma expressão emergiu como aglutinadora de uma experiência e de uma expectativa: *Good Old Cause*. A frase, ao mesmo tempo em que foi o epítome das mudanças que ocorriam, aparecia como uma espécie de sismógrafo a medir os abalos ocasionados pelas convulsões políticas que agitaram os últimos meses do Protetorado. Assim, esteve intimamente ligada à excitação panfletária do primeiro semestre de 1659 e ao próprio destino da República, representando um papel fundamental “na decisão do Exército de abandonar o Protetorado e reconvocar o resto do Longo Parlamento”¹⁴.

O termo, como nos diz o verbete “Good Old Cause”, do *Historical Dictionary of Stuart England*, era utilizado em um tom nostálgico, reclamando os caminhos seguidos após 1648, interditados pelo expurgo dos membros remanescentes do Longo Parlamento em 1653 e, posteriormente, pelo estabelecimento do Protetorado. Ali, a

¹² Como indica Ruth E. Mayers, uma das campanhas difamatórias mais vitoriosas dos monarquistas foi a nomeação do Parlamento da *Commonwealth* como “*Rump*”, termo pejorativo que significaria o “rabo”, a “traseira” ou “resto” do legítimo parlamento convocado pelo rei Carlos I. Segundo a historiadora, o primeiro impresso regalista a usar o termo publicamente foi *ENGLAND’S CONFUSION OR A True and Impartial Relation of the late Traverses of States in England*, possivelmente de Arthur Annesley. MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 3.

¹³ SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992, p. 164-5; Jonathan Scott. *Commonwealth Principles*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 303-304.

¹⁴ MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 185. Tradução Livre [in the Army’s decision to abandon the Protectorate and recall the remnant of the Long Parliament].



Causa teria sido eclipsada¹⁵. Longe de ser um apelo emocional, pouco racional, que envolveu o cotidiano político numa fantasia, como sugeriu Woolrych¹⁶, a expressão foi um importante mobilizador da ação política, forjado na experiência compartilhada de um passado comum, quando estiveram unidos em defesa do parlamento contra o rei. Desta forma, o apoio à *Good Old Cause* representava defender, inclusive, uma interpretação radical da própria história inglesa, em favor da *Commonwealth*, da soberania popular e do interesse público, contrária ao governo monárquico ou de uma Única Pessoa¹⁷.

Assim, a formação do conceito está intimamente ligada e oposta ao estabelecimento do Protetorado. Em 1654, Oliver Cromwell passou a sofrer uma feroz oposição de vários indivíduos descontentes com sua ascensão a Lorde Protetor. De um lado, os “santos”, um grupo heterogêneo composto pelos pentamonarquistas, quacres e outros milenaristas menos quietistas, acusavam Cromwell de ter cometido uma grande apostasia em relação aos planos do Senhor. Passaram, dessa forma, a interpretar sua figura, antes tão exaltada, como um instrumento do anticristo ou como o pequeno chifre do sonho presente no livro de Daniel. Do outro lado, muitos republicanos, no exército e fora dele, atacaram o novo regime defendendo eleições parlamentares constantes, o retorno dos membros remanescentes do Longo Parlamento e representando o Protetor como um tirano que privou o povo de suas antigas liberdades e extirpou as leis da *Commonwealth*¹⁸.

Embora nem todos utilizassem a expressão, ela passou a concentrar esses objetivos e significar em grande medida a traição de Oliver Cromwell contra suas expectativas. Em oposição ao Protetorado, independente do projeto e dos interesses, santos e republicanos se apropriaram da expressão. Do primeiro lado, a primeira utilização do conceito que encontramos é do pentamonarquista Christopher Feake

¹⁵ HUGHES, John H. F. “Good Old Cause”. In: FRITZE, Ronald H; ROBINSON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998, p. 212; MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 204.

¹⁶ WOOLRYCH, A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p. 160.

¹⁷ MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 200-209; HUGHES, John H. F. “The Commonwealthmen Divided: Edmund Ludlowe, Sir Henry Vane and the Good Old Cause 1653-1659”. *Seventeenth Century*, 5:1, 1990, p. 56; HUGHES, John H. F. “Good Old Cause”. In: FRITZE, Ronald H; ROBINSON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998.

¹⁸ CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008., p. 99-105; POCOCK, J. G. A. “James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context o his writings”. *Journal of British Studies*, Vol. 10, n. 1, nov. 1970, p. 32; POCOCK, J. G. A. “Oceana: The Circumstances of Publication”. In: James Harrington. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010, p. 8.



que, por conta de sua prisão decorrente de sua intensa oposição, dissera estar no cárcere pela “causa de Cristo” e pela “*Good Old Cause*”¹⁹. Do lado republicano, podemos ver uma prefiguração da expressão que analisamos, segundo Pocock, na *The Humble Petition of Several Colonels of the Army*, que utilizou noções como “Good Cause” e “Old Cause”²⁰.

Em 1656, outras duas obras republicanas em oposição ao Protetorado foram lançadas, fazendo uso da expressão: *A Healing Question*, de Henry Vane e *A Copy of a Letter from an Officer of the Army in Ireland*, texto anônimo, posteriormente atribuído a Richard Goodgroom. Em um republicanismo devoto, a primeira teria o mérito de definir a Causa contra o interesse privado e em nome da liberdade civil, defendendo o direito do povo escolher seus próprios representantes, e da liberdade de consciência, buscando impedir a interferência dos magistrados em matéria de religião²¹. Já *A Copy from a Letter*, como sugeriu Pocock, seria “uma amarga, mas ainda respeitosa censura a Cromwell por desertar a causa de uma *commonwealth* livre para estabelecer uma monarquia militar”²². Em uma linguagem mais secular do republicanismo, o autor se proclamava um amigo da *Good Old Cause* e um fiel seguidor dos princípios “da justiça comum, equidade e liberdade”. Assim, exaltava as virtudes da república contra as deficiências da monarquia, atacando o Protetorado e pedindo a reunião do Parlamento da *Commonwealth*, para o estabelecimento de um Estado Livre²³.

¹⁹ RICHARDSON, Samuel. *An apology for the present government, and governour: with an answer to severall objections against them, and twenty queries propounded for those who are unsatisfied, to consider, and answer, if they please.* / By Samuel Richardson, London: Printed and are to be sold by Gyles Calvert, at at [sic] his shop the west end of Pauls. 1654, p. 5.

²⁰ POCOCK, J. G. A. “James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context o his writings”. *Journal of British Studies*, Vol. 10, n. 1, nov. 1970, p. 32; POCOCK, J. G. A. “Oceana: The Circumstances of Publication”. In: James Harrington. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010, p. 8.

²¹ VANE, Henry. *A healing question propounded and resolved upon occasion of the late publique and seasonable call to humiliation in order to love and union amongst the honest party, and with a desire to apply balsome to the wound, before it become incurable*, London: Printed for T. Brewster, 1656.

²² POCOCK, J. G. A. “Oceana: The Circumstances of Publication”. In: James Harrington. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010, p. 10. Tradução Livre [It is a bitter but still respectful reproach to Cromwell for deserting the cause of a free commonwealth to set up a military monarchy].

²³ POCOCK, J. G. A. “Oceana: The Circumstances of Publication”. In: James Harrington. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010, p. 10-12; HUGHES, John H. F. “The Commonwealthmen Divided: Edmund Ludlowe, Sir Henry Vane and the Good Old Cause 1653-1659”. *Seventeenth Century*, 5:1, 1990, p. 58; GOODGROOM, Richard. *A copy of a letter from an officer of the Army in Ireland, to his Highness the Lord Protector, concerning his changing of the government.* , [London : s.n., 1656]. Tradução Livre [of common justice, equity and justice].



Com a morte de Oliver Cromwell e a ascensão de seu filho a Lorde Protetor, republicanos, oficiais e sectários clamavam pelo retorno da Boa e Velha Causa, propagando uma expectativa que evidenciava ainda mais as brechas entre aqueles e o governo que se organizava. Desde o final de 1658, petições foram entregues a Richard por representantes do exército relembrando-o do engajamento inicial de seu pai com a *Good Old Cause*, que era definida em “liberdade enquanto homens, tolerância enquanto Cristãos, mantendo o exército em boas mãos e uma magistratura e ministério devotos”²⁴. A reunião do Parlamento a partir de 27 de janeiro de 1659, as constantes esquivas de Richard e seus parlamentares ao projeto republicano e o crescente conservadorismo que se instalava nas estruturas do Protetorado fizeram a agitação e o clamor pela Causa e pela *Commonwealth* atingirem índices impressionantes naquele ano e, sobretudo, a partir de abril.

Para termos uma noção da importância dessa expressão no período que analisamos, fizemos uma pesquisa da quantidade de registros existentes na plataforma *Early English Books Online (EEBO)*, entre as obras contendo a frase. O levantamento foi realizado de 1654, ano da primeira aparição do termo, até 1660, ano da Restauração da Monarquia. O resultado pode ser observado no gráfico abaixo²⁵:

²⁴ DAVIES, Godfrey. *The Restoration of Charles II 1658-1660*. London: Oxford University Press, 1955, p.36-37 Tradução Livre [liberty as man, toleration as Christians, keeping the army in good hands, and a godly magistracy and ministry].

²⁵ A pesquisa foi realizada utilizando a ferramenta de busca “keyword(s)” da plataforma EEBO, que procura a expressão solicitada em todos os textos cujo conteúdo se encontra acessível. Há obras, na plataforma, em que não é possível a realização da procura, mas, ainda assim, conseguimos perceber a diferença na utilização da frase, em 1659, mesmo tendo sido unicamente utilizadas as obras em que a pesquisa é possível.



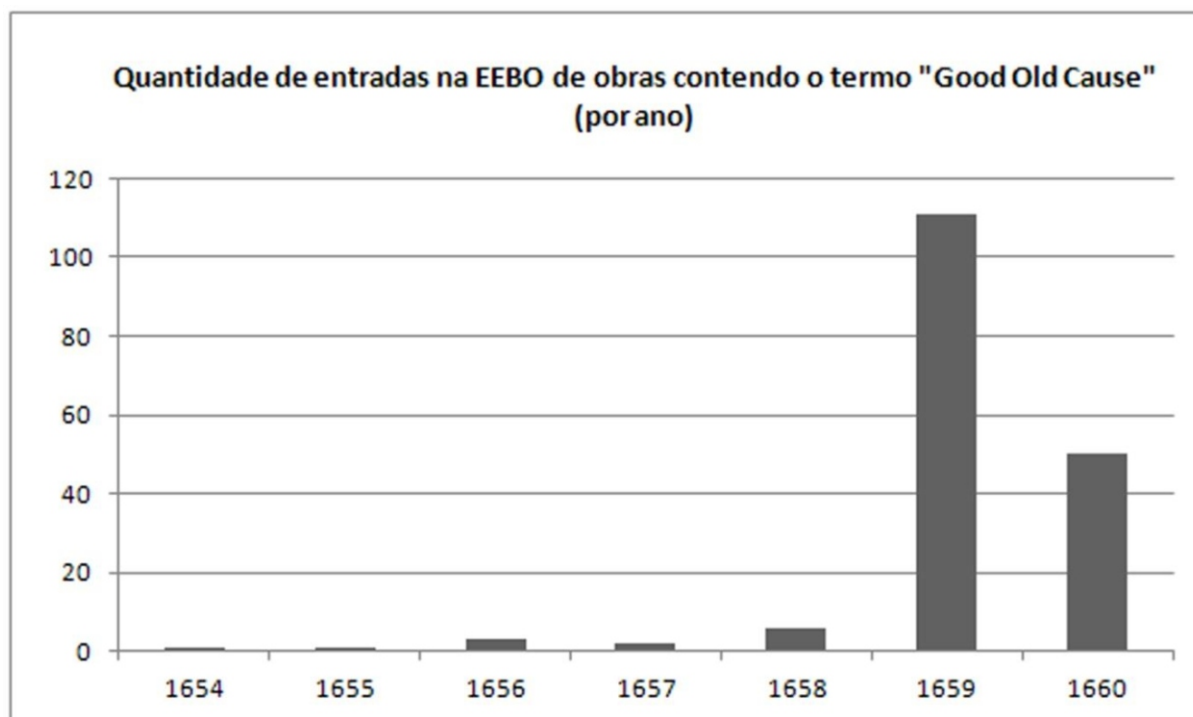


Gráfico 1 – Quantidade de entradas na EEBO de obras contendo o termo “Good Old Cause” (por ano).

Pela análise do gráfico, podemos observar que a utilização da expressão é praticamente inexpressiva até o advento de 1659. Naquele ano, a quantidade de entradas disponíveis na plataforma salta de 06, no ano anterior, para o incrível número de 111. É impossível não se surpreender com a quantidade de títulos e obras que estavam utilizando a expressão e discutindo sobre seu significado no período estudado. A frase não morreu mesmo após a Restauração, continuou figurando em muitos levantes contra a Monarquia restaurada²⁶. Todavia, a queda do Protetorado e o retorno da *Commonwealth* trouxeram a muitos uma nova esperança para recuperar aquela Causa há muito tempo perdida, fazendo com que a expressão atingisse seu auge. Seguramente, poderíamos dizer que 1659 foi o ano da *Good Old Cause*.

Se fizermos uma análise mensal mais detida dessa impressionante quantidade de obras contendo o conceito durante 1659, percebemos que a queda do Parlamento de Richard Cromwell e a restauração da *Commonwealth* contribuíram profundamente e estão imbricadas com o sucesso da expressão. Na primavera, o clamor pela *Good Old Cause* atingiu o seu auge, crescendo a partir de abril, com os desconfortos com o último Parlamento do Protetorado e Richard Cromwell. Tendo

²⁶ WOOLRYCH A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957, p.159.



em maio o seu pico, justamente no período da restauração da *Commonwealth* e dos membros do Longo Parlamento excluídos em 1653²⁷.

No entanto, apesar de sua história contra Oliver Cromwell, o termo emerge mesmo com força a partir de abril de 1659. Naquele mês, a situação se tornou insustentável e, juntamente com a dissolução do último parlamento do Protetorado, uma onda de panfletos invadiu as prensas clamando pela *Good Old Cause*. Nesse período, a ideia ganharia ainda mais destaque, passando a aparecer inclusive nos títulos dos panfletos. Embora a frase não fosse nova, é significativo que a expressão começasse a surgir como sendo a própria razão de ser, o objetivo pelo qual se combate e o assunto sobre o qual se fala em diversos dos impressos publicados²⁸. Afinal, como sugerem Roger Chartier e Daniel Roche, “considerar a soma dos títulos de um período de tempo é atribuir-se um estoque considerável do vocabulário aceito e penetrar na emanção lícita das noções que recobre”²⁹.

William Prynne e John Rogers: um debate em torno da *Good Old Cause*

Com seu destaque, a expressão logo seria motivo de polêmica e incitaria discussões em torno de seu significado. Segundo Ruth E. Mayers, o sucesso da Causa contra Richard Cromwell “provocou uma forte reação entre regalistas e, especialmente, presbiterianos, que se aproveitaram do relaxamento dos controles de imprensa para denunciar e então reinterpretar a compreensão radical deste motivo”, negando a “legitimidade da *commonwealth*”³⁰. Dentre esses, um dos mais importantes textos a executarem essa reinterpretação foi *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, do advogado puritano William Prynne³¹.

²⁷ SANTOS JÚNIOR, Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014, p. 98-100.

²⁸ WOOLRYCH, A. H. “The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate”. *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957; John H. F. Hughes “Good Old Cause”. In: FRITZE, Ronald H; ROBINSON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998.

²⁹ CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. “O Livro: Uma mudança de perspectiva”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 109.

³⁰ MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004, p. 187. [provoked a strong reaction among Royalists and, especially, Presbyterians, who took advantage of the relaxation of press controls to denounce and then reinterpret the radical understanding of this motif] e [Commonwealth’s legitimacy].

³¹ PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London : s.n., 1659]



O texto foi escrito para indicar o que, para o autor, seriam os fundamentos da verdadeira Causa, em uma postura claramente combativa àqueles que clamavam, sob o mesmo nome, um projeto político distinto. Citando e recordando os dizeres e juramentos contidos em diversas ordenações, declarações, votos etc. de ambas as Casas do Parlamento e do exército, após 1642, Prynne procurou atacar as inovações que conduziram o reino à exclusão dos membros presbiterianos do Parlamento, à extinção da Casa dos Lordes e à execução do rei. Assim, escrevia o panfleto para mostrar as bases da verdadeira Causa, contra aquela “falsa” *Good Old Cause*, exaltada em 1659 pelas “recentes práticas, procedimentos, conselhos, papeis e projetos daqueles, que primeiro se levantaram, comissionados pelo Parlamento para sua justa defesa”, degenerando-se, ao fim, na mais grandiosa Apostasia³².

Para Prynne, resignificando a literatura em oposição ao Protetorado, que forjou e fortaleceu a expressão, as origens da verdadeira Causa poderiam ser encontradas na violação real contra o Parlamento e início da Guerra Civil, quando lordes e comuns exigiram o controle da milícia e o empenho dos bem-aventurados do reino. A partir daí, em uma série de declarações o exército parlamentar se colocou em defesa da paz, do rei, enquanto pessoa e autoridade, das Casas do Parlamento, da religião protestante, dos privilégios, das leis, liberdade etc. Para o autor, esta era a verdadeira Causa, pois lutou para manutenção do rei, do reino, do parlamento e dos direitos tradicionais dos súditos. Desta forma, podemos dizer que a *Good Old Cause* defendida por William Prynne, invertendo o argumento tradicional que buscava uma *commonwealth* livre e a soberania popular, era uma Causa que visava a conservação e o retorno da sociedade e estruturas conhecidas antes da Guerra Civil. O exército parlamentar, ao se levantar contra o rei, nunca pretendeu destruí-lo, alterando a ordem e a constituição do governo, mas apenas desiludi-lo das sugestões indignas de seus maus conselheiros³³.

Na visão do autor, não poderia existir outra *Good Old Cause*, esposada por qualquer seita ou partido, que não fosse uma absurda contradição, já que a Causa defendida pelos defensores da república foi gestada apenas a partir de 1649, com a

³² PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London : s.n., 1659], p. 3. Tradução Livre [late practises, proceedings, consels, papers, designs of those, who were first raised, commissioned by the Parliament for its just defence].

³³ PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London : s.n., 1659], p. 1-3. [which will be evidently demonstrated to them by discovering the only *true original Good Old Cause*, Grounds, Ends, drawing the House of Parliament to raise and continue the *Armies* under their own *Votes, Ordinances, Declarations* year after year].



morte do rei e a dissolução da Casa dos Lordes. Não poderia ser boa e velha, mas sim nova e má. Uma nova e perversa Causa, originalmente planejada por papistas e jesuítas, que procurou envolver e enganar os crédulos protestantes para a completa desolação da religião, do governo, do parlamento, das leis e liberdades, levando os súditos a agirem contra as antigas ordenações e seus superiores³⁴. Opondo-se a isso e os projetos daqueles que chama de Gibeonitas Romanos, pede aos leitores que “lembrem-se da genuína, verdadeira, *Good Old Cause*”, que procurava, ali, fielmente expor³⁵.

O texto de William Prynne recebeu uma resposta de John Rogers, em *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*³⁶. O autor sabia que as formulações do advogado regalista poderiam manchar a exuberância da Causa, inclusive sob a pecha do papismo, e dificultar o estabelecimento de uma república na Inglaterra. A vacância do governo, que parecia ter como alternativa os princípios exaltados pela *Good Old Cause*, era um risco para o futuro inglês. A reinterpretção de Prynne condenava a *Commonwealth* e colocava aos cuidados da Antiga Constituição, dividida em Rei, Lordes e Comuns, os fundamentos e méritos da Causa. Precisava, então, ser rapidamente combatida. Surgia, assim, um debate em torno da interpretação política mais adequada em torno da expressão, que procurava, como aponta Reinhart Koselleck, “impedir que o adversário” fizesse uso da “mesma palavra para dizer ou querer coisa diferente do que se quer”³⁷.

Mesmo sendo um texto de combate e resposta, Rogers, ao apontar os erros de Prynne, revela o que seria para si a *Good Old Cause*. O caráter defensivo do panfleto fornece-nos, ademais, uma definição clara das origens, méritos e fundamentos daquela que julga ser a verdadeira Causa, em oposição àquela revelada pelo regalista. Como indica no subtítulo da obra, o escrito de Prynne deturpava o que era bom e confundia o que era mau. Por isso, revelava apenas o fantasma da *Good Old Cause*,

³⁴ PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London : s.n., 1659], p. 1; 7-8. [If there be any other Cause now or lately espoused by any Members of *Parliament*, *Officers*, *Soldiers*, *English*, *Scots*, *Irish*, of what ever condition, *sect* or *party*, inconsistent with, or *repugnant*, *destructive* to this *good old cause*, or any branch; it cannot without an apparent contradiction, absurdity, & falsehood, be stilled; either a *Good* or *Old*, much lesse].

³⁵ PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London : s.n., 1659], p. 8. Tradução Livre [remember the genuine, true, *Good Old Cause*].

³⁶ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago, or, A most dangerous designe in mistating the good by mistaking the bad old cause clearly extricated and offered to the Parliament, the General Council of Officer's, the good people's and army's immediate consideration*. London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659.

³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006, p. 302.



um cadáver sentenciado, morto e enterrado, que voltava para assombrar os coevos e que, desta forma, seria melhor nunca ter vindo a público³⁸.

O primeiro ponto que o republicano devoto procura elucidar dizia respeito às origens da Causa. Pergunta-se se essa poderia ser encontrada apenas a partir de janeiro de 1642³⁹, quando o rei adentrou no Parlamento acompanhado de um grupo armado para prender os “Cinco Membros”⁴⁰. Tal fato, segundo William Prynne, foi visto como uma violação aos privilégios parlamentares e seria o princípio original da *Good Old Cause*. No entanto, para John Rogers, sua verdadeira essência seria encontrada mesmo antes, na *Grand Remonstrance*, de 1641, assinada por ambas as Casas do Parlamento. No texto, Lordes e Comuns se posicionavam contra o poder dos bispos, da *High Commission*, dos abusos da prerrogativa régia e outras injustiças e opressões, pela preservação das liberdades e leis do reino⁴¹. Igualmente, para o republicano, os princípios da Causa poderiam ser observados mesmo na resposta do monarca à advertência parlamentar, na qual indicava ter percebido que a maior preocupação do povo repousava no interesse e na liberdade civil e religiosa⁴².

Visto isso, estaria exposta a falácia do advogado regalista, que, segundo John Rogers, teria se equivocado ao confundir a parte pelo todo. A Boa e a Velha Causas podiam ser encontradas inclusive antes da violação real ao Parlamento, mesmo que apenas como uma substância informe, somente um embrião daquilo que seria posteriormente. Ainda, para o republicano devoto, Prynne não percebera que até nas

³⁸ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, frontispício e p. 1. [Mistating the GOOD, Mistaking the BAD Old Cause], [Mr. PRINS PAMPHLET; *That is had been best of all to have never been born; or next to that; not live all, or to dye as soon as may be*] e [although the matter containe therein is but the *Ghost* or unsavory *Corps* of that *Cause*].

³⁹ No documento, Rogers escreve janeiro de 1641. Modernizei a data para o nosso calendário, como faz grande parte dos historiadores que tratam do período, já que o ano, no século XVII inglês, se iniciava em 25 de março.

⁴⁰ HILL, Christopher. *O século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 122.

⁴¹ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 5 e 6. [So on that fifteenth d. in the *Remonstrance* of the State of the Kingdom. Against *Bishop, High-Commission-Courts, Prerogatives, forced Loans of Money, Injustice*: and further, p.20. *for the better prerogative of the Laws and LIBERTIES of the Kingdom*].

⁴² ROGERS, John Rogers. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 6. [Also, that the *Good Old Cause* for the *Liberties Civil and Religious*, was asserted before this *Breach* of the *Parliament-priviledge*, may be seen by the *King's own Reply* too].



declarações que cita, os privilégios parlamentares foram declarados tanto quanto os direitos e liberdades do povo⁴³.

Em um momento seguinte, John Rogers passa a refletir sobre o valor e o mérito da *Good Old Cause*. Para William Prynne, apoiado em uma declaração de ambas as Casas do Parlamento, publicada em 10 de junho de 1642, o exército teria sido edificado a fim de resguardar o protestantismo, o rei em sua dignidade real, enquanto pessoa e autoridade, a justiça, as leis e a paz do reino inglês, assim como os privilégios do parlamento. Essa, para o regalista, seria a verdadeira Causa, estabelecida por Lordes e Comuns, sendo aquela pela qual a milícia se levantou contra o monarca, influenciado pelos malignos conselheiros⁴⁴. Questão que o republicano passa a destrinchar em seu texto.

Rogers aponta que a luta do exército se deu pelo rei e o parlamento e, ao mesmo tempo, contra esse e seus conselheiros. Sem contradição, a razão disso, para o autor, se deve ao fato de que, na verdade, a proteção da autoridade e da dignidade real esteve, durante todo o tempo, sob os cuidados do parlamento, embora a titularidade do cargo estivesse com a pessoa do monarca. A traição deste, ao exigir a prisão dos “Cinco Membros”, foi vista, para além de uma invasão aos privilégios parlamentares, como uma subversão à própria autoridade real, mantida na união do rei e seu parlamento. Assim, foi em nome dessa majestade, portada pela coligação de ambos, que o exército se reuniu em oposição ao monarca seduzido por seus malignos conselheiros⁴⁵. Como no brado puritano estudado por Ernst Kantorowicz, procurava-se combater o rei, corpo natural, para defender o Rei, corpo político⁴⁶.

Enquanto foi possível, os objetivos originais (a defesa da religião protestante, do rei, do parlamento, das leis e liberdades do povo etc.) foram mantidos. Sua subsistência e coligação consistiam a razão de ser inicial da Causa. No entanto, como demonstra o republicano devoto, quando isto se tornou impossível, mesmo depois de

⁴³ ROGERS, John Rogers. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 6. [That breach of *Parliament* was not the first *Original* (neither) of the difference betwixt the *King* and *Parliament*, which we find were very *Wide* and *High* before that].

⁴⁴ PRYNNE, William Prynne. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, London : s.n., 1659], p. 2 e 3.

⁴⁵ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 7. [For *King* and *Parliament* together; as the *Supream Counsel* of the Nation; And yet at the same time too AGAINST the *King* so [...] as he was inseparable from his *Evil* and wicked *Malignant Counsellours*. the reason is this, because the *Majestas Realis*, or *Tutilaris*, the Protecting Real *Authority* and *Majesty* of the *King* was with the *Parliament* all along; though the *titularis* was with his own *person* and evil *Counsellors*].

⁴⁶ KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 31.



todas as tentativas realizadas, buscou-se a preservação daquilo que, sem contradição, poderia ser mantido: “as liberdades do povo e seus representantes”. Aí estava, para John Rogers, a *Good Old Cause*⁴⁷.

Além disso, como explica, a partir de uma resolução do Parlamento de 1642, a guerra levantada pelo rei quebrou a confiança que o povo depositava nele, enfraquecendo e levando o governo real à dissolução. A consequência deste argumento parecia óbvia para John Rogers: a Causa havia sido verdadeiramente estabelecida sobre os escombros da Antiga Constituição, composta por Rei, Lordes e Comuns⁴⁸. Desta forma, “todos os direitos e liberdades do povo e [do] parlamento” haviam sido preservados, mesmo que o governo real tenha se perdido e se dissolvido em sua própria guerra⁴⁹.

Assim, a preservação dos direitos e liberdades do povo não necessitava da Casa dos Lordes ou do ofício real. Em favor da *Commonwealth*, o republicano devoto, invertendo um dos argumentos principais de William Prynne – que associava a república a uma conspiração jesuíta –, sustentaria que a antiga forma de governo é que, na verdade, fora estabelecida pelo papismo, no reinado de Henrique I⁵⁰. Era a *Good Old Cause* exposta pelo advogado regalista que, de fato, teria sido “chocada e estabelecida pelos gibeonitas romanos”, mas não aquela da *Commonwealth*. Desta forma, como provoca, caso os coevos quisessem ser reduzidos “ao sombrio papismo e a rígida escravidão”, a Causa de Prynne seria a melhor⁵¹.

Ainda argumentando sobre os benefícios trazidos pelo fim do antigo governo, para as liberdades e direitos do povo e avanço da Causa, Rogers se apoiaria em uma resolução dos Comuns remanescentes reunidos no parlamento em março de 1649. Segundo o documento, citado pelo republicano, a dissolução da Casa dos Lordes e do

⁴⁷ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 8. Tradução Livre [the Liberties of the people and their Representatives].

⁴⁸ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 8. [The Consequent of the Argument is obvious to every eye: if the King made warre upon the *Parliament*, it tended to the Dissolution of his (Kingly) Government] e [then the *Good Old Cause*, which stands upon the dissolution of that *old Government* (viz. King, Lords, and Commons)].

⁴⁹ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 8. Tradução Livre [all the Rights and Liberties of People and Parliament].

⁵⁰ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 8. [This form of Government (by *King, Lords, and Commons*) being laid in the thick of Popery by the King *Henry I.* (for the *Popes* Interest as well as his own, Mr. *Prin* cannot deny) which merits the denomination of his *Good Old Cause*].

⁵¹ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 8. Tradução Livre [hatch'd and laid by Romish Gibeonites] e [to dark Popery and stark Slavery].



gabinete real, além de ter sido considerada um acontecimento feliz e agraciado por Deus, devolveu ao povo o “justo e antigo direito de ser governado por seus próprios representantes, assembleias nacionais em concílio de tempos em tempos”. Esta, para John Rogers, seria a verdadeira *Good Old Cause*⁵².

Por fim, tentando responder a acusação de William Prynne, de que a *Good Old Cause* exaltada em 1659 não poderia ser velha e boa, mas um monstro de geração recente, o republicano devoto iria decompor a Causa em quatro partes, demonstrando o que a constituiria e a que se diferenciaria. O primeiro ponto que procurou demonstrar é a que se opõe. Nesse quesito, Rogers, lembrando o argumento republicano contra o Protetorado, responderia que a sua Causa seria chamada *Good Old Cause*, sem qualquer absurdo, por estar em oposição à antiga apostasia do ano de 1653⁵³.

O segundo ponto diz respeito à sua composição. Segundo John Rogers, a Causa compreendia todos aqueles que lutaram pelo parlamento, exército e povo, em consonância com os motivos e os fins expostos e observáveis nas declarações e juramentos impressos. A *Good Old Cause*, assim, aglutinava todos aqueles que buscaram a preservação da religião reformada, “a liberdade e segurança do povo, os privilégios do parlamento e a autoridade do rei”, estabelecida no parlamento, assim como da “pessoa do rei NA (marque isso)⁵⁴ NA defesa da verdadeira religião e liberdades do povo”. Para o autor, mesmo que a forma política tenha sido alterada, a *Commonwealth* teria preservado todos os princípios e fins da Causa, quando não incompatíveis.⁵⁵

O terceiro ponto reflete sobre a que a *Good Old Cause* se distanciava. John Rogers é sucinto nesse aspecto em relatar que a Causa, defendida por ele, era totalmente distinta daquela exposta por William Prynne, em seu panfleto. Os princípios defendidos pelo advogado regalista procuravam defender e exaltar o antigo

⁵² ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 9. Tradução Livre [Just and Antient Right of being Governed by its own Representatives, National Meetings in Council from time to time].

⁵³ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 10. [In opposition to the late (the last) *Apostacie* since *Anno* 1653. mistaken for the Cause; it is called the *Good Old Cause* without absurdity, or contradiction].

⁵⁴ Rogers, além de destacar o “IN” no texto, escrevendo-o em letra maiúscula, reforça-o colocando entre parênteses logo em seguida “(mark that)”.

⁵⁵ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 10. Tradução Livre [*Liberty and safety of the people, the Priviledges of Parliament, and the Authority of the King*] e [Person of the King IN (mark that) IN the defence of the true Religion and Liberties of the People].



governo, de Rei, Lordes e Comuns, que, como teria demonstrando anteriormente, estaria alicerçado no papismo, fazendo com essa fosse, verdadeiramente, a má e a falsa Causa⁵⁶.

Por último, procura demonstrar quais seriam as fundações da *Good Old Cause*. Para o republicano devoto, essa estaria assentada na “LEI de Deus, da Natureza, e nos direitos fundamentais e razão desta nação; nas liberdades do povo, e privilégios do parlamento seus representantes”, princípios que foram estabelecidos muito antes do antigo governo⁵⁷. A Causa, dessa forma, se levantava não somente contra o último Rei, mas contra todos os seus predecessores e a própria monarquia⁵⁸.

Para John Rogers, a verdadeira intenção sustentada por Prynne era erguer novamente os maus espíritos, revivendo a memória do rei morto e clamando a Antiga Constituição. O republicano, ao contrário do que desejava seu opositor, defendia que somente na *Commonwealth* é que o Parlamento teria mantido seus privilégios, que foram negados no e pelo governo real. Igualmente, sustentava que apenas um Estado Livre poderia oferecer ao povo suas justas liberdades – civil e religiosa, sendo a restauração do regime monárquico e da Antiga Constituição, o retorno à escravidão. Desta forma, retoricamente, perguntava em seu texto a respeito da Causa que expunha: “Não é esta a *Good Old Cause*?”⁵⁹.

Em 1659, a expressão analisada atingiu seu auge. As discussões causadas pela queda do Protetorado foram permeadas pelas expectativas e projetos que o conceito parecia conter. A crítica de William Prynne, negando tudo pelo qual o termo tinha sido mobilizado anteriormente, e sua reinterpretação em prol da causa monárquica, gerou uma resposta furiosa do republicano devoto John Rogers. Esse, ao combater a leitura do regalista, procurou demonstrar detalhadamente as origens, méritos e composição da “verdadeira” *Good Old Cause*, deixando escapar seu projeto político daquele objeto tão disputado: a *Commonwealth*.

⁵⁶ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 11. [It is the *Good Old Cause*, and so called discriminatively from that (*Bad Old Cause*) which Mr. Prin states, and is deposed; which is proved was sounded by *Papists* (viz. *King, Lords and Commons*)].

⁵⁷ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 11. Tradução Livre [LAW of God, of Nature, and in fundamental Rights and Reason of this Nation; in the Liberties of the People, and Priviledges of Parliament their Representatives].

⁵⁸ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 11. [These were contented for not onely against the *late King*, but this *Predecessors*].

⁵⁹ ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago*, [...] London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659, p. 14. Tradução Livre [is not this the *Good Old Cause*?]



Impulsionados pelo ambiente político que emergia com a queda do Protetorado diversos autores deixaram suas interpretações sobre esse conceito formador e deformador daquele contexto em que se inseriam. Tanto quanto os aspectos e projetos para o governo, os sentidos que as palavras ocupavam eram igualmente instrumento e objetivo de luta.

Referências Bibliográficas

- ACHINSTEIN, Sharon. "Texts in conflict: the press and the Civil War". In: KEEBLE, N. H. (ed.). *The Cambridge Companion to Writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- CAPP, Bernard. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008.
- CHARTIER, Roger; ROCHE, Daniel. "O Livro: Uma mudança de perspectiva". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- DAVIES, Godfrey. *The Restoration of Charles II 1658-1660*. London: Oxford University Press, 1955.
- HILL, Christopher. *O século das Revoluções, 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- HUGHES, John H. F. "The Commonwealthmen Divided: Edmund Ludlowe, Sir Herny Vane and the Good Old Cause 1653-1659". *Seventeenth Century*, 5:1, 1990.
- HUGHES, John H. F. "Good Old Cause". In: FRITZE, Ronald H.; ROBISON, William B. *Historical Dictionary of Stuart England, 1603-1689*. Greenwood Publishing Group, 1998.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto – Ed. PUC-Rio, 2006.
- LANDER, Jesse M. *Inventing Polemic. Religion, Print, and Literary Culture in Early Modern England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MAYERS, Ruth E. *1659: the crisis of the commonwealth*. Suffolk: The Boydell Press. 2004.
- OSTRENSKY, Eunice. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2005.



- POCOCK, J. G. A. "James Harrington and the Good Old Cause: A Study of the Ideological Context of his writings". *Journal of British Studies*, Vol. 10, n. 1, nov. 1970.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- POCOCK, J. G. A. "Historical Introduction". In: HARRINGTON, James. *The Political Works of James Harrington*, Cambridge University Press, 2010.
- PRYNNE, William. *The good old cause rightly stated, and the false un-cased*, [London: s.n., 1659].
- ROGERS, E. *Some account of the life and opinions of a fifth-monarchy-man*. Londres: Longmans, Green, Reader & Dyer, 1867.
- ROGERS, John. *Mr. Pryn's good old cause stated and stunted 10 years ago, or, A most dangerous designe in mistating the good by mistaking the bad old cause clearly extricated and offered to the Parliament, the General Council of Officer's, the good people's and army's immediate consideration*. London: Printed by J.C. for L. Chapman, 1659.
- SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. *John Rogers e a disputa pela commonwealth: debates e polêmicas com William Prynne, Richard Baxter e James Harrington, durante a segunda república inglesa*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos, 2014.
- SCOTT, Jonathan. *Commonwealth Principles: republican writing of the English Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SKERPAN, Elizabeth. *The rhetoric of Politics in the English Revolution, 1642-1660*. Columbia and London: University of Missouri Press, 1992.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. *Visões de Política: Questões metodológicas*. Algés: Difel, 2005.
- SMITH, Nigel. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. New Haven and London: Yale University Press, 1994.
- STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.
- WOOLRYCH, A. H. "The Good Old Cause and the Fall of the Protectorate". *Cambridge Historical Journal*, Vol 13, n. 2, 1957.



A Fundação da cidade de Belém inventada pelos pinceis artísticos

Igor Gonçalves Chaves¹

Resumo: Este texto aborda a história da Amazônia artisticamente construída por Theodoro José da Silva Braga e exposta ao público no ano de 1908 como a "Fundação da Cidade de Belém". A criação dessa obra iconográfica se dá no período da intendência de Antônio José de Lemos e pouco mais de uma década após o início da República no Brasil. Trata-se de um contexto profícuo para a produção das artes visuais na cidade de Belém, sendo que o pintor Theodoro Braga se destaca no mundo das artes e da intelectualidade belenense no início do século XX.

Palavras-chave: iconografia, arte, Amazônia.

No início do século XX, a cidade de Belém do Pará experimentava o processo de ebulição no meio artístico, o qual em certa medida se liga, substancialmente, ao momento do *boom* da economia da borracha, a *Belle époque* como o período (1870-1910) ficou notoriamente conhecido na historiografia da Amazônia. A vinda de artistas de várias regiões brasileiras e também do exterior torna-se ponto emblemático para a constituição da "civilização" na Amazônia, uma imagem fortemente evocada pelo poder público paraense para demonstrar a evolução da sociedade local. O foco deste texto delimita-se à cidade de Belém, capital do estado do Pará e centro urbano projetado ao mundo como a pequena Paris dos trópicos, ou seja, a representação da cidade moderna, antro da civilização e do progresso, que se pretendia construir sobre a capital paraense.

O intendente municipal na década de 1900 era Antônio José de Lemos que se destacou enquanto liderança política na Belém republicana do início do século XX. Antônio Lemos desempenha papel fundamental na fomentação do meio artístico belenense sendo sua a encomenda de uma série de pinturas que reproduzem alguns dos principais logradouros da cidade amazônica como a Catedral da Sé e a Praça da República. Tal feito inaugura a fase de encomendas da intendência municipal e

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) no Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Contato: igorgchaves@yahoo.com.br



cristaliza a figura do senador Antônio Lemos como mecenas das artes². Essa postura de apreciador e incentivador do mundo das artes, promovida pelo senador, contribuiria para solidificar o mecenato como postura própria das lideranças políticas da região amazônica, comprovando o refinamento intelectual das mesmas e o lugar da cidade de Belém, segundo alguns viajantes estrangeiros, enquanto um dos principais centros culturais do país³.

É justamente um dos protegidos do intendente municipal que irá impactar o cenário artístico da capital paraense com a exposição de uma de suas obras no ano de 1908, a qual carrega em si grande valor simbólico para a memória/história de Belém. O homem em questão é Theodoro José da Silva Braga, artista paraense e considerado um profissional ilustre pelos intelectuais da época. A que se deve esse renome? Principalmente a formação da carreira do senhor Theodoro Braga: diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1893; discípulo de Jerônimo Teles Junior, Jean-Paul Laurens e outros; estudante do curso de pintura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro; aluno laureado com o prêmio de viagem à Europa em 1899, onde permaneceu como pensionista por cinco anos visitando instituições de formação artística e estabelecendo contato com mestres europeus. Não é estranho, portanto, a criação de expectativas em torno do jovem paraense tendo em vista as referências que ele construiu ao longo de sua formação e o que o historiador Aldrin Moura de Figueiredo considera uma rápida evolução em meio aos novos talentos nacionais⁴. Após o fim de sua pensão na Europa, o senhor Theodoro Braga retornaria a Belém para firmar-se enquanto um “nome de influência” nas artes visuais do Pará. No dia 16 de outubro de 1906, o senhor Braga já inaugurava sua terceira exposição de pinturas compondo aquarelas dedicadas aos “cantos pitorescos e antigos da cidade de Belém”⁵. Após essa temporada prolífera e bem avaliada em 1906, o artista paraense seria convocado a executar o trabalho que culminaria na composição de uma de suas obras capitais. Sob o pedido e encomenda do intendente municipal Antônio Lemos, o senhor Theodoro Braga deveria confeccionar uma tela representativa da gênese da

² FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 09/11/2001. 315 folhas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2001.

³ COUDREAU, Henri. *L'Avenir de la capitale du Pará*. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. V.8. Belém, 1913.

⁴ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 09/11/2001. 315 folhas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2001, p. 49.

⁵ BRAGA, Theodoro. “A arte no Pará (1888-1918) retrospectiva histórica dos últimos trinta anos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. 8, 1934, p. 149-159.



cidade de Belém. Desse modo, depois de encerrada a terceira exposição de aquarelas, no mês de novembro de 1906 o artista embarcaria para Lisboa, retornando à Europa dessa vez na qualidade de profissional consolidado e com o intuito de investigar os arquivos, os documentos e os registros sobre o início da colonização portuguesa na Amazônia.

Nesse ponto é necessário salientar a relevância dada por Theodoro Braga à pesquisa documental. Esse indivíduo, além de profissional das artes também se traveste de pesquisador da história, recorrendo aos vestígios do passado para construir uma obra imagética na qual será exposta uma versão desse passado. Tal ocorrência não é exclusiva dessa fase da carreira de Theodoro Braga, pois o mesmo foi sócio de instituições dedicadas à história, à geografia e à arqueologia no Brasil – a saber, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o Instituto Arqueológico de Pernambuco –, além disso, ele publicou as Apostilas de História do Pará e lecionou em estabelecimentos de ensino e formação profissional em Belém. Como é possível perceber, o artista belenense construiu para si uma interessante imagem, qual seja a de um intelectual que é pintor, historiador, pesquisador e professor. Não é exclusividade e nem ineditismo essa pluralidade de atuações em Theodoro Braga, outros seguem essa linha de artista-erudito como é o caso do paulistano Benedito Calixto que se dedicou a longas pesquisas sobre o período colonial do estado de São Paulo⁶. Podemos supor que Theodoro da Silva Braga tenha herdado o posicionamento de pintor-historiador de seus mestres na Escola de Belas Artes e na Europa, pois a tradição do artista que se envereda pelos arquivos em busca de registros pretéritos para suas composições remete ao final do século XVIII⁷. Trata-se de um diálogo entre disciplinas distintas, uma fornecedora do fato ocorrido e outra recriadora desse fato por meio dos pincéis e das tintas. Theodoro Braga, portanto, se encaixa entre esses homens das artes cuja dinâmica e a exigência da profissão os levou a outras searas como a história e a arqueologia. Nas palavras de Peter Burke:

Esses pintores podem ser vistos como historiadores de pleno direito. Eles aprenderam a partir do trabalho dos historiadores profissionais que eram

⁶ Para a análise da obra de Benedito Calixto ver: ALVES, Caleb Faria. *Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano*. Bauru: Edusc, 2003. Também uma boa parte das pesquisas de Calixto está hoje disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁷ PARET, Peter. *Imagined Battles: Reflections of War in European Art*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1997.



encontrados em número cada vez maior nas universidades do século XIX, mas fizeram também suas contribuições para a interpretação do passado. A história que eles, frequentemente, representavam era a história nacional, movida pelo nacionalismo⁸.

No Brasil, a pintura de história ganha lugar com a Academia Imperial de Belas Artes, instituição que surgiria por volta de 1820 como um fruto da Missão Artística Francesa de 1816. Naquele momento de mudança de *status* dos antigos domínios coloniais a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, fazia-se necessário inventar e reproduzir as imagens da realeza lusitana agora sediada no Rio de Janeiro, a fim de dar-lhe visibilidade frente ao mundo, bem como fornecer os símbolos oficiais para a sociedade⁹. Em 1822, com a independência e o surgimento do Brasil enquanto império/nação demandava a criação de símbolos capazes de transmitir e solidificar o novo *status*, ou melhor, fortalecer a ideia de uma nação que começava a se inventar. A pintura de história forneceria os símbolos iconográficos da nação e a Academia Imperial forneceria os profissionais habilitados para a construção desses símbolos. Entre os alunos formados pela instituição dois podem ser citados pela fama que ganhariam na segunda metade do século XIX: Pedro Américo e Victor Meirelles. Ao longo de suas carreiras ambos estariam envolvidos em confecções voltadas para o tema nacional, afinal seria o relacionamento com o nacionalismo que moveria e motivaria muitos dos pintores historiadores e a pintura histórica¹⁰. Meirelles e Américo construiriam representações de acontecimentos considerados relevantes para a história de uma nação que se inventava e precisava afirmar-se não apenas no cenário externo, mas principalmente no seu próprio cenário interno. Essas representações ao pincel deveriam figurar na memória/história do Brasil, tais como *O grito do Ipiranga* (1888), *A primeira missa do Brasil* (1860), *A Batalha dos Guararapes* (1879) e *A Batalha do Avaí* (1877), telas onde o passado recente ao distante era recriado, recebendo novos significados e a Academia Imperial daria suporte a uma tradição de pintura, pautada nos cânones do que era considerada a “boa arte” europeia, e mantendo conexão com o Velho Mundo através de prêmios de viagem à Europa. A instituição sobreviveria ao fim do Império e da monarquia em

⁸ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. 2º edição. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2004, p. 198.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. “Os franceses no Brasil de D. João”. *REVISTA USP*, n.79, São Paulo, 2008, p.54-69.

¹⁰ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. 2º edição. Bauru - São Paulo: EDUSC, 2004.



1889, renomeada como Escola Nacional de Belas Artes, permanecendo como instituição de formação acadêmica para artistas.

Em 17 de dezembro de 1908, Theodoro José da Silva Braga, de volta à terra natal após o tempo de pesquisas na Europa, realizava sua quarta exposição artística no salão do Theatro da Paz, apresentando mais de oitenta trabalhos, dentre eles a sua grande tela histórica intitulada *A Fundação da Cidade de Belém do Pará*.



Figura 1: *A Fundação da cidade de Belém*, Theodoro Braga, óleo s/tela, 504 x 226 cm, 1908. Acervo do Museu de Arte de Belém. A grande tela histórica encomendada por Antônio Lemos ao pintor paraense Theodoro Braga representando as origens de Belém no século XVII é uma importante construção da história da sociedade amazônica por meio da narrativa visual da arte. Atualmente se encontra na Prefeitura de Belém, onde funciona o museu da cidade.

Com 226 cm de largura por 504 cm de comprimento, o óleo sobre tela que retrata a fundação da capital paraense foi apresentado ao público às dez horas da manhã na data acima descrita. Enquanto obra de arte de tema histórico, suas largas dimensões contêm uma interessante composição de cenas: dois momentos diferentes divididos por duas grandes árvores que ornamentam o centro da tela. No lado direito o espectador pode ver os índios tupinambá aglomerados nas duas margens de um igarapé que posteriormente se tornaria o Ver-o-Peso¹¹, eles observam ao longe a chegada de três embarcações portuguesas “que trazem a expedição civilizadora”¹². No

¹¹ BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. Lemos*. Belém: Secção de Obras d'A Província do Pará, 1908.

¹² BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará. estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo*



lado esquerdo um grande número de pessoas se ocupa no trabalho de construção do futuro Forte do Presépio; ao fundo uma igreja de taipa e palha já demarca o início da “civilização”. Ao centro e em primeiro plano, à sombra das grandes embaúbas e seringueiras, está Francisco Caldeira Castelo Branco, comandante expedicionário, em momento de reunião com o seu estado-maior para definir o planejamento futuro da viagem de Pedro Teixeira ao Maranhão.

A composição das cenas nos leva a perceber o aspecto narrativo empregado na construção da tela. Quando o olhar do espectador segue o traçado da direita para a esquerda pode ler a história da gênese da sociedade amazônica, ou seja, a pintura é uma narrativa na qual o espectador observa a história de Belém, notando que o traçado é um processo que se desloca dos indígenas tupinambá nus e habitantes das florestas para os portugueses “senhores e conquistadores”¹³, construtores da civilização. O contraste entre as duas cenas parece servir perfeitamente à narrativa histórica artisticamente confeccionada por Theodoro Braga. Da paisagem florestal que predomina no lado direito para a modificação do terreno natural pelas mãos dos trabalhadores no lado esquerdo a história representada no óleo sobre tela segue claramente uma trajetória progressiva em direção ao mundo considerado civilizado, isto é, do reino selvagem das matas para a urbe moderna em estado de gestação. O mesmo é válido para os personagens presentes nas duas cenas: a sociedade dos índios tupinambá de um lado e do outro a sociedade moderna, colonizadora e cristã. Um ponto instigante a ser notado nos trabalhadores do Forte é a presença tanto de “homens brancos” quanto de indígenas, o que indica a assimilação das populações nativas ao processo civilizatório – note-se, por exemplo, o fato desses indígenas estarem trajados com roupas o que os diferencia dos outros índios tupinambá aglomerados no lado direito. A obra de arte, nesse caso, serviria também para fins instrutivos, pois através da contemplação dessa narrativa visual os espectadores, os belenenses, entrariam em contato indireto com a história de sua terra, com as origens da formação de sua sociedade, observando a evolução em direção ao progresso que se desenvolvia desde a gênese de Belém.

benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. Lemos. Belém: Secção de Obras Raras d'A Província do Pará, 1908.

¹³ BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará. estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. Lemos.* Belém: Secção de Obras Raras d'A Província do Pará, 1908.



O português colonizador desempenha papel central na história proposta pela *Fundação* de Theodoro Braga, pois são eles os portadores do germe civilizatório nas futuras terras paraenses. Por outro lado, o artista não deixa de fora os povos nativos da Amazônia, estes devem marcar sua presença enquanto símbolo de um tempo anterior ao progresso, um período que seria compreendido pelos conterrâneos do senhor Braga como a pré-história de Belém e da Amazônia. O papel dos índios na iconografia é, contudo, de antagonismo ao colonizador português, pois o autor do quadro explica que os nativos observam a chegada das naves lusitanas não com admiração e nem com curiosidade, mas sim com o ódio dirigido aos inimigos¹⁴. Posteriormente esses antagonistas seriam domesticados como bem indica a cena à esquerda com os indígenas ocupados em trabalhar na construção do Forte do Presépio, incapazes, portanto, de resistir ao destino da conquista. Desse modo, os objetivos da pintura de Theodoro Braga se conjugam em apresentar a origem da moderna cidade de Belém do século XX, metrópole herdeira da empreitada lusitana do século XVII. A narrativa em *A Fundação* forma um elo entre a cidade do intendente Antônio Lemos e o passado colonial, o qual é elaborado de modo a consolidar a imagem do presente.

A Fundação de Belém nos remete a outra pintura de tipologia histórica intitulada *A Conquista do Amazonas*. Esta tela, em certa medida uma obra “aparentada” daquela produzida por Theodoro Braga, foi confeccionada pelo artista fluminense Antônio Diogo da Silva Parreiras e entregue alguns meses antes da exposição d’*A Fundação*, em 18 de janeiro de 1908. O que chama a atenção para a relação entre uma iconografia e outra, além da própria temática em comum, é o fato de *A Conquista do Amazonas* ter sido feita sob a encomenda do governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, praticamente no mesmo período da encomenda do intendente Lemos. A pintura de Antônio Parreiras representa o episódio solene da posse das terras amazônicas, encarnado na leitura do ato de posse por João Gomes de Andrade, escrivão da expedição liderada por Pedro Teixeira. Esse episódio foi construído de modo a tornar-se um ponto crucial para a história do Estado do Pará. Na tela *A Conquista do Amazonas* os conquistadores portugueses ocupam o protagonismo e a centralidade da iconografia, demonstrando – tal como na

¹⁴ BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará. estudos e documentos para execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. Lemos*. Belém: Secção de Obras Raras d’ A Província do Pará, 1908.



Fundação – o lugar privilegiado do europeu lusitano enquanto portador e construtor da civilidade. De fato a ideia apresentada na *Conquista* é de um feito épico, o marco primeiro da história paraense-amazônica e digno de ser rememorado, pois é o momento em que “se expandia o gênio aventureiro, que tanto caracterizava a raça lusitana desses famosos tempos”¹⁵.



Figura 2: *A Conquista do Amazonas*, Antônio Diogo Parreiras, óleo s/tela, 800 x 400 cm, 1907. Acervo do Museu do Estado do Pará. Produto da encomenda do governador do Pará, esta tela apresenta similaridades com a tela histórica de Theodoro Braga. Foi uma das primeiras pinturas históricas da carreira de Antônio Parreiras. Atualmente ornamenta o antigo palácio dos governadores do Pará.

Tal como seu colega de ofício paraense, Antônio Parreiras realizaria o processo de pesquisa documental a fim de melhor representar uma cena do passado, além disso, Parreiras também gozava de certa fama profissional e apreciação por parte da elite política do Pará, o que é evidenciado pelo fato de um conjunto de oito telas de paisagem ter sido adquirido pela Intendência municipal de Belém em 1905, quando da exposição inicial do fluminense na cidade. Em *A Conquista* a narrativa visual preza pelo simbolismo de uma origem gloriosa, a gênese do Pará que seria inventada pela arte tal como a gênese de Belém na *Fundação* de 1908. Ambos os trabalhos artísticos buscam uma apropriação da história de modo a construir uma memória para a sociedade amazônica, uma memória afinada com certas perspectivas do

¹⁵ PARÁ, Governador (1901-1909; Augusto Montenegro). *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908.



presente. Desse modo percebemos que o retrato de acontecimentos históricos e sua elevação a postos privilegiados para a demarcação das origens da civilização amazônica configuram um ponto de interesse do poder público paraense, no momento em que as lideranças estadual e municipal se preocupam em elaborar versões do passado. Esse interesse pode ser visto tanto como uma forma de criar um antepassado glorioso para a república quanto uma tentativa de fortalecer a posição de alguns grupos políticos do Pará, notadamente aqueles ligados ao intendente Antônio José de Lemos. De fato, o intendente consolidava seu lugar enquanto liderança política e o patrocínio das artes era uma de suas marcas notáveis. A postura de um homem engajado com os altos padrões da “cultura” fortificava a imagem de Lemos como um promotor da civilização na metrópole paraense e um difusor do que haveria de melhor nas *belas artes*. É importante atentar, por exemplo, que em 1899 o intendente adquiria a primeira grande tela do acervo municipal de Belém: *Os últimos dias de Carlos Gomes*, uma pintura de grandes dimensões cujo assunto é um evento histórico (o falecimento do compositor Carlos Gomes em Belém). Essa obra, feita pelos italianos Domenico De Angelis e Giovanni Capranesi formava a primeira grande aquisição do acervo da intendência e sua compra motivaria Antônio Lemos a encomendar outra grande pintura representativa da história de Belém¹⁶. A vontade do intendente seria concretizada com *A Fundação*, mas sabe-se que além desta, outra pintura mencionada como “Adesão do Pará à República Brasileira” fora encomendada a Aurélio de Figueiredo, irmão de Pedro Américo, com contrato firmado através da lei 484 de 11 de junho de 1907¹⁷. Infelizmente não possuímos informação sobre o resultado dessa encomenda a Aurélio de Figueiredo. Contudo é perceptível o vínculo entre a criação de um patrimônio artístico - e uma arte voltada para a república - e os anseios políticos, isto é, a construção de uma boa imagem da administração de Lemos enquanto provedora de um legado “civilizado” para a Amazônia.

O óleo sobre tela de Theodoro da Silva Braga pode ser percebido e apreendido como uma representação de um acontecimento pretérito. A noção de representação aborda a questão da ausência e da presença, isto é, uma relação entre “uma coisa”

¹⁶ INTENDENCIA Municipal de Belém. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15.11.1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos, 1897/1902*. Belém: A. A. Silva, 1902.

¹⁷ INTENDENCIA Municipal de Belém. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15.11.1907 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos*. Belém: A. A. Silva, 1908.



ausente e a representação da mesma que assume o seu lugar. Trata-se de uma noção complexa que permeia as discussões na historiografia da cultura, sendo que não se pretende abordar tais discussões neste texto¹⁸. O termo tal como é tratado pelo historiador Carlo Ginzburg mostra-se bastante eficaz para o caso aqui estudado. A representação de algo, de uma “coisa”, está ligada ao fato de essa representação assumir a presença do objeto, da ideia ou do “ser” ausente, dito de outro modo ela torna presente algo que está ausente e assim permite aos sujeitos sociais (falando grosso modo) “entrar em contato” ou interagir com a coisa ausente por meio de sua representação. Ginzburg toma como caso emblemático as efigies dos reis medievais, as quais representam o verdadeiro corpo do soberano, assumindo o seu lugar e tornando-o presente¹⁹. Por esse prisma podemos assumir que a pintura histórica de Theodoro Braga não é um retrato fiel da realidade, o fato histórico não foi pintado tal como realmente aconteceu muito embora o senhor Braga pretendesse que os espectadores em 1908 e a posteridade constatassem que sua obra era uma reconstituição fidedigna do fato histórico. O artista paraense elaborou a sua versão do acontecimento e construiu uma representação do mesmo. Para isso ele recorreu a um conjunto de documentos e registros do período colonial. As fontes dessa investigação foram publicadas num opúsculo chamado “A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. Lemos”. Esse opúsculo foi escrito com a finalidade de ser apresentado em conjunto com a pintura o que é revelador das intenções do senhor Theodoro Braga: este não apenas confecciona uma representação do fato histórico, como também elaborou um meio de confirmar a veracidade de seu trabalho.

Ao expor minha tela Fundação da Cidade de Belém e com ela um opúsculo explicando-a e documentando-a, esperava eu, tal é a importância do assunto para nós, que todos que dele tratam viessem imediatamente armados de documentos irrefutáveis e esmagadores, cheios de luz e verdade, reduzir a cinzas o meu quadro e os meus estudos. (...) Nada inventei, nem fiz história:

¹⁸ Para a leitura de tais questões são recomendadas as obras dos historiadores Roger Chartier, Carlo Ginzburg e Ernst H. Gombrich.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-103.



garanti o meu trabalho de uma fortaleza inexpugnável, ataquem-me e destruam-na, mas com elementos. (...) Dizer e não provar é não dizer²⁰.

No trecho acima, o artista belenense busca defender sua posição de estudioso da história afirmando que sua arte foi pensada a partir de um arcabouço documental e não inventada ao acaso. Em grande medida, Theodoro Braga procurou defender-se da contraposição de Arthur Vianna e do Barão de Guajará, os quais apontaram os erros históricos presentes na *Fundação* de 1908, notavelmente a construção do forte que na tela é apresentado sendo de pedra; tanto Arthur Vianna e o Barão afirmariam categoricamente que o material empregado para a construção do forte era a madeira, no entanto o senhor Braga não se renderia facilmente e mostrou-se disposto a confrontar a contraposição dos historiadores do período, tendo escrito em seu opúsculo uma extensa defesa da representação do forte de pedra. Não cabe aqui julgar se o artista foi ou não desonesto em sua criação imagética, o mais válido neste texto é reconhecer sua posição enquanto pesquisador, disposto a digladiar-se com seus contemporâneos, em favor de sua obra artística. Esse posicionamento do pintor-historiador, essa necessidade em legitimar seu trabalho, configura novamente o caso emblemático de um profissional da arte que se traveste de investigador do tempo passado, o que já foi abordado nos parágrafos anteriores.

A questão da memória é outro ponto a ser ressaltado quando se analisa a *Fundação*. Esta tela - a qual ocupa um importante lugar na coleção de arte do poder público municipal e que foi pensada como um símbolo máximo da memória da cidade - é a reprodução (poder-se-ia dizer também a invenção) de um fato pretérito tomado como fundamental para a história de Belém e da Amazônia, portanto é sua função servir como memória visual desse fato. Levando isso em consideração é necessário atentar para algumas funcionalidades da memória. Pierre Janet nos chama a atenção para a função social da memória, sua propriedade de comunicar algo a alguém e principalmente, sua capacidade de transmitir um acontecimento a quem não o testemunhou²¹. Além dessa função social a memória também é elemento essencial para a construção e/ou manutenção de identidade, seja ela coletiva ou individual²². A tela de Theodoro Braga abarca em grande medida essas propriedades da memória. Em primeiro lugar ela transmite à sociedade belenense do século XX um

²⁰ *A Província do Pará*, 11 de maio de 1909, p. 1.

²¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.



acontecimento do passado e nesse caso trata-se de um passado tão antigo e distante que, de modo natural, ninguém poderia lembrar; logo a tela histórica é instrumentalizada para preencher uma lacuna na memória da sociedade, é a representação tornando presente o fato que está ausente. Em segundo lugar a *Fundação* de Theodoro Braga - ao reproduzir um passado pressuposto como comum ao povo belenense - produz uma identidade, uma memória coletiva para a metrópole paraense e ao mesmo tempo torna-se um recurso para o poder público cristalizar a imagem que se desejava da origem da cidade “belle-époqueana”.

O amálgama de tantas instrumentalizações de uma pintura revela o quanto há de significativo nas obras iconográficas de Theodoro José da Silva Braga, e também demonstra que a sua utilização para as análises da sociedade amazônica, notadamente de seus membros ilustrados, líderes políticos e seus intelectuais, pode ser bastante frutífera. O uso das artes visuais na investigação histórica dos grupos letrados da Amazônia e seu relacionamento com o poder público é bastante interessante no que toca ao entendimento dos projetos e discursos que se destacavam no meio ilustrado paraense e sua percepção de como deveria ser interpretada a história de Belém e da Amazônia. No caso da *Fundação de Belém* de Theodoro Braga temos a composição de um discurso sobre as origens da sociedade amazônica, o qual se pretende cristalizador de uma memória do passado e representativo de um fato histórico. Trata-se de um discurso que é elaborado não pelas letras e sim pelas tintas dos pincéis, os quais contam uma história. Uma narrativa visual que visa recriar o passado e, ao mesmo tempo, ocupar um lugar especial na história de Belém encantando seus “leitores” com suas cores e com sua estética.

Referência bibliográfica

BRAGA, Theodoro. “A arte no Pará (1888-1929) retrospectiva histórica dos últimos trinta anos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, vol. 8, 1934, p. 149-159.

BRAGA, Theodoro. *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará: estudos e documentos para a execução da grande tela histórica pintada pelo autor e encomendada pelo benemérito intendente municipal de Belém Exmo. Sr. Senador Antonio J. de Lemos*. Belém: Secção de Obras Raras d’ A Província do Pará, 1908.



- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. 2º edição. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- COUDREAU, Henri. *L'Avenir de la capitale du Pará*. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. V.8. Belém, 1913.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. 09/11/2001. 315 folhas. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira – nove reflexões sobre a distância*. 1º reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 85-103.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5º edição. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. 3º edição - 3º reimpressão São Paulo: Perspectiva, 2009.
- PARET, Peter. *Imagined Battles: Reflections of War in European Art*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1997.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1911)*. 2º edição. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os franceses no Brasil de D. João”, *REVISTA USP*, n.79, São Paulo, 2008, p.54-69.



O imperialismo da história: reflexões sobre os limites do discurso histórico na historiografia indiana

Paula Carolina de Andrade Carvalho¹

Resumo: Este artigo pretende fazer uma revisão parcial da historiografia indiana do pós-independência, mais especificamente a partir de questões suscitadas pelo grupo dos Estudos Subalternos, que têm por objetivo pensar como as chamadas camadas "subalternas" da população narram o seu próprio passado. Isso os leva a criticar o conceito de historicismo como a base do discurso histórico introduzido com a colonização britânica, apontando para os próprios limites da historicização ao confrontá-la com determinados passados "subalternos". O presente artigo também se propõe a analisar o desdobramento dessa posição crítica no discurso do teórico social indiano Ashis Nandy, que critica o próprio conceito de história, o qual vê como uma "segunda colonização" que domina o pensamento indiano, uma vez que a história seria uma forma de alienação intelectual que legitimaria a "primeira colonização".

Palavras-chave: Discurso Histórico; Estudos Subalternos; Ashis Nandy

A intensificação do contato dos europeus com a Índia² e dos estudos realizados por eles sobre as culturas e sociedades indianas coincidiu com a ascensão da historicização do pensamento na historiografia europeia em fins do século XVIII³. Nesse quadro, as mudanças pelas quais a disciplina histórica passou faziam com que as formas como as sociedades indianas lidavam com o passado fossem vistas como

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) em História pela Universidade Federal de São Paulo.
Contato: paula_carvalho33@yahoo.com.br

² O termo "Índia" é usado somente para se referir à área que atualmente abrange o território indiano, não incluindo Paquistão e Bangladesh, apesar de terem feito parte das colônias britânicas no sul da Ásia. Embora tenham uma origem histórica colonial comum, a independência e a partilha em 1947 criaram narrativas históricas distintas e que não cabem ser abordadas no presente artigo.

³ Neste artigo, entende-se "historicização do pensamento" no sentido dado por Michael Gottlob: "um processo em que a experiência de mudança veio a ocupar um lugar central na orientação cultural do homem (um estudo que combinava reflexão teórica com pesquisa empírica), estabelecendo-se como um meio de influenciar o curso dos acontecimentos (Kütter at al, 1997: 11)". GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 2.



“deficitárias”⁴. As formas locais de gravar o passado não eram levadas em conta pelos colonizadores europeus; registros realizados antes da colonização eram usados como fontes, mas não eram considerados como documentos históricos. A Índia era vista, portanto, como uma “tabula rasa” histórica; os europeus, portanto, tomaram para si a tarefa de “começar do zero”⁵. Com isso, principalmente a partir da dominação colonial britânica, o pensamento indiano passou a ser historicizado. Fazia parte do “fardo do homem branco”⁶ tentar recuperar uma história considerada perdida, uma vez que a Índia era vista como uma sociedade “eterna” e “ahistórica” até a colonização europeia⁷.

Assim, este artigo tem por objetivo fazer uma revisão parcial da historiografia indiana do período pós-independência, tendo como foco principal o pensamento do grupo dos Estudos Subalternos, que procuraram mostrar como as chamadas camadas “subalternas” da população narravam o seu próprio passado. Essa posição os fez criticar o conceito de historicismo como a base do discurso histórico introduzido a partir da colonização britânica, indicando os próprios limites do discurso historicizante ao confrontá-lo com passados “subalternos”. Em seguida, o presente artigo também se propõe a analisar o desdobramento desse posicionamento crítico no discurso do teórico social indiano Ashis Nandy, que vê no discurso histórico um dos “componentes da colonização”, uma forma de pensamento estrangeira e, ao mesmo tempo, alienante que legitima o domínio colonial europeu; por esse viés, o estereótipo de uma Índia “ahistórica” ganha um significado positivo e é assumido como uma particularidade local. A posição hegeliana afirmava que:

(...) uma vez que a Índia não desenvolveu os conceitos necessários para adquirir um pensamento histórico, ela permaneceu fora do processo histórico do mundo, no qual só poderia ser conectada por meio da conquista europeia.⁸

⁴ GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi. Oxford UP, 2003, p. 2.

⁵ GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 2.

⁶ Essa expressão foi difundida a partir do título de um poema do escritor anglo-indiano Rudyard Kipling, *The White Man's Burden: The United States and The Phillippine Islands* (1899).

⁷ É interessante perceber como esse discurso repete-se, inclusive, na historiografia indiana moderna, polarizando o debate sobre a existência ou não de um determinado tipo de pensamento histórico na Índia antes da dominação colonial europeia. Para um panorama sobre o assunto, ver TRAUMANN, Thomas R. “Does India Have History? Does History Have India?”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 52, ed. 01, Cambridge, jan. 2012, pp. 174-205.

⁸ GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 8.



Portanto, assimilar o discurso histórico na sociedade indiana era uma forma de introduzi-la na história do mundo e, conseqüentemente, na modernidade. A historicização do não histórico era uma forma de controle e domínio colonial, uma vez que os colonizadores se tornavam os detentores da mudança temporal. Por isso que retomar a agência da sua própria história virou uma questão central no movimento de independência indiano contra o colonialismo britânico, possuindo um papel político importante ao longo desse processo, inclusive no período pós-colonial.

Mesmo assim, o discurso histórico em si não deixa de ser uma importação estrangeira. A ideia de uma “história da Índia” – no sentido de um discurso disciplinarizante com bases científicas – está enraizada na tradição intelectual europeia, calcada nos princípios do racionalismo e do historicismo, que surgiram durante o iluminismo europeu do século XVIII – a própria disciplina histórica indiana admite ter essa origem. Com isso, a Europa permanece como sendo a referência epistemológica no estudo da história dessa região⁹.

Uma dos principais heranças da história colonial refere-se à periodização. Desde a divisão da história indiana em eras hindu, islâmica e britânica (elaborada por James Mill, em *History of British India*, de 1817), até a classificação em períodos “colonial”, “pré-colonial” e “pós-colonial”, a história moderna da Índia é sempre interpretada a partir de uma perspectiva exterior a ela¹⁰. Este artigo não foge desse padrão diante da dificuldade em se pensar em histórias alternativas para a região. Mesmo assim, é importante apresentar um panorama da historiografia indiana moderna, a fim de melhor situar o grupo dos Estudos Subalternos na tradição acadêmica indiana. Para tanto, as linhas historiográficas aqui apresentadas tiveram,

⁹ Gottlob ainda destaca que é preciso distinguir os diferentes níveis do impacto europeu sobre o pensamento indiano: “Primeiro, a experiência de ser desafiado por uma realidade estrangeira, que estimula uma reflexão histórica ao criar a necessidade para esclarecer a sua própria identidade. Segundo, a confrontação da modernidade (ocidental) com a tradição (indiana), que cria entre indianos, a necessidade de novas formas de conceber a continuidade e a mudança. Finalmente, o discurso moderno de história sugere uma ligação entre memória histórica e ação objetiva que, depois de um tempo, começa a ser vista por alguns indianos como a chave para recuperar a agência perdida”. GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 2.

¹⁰ GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 1.



em grande parte, como base a divisão elaborada pela historiadora indiana Romila Thapar¹¹.

Considera-se que a historiografia moderna indiana se inicia com a dominação britânica em fins do século XVIII e se prolonga durante todo o século XIX, adentrando a primeira metade do século XX. Ela pode ser dividida em três linhas principais de interpretação: a colonial, a nacionalista e a pós-colonial.

A linha da interpretação colonial procurava legitimar o controle europeu sobre a Índia, criando o “estereótipo” da sociedade indiana como o “Outro” da Europa. A vertente orientalista dessa linha procurou ligar a história da Índia com a da Europa, por meio de estudos filológicos (procurando ligar as línguas indo-europeias à mesma origem) e históricos (a associação de textos clássicos hindus a outros presentes na Europa), a fim de mostrar uma origem comum entre as duas civilizações; politicamente, tinha um caráter não intervencionista. Já a vertente utilitarista via a sociedade indiana como estagnada e irracional, sendo necessário, portanto, que a civilização europeia levasse o “progresso” a ela; consequentemente, defendia políticas intervencionistas. É de se notar que essa mudança no pensamento histórico coincidiu com a mudança das políticas coloniais, marcadas pela reconstrução da estrutura econômica da Índia em meio à consolidação do domínio colonial britânico no sul da Ásia.

A linha nacionalista surgiu em fins do século XIX como um movimento anticolonialista que objetivava a independência política da região, e tinha o intuito de pensar em uma identidade indiana, além de procurar afirmar a superioridade do passado sobre o presente. Os intelectuais nacionalistas usaram os mesmos métodos historiográficos dos europeus, mas suas interpretações de eventos históricos eram distintas, a fim de servir às posições políticas do grupo. É considerada a vertente responsável por fazer uma separação de narrativa histórica entre as civilizações hindu e muçulmana.

Uma vertente da linha pós-colonial mostrou-se hostil ao nacionalismo: o comunalismo. As escolas do comunalismo hindu e islâmico surgiram logo depois da independência, seguindo a divisão da Índia e do Paquistão, ocorrida com a Partilha

¹¹ Mais especificamente em THAPAR, Romila. “Interpretations of Indian History: Colonial, Nationalist, Post-Colonial”. In: DE SOUZA, Peter Ronald. *Contemporary India: Transitions*, Sage Publications, New Delhi, 2000.



em 1947¹². A principal crítica que essa vertente faz está relacionada ao método histórico, desde a apresentação dos fatos até a leitura das fontes. Ela também é marcada por destacar as crenças religiosas em seu discurso. A vertente marxista, segundo Thapar, não segue as teorias de Marx e Engels, mas sim métodos de análise da filosofia marxista, como a dialética e o materialismo histórico, abordando questões como as diferenças entre sociedades modernas e pré-modernas, o sistema de castas e a interpretação da religião como ideologia social.

Os Estudos Subalternos formam outra vertente da linha pós-colonial, e é a que interessa a este artigo. Surgido nos anos 80 na Índia e tendo em Antonio Gramsci uma de suas principais influências, assim como a corrente historiográfica britânica da história vista de baixo, esse grupo opôs-se à ideologia da tradição nacionalista indiana e da escola de Cambridge, consideradas “elitistas” pelo fato de narrarem a história do nacionalismo como obra das classes dominantes. Por isso, pretendiam desenvolver narrativas que destacassem o papel dos grupos subalternos, mostrando “as contribuições feitas pelo povo independentemente da elite na criação e desenvolvimento do nacionalismo [indiano]”¹³. Essa vertente privilegia fontes locais tanto privadas quanto populares em detrimento de arquivos e documentação oficial; as fontes orais também são vistas como material histórico legítimo¹⁴.

Seguindo essa busca pela “democratização do pensamento”, os historiadores dos Estudos Subalternos também passaram a criticar o racionalismo do iluminismo, a fim de incluir na historiografia outras formas de narrativas do passado desenvolvidas pelos grupos ditos subalternos. Para Dipesh Chakrabarty, um dos principais integrantes do grupo, “adotar uma posição crítica em relação às heranças

¹² Sobre o processo de independência da Índia e do Paquistão, ver GUHA, Ramachandra. *India after Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*, Londres, Macmillan, 2007.

¹³ GUHA, Ranajit apud CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2002, p. 7.

¹⁴ Entre as críticas feitas por Romila Thapar aos Estudos Subalternos, está o fato de o grupo se opor a generalizações, o que, para ela, impede-o de perceber uma perspectiva mais ampla dos eventos estudados. Mesmo assim, reconhece o impacto que essa linha teve em países que foram antigas colônias europeias, estimulando estudos comparativos entre várias regiões do mundo. Chakrabarty responde a essas e outras críticas aos Estudos Subalternos, além de fazer uma revisão bibliográfica de Ranajit Guha à frente do grupo, em GUHA, Ranajit. “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”, *Nepantla: Views from South*, vol. 1, n. 1, Duke University Press, 2000, pp. 9-32.

Outra crítica essencial aos trabalhos do grupo, e ao próprio papel do intelectual, está em SPIVAK, Gayatri Chakravorty, *Pode o Subalterno Falar?*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.



do iluminismo faz parte do embate contemporâneo de democratizar a historiografia”¹⁵.

Segundo Chakrabarty, o historicismo legitimou a dominação colonial europeia do mundo no século XIX, difundindo a ideologia do progresso ou do “desenvolvimento”, e sendo a “medida de distância cultural” que supostamente existiu entre o mundo europeu e não europeu. O autor indiano cita os artigos liberais historicistas em que John Stuart Mill declarou o autogoverno como a forma “mais nobre de governo”, ao mesmo tempo em se opôs à possibilidade de indianos e africanos se autogovernarem, para mostrar que, na visão de Mill, indianos e africanos ainda não haviam atingido o estágio de civilização necessário para serem considerados aptos para o autogoverno, legitimando a colonização britânica nesses territórios, uma vez que a Grã-Bretanha estaria em um nível de evolução superior em relação às suas colônias. Assim, o argumento historicista de Mill relega indianos e africanos a:

(...) uma sala de espera imaginária da história. Ao fazer isso, converte a própria história em uma versão dessa sala de espera. Nós todos vamos para o mesmo destino, afirma Mill, mas alguns chegariam antes que outros. Isso é o que era consciência historicista: uma recomendação para que os colonizados esperassem. Adquirir consciência histórica, algo que Mill achava absolutamente necessário para dominar a arte do autogoverno, era também a arte da espera.¹⁶

Uma crítica ao historicismo, portanto, é uma questão central não só nos paradigmas de pensamento em sociedades não europeias, mas também como possibilidade de mobilização política. Como parte integrante da história do colonialismo na Índia, a separação de origem iluminista entre o afetivo e o analítico (a visão binária do mundo: moderno/tradicional, intelecto/emoção, ciência/fé) marcou profundamente o discurso do intelectual colonizado, levando até ao surgimento de um hiper-racionalismo no interior da própria sociedade indiana, mais especificamente entre as classes mais abastadas e/ou intelectualizadas que aspiravam a uma modernização europeia.

¹⁵ CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*, Chicago/London, The University of Chicago Press, 2002, p. 22.

¹⁶ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2000, pp.7-9.



O pensamento científico foi introduzido no país como um “antídoto” à religião, mais especificamente à hindu, que era vista como um amálgama de magias e superstições. Para os missionários cristãos, a ciência era uma aliada importante no processo de conversão dos hindus: eles acreditavam que a introdução do pensamento científico ocidental nas sociedades locais seria mais eficaz na missão de acabar com a crença hindu do que a conversão direta ao cristianismo¹⁷.

Quando o historicismo (ou até a história) alcançou a Índia, deuses, espíritos e outras manifestações sobrenaturais foram relegados à esfera do mito, a uma ficção fantasiosa, o que não significa que sua influência tenha desaparecido da realidade cotidiana – pelo contrário!¹⁸ –, no entanto a história como uma disciplina acadêmica adquiriu um status “dominante sem ser hegemônico” em meio à intelectualidade indiana, para se valer da expressão cunhada por Ranajit Guha, um dos fundadores dos Estudos Subalternos¹⁹.

Como explica Chakrabarty, valendo-se das formulações de Walter Benjamin, o tempo na história não possui um deus, ele é vazio e homogêneo.

Esse tempo também é vazio porque atua como um saco sem fundo: inúmeros eventos podem ser colocados dentro dele; a sua existência independe desses eventos e, em um sentido, existe a priori que eles. Os eventos acontecem no tempo mas o tempo não é afetado por eles.²⁰

¹⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2002.

¹⁸ Um bom exemplo da permanência dessas narrativas não históricas é o da disputa entre hindus e muçulmanos sobre a mesquita Babri, na cidade de Ayodhya, localizada no estado indiano de Uttar Pradesh. Os hindus afirmam que a mesquita está situada no local de nascimento de uma das divindades do panteão hindu, Ram, e que a mesquita foi construída depois da destruição de um templo hindu por invasores muçulmanos no século XVI. Já os muçulmanos dizem que rezavam na mesquita até 1949, quando um grupo de hindus colocaram estátuas de Ram no local para serem adorados pelos seguidores do deus. Muçulmanos e hindus entraram na justiça para obter o controle do local e ter reconhecido o seu direito de fazer orações nesse ponto; nenhuma das partes havia conseguido, até então, chegar a um acordo. Em 1992, em meio a essa disputa, um grupo de hindus destruiu a mesquita; como reação ao ocorrido, quase 2.000 pessoas foram mortas em revoltas religiosas pelo país.

¹⁹ Segundo Guha, embora a sociedade indiana tenha realmente mudado sob o impacto do capitalismo colonial, “muitas áreas na vida e consciência das populações” escapavam a esse tipo de “hegemonia [burguesa]”. Ou seja, apesar de a burguesia ser uma classe dominante economicamente, sua ideologia não conseguiu se tornar hegemônica, convivendo com outros tipos de manifestações culturais não ocidentalizadas. GUHA, Ranajit. “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”, *Nepantla: Views from South*, vol. 1, n. 1, Duke University Press, 2000, p. 21.

²⁰ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2000. p. 73.



Afinal, não há “milagre na história”²¹. Do ponto de vista do historiador, é aceitável que a religião tenha espaço no foro íntimo de um indivíduo, mas é inaceitável responsabilizar elementos sobrenaturais no desdobramento de eventos históricos. Isso se opõe às regras que permitem ao discurso histórico resolver questões sobre o passado com certa objetividade. No entanto, as fronteiras temporais não são tão bem delimitadas. É possível existir ainda que “anacronicamente” ou até mesmo fora da história, onde não existe sala de espera, onde ainda há elementos “eternos”, onde o passado, o presente e o futuro se entrelaçam.

A sociedade tradicional indiana concebe o passado como um meio para confirmar ou mudar o presente, enquanto que a ideia do processo linear da história domina o pensamento europeu. A disciplina da história é apenas uma de várias formas de lembrar o passado. Milhões de pessoas vivem fora da história, e elas possuem suas próprias interpretações sobre o passado. Na visão de Ashis Nandy, essas pessoas:

(...) acreditam que o passado é importante e que o passado molda o presente e o futuro, mas também reconhecem, confrontam e vivem com um passado diferente daquele construído por historiadores e pela consciência histórica. Elas até possuem uma forma diferente de se chegar ao passado.²²

Sociedades desse tipo são chamadas de “ahistóricas” e o destino delas, segundo o pensamento iluminista, seria o de se tornarem “históricas”; elas passariam, portanto, por um processo de migração temporal. Para o intelectual indiano, valendo-se do imaginário de David Lowenthal²³ – para quem o “passado é um país estrangeiro” –, “o passado é um outro país apenas quando não pode ser propriamente historicizado e, portanto, conquistado”²⁴. Nandy afirma que a hegemonia do pensamento histórico contribui para a persistência de um “segundo colonialismo” que está além do domínio do governo por uma força estrangeira. Na visão de Gottlob, Nandy demanda que a sociedade indiana seja reconhecida como não moderna e não histórica, em vez de incorporá-la ao discurso evolutivo como pré-moderna ou defini-la como tendo sido sempre moderna.

²¹ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2000, p. 104.

²² NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, pp. 44-66.

²³ LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

²⁴ NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, p. 53.



O que está em jogo não é uma história alternativa, mas uma alternativa à história. (...) O conceito de história, para ele [Nandy], contém um impacto colonizador até mesmo na vida do colonizador, principalmente desde a época em que a história estabeleceu-se como disciplina científica. A disciplina da história “agora exaure a ideia do passado”. O “imperialismo da história” quase não permite outro acesso ao passado que não seja o científico.²⁵

Para Nandy, a cultura tradicional da Índia não vê o conceito iluminista de história como uma forma confiável e ética de construir o passado. A construção do passado no sul da Ásia pode ou não ser cíclica, mas é raramente linear ou unidirecional. A atitude da Índia com relação ao tempo (incluindo o sequenciamento de passado, presente e futuro) não possui um modelo pronto. O tempo em grande parte do sul da Ásia está sempre em aberto²⁶.

No entanto, apesar do domínio da consciência histórica, outras construções sobre o passado ainda sobrevivem “nas periferias e interstícios” das sociedades modernas. São passados que resistem à historicização. São os passados subalternos de Chakrabarty, que “complementam os passados do historiador”, capacitando à disciplina da história ser o que é e, ao mesmo tempo, mostrando quais são os limites dela.

Ao destacar os limites da historicização, ela nos ajuda a nos distanciar dos instintos imperiosos da disciplina – da ideia de que tudo pode ser historicizado ou que é sempre preciso historicizar. Os passados subalternos, portanto, nos mostram os limites da consciência histórica. (...) A nossa capacidade de historicizar também depende da nossa capacidade de não historicizar. O que nos permite entrar nos tempos de deuses e espíritos – tempos que são diferentes do tempo secular, vazio e homogêneo da história – é a ideia de que eles não são completamente “distantes”, nós também vivemos esse tempo.²⁷

Nandy afirma que um aspecto comum às sociedades “ahistóricas” são as fronteiras confusas existentes na construção do passado, além de estas estarem aberta ao princípio do esquecimento, ao contrário da história. Os passados subalternos descritos por Chakrabarty são sinais dessas fronteiras; por meio desses passados, pode-se atingir os limites do discurso histórico. A razão para isso é que os passados subalternos não fornecem ao historiador nenhum princípio narrativo que

²⁵ GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*, New Delhi, Oxford UP, 2003, p. 80-81.

²⁶ NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, p. 63.

²⁷ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2000, p. 112-113.



pode ser defendido de forma racional na vida pública moderna pois, por exemplo, podem invocar a vontade de um deus na ocorrência de determinado fato. E o historiador não pode invocar o sobrenatural para explicar ou descrever um evento²⁸.

Para Nandy, tentar atribuir valor absoluto a uma civilização com muitos passados como a indiana, que abrange muitas “memórias amargas e animosidades, com o auxílio do conceito europeu de história, é atacar os princípios que organizam essa civilização”. Principalmente diante do fato de historiadores do sul da Ásia não terem produzido nenhuma crítica externa à história, sendo que “procuraram historicizar tudo, mas nunca o conceito de história. Pois historicizar a ideia de história é historicizar os próprios historiadores”²⁹. Segundo Nandy, a ideia da consciência histórica só pode ser relativizada até certo ponto; não é aceitável pensar que a história pode ser tratada fora do campo da história. Assim, quando os “historiadores historicizam a história”, o fazem dentro “das regras restritas da historiografia”³⁰. A aceitação acrítica do conceito de história pode levar a atos de violência e crueldade, tanto no sentido de exigir o princípio de vingança pela história ou quanto o de infligir sofrimento em nome do progresso.

Ainda assim, Gottlob critica a ideia de rejeitar o pensamento histórico com o intuito de recuperar uma consciência de si que foi perdida, pois obscurece as “controvérsias internas sobre continuidade e mudança dentro da sociedade indiana”³¹. No entanto, o autor não chega a problematizar a desigualdade na relação de forças entre o discurso histórico e as outras narrativas não históricas na Índia em meio a um contexto de domínio político colonial. Isso não significa que o discurso histórico suplantou os demais, mas é importante ter no horizonte a relação dessas forças quando se tratar de discursos em disputa. E essa é uma questão central para Nandy; afinal, “os politicamente poderosos agora vivem na e com a história”³².

Reconhecer o papel político da disciplina histórica na legitimação de processos colonialistas é crucial para que ela possa contribuir como uma forma de resistência sobre os discursos atuais de caráter colonialista. Para tanto, também é preciso que a

²⁸ CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*, New Jersey, Princeton University Press, 2000, p. 112-113.

²⁹ NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, p. 65.

³⁰ NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, p. 50.

³¹ GOTTLÖB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*. New Delhi: Oxford UP, 2003, p. 3.

³² NANDY, Ashis. “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, p. 50.



própria história reconheça a validade de outras formas de conceber o passado e de se relacionar com o tempo, a fim de respeitar a autonomia dessas sociedades.

Referências bibliográficas

CHAKRABARTY, Dipesh. *Habitations of modernity: essays in the wake of Subaltern Studies*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2002.

_____. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

_____, “Subaltern Studies and Postcolonial Historiography”, *Nepantla: Views from South*, vol. 1, n. 1, Duke University Press, 2000, pp. 9-32.

GOTTLOB, Michael. *Historical thinking in south Asia: a handbook of sources from colonial times to the present*. New Delhi: Oxford UP, 2003.

GUHA, Ramachandra, *India after Gandhi: The History of the World's Largest Democracy*, Londres, Macmillan, 2007.

NANDY, Ashis, “History’s forgotten doubles”, *History and theory*, vol. 34, n. 2, maio 1995, pp. 44-66.

THAPAR, Romila, “Interpretations of Indian History: Colonial, Nationalist, Post-Colonial”. In: DESOUZA, Peter Ronald, *Contemporary India: Transitions*, Sage Publications, New Delhi, 2000.

TRAUMANN, Thomas R., “Does India Have History? Does History Have India?”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 52, ed. 01, Cambridge, jan. 2012, pp. 174-205.



Os entroncamentos entre política e lazer na experiência do *Círculo de Estudos Sociais*

Francisco Ferrer

(1910-1915).¹

Bruno Caccavelli²

Resumo: O objetivo deste texto é evidenciar os entroncamentos entre as atividades políticas e de lazer através da análise das experiências do *Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer*, observando as múltiplas práticas empregadas pelo grupo sobre a organização dos trabalhadores e também marcando a importância dos momentos de lazer e diversão vividos nos espaços associativos para o processo formativo da classe operária.

Palavras-chave: Associações; Lazer; Trabalhadores.

Apresentação

Os trabalhadores, já sabemos, tornaram-se uma força significativa na cidade de São Paulo nos fins do século XIX.³ Desde cedo, constituíram associações de vários tipos e com diversas finalidades – mutualistas, sindicais, recreativas. As diversas correntes do movimento operário, nunca sem dificuldades, se empenhavam na organização, mobilização, proteção e luta dos trabalhadores em suas sociedades. Todavia, devemos levar em conta uma outra dimensão da atuação dessas associações. Grande parte das atividades eram direcionadas à sensibilização e aprofundamento cultural dos trabalhadores, uma necessidade que se traduzia em múltiplas intervenções, incluindo a própria luta pela redução da jornada de trabalho que visava ao maior tempo livre. Dentre os instrumentos de que lançavam mão, o teatro certamente representava o mais

¹ Artigo resultante da dissertação de mestrado desenvolvida sob o apoio financeiro da FAPESP.

² Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo e Especialização em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Email: bcaccavelli@gmail.com

³ HALL, Michael. "O Movimento Operário na Cidade de São Paulo: 1890-1954". In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. (v. 3). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 259.



importante, em que podiam abordar temáticas sociais como a miséria, a exploração do trabalho, denúncias de injustiças. Contudo, nem sempre as peças teatrais cumpriam com as exigências de uma educação estritamente política. Em muitos casos, eram apenas um componente das festas cujos programas previam ainda quermesses e bailes.⁴

Atividades como festas e bailes eram motivo de grandes divergências entre as diferentes correntes do movimento operário. Entre os anarquistas, sobretudo, eram, em alguns casos, considerados desperdício de energia ou algo útil apenas como propaganda. Em associações ligadas a outros grupos, porém, esses eventos eram mais comuns e convites eram feitos para que os trabalhadores aproveitassem os momentos de diversão para descansar e revigorar as forças para as lutas. Isso não significa dizer, entretanto, que as atividades eram organizadas como meras ocasiões de distração. Ao contrário, muitas vezes eram planejadas com finalidades mais concretas, como coleta de fundos para financiar jornais, greves, criar caixas de resistência, ajudar companheiros presos ou exilados, órfãos e viúvas, e abrir bibliotecas. Assim, a mistura de práticas políticas com outras tais como rifas e bailes, apresentavam-se também como uma estratégia de se infiltrar nas classes populares e garantir a participação dos trabalhadores.⁵

O foco deste trabalho recai sobre os entroncamentos entre atividades políticas e de lazer e a sua importância no processo formativo da classe operária. Mesmo tendo em mente a grande diversidade de associações, o que deve nos afastar de generalizações, algumas atividades eram comuns à grande parte delas. Para entender melhor as articulações entre as diversas práticas, proponho acompanhar um grupo em particular, o Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer, que atuou entre 1910 e 1915 nos bairros paulistanos do Brás e da Mooca, mas sobretudo neste último em que era a única associação de caráter mais político no período, servindo ainda, entre comícios, palestras e festas, de abrigo societário a trabalhadores ligados às diferentes correntes

⁴ TRENTO, Angelo. "Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo". In: CARNEIRO, Maria L. T. et. al. (org.). *História do Trabalho e História das migrações: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010, p. 239-240.

⁵ TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 184, 247 e 289.



do movimento operário. Assim, busquei construir uma narrativa que não dividisse em blocos distintos as atividades, mas que mantivesse uma certa ordem cronológica dos eventos, procurando perceber como a associação atuava, misturando a dimensão de luta e o lazer.

O Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer: seu funcionamento, seus participantes

Fundado em 1910 no bairro do Brás, o Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer nasceu “(...) com o fim de divulgar na classe trabalhadora o estudo da questão social em seus diversos aspectos (...)”.⁶ A primeira reunião ocorreu na sede situada à rua Martim Burchard, n.º 11, às sete e meia da noite de 6 de junho. Naquele mesmo ano, o grupo passou por outros endereços: rua Saião Lobato, n.º 28; rua do Gasômetro, n.º 159; rua Monsenhor Anacleto, n.º 38; voltando a ocupar o número 11 da rua Martim Burchard em outubro.⁷

Entre os seus organizadores destacavam-se Angelo Scala e Francisco Calvo. Scala, operário mecânico e italiano, era autor do folheto editado pelo grupo, chamado *Morale e Religione*, em que “(...) procura propagar, em forma muito simples, o ideal de emancipação econômica do operariado”.⁸ Nascido em San Rufo, na Campânia, Angelo era filho de Antonio Scala e Maria Rosa Fanelli, camponeses em sua terra natal. Imigrou para o Brasil ainda muito jovem, com seus pais e o irmão Giovanni, por volta de 1897. Em São Paulo, ao lado do irmão, participou de forma intensa do movimento operário. Frequentou as reuniões da Federação Operária de São Paulo⁹ e foi, junto com o irmão e com Giulio Sorelli, um dos líderes dos esforços para a organização sindical dos trabalhadores.¹⁰

Francisco Calvo, espanhol, era operário sapateiro empregado na fábrica de calçados Clark, na Mooca, bairro em que mantinha a sua residência na rua da Mooca,

⁶ *A Lanterna*, 25/11/1911.

⁷ *Fanfulla*, 01/06/1910, 03/06/1910, 12/06/1910, 19/06/1910 e 24/10/1910, respectivamente.

⁸ *A Lanterna*, 18/11/1911 e 02/09/1911.

⁹ TOLEDO, Edilene. “Imigração, Sindicalismo Revolucionário e Fascismo na Trajetória do Militante Italiano Edmondo Rossoni”. *Cadernos AEL*, Campinas/IFCH/AEL, v. 15, n. 27, 2009, p. 135.

¹⁰ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 289.



n.º 154. Calvo se empenhou fortemente na organização dos trabalhadores de seu ofício, a União Geral dos Sapateiros, da qual se tornou, mais tarde, em 1912, o secretário.¹¹

O CES Francisco Ferrer realizava assembleias abertas a “(...) companheiros não inscritos”, provavelmente em uma tentativa de conseguir filiados a quem pudessem difundir os seus ideais e que contribuíssem, também financeiramente, com a existência da associação. Geralmente, esses eventos seguiam um mesmo programa, que contava com leituras de atas, balanço do caixa social, discussão sobre o movimento interno, palestras, aulas, comemorações¹² e eleições para a atribuição de cargos em comissões com diversas finalidades.¹³

O grupo era dirigido por uma comissão administrativa – em 1911, composta, além de Scala e Calvo, por Giovanni Giacobbe, Jannicelli D’Alfonso e Lorenzo Basso¹⁴ –, algo mais simples do que as diretorias elaboradas que contavam com presidente e vice, tesoureiros e conselhos fiscais, encontradas em outras associações, sobretudo nas mutualistas. Esse caráter organizativo mais informal remete às concepções dos grupos identificados com o sindicalismo revolucionário¹⁵, o que é revelador do modo como pensavam os seus associados.¹⁶

O CES Francisco Ferrer estava inserido nas lutas e manifestações que ocorriam entre os grupos operários. Em outubro de 1911, partiu exatamente da sua sede o grande comício que lembrava a morte do pedagogo libertário Francisco Ferrer y Guardia, a quem o grupo prestou homenagem já em sua nomenclatura. A partir daquele local, muitos manifestantes tomaram as ruas do Brás, “(...) com a banda de música à frente”, caminhando em direção ao largo da Concórdia, local em que, (...) perante uma grande massa de povo, falaram do coreto Leão Aymoré e A. Scala, pondo-se depois a coluna em marcha para o largo de S. Francisco”.¹⁷

¹¹ *A Lanterna*, 25/11/1911 e 25/05/1912.

¹² *Fanfulla*, 06/06/1910 e 28/08/1911.

¹³ Ver também, como exemplo, as edições do *Fanfulla* de 06/06/1910, 28/08/1911 e 25/11/1912.

¹⁴ *Fanfulla*, 19/11/1911.

¹⁵ BATALHA, Claudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: BATALHA, Claudio H. M. et. al. (Org.). *Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004, p. 100.

¹⁶ TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 274-276.

¹⁷ *A Lanterna*, 21/10/1911.



Com o grande número de pessoas, os discursos inflamados lograram sucesso. Animados, os organizadores marcaram um novo comício para o mês de novembro, “(...) para comemorar os mártires de Chicago e lançar-se um protesto contra as guerras”. Contudo, “(...) apesar de seus fins serem claramente conhecidos, a reunião não pôde realizar-se por proibição da polícia, que lhe atribuiu falsamente outros intuitos”. A acusação era de que a manifestação teria por fim difamar o rei da Itália.

De toda forma, as tentativas de coibir as manifestações por parte dos poderes públicos não se restringiam à proibição. No dia anterior à manifestação, 10 de novembro, quando estavam reunidos muitos sócios para as preparações de outro evento, que ocorreria ainda naquele mês, a sede do CES Francisco Ferrer foi assaltada pela polícia, que, “(...) com os seus agentes e soldados de revólver em punho”, prendeu vinte e duas pessoas. Alguns dos sócios foram liberados dois dias depois. Calvo e Scala, “(...) apesar dos numerosos habeas-corpus requeridos e prejudicados pela astúcia da polícia”, só conseguiram a liberdade seis dias depois, em uma quinta-feira, 16 de novembro.¹⁸

O evento trágico na sede, contudo, não impediu que prosseguissem os planos feitos na reunião. Em 18 de novembro, um sábado, os sócios realizaram a planejada festa de propaganda. Calvo e Scala, possivelmente como uma maneira de demonstrar a sua resistência frente às ações repressivas da polícia, participaram da velada, que foi realizada às oito e meia da noite, no salão Germânia. O programa da festa era o seguinte:

1ª parte - Representação da peça em 2 atos, de Pedro Gori, *Senza Patria*; 2ª parte - Conferência; 3ª parte - Representação de uma comédia em um ato; 4ª parte - Recitativo do monólogo napolitano *Il Cafone*. Terminará a festa com um baile familiar.¹⁹

No dia seguinte, o jornal *Fanfulla* apresentava os frutos do evento:

As senhoras M. Barbieri, A. Fabbri, T. Camilli e os senhores G. Turola, A. Vergani, A. Avallone, T. Gesmaro, G. Panighelli, E. Fagiano e V. Richetti,

¹⁸ *A Lanterna*, 18/11/1911.

¹⁹ *A Lanterna*, 18/11/1911.



intérpretes da amostra em dois atos 'Senza Patria' e uma farsa, foram muito aplaudidos. Também o senhor Giuseppe Cocciolito foi aclamado no monólogo 'Il cafone' ou 'La festa di S. Antimo'. Em um interlúdio os senhores Angelo Scala e Francisco Calvo falaram sobre o anticlericalismo, sendo aplaudidos.²⁰

Das representações teatrais contidas no programa, certamente o título de maior importância para os valores operários era a obra *Senza Patria* de Pietro Gori, este autor bastante conhecido entre os trabalhadores. Aliando-se ao drama de Gori, o tema da conferência – o anticlericalismo – atribuía ao evento um caráter sobretudo militante, que ultrapassava o intuito do mero passatempo insinuado pela presença da comédia e do baile. A presença desses últimos elementos no programa, contudo, não deixa de ser relevante. Apesar das duras críticas que se viam na imprensa operária sobre as obras que não ofereciam uma relação direta com a realidade social²¹, não era incomum que associações de caráter mais político utilizassem a comédia em suas festas, porém sempre com o intuito de levar os espectadores à reflexão, conscientizar sobre a degradação moral, desmistificar o dinheiro e criticar a cobiça material, reforçando um sentido pedagógico nas apresentações.²²

Nas associações de trabalhadores, era comum que os atores fossem todos amadores, e igualmente ocorria no CES Francisco Ferrer. Além disso, ao cruzarmos as informações sobre os nomes que aparecem no programa da festa, percebemos que os atores muitas vezes traziam para o grupo experiências prévias de palco em outras sociedades. Angelina Fabbri, até ao menos 1909, integrava o corpo cênico do Círculo Ricreativo Tina di Lorenzo, esta associação que representava dramas populares e comédias no idioma italiano²³, buscando reforçar uma identidade de marca étnica, o que é indicado ainda na homenagem à atriz nascida em Turim. Giuseppe Turola, era, em 1910, diretor cênico do Círculo Matteo Renato Imbriani²⁴, associação que

²⁰ Fanfulla, 19/11/1911.

²¹ TRENTO, Angelo. "Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo". In: CARNEIRO, Maria L. T. et. al. (org.), *História do Trabalho e História das migrações: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010, p. 244-247.

²² PRADO, Antônio. *Trincheira, Palco e Letras. Crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 119.

²³ Fanfulla, 12/02/1909.

²⁴ A Lanterna, 17/12/1910.



homenageou uma figura proeminente nascida na região da Campânia. Este último caso, contudo, sugere um tipo de entroncamento identitário – já que Imbriani integrou o movimento irredentista que tinha por objetivo a unificação das regiões sob domínio da Áustria à Itália –, ao mesmo tempo marcando uma posição republicana, reforçando um sentimento regional e sinalizando uma abertura para italianos provenientes das diversas regiões.²⁵

Como os sobrenomes indicam, os atores eram todos italianos, algo que se refletia no idioma em que apresentaram os títulos teatrais. Mesmo que as atividades do CES Francisco Ferrer não apresentassem indícios de que a etnia fosse um requisito para se associar – ao contrário, a atuação do grupo marcou por diversas vezes um caráter fortemente internacionalista –, essa característica estava presente de maneira relevante, reforçando a ideia de que o sentimento de pertencimento étnico e de classe não eram incompatíveis.²⁶ Assim, além da dinâmica interassociativa que se desenvolvia, parece bastante claro que, frente a essas múltiplas identidades, ainda mais se tivermos em conta que no mesmo período de existência do CES Francisco Ferrer havia outras associações dramáticas de que podiam participar, emergia entre estes atores uma consciência de classe declarada na opção em tomar parte de um grupo engajado na organização dos trabalhadores, que promovia peças teatrais em que pudessem não apenas atuar, mas que também refletiam suas escolhas e valores bastante coletivistas e críticos à sociedade burguesa.²⁷

A nota sobre os resultados da festa mostrava ainda uma longa lista com os nomes dos presentes, e é possível perceber pelos sobrenomes uma maioria de participantes italianos, o que se aproximava da composição do corpo cênico da sociedade. Mas é preciso notar que ali também figuravam sobrenomes que indicam origem espanhola, portuguesa ou brasileira – alguns são os de Antonio de Oliveira, Martina de Oliveira, Manoel da Silva, Cesarina Rosário, Alyra Lopez, Fernanda da Rocha –, reforçando o internacionalismo no seio da associação.

²⁵ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 71.

²⁶ Ver BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

²⁷ THOMPSON, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 316.



Um outro fator que chama atenção na lista é a grande recorrência de sobrenomes. Compareceram à festa Gloria, Narciso e Nensio Bellini; Domenico, Francesco e Giulio Biamini; Adelina, Carlo, Carmela, Francesco e Ida Blasiferri; Alfonso, Caterina e Laura DeVivo; Carmela, Madalena e Raffaele Del Vecchio; Cicceta, Gina e Giovanni Giacobbe; Americo, Elvira, Giuseppe, Italia, Rosa e Santa Stella, para ficar em alguns exemplos. Essa concentração indica que os trabalhadores compareciam a estes eventos em família, uma instituição de posição central na vida emocional e no cotidiano dos imigrantes²⁸, mas que também se punha em acordo com uma prática bastante difundida entre militantes das diferentes correntes do movimento operário, sobretudo anarquistas, que a entendiam não como a base da propriedade privada, mas como o ambiente privilegiado para a propagação de seus valores.²⁹

A listagem permite ainda perceber a mobilidade na sociabilidade dos trabalhadores e diversas interconexões associativas, já que alguns dos presentes na festa participavam de outras associações. Vincenzo Amodio fazia parte da comissão da União Gráfica de São Paulo; Palmiro Grassini era conselheiro da Liga dos Pedreiros; Antonio de Oliveira era representante do Sindicato dos Metalúrgicos.³⁰ A presença desses trabalhadores demonstra que as identidades que se constituíam dentro do CES Francisco Ferrer ultrapassavam a de ofício, sugerindo uma identificação mais abrangente, de classe. Outros nomes que constam na lista parecem confirmar esta idéia, indicando que a sociedade não estava fechada à presença de trabalhadores ligados a uma ou outra corrente. Por exemplo, a presença de Giovanni Scala, irmão de Angelo e socialista conhecido, é um indício de que militantes das mais diversas correntes do movimento operário frequentavam os mesmos espaços, levando para aqueles ambientes as suas idéias, os seus valores, as obras de sua predileção, sugerindo

²⁸ HALL, Michael. "Imigrantes na cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. (v. 3). São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 142.

²⁹ CABRAL, Michelle N. *Teatro Anarquista, Futebol e Propaganda: tensões e contradições no âmbito do lazer*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: Rio de Janeiro, 2008, p. 61.

³⁰ Ver HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo (Org.). *A Classe Operária no Brasil. 1899-1930*. Documentos. v. 1. Alfa-Ômega: São Paulo, 1979, p. 74 e 160; BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp: Campinas-SP: 2002, p. 277.



ao mesmo tempo certa relação dos sócios do CES Francisco Ferrer com as idéias do sindicalismo revolucionário, corrente que, não raro, recebia militantes anarquistas e socialistas, propondo a neutralidade política, funcionando na verdade como ponto de aglutinação entre as diversas correntes.³¹

As dificuldades e os esforços de reconstituição

O sucesso da festa, todavia, não aliviou as dificuldades que o grupo encontrou após a invasão da sede. Era preciso encontrar um novo local em que pudessem preparar e realizar suas atividades, e isso para a própria continuidade da associação. Calvo ofereceu a sua residência na rua da Mooca, n.º 154, como endereço provisório de correspondência e reuniões. Poucos dias depois, publicaram no jornal *A Lanterna* um pedido “(...) a todos os grupos editores de livros, folhetos, revistas e jornais para que lhe enviem exemplares das suas publicações”. Esse esforço de reconstituição da biblioteca indica que no dia da invasão as ações não se limitaram à prisão dos presentes, mas passaram além disso pela destruição do material que se encontrava no local. Além disso, significava a retomada da atuação e a reinserção do grupo em uma rede de associações, como explicita o restante da nota: “(...) desejando também travar relações com as agrupações avançadas de toda a parte, pede às mesmas lhe comuniquem as suas iniciativas”.³²

A comissão administrativa, em dezembro de 1911, fez “(...) um caloroso apelo a todos os seus associados, convidando-os a voltar à atividade indispensável para a continuação da sua obra de educação e propaganda social no seio da classe operária”. Afirmavam ainda a vontade de manter as costumeiras reuniões “(...) nas quais alguns companheiros fazem sempre palestras sobre a questão social e sobre noções de ensino prático”.³³

Os esforços, tudo indica, tiveram resultados positivos. Em fevereiro de 1912, o CES Francisco Ferrer anunciou a sua mudança definitiva para a nova sede, à “(...) rua

³¹ TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 41 e 213.

³² *A Lanterna*, 25/11/1911.

³³ *A Lanterna*, 23/12/1911.



da Mooca, n.º 132, onde tem a sua sala de leitura à disposição das pessoas que a queiram frequentar”, mantendo ainda os pedidos “(...) a todos os grupos editores” para o envio de exemplares “(...) de suas publicações de propaganda (...)”.³⁴ Naquele período, muitos esforços eram feitos por toda a cidade para reavivar o sindicalismo revolucionário³⁵, e na Mooca esse empenho ocorria em grande medida na sede do Círculo. Em março de 1912, os sapateiros utilizaram a sede tentando se organizar em torno da criação de um sindicato.

Aos operários sapateiros e afins.

Todos os trabalhadores da classe estão convidados para duas assembleias que ocorrerão esta manhã, às 8 na rua da Mooca, 132 e na rua S. Domingos, 25. Estas assembleias serão realizadas nestes dois locais diversos por comodidade dos operários da classe que participarão daquele que lhes for mais conveniente. Em ambas as reuniões se discutirá sobre a organização de um sindicato (...).

A Comissão Provisória.³⁶

Os sapateiros voltaram à sede do CES Francisco Ferrer, e, em maio, já funcionava a União dos Sapateiros, cujo secretário era Francisco Calvo.³⁷ Os pedreiros e serventes, que trabalhavam “(...) pela constituição de uma sociedade de resistência da sua classe”, realizando diversas reuniões pela cidade, também se reuniram no local. E os alfaiates, em seguida, utilizaram o espaço para discutir a “(...) fundação de uma agremiação para dedicar-se à defesa dos seus interesses”. Toda essa movimentação de trabalhadores de diversos ofícios fazia da sede do Círculo um local bastante relevante para a organização dos operários da Mooca.

O papel de abrigo societário aos militantes do período não foi, entretanto, a única forma de atuação do grupo. A mesma notícia informava que entre aquelas reuniões para constituir organizações de ofício, o CES Francisco Ferrer realizou, às oito

³⁴ *A Lanterna*, 24/02/1912.

³⁵ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 284-285.

³⁶ *Fanfulla*, 10/03/1912.

³⁷ *Correio Paulistano*, 17/05/1912.



e meia da noite de 16 de março de 1912, no salão Leale Oberdan, uma festa de propaganda cujo programa era o seguinte:

(...) comedia em três atos de Ettore Dominici, *La Legge del Cuore*, e a farsa em um ato 'Os 2 conquistadores'. Por um companheiro será realizada uma conferência sobre o tema *La donna e l'avvenire*. A velada terminará com um baile familiar.³⁸

Os temas teatrais não parecem representar, à primeira vista, uma ligação direta com as reivindicações do movimento operário. Todavia, não era algo de incomum que muitos grupos militantes tivessem que se contentar com peças e autores que apenas em parte servissem como instrumentos de conscientização dos operários.³⁹ Outras atividades, porém, ligavam-se mais diretamente aos ideais políticos da associação. A conferência que versou sobre a relação entre a mulher e o porvir talvez sirva como um bom exemplo, porque, muitas vezes, os conferencistas da associação lançaram a questão da mulher ao centro das discussões, passando por variações do tema tais como a família, mãe ou maternidade. Além disso, é preciso destacar que uma importante função no grupo cabia à operária e atriz amadora Trieste Amato, que era a encarregada das organizações dos eventos e, principalmente, ocupava o cargo de diretora do corpo cênico, e depois do grupo dramático, mantido pelo Círculo.⁴⁰

A escolha de representar a obra *Os dois conquistadores*, de autoria dos portugueses Joaquim Augusto de Oliveira e Jorge de Faria⁴¹, pode revelar uma tentativa de inserir-se de forma mais ampla entre a população do bairro, que era composta também por espanhóis e portugueses, além de indicar a presença de trabalhadores dessas nacionalidades no grupo. De toda forma, essas escolhas nos mostram que eram muitas as formas e as atividades que se empregavam para tentar

³⁸ *A Lanterna*, 16/03/1912.

³⁹ TRENTO, Angelo. "Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo". In: CARNEIRO, Maria L. T. et. al. (org.), *História do Trabalho e História das migrações: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010, p. 242.

⁴⁰ Esta indicação está em *Fanfulla*, 08/02/1913.

⁴¹ Ver <<https://alpha.sib.uc.pt/?q=content/os-dois-conquistadores-cassoada-em-1-acto>>. Acesso em: 9 mar. 2015.



inserir-se entre as camadas populares e sensibilizar os trabalhadores para a sua realidade social.

Seguindo o seu caráter educativo, o CES Francisco Ferrer promovia aulas, palestras e conferências que tratavam de temas caros ao movimento operário. Quando ainda estava no bairro do Brás, o grupo ofereceu aos trabalhadores uma “lição de astronomia”, apresentadas em duas terças-feiras à noite. É notável que os organizadores, para acompanhar a primeira lição de astronomia que se realizou em 12 de setembro de 1911, previram a “comemoração da queda temporal do papa”⁴², fato este que amplia as utilizações das aulas, excedendo a difusão do conhecimento e alcançando o teor abertamente anticlericalista.

As palestras realizadas eram normalmente proferidas por nomes conhecidos no meio operário, como o de Scala, o de Leão Aymoré, este secretário da Escola Moderna, ligada aos anarquistas⁴³, e Paolo Mazzoldi, socialista empregado como jornalista no *Fanfulla*, que certa vez discutiu o tema “Trabalho e Educação” na sede da rua da Mooca.⁴⁴ Esses encontros reforçam a grande circulação de trabalhadores e de suas idéias entre os diversos grupos existentes pela cidade. Mas ao mesmo tempo ressaltam que o Círculo se mostrava aberto às diferentes correntes do movimento operário, servindo de ponto de apoio e encontro dos trabalhadores, reforçando assim um caráter mais ligado ao sindicalismo revolucionário.⁴⁵

Um período de grande atividade

O ano de 1912 foi marcado por grande atividade para o CES Francisco Ferrer. No início de maio, o grupo se dedicou a um dos eventos mais importantes – se não o mais importante – para as associações de trabalhadores. O Primeiro de Maio, como se

⁴² *Fanfulla*, 11/09/1911 e 18/09/1911.

⁴³ *A Lanterna*, 09/07/1910.

⁴⁴ *Fanfulla*, 24/10/1910.

⁴⁵ Ver TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 185 e 274-276.



sabe, era uma data em que se atenuavam as divisões dentro do movimento operário, sendo um evento de caráter universal, que compreendia todos os grupos e ofícios.⁴⁶

As comemorações daquele ano tiveram início na noite de 30 de abril, com festas de propaganda realizadas por toda a cidade de São Paulo, com bailes, teatro e conferências sobre a importância da data, combinando assim o prazer da festa com o engajamento político. No dia seguinte, primeiro de maio, os trabalhadores se concentravam nas primeiras horas da manhã em frente à sede do CES Francisco Ferrer na Mooca para em seguida tomar as ruas. Às oito horas, com banda de música à frente – este elemento indispensável aos eventos do movimento operário, ao mesmo tempo anunciando e alinhando os trabalhadores que a seguiam⁴⁷ –, partiram em direção ao largo da Concórdia, no Brás, onde participaram de um comício promovido pelos membros do Círculo e do Centro Socialista Internacional, grupo este de que fazia parte Giovanni Scala e que se concentrou no endereço do Círculo, na Mooca.⁴⁸

Após os comícios no largo da Concórdia, os trabalhadores partiram em direção ao centro da cidade, mais especificamente à rua do Carmo, n.º 39, no salão Celso Garcia, de propriedade da Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas, onde já estavam os sócios da União dos Canteiros. Segundo os relatos daquele dia, às onze horas da manhã, as atividades no salão foram interrompidas por uma melodia vinda de fora. “Era a coluna do Braz que acabava de chegar”, ao som do “(...) Hino dos Trabalhadores, cantado na rua por centenas de vozes”. Um articulista d’*A Lanterna* tentava registrar a grande emoção causada pelos trabalhadores do Brás e da Mooca: “impossível seria descrever o entusiasmo desse momento em que os vivas confundiam-se com as notas empolgantes do hino rebelde”. Depois, todos tentavam se acomodar pelo salão. Por causa da grande quantidade de pessoas, muitos trabalhadores tiveram

⁴⁶ BATALHA, Claudio. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: BATALHA, Claudio H. M. et. al. (Org.). *Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004, p. 105.

⁴⁷ HARDMAN, Francisco Foot. “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor”. In: HARDMAN, Francisco Foot, *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 369.

⁴⁸ *A Lanterna*, 06/05/1912. O *Centro Socialista Internacional* havia se extinguido dois anos antes, cabendo à *Lega della Democrazia* o papel de abrigo societário dos socialistas. Contudo, Giovanni Scala fez parte de ambas, o que sugere que ele e outros companheiros tenham utilizado o nome do *Centro* como forma de aglutinar os socialistas do bairro da Mooca e representar esta corrente no desfile. Ver BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 292.



de se colocar nos corredores, nas escadarias e na rua para ouvir aos diversos oradores. Ao meio-dia, para o encerramento, Edgard Leuenroth, em nome da União dos Canteiros, discursou sobre a necessidade de se tomar parte nas lutas, “(...) pois é ao povo que cabe a defesa dos seus interesses”. O evento no salão estava encerrado, o dia, não. E “(...) cantando em coro a ‘internacional’, o povo saiu para a rua, formando-se em uma compacta coluna, que percorreu o triângulo central e dissolveu-se na rua da Consolação”.⁴⁹

O mês de maio de 1912 foi, de fato, de muita atividade para o CES Francisco Ferrer. Poucos dias depois, uma comemoração à data de 13 de Maio foi marcada com uma palestra realizada na sede, falando “(...) pela ocasião diversos oradores em italiano e em português. A comemoração será pública”.⁵⁰ Os trabalhadores negros tinham forte presença no bairro da Mooca, mas não há indícios de uma associação formada entre eles. Apesar de não podermos fazer nenhuma afirmação categórica, por causa da escassez de fontes a esse respeito, ao cruzarmos os indícios contidos na nota sobre a palestra, isto é, a comemoração do 13 de Maio, especificamente, e a apresentação das idéias nos idiomas italiano e português, surgem sinais, além da afirmação do internacionalismo, da presença de trabalhadores negros entre os associados do Círculo.⁵¹

Voltando agora às atividades, fechando aquele mês o grupo organizou conferências científicas, realizadas por uma “(...) conhecido orador”.⁵² Mas outras atividades importantes envolveram os membros do CES Francisco Ferrer, ainda que indiretamente. A União dos Sapateiros, cujo secretário era Francisco Calvo, encabeçou uma greve iniciada na fábrica Clark, na Mooca, onde trabalhava Calvo. Em seguida, os operários do ramo têxtil do bairro entraram em paralisação. A partir de então, cerca de

⁴⁹ *A Lanterna*, 06/05/1912.

⁵⁰ *A Lanterna*, 12/05/1912.

⁵¹ O associativismo negro era muito forte no bairro do Bexiga, mesmo que não restrito àquele local. Contudo, por toda a cidade se encontravam apenas sete sociedades compostas por negros exclusivamente, o que revela certa dificuldade em localizar esses grupos. Sobre o associativismo dos trabalhadores negros no bairro do Bexiga, ver SIQUEIRA, Uassyr. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 2008. Para uma listagem das associações compostas por trabalhadores negros, ver DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*. Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 103.

⁵² *Correio Paulistano*, 19/05/1912.



dez mil trabalhadores entravam em greve pela cidade, exigindo aumento salarial, abolição de salário por peça e, sobretudo, a redução da jornada de trabalho para oito horas. Naquele ano, os sapateiros retornaram ao trabalho com vitória: aumento salarial de 10% e redução da jornada para oito horas e meia.⁵³

Um fator que certamente contribuiu para a expansão da greve foi a prisão de Calvo, que às 10 horas da noite de 9 de maio, ainda no início das paralisações, “(...) foi inopinadamente agarrado no largo da sé por um desses tipos abjetos, excrecências do último estágio da degradação moral a que se dá o nome de espíões secretas”. O paradeiro de Calvo manteve-se desconhecido dos companheiros por mais de duas semanas. Somente no fim de maio, após ser levado secretamente a diversos postos policiais da cidade, sofrendo diversas torturas, o operário, depois de encapuzado e agredido, foi solto na várzea de Santo Amaro.⁵⁴

Apesar do que ocorreu com Calvo, as atividades do CES Francisco Ferrer não cessaram. No início de junho, ao lado de diversas associações, o grupo participou ativamente da constituição da Liga Popular Contra a Carestia de Vida, cujo objetivo maior era conscientizar e reunir os trabalhadores contra a escassez, a miséria e as privações da “(...) atualmente desesperadora vida do pobre”.⁵⁵ Reuniões foram realizadas em praticamente todos os bairros populares da capital. Uma das primeiras ocorreu no dia 15, no Cine São João, na Mooca, onde “(...) falarão diversos membros da Liga e outros oradores. Todos devem se esforçar para que essas reuniões sejam o mais concorridas [sic] possível”.⁵⁶

No dia 27 de junho, uma quinta-feira à noite, o Círculo realizou ainda uma sessão de propaganda “(...) na qual falarão diversos companheiros em português, espanhol e italiano”. Os idiomas escolhidos, mais uma vez, refletiam a composição mesma do bairro da Mooca, denotando o esforço por parte do grupo de ampliar a sua atuação junto à população ali residente – fato que é reforçado se levarmos em consideração que “(...) será franca a entrada para essa reunião”.⁵⁷ Mas, além disso, os

⁵³ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 285; e *Correio Paulistano*, 19/05/1912.

⁵⁴ *A Lanterna*, 25/05/1912.

⁵⁵ *A Lanterna*, 15/06/1912 e 19/04/1913.

⁵⁶ *A Lanterna*, 09/06/1912.

⁵⁷ *A Lanterna*, 22/06/1912.



idiomas são um reforço da idéia de que o grupo era formado por pessoas dessas etnias, lembrando que Scala era italiano, e Calvo, espanhol.

No mês seguinte, na noite de sábado, 13, a reunião realizada com entrada franca foi dedicada a “(...) uma sessão de propaganda sobre o 14 de julho”⁵⁸, aniversário da queda da Bastilha, um evento que as associações do movimento operário utilizavam largamente buscando evocar a “(...) Revolução Francesa como momento de nascimento da luta pela liberação do homem e a tarefa destinada ao movimento operário de continuá-la”.⁵⁹

Em 12 de outubro, sábado à noite, no salão Celso Garcia, o CES Francisco Ferrer realizou uma festa em que “(...) serão representadas as seguintes peças: *L’Ideale*, de Pietro Gori, Triste Carnevale, e Um Hotel Modelo. L’Amore, será o tema da conferencia que desenvolverá um companheiro. A festa encerrar-se-á com um baile familiar”.⁶⁰

Observando as informações sobre esta última festa, o repertório de peças teatrais apresentava títulos nos idiomas italiano e português, reforçando novamente o internacionalismo na composição e entre os valores do grupo. Em língua portuguesa, foi representada a obra *Um Hotel Modelo*, sobre a qual sabemos pouco além de que se tratava de uma comédia de autoria do português João Borges.⁶¹ Mas, uma vez mais, compunha o repertório uma obra de Pietro Gori, *L’Ideale*, um título que se remete à projeção “(...) das utopias libertárias”, uma sociedade ideal e livre, baseada “(...) na igualdade e ajuda mútua”. Todavia, é bastante relevante o fato de que constavam no programa, novamente, obras que não apresentavam um sentido estritamente político, como dramas românticos ou comédias. Sobre estes casos, lembremos aqui que as associações de caráter mais político utilizavam as obras com o sentido de levar à reflexão. E não podemos descartar a possibilidade de que os atores reinterpretavam o texto durante a atuação de forma a sensibilizar socialmente os espectadores.⁶²

⁵⁸ *A Lanterna*, 13/07/1912.

⁵⁹ BATALHA, Claudio H. M., “‘Nós, Filhos da Revolução Francesa’, a Imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no Início do Século XX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n.19, 1991, p. 241.

⁶⁰ *A Lanterna*, 28/09/1912.

⁶¹ Ver <<http://porbase.bnportugal.pt/>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

⁶² PRADO, Antônio A. et. al. (Org.), *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p. XXXI, XXXII e XXXIII.



Antes de prosseguirmos, é preciso notar que o dia da festa marcava a véspera do aniversário de morte de Francisco Ferrer y Guardia, conhecido pedagogo libertário espanhol, fuzilado em 13 de outubro de 1909, a quem o Círculo homenageou em sua nomenclatura. Mas, estranhamente, o programa não faz nenhuma referência à data. No ano anterior, o CES Francisco Ferrer comemorou o 13 de Outubro junto à “Loja Massonica ‘União Hespanhola’” com uma conferência sobre “Os crimes do clericalismo”⁶³, algo que se alinhava diretamente ao combate do pedagogo Ferrer frente ao predomínio do clericalismo nesse campo. Nos anos seguintes, contudo, a data de fuzilamento de Ferrer não foi mais incluída entre os eventos. Não dispomos de dados concretos que nos permitam construir uma hipótese sobre o fato. Contudo, não podemos descartar a possibilidade de que menções tenham sido feitas entre uma e outra atividade durante o evento de outubro de 1912. Além disso, o mote do anticlericalismo e as ações de cunho pedagógico – como as aulas científicas – continuaram a ser promovidas.

De toda forma, uma importante comemoração, no mês seguinte, não foi esquecida. Os sócios do Círculo dedicaram-se à preparação de uma palestra para lembrar os cinco mártires de Chicago, data que, “(...) em rubros caracteres, registra-se na história da luta social como a pedra de toque do esforço empregado pelo proletariado universal para a conquista de sua emancipação integral”. No sábado, dia 9, às sete e meia da noite, realizou-se uma “sessão pública de propaganda”, “(...) para comemorar o 11 de Novembro (...). Falarão diversos companheiros”.⁶⁴

No fim de dezembro de 1912, o CES Francisco Ferrer promoveu uma reunião para comemorar o Ano Novo. Desta vez, contudo, não era um evento aberto a todos os interessados, mas somente aos sócios e familiares. Um orador do grupo fez uma conferência sobre o tema “A Família”⁶⁵, algo que, como já vimos, se colocava frontalmente contra às concepções burguesa e clerical. Mas também, ao insistir na importância do núcleo familiar buscava-se a construção de uma rede de fundamental importância para a sobrevivência dos trabalhadores, que podia lhes garantir inserção no mercado de trabalho, solidariedade em tempos difíceis, a difusão da necessidade de

⁶³ *Fanfulla*, 09/10/1911.

⁶⁴ *A Lanterna*, 09/11/1912.

⁶⁵ *Fanfulla*, 30/12/1912.



conquista e defesa de direitos obtidos a muito custo e, sobretudo, de constituição de organizações políticas e sindicais.⁶⁶ Na verdade, a questão da família – mesmo na constante indicação do baile familiar – esteve presente em praticamente todos os eventos do CES Francisco Ferrer, ora dividindo, ora cedendo espaço para outro tema bastante em foco naquele período, que era a questão da miséria.

Em fevereiro de 1913, realizou-se uma festa em que se mesclavam o tema da miséria com outras diversões, como o baile familiar, conforme podemos ver no programa.

Primeira parte – Será representado pelo grupo filodramático do Círculo, dirigido pela senhora Trieste Amato, o grande drama em três atos de Enrico Ibsen: 'Gli Spettri'. Personagens: A sra. Alving, viúva do capitão e camareiro Alving, senhorita Trieste Amato; Osvaldo Alving, pintor, Oberdan Rossi; Pastor Manders, Ticiano Gennaro; Engstrand, carpinteiro, Tommaso Camilli; Reguia Engstrand, empregada doméstica da Sra. Alving, senhorita Amalia Italia.

Segunda parte – Conferência sobre o tema - 'A miséria'.

Terceira parte – 'Qualcuno guastò la festa!', obra social em 1 ato de M. Marsolleau. Personagens: Agricultor e operário, Tomaso Camilli; Banqueiro, Amore Cozzolino; Deputado, Giacomo Gerardini; Duquesa, senhorita Trieste Amato; Cortesã, senhorita Amalia Italy; Juiz, Emilio Mingarelli; General, Antonio de Santis; Bispo, Vincenzo Falotico. No final do espetáculo será sorteada uma bela pintura em óleo do pintor espanhol Vidal.

Quarta parte – Baile familiar.

Pelo que revelaram os resultados da festa, Scala, que realizou a conferência, “(...) foi interrompido várias vezes por aplausos repetidos”.⁶⁷ Ao tratar da miséria, naquele período, o grupo demonstrava estar atento às preocupações dos trabalhadores. A conferência encontrava-se em acordo com as idéias da Liga Contra a Carestia de Vida. Do mesmo modo podemos entender a utilização na festa do drama de Ibsen, *Spettri*, cujo mote era o da “(...) fatalidade da condição humana agindo sobre os

⁶⁶ Mike Savage, “Classe e História do trabalho”. In: Claudio H. M. Batalha et. al. (Org.), *Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004, p. 42.

⁶⁷ *Fanfulla*, 08/02/1913 e 10/02/1913.



personagens”⁶⁸, e da obra *Qualcuno guastò la festa* (alguém estragou a festa – em tradução livre), de Louis Marsoleau, que tratava em tom jocoso dos hábitos do clero em relação às ceias⁶⁹, aliando o anticlericalismo à realidade dos trabalhadores.

Essas ligações entre os temas apresentados e as participações do grupo nas ações da Liga Contra a Carestia reforçam a idéia da utilização das festas para um sentido bastante prático de inserção dos trabalhadores nos atos do movimento operário. De fato, esses mesmos valores foram reforçados pelo CES Francisco Ferrer pouco menos de dois meses depois. Em 1 de abril de 1913, uma terça-feira, às sete e meia da noite, o grupo promoveu a “(...) segunda lição de história natural”⁷⁰, um tema que se alinhava às concepções anticlericais, mantendo acesa a crítica à educação religiosa – e burguesa. E poucos dias depois, a Liga Contra a Carestia de Vida, na qual junto com os outros grupos o Círculo tinha a função de preparar os comícios e de levar bandeiras e cartazes aos eventos, retomou as atividades, realizando diversos encontros e combatendo a “(...) exploração dos condecorados ladrões de casaca”⁷¹.

Em junho de 1913, os membros do CES Francisco Ferrer estavam presentes nas reuniões de propaganda promovidas pelo Sindicato de Ofícios Vários. Calvo e Scala realizaram discussões sobre a “(...) a utilidade da organização”, que “(...) ficou bem patenteada pelos oradores, demonstrando-se que é ela o único meio com que contam os operários para reivindicar os direitos conspurcados”. Poucos dias depois, o Ofícios Vários promoveu na sede do Círculo a “(...) segunda reunião de propaganda”, em que, “(...) apesar da concorrência não ser numerosa, reinou bastante entusiasmo, tendo sido feita uma coleta pró-Jabert”⁷².

A necessidade de organização explicitada nas palestras continuou presente nos esforços do Círculo. Em 19 de julho, no salão Celso Garcia, entre uma e outra apresentação teatral, Scala discursou sobre “a necessidade de um ideal no movimento operário”. O programa da festa, incluindo a conferência, mantinha-se praticamente

⁶⁸ SILVA, Jane P. *Ibsen no Brasil: historiografia, seleção de textos críticos e catálogo bibliográfico*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, 2007, p. 68.

⁶⁹ VARGAS, Maria T. (Coord.), *Teatro operário na cidade de São Paulo*. São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artísticas, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980, p. 70.

⁷⁰ *Fanfulla*, 31/03/1913.

⁷¹ *A Lanterna*, 19/04/1913

⁷² *A Lanterna*, 21/06/1913.



igual aos anteriores, combinando práticas tais como bailes e quermesses com temas mais identificados com valores e interesses de classe. Os participantes da festa assistiram ao drama de autoria de Roberto Bracco, *Il diritto di vivere*,

(...) sob a direção da brava atriz senhora Trieste Amato, que desempenhou de maneira irretocável o papel de Maddalena; também as senhoras N. N. e A. Italy foram uma perfeita Brigida e a outra uma Nannina impecável; os senhores O. Rossi, D. Negrini, J. Amato, A. Zoccolino, G. Giardini, V. Ambrosio, S. Papa, N. N., F. Mingarelli, V. Amadio, G. Nicolai, U. Guazzini, U. G. e A. Giannicelli desempenharam seus papéis muito bem.

Em seguida, o monólogo intitulado *Una Madre*, de autoria de E. Roland, foi interpretado por Trieste Amato e, depois, foi posta em cena a comédia “*Se fra un’ora?*”, que “(...) divertiu imensamente os espectadores que se acabaram em riso”. O aguardado baile, e “(...) as danças muito animadas, que duraram até a madrugada de ontem, deram fim à bela festa”.⁷³

O declínio do Círculo

Apesar dos esforços do CES Francisco Ferrer e de outros grupos, o ano de 1913 foi marcado pelo início de uma fase de desorganização que, aliada à situação de crise econômica, desestruturação do mercado de trabalho e crescente desemprego, faria com que o movimento sindical entrasse novamente em declínio, enfraquecendo, ao mesmo tempo, as associações que dependiam diretamente da contribuição regular dos sócios para continuar com suas atividades.⁷⁴ Muito por isso, durante quatro meses não houve notícias de atividades envolvendo o Círculo.

Em outubro, Calvo dirigiu-se à cidade de Bragança, no interior de São Paulo, para participar de um comício, em que “(...) fez um caloroso apelo aos operários para se instruírem, pois da instrução depende em grande parte a emancipação proletária”.⁷⁵

⁷³ *Fanfulla*, 21/07/1913.

⁷⁴ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 284-305.

⁷⁵ *A Lanterna*, 16/10/1913



Mas foi somente em 15 de novembro que o Círculo mostrou alguma atividade. O programa anunciava:

1º - Gente onesta, importante drama em 3 atos, de Pedro Gori; 2º - Conferência sobre o tema La famiglia; 3º - Uma engraçada comédia; 4º - Quermesse e baile familiar.⁷⁶

A partir de então, as atividades do Círculo tornam-se mais rarefeitas. Sete meses se passaram até que a associação reaparecesse, em junho de 1914, subscrevendo o manifesto do recém surgido Comitê Pelas Vítimas Políticas da Reação Italiana, este que tinha por objetivo principal a ajuda aos “(...) subversivos da Itália”. Ao CES Francisco Ferrer cabia propagar no bairro da Mooca a necessidade de que os operários, “(...) num generoso movimento, contribuam com a sua quota de solidariedade”.⁷⁷

Em julho de 1914, teve lugar no salão Leale Oberdan, no Brás, a última festa de propaganda que o CES Francisco Ferrer realizou. O programa, mantendo a mesma estrutura dos anos anteriores, era o seguinte:

1º - Maternité - drama em 4 atos de Roberto Bracco, representado pelo grupo dramático do Círculo; 2º - Conferencia; 3º - Representação de uma comedia; 4º - Baile familiar.⁷⁸

A pequena nota destinada à festa, último registro de um evento deste tipo envolvendo o Círculo, e a ausência da divulgação dos resultados, indicam que o grupo enfrentava dificuldades. No mesmo mês, Calvo passou a integrar também o Grupo Dramático Libertário, do qual faziam parte Antonio Nalepinski, Virgílio Fidalgo e José Romero⁷⁹, possivelmente buscando outros lugares onde pudesse atuar.

Apenas em maio de 1915, dez meses depois da pequena festa, o Círculo reaparece integrando a Comissão Internacionalista Contra a Guerra “(...) que agrupa as entidades da vanguarda do elemento avançado”. Nos comícios, os membros do CES Francisco Ferrer tiveram como companhia diversos militantes do movimento operário como

⁷⁶ *A Lanterna*, 08/11/1913.

⁷⁷ *A Lanterna*, 20/06/1914.

⁷⁸ *A Lanterna*, 11/07/1914.

⁷⁹ *A Lanterna*, 18/07/1914.



Edgard Leuenroth, Vittorio Buttis, Passos Cunha e Ambrosio Chiodi.⁸⁰ Entretanto, a participação na Comissão foi a última atividade do CES Francisco Ferrer, provavelmente devido às dificuldades que vinham se desenrolando desde 1913 combinadas com a apatia que reinou sobre o movimento sindical a partir do fim de 1914.⁸¹ Ainda em 1915, um de seus principais animadores, Angelo Scala, voltou à Itália para lutar na Primeira Guerra, retornando a São Paulo somente em 1919.⁸²

Em 1915, o Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer deixou de atuar.

Considerações finais

O estudo das experiências do Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer, abordadas aqui de forma a manter a ordem cronológica da trajetória do grupo, permite tornar evidente as formas pelas quais as atividades políticas e de lazer podiam se combinar na atuação de uma associação de trabalhadores. Obviamente, não se pretende que as práticas deste grupo sejam tomadas como exemplo genérico de todas as sociedades do período. Todavia, elas certamente refletem os modos de atuação, em uma ou outra medida, de muitos grupos operários, e nos ajudam a entender melhor como se dava a dinâmica associativa e os esforços de organização dos trabalhadores.

Nas ações do CES Francisco Ferrer, é possível observar uma multiplicidade de atividades que perpassavam a difusão de valores classistas, a organização política, o aprofundamento cultural e elementos destinados à diversão, como as festas e os bailes, revelando ainda o esforço do grupo de adentrar nos meios populares. A atuação do Círculo se revelou ainda mais complexa quando levamos em consideração as diversas conexões entre associações e trabalhadores, aglutinando diferentes experiências políticas e de associativismo. Assim, as experiências que observamos com o Círculo parecem afastar qualquer prerrogativa de homogeneidade que se possa querer lançar sobre o movimento operário da cidade de São Paulo.

⁸⁰ *A Lanterna*, 01/05/1915.

⁸¹ BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 285.

⁸² TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 376.



Finalmente, a atuação do CES Francisco Ferrer na sensibilização dos trabalhadores, empregando diversas atividades, pode nos servir de base para observar as formas de atuação das associações de trabalhadores, incluídas aí as recreativas, na busca pela organização e tomada de consciência, reforçando ainda a importância do estudo dos momentos de lazer para o entendimento do processo formativo da classe operária.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. “Nós, Filhos da Revolução Francesa’, a Imagem da Revolução no Movimento Operário Brasileiro no Início do Século XX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n.19, pp. 233-249, 1991.
- BATALHA, Claudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: BATALHA, Claudio H. M. et. al. (Org.). *Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004, pp. 95-120.
- BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo (1890-1920)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.
- BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe: os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp: Campinas-SP: 2002.
- CABRAL, Michelle N. *Teatro Anarquista, Futebol e Propaganda: tensões e contradições no âmbito do lazer*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: Rio de Janeiro, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio J. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo* [online]. Niterói, v. 12, n. 23, pp. 100-122, 2007
- HALL, Michael M. “Imigrantes na cidade de São Paulo”. In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. (v. 3). São Paulo: Paz e Terra, 2004. pp. 121-151.



- HALL, Michael M. "O Movimento Operário na Cidade de São Paulo: 1890-1954". In: PORTA, Paula (org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. (v. 3). São Paulo: Paz e Terra, 2004. pp. 259-289.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo. (Org.). *A Classe Operária no Brasil. 1899-1930*. Documentos. Volume I – O Movimento Operário. Alfa-Ômega: São Paulo, 1979.
- HARDMAN, Francisco F. "Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor". In: HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2002. pp. 367-376.
- HOBSBAWM, Eric J. "O Debate Sobre a Aristocracia Operária". In: HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp. 305-322.
- PRADO, Antônio A. et. al. (Org.). *Contos Anarquistas: temas & textos da prosa libertária no Brasil (1890-1935)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- PRADO, Antônio A. *Trincheira, Palco e Letras. Crítica, literatura e utopia no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- SAVAGE, Mike. "Classe e História do trabalho". In: BATALHA, Claudio H. M. et. al. (Org.). *Cultura de Classes: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2004. pp. 25-48.
- SILVA, Jane P. *Ibsen no Brasil: historiografia, seleção de textos críticos e catálogo bibliográfico*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, 2007.
- SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre sindicatos, clubes e botequins: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920)*. Tese de doutorado. Unicamp. Campinas, 2008.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. v. 2. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOLEDO, Edilene. "Imigração, Sindicalismo Revolucionário e Fascismo na Trajetória do Militante Italiano Edmondo Rossoni". *Cadernos AEL*, Campinas/IFCH/AEL, v. 15, n. 27, 2009.
- TOLEDO, Edilene. "Para a união do proletariado brasileiro': a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da



Primeira República”. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, v. 7, pp. 10-31, 2013.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2004.

TRENTO, Angelo. “Organização Operária e Organização do Tempo Livre entre os Imigrantes Italianos em São Paulo”. In: CARNEIRO, Maria L. T. et. al. (org.). *História do Trabalho e História das migrações: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010. pp. 233-266.

VARGAS, Maria T. (Coord.). *Teatro operário na cidade de São Paulo*. São Paulo; Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Documentação Artísticas, Centro de Pesquisa de Arte Brasileira, 1980.



Para além do bestializado: diferentes interpretações acerca da (não) participação popular

Flávia Bruna Ribeiro da Silva Braga¹

RESUMO: O povo, na visão dos liberais exaltados e dos republicanos, configurava a parcela da população livre, trabalhadora, excluída do processo político do governo. Assim a República foi tida como o regime de governo que abarcava perfeitamente as aspirações e desejos desse povo, que viria a ser seu soberano. Entretanto, a história brasileira comumente analisa o período de propaganda republicana e, posteriormente, a Proclamação, como distantes do povo, este apático e indiferente aos destinos do país. Neste artigo analisaremos a construção historiográfica acerca desta suposta indiferença e como outras linhas de interpretação podem nos dar visões completamente diversas acerca do povo perante a República.

PALAVRAS-CHAVE: Bestializados; República; Povo

O desencanto de Aristides Lobo

Quatro dias após a Proclamação, o jornal republicano *O País*, de propriedade de Quintino Bocaiúva, dirigiu-se ao Zé Povinho

Zé Povinho ainda está de boca aberta. Andaram a dizer-lhes há umas dúzias de anos que a república era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio. Um belo dia – zaz! A república põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo. (...) E é por isso que tu andas por essas ruas, há três dias com ares de cético, fazendo considerações mentalmente sobre essa calma absoluta que não traduz absolutamente a transformação radical

¹ Estudante de pós graduação (mestrado) do PPGH na linha de Poder, Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco. Contato: flaviabrunabraga@gmail.com



porque passou a pátria. (...) É por isso que ainda duvidas talvez da realidade das coisas (...) ouvistes dar vivas à república e tocar a Marselhesa, e vistes desfraldar umas bandeiras que não conhecias e arrancar da exposição pública os símbolos monárquicos, e soubestes que se retirou a família imperial e que foram apeados do poder ministros e chefes.... e tudo isso te faz crer num sonho, porque não se parece em nada com o que te contavam².

O artigo publicado acima, se analisado literalmente, pode inclinar-nos em direção à interpretação de que o “Zé Povinho” esteve indiferente à chegada da República. Por longas décadas após a Proclamação da República têm os historiadores se martirizado acerca da afirmação de Aristides Lobo, testemunho do Quinze de Novembro, em carta ao Diário Popular de 18 de novembro de 1889

Eu quisera dar a esta data a denominação seguinte: 15 de novembro do primeiro ano da República; mas não posso, infelizmente, fazê-lo (...). Por ora a cor do Governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. (...). O povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada.³

A partir da expressão “bestializado” uma longa tradição que interpretou a reação popular como indiferente, ou até mesmo apática, permanece arraigada nas interpretações da história brasileira. Baseados em testemunhos como o do Conde de Weisersheimb, embaixador da Áustria, que testemunharam “A grande massa da população, tudo quanto não pertencia ao Partido Republicano, relativamente fraco, ou à gente ávida de novidades, ficou completamente indiferente a essa comédia”⁴ ou de Capistrano de Abreu que viu “quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse”⁵ e, por último, Arthur Azevedo, que disse que “os cariocas olhavam uns para os outros pasmados, interrogando-se com os olhos, sem dizer palavra”⁶. Influenciaram clássicos como *A História Sincera da República*, de Leôncio Basbaum,

² O Paiz, 19 de novembro de 1889. Apud SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011. P.189.

³ LOBO apud TAVARES, A. de LYRA. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: vol. 205 Coleção Documentos Brasileiros, 1987. pp. 26 e 27.

⁴ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p. 212.

⁵ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p.213.

⁶ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império*: coletânea. São Paulo: Artpress, 1991, p.212.



que sacralizaram expressões como “a república não era uma aspiração popular”⁷ ou “As classes mais pobres, os poucos operários, os libertos, o pequeno funcionalismo, os militares, não participavam da vida política”⁸.

No ensaio ultra monarquista *Revivendo o Brasil Império*, assinado pelo pseudônimo de Leopoldo Bibiano Xavier, amigo íntimo de Dom Luís de Orleans e Bragança, chefe da Casa Imperial do Brasil em 1991, a visão de que “a multidão não participou e nem aplaudiu a República”⁹, e que os historiadores – baseado em um texto do próprio Dom Luís – por mais que “queiram provar que a Monarquia caía de podre, que a República era um anseio popular e que o movimento pela sua proclamação estava organizada até os ínfimos detalhes, os fatos foram bem diferentes”¹⁰. Na contracapa do livro, Dom Orleans, autoproclamado herdeiro de Dom Pedro II para continuar a dinastia no Brasil no século XXI, ressalta que

Cem anos se passaram, e os contrastes entre o Brasil atual e o Brasil Império só têm crescido. No tempo do Império havia estabilidade política, administrativa e econômica; havia honestidade e seriedade em todos os órgãos da administração pública e em todas as camadas da população; havia credibilidade do País no exterior; havia dignidade, havia segurança, havia fartura, havia harmonia. [...] Como Chefe da Casa Imperial do Brasil, regozijo-me com a publicação desta obra e recomendo vivamente a todos os que se interessam pelo progresso verdadeiro e harmônico do nosso querido país¹¹.

O exagero do testemunho de Dom Luís, fazendo da monarquia brasileira quase o paraíso terrestre pode parecer escandaloso para um cidadão nascido já na República. Mas engana-se quem pensa que essa mentalidade é fruto somente dos pouquíssimos monarquistas ainda existentes no Brasil. Análises mais sensíveis e contextualizadas, entretanto, dos testemunhos acima dão conta de outras interpretações acerca da reação do povo diante da notícia da República. Os estudos

⁷ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957. p. 254.

⁸ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 268.

⁹ XAVIER, XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, p..212.

¹⁰ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, p..205.

¹¹ XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991, Contracapa.



que interpretam uma reação diferente não são recentes. Tristão de Ataíde em *Política e Letras* faz a seguinte análise

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na Proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. E uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempo mais remoto.¹²

Gilberto Freyre, analisando uma das obras de Robert Louis Stevenson sobre seu personagem Mr. Knight em viagem ao Brasil em 1889, faz uma reflexão sobre a cena em que este se encontra com um remador “preto” (sic) e, vendo uma nova bandeira hasteada na Bahia, pergunta-lhe o que era, ao que remador lhe responde “ah, a República”. O inglês, espantado com a indiferença do homem, assume que a transformação do regime aconteceu em uma sociedade apática. Mas adverte Freyre

Compreende-se que, considerado superficialmente, o modo por que os brasileiros aceitaram a República ou a ela aderiram, tenha parecido aos olhos de Mr. Knight, expressão de “apatia oriental”. Mas a verdade é que a maneira por que alguns dos próprios conservadores brasileiros mais lúcidos e mais ligados ao Império assimilaram a ideia de um novo regime político ao seu sistema moral de valores brasileiros fundamentais [...] revela deles menos “apatia oriental” [...] que capacidade ou sabedoria de contemporização: virtude britânica [...] Em face do que, compreende-se que a um espanhol ou, talvez, a um russo, o comportamento brasileiro [...] tenha parecido apatia ou pusilanimidade, mas não a um inglês [...] É certo que muitos foram, dentre a plebe mestiça e negra do Brasil, aqueles que se conformaram imediata e docemente com a vitória da República sobre a Monarquia [...]¹³

Talvez a interpretação de Freyre sobre a conformação “imediata e doce” da gente pobre seja exagerada, se consideramos que uma parte considerável dos libertos, por exemplo, tornaram-se ardorosos defensores da Redentora após a Lei Áurea, como ele mesmo demonstra poucas páginas depois, tornando o argumento contraditório.

¹² ATAÍDE apud OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 30.

¹³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 8-9.



Maria Tereza Chaves de Mello¹⁴, ao analisar outra obra literária da época, *Esau e Jacó* de Machado de Assis, também faz uma releitura sobre a suposta indiferença do povo. Custódio, comerciante, retirou a tabuleta do seu estabelecimento onde se lia “Império”, com madeira carcomida de bichos, e recolocou uma madeira nova onde se lia “República”. O pintor que inscreve o nome diz ao comerciante que uma madeira nova iria durar toda a vida, ao que Custódio lhe responde “A outra também durava, bastava só avivar as letras”. A discussão implícita entre a reforma monarquista ou a revolução republicana apareceu, assim, nas sutilezas da convivência do fim do Império. Na continuação da carta de Aristides Lobo, temos outros trechos que designam algo diferente de indiferente, trechos propositadamente esquecidos ou ignorados:

Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. [...] Não é tudo, mas é muito. Bem; não posso ir além, estou fatigadíssimo, e só lhe posso dizer estas palavras, que já são históricas.¹⁵

Antes de representar uma indiferença geral, bestializado significa surpreso, incrédulo diante de um golpe militar inesperado. De acordo com Marcelo Magalhães “[...] é preciso dissociar a participação na ou pela República da forma, para alguns inesperada, como o regime foi instaurado.¹⁶” A República não era uma surpresa no final do século XIX, mas a forma militar como foi implantada era. Na visão de Fábio Carvalho Leite, o termo bestializado “parece ainda revelar um estado de choque ante um fato incompreensível, que escapa a qualquer lógica, o que sugeriria que a proclamação da República do Brasil foi um ato sem sentido ou, o que parece mais apropriado, uma consequência desproporcional à causa”¹⁷. Não se trata de defender um movimento popular de proporções irreais, nem a conversão em massa dos populares à República, mas de considerar a Proclamação para além das formas

¹⁴ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 230.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 66.

¹⁶ MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Repensando Política e Cultura no Início da República: Existe uma Cultura Política Carioca?* In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 291.

¹⁷ LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003. p. 9.



cristalizadas pela historiografia. A República não bestializou por ser República¹⁸, mas por ter sido feita na contramão do movimento republicano.

É amplamente aceita a versão de que a república veio para o Brasil por vias pacíficas¹⁹, numa sociedade majoritariamente analfabeta e excluída do processo político, por um grupo pequeno da elite civil e militar do sudeste do país. Sobre isso, não há o que contestar. Entretanto, por anos a propaganda republicana acreditou no caráter popular da “Revolução” republicana, onde o povo seria o soberano. Em diversos aspectos, essa atividade civil de uma cultura política ainda a ser descoberta é que vem sendo analisada por historiadores especializados no século XIX. Um deles, George Boehrer, admite que a população foi influenciada por essa propaganda ao aceitar, sem protestos, a República, em 16 de novembro.

A prova mais significativa do valor da propaganda republicana encontra-se indubitavelmente nos acontecimentos de 15 e 16 de novembro. A passividade absoluta com que a maioria dos brasileiros presenciou o desaparecimento de um regime no qual haviam prosperado e progredido, causou espanto aos observadores políticos²⁰.

Leôncio Basbaum discorda. De acordo com o historiador marxista, a “tese defendida por Georges Boehrer, em seu bem documentado trabalho – bastante citado por nós – não tem a nosso ver, fundamento”²¹. Contraditório, pois, o argumento do historiador, que valoriza o trabalho de Boehrer como bem fundamentado, mas nega-lhe o fundamento. Para o marxista – que contribuiu fortemente para a tese dos bestializados – a causa fundamental da queda do Império foi a decadência da aristocracia açucareira. Esta visão, apesar de majoritária, não caminhou sozinha ao logo da historiografia brasileira. Basbaum e Boehrer divulgaram suas pesquisas com

¹⁸ LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003. p. 11.

¹⁹ Refiro-me a uma guerra declarada ou revoltas de grandes proporções como foram as do período Regencial. Entretanto, partilho da visão de Maria Janotti ao defender que este é um lugar-comum na historiografia que buscou sedimentar o ambiente em ebulição das diferentes visões e interpretações acerca da Proclamação da República. A desconstrução da ideia de paz na proclamação foi trabalhada por Fayga Marcielle Oliveira, de onde parti também minha análise. OLIVEIRA, Fayga Marcielle. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011, p. 63-64.

²⁰ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954. P.290.

²¹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1957, p. 282.



três anos de diferença e têm suscitado, ambos, duas correntes historiográficas distintas. Tentaremos, pois, analisar a relação entre a propaganda republicana e os movimentos populares em torno da República, sem abrir mão de nenhuma das duas correntes, demonstrando as contradições historiográficas entre ambas as linhas.

A popularidade da monarquia brasileira muitas vezes se confunde com uma adesão da população aos ideais do regime, descaracterizando a intensidade do movimento republicano da segunda metade do século XIX. Talvez uma análise da repercussão da morte de Dom Pedro II em dezembro de 1891 no Brasil, se olhada somente do ponto de vista dos jornais que noticiaram o fato, possa dar a sensação de que os pobres, por amarem o falecido ex-monarca, permaneceram monarquistas mesmo após a Proclamação. Considero um esforço titânico e inútil tentar defender se os pobres foram unanimemente monarquistas ou republicanos, não é esse meu objetivo. O que gostaria de ressaltar é que a popularidade de Dom Pedro não exclui, necessariamente, a expansão das discussões republicanas. Notícias que vieram do jornal republicano *O País*, do monarquista *O Brasil* e do conservador *Jornal do Commercio* relataram que repartições públicas foram fechadas e várias pessoas eram vistas nas ruas trajando preto, em sinal de luto ao Imperador²².

Caso mais notável ainda foram as inúmeras missas organizadas em Salvador, com contribuição popular e de iniciativa, muitas vezes, de libertos. Retratos e bustos de Dom Pedro foram espalhados pelas missas, trazendo uma “aluvião de pobres”²³ para admirá-lo, além de símbolos militares relembrando a Guerra do Paraguai. De acordo com o *Jornal do Commercio* de 11 de dezembro de 1891, “enorme massa de libertos beijava, com lágrimas do maior sentimento, o retrato do monarca, notando-se em todos os presentes a mesma dor profundíssima”²⁴. O jornal *O Brasil* relatou que missas celebradas por libertos homenageavam Dom Pedro como “Nosso Pai” e duas bandeiras eram hasteadas, de um lado 28 de setembro de 1871, do outro, 13 de maio de 1888, relembrando as duas datas de maior importância para a Abolição. É num cenário muitas vezes de devoção e admiração pelo monarca que a propaganda republicana precisou se esquivar e encontrar caminhos para propagar as “novas” ideias.

²² FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p. 4

²³ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p. 4

²⁴ FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010, p.5.



Sobre a valorização do espaço público e do povo no processo de conformidade e aceitação da República, Maria Tereza Chaves de Mello defende semelhante ponto de vista de Boehrer ao afirmar que “a historiografia que privilegia a versão do bestializado desvaloriza o que a década de 1880 valorizou: a rua. Ou melhor: desqualificar a proclamação da República é desqualificar a política feita na rua [...]”²⁵. José Murilo de Carvalho pergunta “Era, de fato, um bestializado?”²⁶. Também é comum considerar a existência de uma elite letrada, distante e indiferente à opinião popular, como um dos aspectos do monarquismo do povo. Mas para historiadores que defendem a participação nula da população na Proclamação – Como José Murilo²⁷ – ele mesmo se contradiz em páginas depois ao dizer que durante a passagem das tropas “a parada era seguida por grupos de populares, arengados por Lopes Trovão e Patrocínio na Rua do Ouvidor”²⁸. Joaquim Felizardo, em tom bem mordaz, diz que a afirmativa de Lobo é

[...] totalmente falsa e não resiste hoje ao menor exame crítico, como de resto ocorre com outras tolices didáticas largamente difundidas. Primeiro porque sabemos que o povo não assiste bestializado senão aos movimentos que não lhe interessam o que, evidentemente, não ocorria no caso; segundo, porque o episódio da Revolta do Vintém ilustra perfeitamente a participação e a disposição do povo na época²⁹.

Eduardo Silva, numa visão mais moderada acerca do povo, define que “Percorrendo os antros da gentinha podemos perceber, contudo, que não era unânime a aclamação dos povos e que, por trás dos “bestializados”, existiam posições políticas – e éticas – muito claras”³⁰. A versão de uma suposta elite letrada indiferente também parece ser mais um pilar do argumento dos “bestializados”. “Para a nossa *intelligentsia*, a República era mais um sentimento estético que propriamente

²⁵ MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 231.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 70.

²⁷ Primeira frase do livro *A Formação das Almas*. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 9.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 52.

²⁹ FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 31.

³⁰ SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 67.



prático ou político. Era belo ser republicano, como era belo ser abolicionista”³¹ diz Leôncio Basbaum, um dos clássicos sobre o período. Esse pensamento é bastante comum nas análises sobre os movimentos intelectuais do final do século XIX. Mas, antes, deve-se olhar para os testemunhos de época através de suas expectativas frustradas: qual era o povo a quem a elite tinha esperança de encontrar no Brasil? Certamente, um povo à europeia, um burguês vitoriano ou um jacobino francês³². Em grande parte, os relatos como o de Aristides Lobo partem da esperança de encontrar no Brasil um povo que inexistia.

A experiência das conferências públicas são mais antigas que a criação do Partido Republicano. Na esteira da atuação do Clube Radical, durante a década de 1860, Sinfrônio Coutinho, ardoroso tribuno do Recife, disse que “as conferências radicais são a aurora de um regime livre que começa a aparecer nesta nação de despotismo”³³. Nabuco de Araújo, também participante do Clube, confidenciou a Buarque de Macedo o clima de instabilidade da monarquia começou antes mesmo da famosa geração de 70, diz ele que “os outros não têm mais confiança nesta ordem de coisas e pensam que a Monarquia está acabada e não há o que fazer.”³⁴. Nesta época, as conferências radicais passaram a ser bem mais expressivas em ternos de propaganda e público, como o aluguel do teatro Fênix Dramática no Rio de Janeiro em 1869, capaz de receber até 3 mil pessoas. As conferências de Silveira Mota assim como a de Carlos Bernardino de Moura reuniam um número de 2 mil espectadores³⁵ antes mesmo da fundação do Partido Republicano.

Mas foi durante a década de 1870 que a discussão acerca da república tomou as ruas num tom claramente público. É notória a atuação de tribunos famosos como Silva Jardim, Martins Júnior, Silveira Marinho, Benjamin Constant, Lopes Trovão, Luís Gama, José do Patrocínio³⁶ e José Mariano³⁷ que levaram consigo milhares de

³¹ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 231.

³² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 69.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 40.

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Radicalismo e republicanismo*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 40.

³⁵ CARVALHO. *As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 28.

³⁶ Adere a monarquia após a Abolição, mas defendeu a República por vários anos.



adeptos a escutarem acerca da Abolição e/ou da República e das suas consequências democráticas no seio do espaço público. É verdade que nem todos os tribunos eram, necessariamente, republicanos, mas contribuíram para o clima de discussão acerca dos “defeitos” do Segundo Reinado e a necessidade, urgente, de reformas. Maria da Glória Gohn examinou os comícios de Lopes Trovão em 1889 que “em favor do Partido Republicano, provocaram o afluxo de grandes massas às praças, as quais, segundo pesquisas sobre a época, reivindicavam melhoramentos urbanos”³⁸. Também Ângela de Castro Gomes diz que “Silva Jardim, ao lado de Luís Gama e Lopes Trovão, exemplifica a vertente de agitadores populares que propunham uma República com apoio e participação popular”³⁹.

Antônio da Silva Jardim, somente ele, arrastava uma multidão de 2 a 3 mil pessoas, nos quais figuravam “pretos libertos” e “operários”⁴⁰, Lopes Trovão durante a Revolta do Vintém teve 4 mil (ou 8 mil⁴¹), José Mariano no Recife de 3 mil⁴² a 10 mil⁴³, e no Ceará 8 mil, em situações as mais diversas possíveis, utilizadas com sucesso contra a monarquia, símbolo do atraso. Em um trecho de Lopes Trovão, transcrito por Joaquim Felizardo, ele brada “Dizei ao Imperador que enquanto eu estiver à testa da multidão, como seu diretor, me esforçarei para demonstrar-lhe que a soberania nacional reside no povo e não na Coroa”⁴⁴. Para Basbaum, a propaganda de Silva Jardim atinge uma atitude “realmente catequizadora e militante”⁴⁵. E ainda continua, páginas depois,

Silva Jardim dedicou grande parte de sua atividade, como maior propagandista da República, entre as camadas mais pobres da população, especialmente os empregados no comércio. Ele fazia parte desse grupo mais

³⁷ José Mariano, tribuno do Recife, era um dos líderes locais do Partido Liberal. Entretanto, sua relação estreita com os republicanos pernambucanos, sua defesa das ideias populares, o abolicionismo entre outras características, torna-o personagem relevante nesse aspecto.

³⁸ GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola, São Paulo, 1995, p. 57.

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 43.

⁴⁰ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanismo Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2. p. 203.

⁴¹ FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 32.

⁴² MELLO, Maria Teresa Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007, p. 22-27.

⁴³ HOFFNAGEL, Marc Jay. *From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana University, PHD, 1975, p. 100.

⁴⁴ TROVÃO apud FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 31.

⁴⁵ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 246.



radical que sente os anseios das massas e procura ligar-se a elas e trabalhar em função do interesse delas. Silva Jardim, como republicano, era também um líder social⁴⁶.

Há ainda outros propagandistas que, nas análises dos historiadores, não aparecem com tanta frequência, mas que significaram bastante para seus contemporâneos, como Rangel Pestana, Francisco Glicério, Barata Ribeiro, Alexandre Stockler, Monteiro Manso, Gualter Martins e José Rabello, que figuraram na Galeria Republicana do jornal *O Mequetrefe* como os de maior relevância para a propagação da ideia republicana. Os dois últimos, ressaltou o jornal, eram admirados por terem devolvido seus títulos de nobreza ao Imperador, para lutarem pela propaganda republicana⁴⁷.

Sabemos, entretanto, que a Primeira República esteve longe de representar um governo popular. Não é esse o caso. Mas em considerar, ao menos, uma interpretação mais complexa e abrangente do movimento republicano da segunda metade do século XIX, que foi muito mais participativa do que a historiografia tradicional – fruto da Revolução de 1930 principalmente – sacralizou na memória brasileira. A “apatia” do povo é, pois, um fato historiográfico⁴⁸. Sidney Chalhoub, analisando o Golpe do 15 de novembro, diz que

Na verdade, talvez seja possível sugerir que um dos sentidos da proclamação da República foi tentar por um dique e anular, ou pelo menos disciplinar, a influência cada vez mais decisiva que as agitações nas ruas da corte estavam a desempenhar nos rumos que tomavam os conflitos no interior da classe dominante⁴⁹.

O poder popular usurpado pelos militares – sem agitação civil, por meio de um acordo – é que foi, para alguns historiadores⁵⁰, o motivo da bestialização. Aristides Lobo, um republicano notável que defendeu a instauração da República por vias

⁴⁶ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 261.

⁴⁷ LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “*O dia de amanhã*”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *Revista História* (São Paulo), Vol. 30, Nº2, 2011, p. 254.

⁴⁸ OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *A propaganda republicana como ação política* – apontamentos para a história da República, Campos Porto (1890). Anais do XXI Encontro Estadual de História. ANPUH-SP, Campinas, 2012.

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras*. Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988, p. 86.

⁵⁰ Principalmente George Boehrer e Maria Tereza Chaves de Mello.



populares, estava ele mesmo atônito, incrédulo. Apesar de sua participação nas reuniões conspiratórias ao lado de Quintino Bocaiúva, esperava-se que o levante fosse concretizado nos dias 16 e 17 de novembro, a tempo de organizar o Partido Republicano e o povo. “Bocaiúva foi o único chefe que participou diretamente do levante militar”⁵¹. Na sua opinião áspera contra os republicanos “pacíficos” durante reunião do Partido Republicano do Rio⁵², propunha que “o partido republicano dê um solene testemunho de sua firmeza, declarando que se acha em formal antagonismo com esta [apoio aos liberais] e qualquer outra situação monárquica que inaugure o país”⁵³. O golpe de 1889 pode ser visto, dentro da esfera republicana, como um contragolpe aos setores mais radicais dos Partidos, ou nas palavras de Renato Lemos, uma contrarrevolução preventiva⁵⁴ até mesmo contra a onda reformista na monarquia.

Paralelamente à orientação liberal do Partido Republicano de Quintino Bocaiúva existia outra “agremiação” de republicanos que pretendia instaurar uma Ditadura Republicana de inspiração positivista. Silva Jardim, o maior propagandista deste grupo, além do PRRS, PRPE, setores positivistas do Rio Grande do Norte, São Paulo, Ceará, Maranhão e Pará, o Apostolado Positivista, as Escolas Militares, as Escolas Normais e as Faculdades de Direito possuíam adeptos a essa corrente antiliberal. Para esses positivistas a continuação, na República, da mesma estrutura política do Império seria uma mera troca de regime, sem transformação social. Por isso, homens como Aníbal Falcão (Pernambuco), Pereira Barreto (São Paulo), Lauro Sodré (Pará), Júlio de Castilhos (Rio Grande do Sul), entre outros, defendiam o regime de governo orientado com os pensamentos do Grande Mestre, Augusto Comte. Para eles o executivo liderado pelo Ditador seria, necessariamente, aclamado pelo povo, com o poder legislativo quase extinto, com inclusão do proletariado à nova ordem. Defendiam não apenas a Abolição, mas também a reserva de mercado ao liberto, sendo contrários à imigração. Pautas como o regime de trabalho por 8h, férias, descanso semanal obrigatório, educação primária universal e gratuita, entre

⁵¹ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p.286.

⁵² Ao longo do texto irei abreviar o nome dos partidos republicanos com a sigla da província. Desta forma, o Partido Republicano do Rio de Janeiro será chamado de PRRJ, assim como os outros.

⁵³ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 52. Jornal A República de 21 de março de 1878.

⁵⁴ LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 432.



outros aspectos, são planos políticos deste grupo que foi vencido pelo Quinze de Novembro⁵⁵.

Até mesmo em relação ao Clube Militar, fundado em 1887, pode-se ter a mesma leitura. Marechal Deodoro foi, também, da ala mais moderada e pacífica no seio do exército, contrariando as expectativas da “mocidade militar” que, como os propagandistas, acreditavam numa revolução mais ativa. Deodoro, escrevendo ao seu sobrinho Clodoaldo em 1888, aluno da Escola Militar de Porto Alegre, demonstrou claramente sua posição

República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. Quem quer República, quer que o Brasil seja dos Gaspares, Cotegipe, Paulino de Sousa, etc. Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para “republicanos”. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela. Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil e desgraça completa é a mesma coisa; os brasileiros nunca se prepararão para isso, porque sempre lhe faltarão educação e respeito para isso⁵⁶.

Não analisaremos a premonição de alguns aspectos da história da república brasileira baseadas nesse testemunho, mas ressaltar que este mesmo homem que tinha aversão à República será tido como o grande proclamador dela. De todos os lados, a ideia de que o Golpe de 1889 foi um freio, uma contramedida, parece indicar que, mesmo nas entrelinhas, havia um movimento republicano e abolicionista que fervilhava nas camadas mais pobres da população. Mesmo tendo analisado o processo de construção da cidadania no período após a Proclamação, José Murilo de Carvalho assume essa posição ao falar de Silva Jardim

Foi-lhe até ocultada a data da revolta e ele dela participou por acaso. Mas o fez dentro de sua especialidade: Benjamin Constant, temeroso de que falhasse o golpe, pedira a Aníbal Falcão, amigo de Silva Jardim, que agitasse o povo. Nisso apareceu Silva Jardim, que de bom grado cumpriu a tarefa, liderando o coro da Marselhesa pelas ruas. Todavia, logo após a proclamação, foi sistematicamente boicotado⁵⁷.

⁵⁵ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁵⁶ CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 41-42.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 46-47.



A carta de Lobo, pois, tem um forte teor biográfico, demonstrando a decepção em ter retirado de si o sonho da República, encabeçada quase na íntegra pelos militares moderados. De acordo com Basbaum, Aristides Lobo era “o chefe da ala radical do Partido”⁵⁸. Afirmou, no Diário Popular em março de 1889, que a maioria do Partido acreditava nas vias revolucionárias⁵⁹. O que também se pode acrescentar a uma interpretação mais abrangente da fala de Aristides Lobo é a de que a ligação do Partido com os militares parecia ser – na visão dos correligionários – o único meio para se alcançar a República e evitar o destino pérfido nas mãos do Terceiro Reinado. Mas isso não significa, necessariamente, esperança, mas no caso de Lobo, resignação. “Inclinavam-se para Silva Jardim, isto é, eram revolucionários, embora nem sempre o manifestassem abertamente: Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Lúcio de Mendonça e até mesmo Glicério, o republicano mais político de São Paulo.”⁶⁰

A (r) evolução republicana

O golpe da madrugada foi um balde de água fria nos sonhos republicanos. Desta forma, a afirmação de José Murilo de Carvalho torna-se compreensível, pois “a afirmação da inexistência do povo político, de apatia total da população era claramente exagerada”⁶¹. Em 14 de julho de 1889, centenário da Revolução Francesa, foi marcada uma grande comemoração em frente ao Clube Tiradentes, no Rio de Janeiro. Os vivas à República foram ouvidas por toda São Cristóvão, o que acabou por terminar em confronto, tendo os jovens militares defendidos os civis à bala, ao que conclui Celso Castro que a “mocidade militar permanecia, portanto, no terreno da radicalização”⁶².

⁵⁸ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 246.

⁵⁹ A polêmica entre evolucionismo e revolução política foi um dos aspectos de discussão interna do Partido, que levou a ruptura de vários correligionários em maio de 1889. BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 237.

⁶⁰ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 260.

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 70.

⁶² CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 50.



Silva Jardim, o mais radical de todos os republicanos, sofreu um atentado em meio a sua conferência na Sociedade Francesa de Ginástica em 30 de dezembro de 1888, e só soube do golpe por meio de um mensageiro durante um jantar com amigos na noite de 14 de novembro. De acordo como Basbaum, o republicanismo no Brasil teve diversas correntes, assim que “uns eram do tipo revolucionário, como Silva Jardim, o qual apoiado por alguns elementos isolados do Rio e pelos republicanos de Pernambuco, pregava um movimento armado do povo”⁶³. Este, inimigo declarado publicamente de Quintino Bocaiúva⁶⁴ – conspirador do Golpe – era o líder de uma das duas linhas do pensamento republicano do Brasil em 1889⁶⁵. De acordo com George Boehrer

A questão entre os dois representantes de duas escolas de convicção tornou-se depois [Do evento de 30 de dezembro de 1888] mais complicada, quando Silva Jardim, advogando abertamente uma revolução popular, recusou-se a apoiar uma revolta militar. Bocaiúva, que não desejava fomentar uma revolução civil, consentia em receber o apoio dos militares⁶⁶.

Tamanha era a oposição entre a forma de república pensada por Silva Jardim e seus adeptos – especialmente o PR-PE e o PR-PA⁶⁷, mas em escala semelhante o PR-RS – e a de Quintino Bocaiúva, que após a eleição deste último para a presidência do Partido Republicano Brasileiro⁶⁸ e o repúdio pronunciado por Aníbal Falcão em *A Gazeta de Notícias* em 24 de maio de 1889. Antônio da Silva Jardim anunciou em seu manifesto de 28 de maio daquele ano que o ditador aclamado pelo povo deveria ser “o delegado representativo da Pátria, síntese de Liberdade – e, pois Governo, na combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: Poder e Povo –

⁶³ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 260.

⁶⁴ Quintino Bocaiúva ainda se opôs aos comícios de Lopes Trovão.

⁶⁵ Leôncio Basbaum considera, também, a eleição de Quintino Bocaiúva para a presidência do partido em 1889 como uma vitória do lado moderador. BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro : Livraria São José, 1957, p. 259.

⁶⁶ Ver nota de rodapé em BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 199. Entre colchetes nosso.

⁶⁷ LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 418.

⁶⁸ A unificação dos partidos republicanos em torno do Partido Republicano Brasileiro foi instituída após o Congresso Nacional de 1887. No manifesto expedido pelo evento, os artigos 8 e 9 garantem a autonomia, independência e liberdade das províncias, o que resultou numa fraca associação, a qual mal podemos chamar de um partido nacional.



Programa verdadeiro e prático do Partido Republicano”⁶⁹, demonstrando a influencia de setores conservadores no movimento, do qual Bocaiúva conspirava para deter a “agitação republicana”. Este último, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, “insiste mesmo em que não se deve de modo algum recorrer à violência para chegar à meta desejada, e condena a imprudência dos que erguem vivas à República”⁷⁰.

O rompimento do setor radical com o Partido teve adeptos também no Rio Grande do Norte, notadamente na figura de José Leitão. Para assegurar as vias concretas da teoria comtiana do Ditador Republicano, Silva Jardim, juntamente com Aníbal Falcão, tramaram um golpe conjunto com o Exército em 1888, malgrado pela morte de Sena Madureira⁷¹. Entretanto, o número de dissidentes que acompanharam Silva Jardim diminuiu no decorrer de 1889. Renato Lemos, ao dissociar as duas linhas de pensamento republicano no Brasil, ressalta que “dessa maneira, descartava-se a vertente francesa do republicanismo, que privilegiava a participação popular na direção política”⁷², preferindo-se, portanto, pela vertente norte-americana. O PR-CE, numa linha ainda mais distinta do resto do país, foi a única província onde a vertente unitarista realmente se impôs⁷³. O que faz do Golpe de 89, para seus contemporâneos, uma vitória de apenas *uma* das visões.

O dia de 15 de novembro de 1889 pode ser muito pouco revivido pelos historiadores. Principalmente porque se empenharam em modificá-lo ao bel prazer quase todas as correntes republicanas que brigavam em nome da memória da nação⁷⁴. A clara exclusão do elemento civil na Proclamação, só avisados do Golpe quatro dias antes – e por razões de legitimação do ato, não por participação ativa – reafirma a ideia de um contragolpe. José Murilo de Carvalho comenta, em *A Formação das Almas*

⁶⁹ SILVA JARDIM apud BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 208.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 303.

⁷¹ BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. 283. Houve outra tentativa de golpe, um ano antes, encabeçada por Quintino Bocaiúva, também sem efeito.

⁷² LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 418.

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 313.

⁷⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.



Havia os que discordavam da alternativa, seja por defenderem a implantação da república pela via revolucionária, pela revolta popular, caso de Silva Jardim, seja por desejarem uma revolução pacífica, como Américo Brasiliense, Bernardino de Campos, Saldanha Marinho e talvez a maioria dos republicanos paulistas. É sintomático o fato de que nem Silva Jardim nem Saldanha Marinho tenham sido postos a par da conspiração.⁷⁵

Há ainda clivagens dentro do grupo radical que vai desde os positivistas religiosos (ortodoxos, adeptos da Religião da Humanidade ou, em sua vertente política, da Ditadura Positivista)⁷⁶ aos socialistas utópicos. Não entrarei aqui na briga de tubarões que tentam ora defender ou combater o argumento do início do socialismo no Brasil através do movimento republicano do século XIX. Este tópico tem sua própria historiografia que foge ao escopo deste trabalho. O que gostaríamos de pontuar sobre essa questão é que, independente de terem existido ou não socialistas (no sentido marxista ou utópico) nas fileiras republicanas do Segundo Reinado, a elevação das “questões operárias” em torno da defesa da república foram substanciais para o processo de propagação dos ideais republicanos e na defesa da queda do regime. Maria Fernanda Lombardi Fernandes⁷⁷, assim como Eliane Superti⁷⁸, já apresentaram a forte influência do pensamento trabalhista para o positivismo brasileiro e em como o socialismo estava presente nos ataques proferidos por estes. Estes estudos têm demonstrado, apesar de partir da ótica do positivismo, que havia conhecimento e discussão sobre o socialismo no Brasil durante a propaganda republicana. Além disso, aponta para mais de uma vertente trabalhista nos projetos republicanos. Como no jornal *O Futuro*, em 3 de dezembro de 1872 ao afirmar que para a consagração das ideais socialistas no Brasil era preciso a instauração da República⁷⁹. O jornal *O Socialista*, também republicano, teve contribuições de renomados propagandistas como José do Patrocínio, Lopes Trovão,

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 49.

⁷⁶ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁷⁷ FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.

⁷⁸ SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.

⁷⁹ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2, p. 198-9.



Bento Cortez e Júlio Gama⁸⁰. O que desejo argumentar com isto é que havia, pelo menos, uma gama ampla de republicanos que viu no povo a possibilidade de um novo país e que estas parcelas foram, se não todas, majoritariamente boicotadas pelo Golpe.

Indiferença?

A historiografia tem analisado forçosamente a expressão de Aristides Lobo como uma “prova” da não-participação popular no processo de instauração da República. A consequência deste argumento seria a defesa da adesão monarquista da sociedade civil. Bestializados estavam todos os que não participaram da conspiração secreta: Conservadores, Liberais, Republicanos radicais e a gente pobre. Também não sejamos ingênuos em dizer que houve uma guerra civil. A República veio pacificamente, mas *não* indiferentemente. Análises de resistências monarquistas, como a de Maria Janotti⁸¹, demonstram que a república nem foi feita sobre um povo monarquista, nem foi consentida por todos. Mas, para historiadores pró-bestializados, argumentos de que a tradição monárquica do Brasil fazia do povo monarquista pode ser vista em argumentos como o de Leôncio Basbaum, que, *sem analisar qualquer fonte*, chega à seguinte conclusão:

A realidade, entretanto, é que, pelo menos no Brasil, a tradição monárquica era maior e mais integrada na alma popular que a República. Essa tradição monárquica tinha pelo menos quatrocentos anos [...] Aliás, a República nem mesmo poderia ser indicada como forma ideal de governo para o nosso país [...] uma massa popular desorganizada e sem consciência social e sem participação política, o regime monárquico parecia o mais indicado⁸².

José Luso Torres, nascido no Maranhão, testemunhou o fuzilamento de alguns libertos desarmados em São Luís, convencidos que estavam de que sua libertação

⁸⁰ LEONÍDIO, Adalmir. *O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República*. Revista Diálogos, Vol. 11, Nº1-2, p. 201.

⁸¹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

⁸² BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 283.



viera do Trono, foram chamados de “as vítimas do Major Tavares”. Também os jornais *A Província* no Recife assim como o jornal *Itatiaia* no Rio de Janeiro, relatam ex-escravos que se recusaram a trabalhar para fazendeiros republicanos⁸³. A Província da Bahia declarou que “não adere ao movimento ilegal e tumultuário, imposto pela força e, ao que parece, aceito pelo terror”⁸⁴. A cidade de Desterro, atual Florianópolis, também teve grupos de resistência. Não foram raros os jornais que testemunharam reações diferentes da Proclamação. O jornal *O Dia*, na edição de 15 de novembro, bradou com escárnio que “O morto não deixa saudades [...] chegou o dia da justiça do povo”⁸⁵. *A Gazeta de Notícias*⁸⁶ assim se pronunciou

As festas à República e as manifestações ao governo surgem de toda a parte. Quem primeiro se manifestou foi a mocidade acadêmica, organizando nesta cidade [Rio de Janeiro] um grande batalhão de estudantes e pernoitando no quartel-general, onde faziam exercício, com entusiasmo e inteligência, marchando com elegância pelas ruas da cidade e recebendo aplausos do povo [...] Todas as classes sociais, enfim, mostram-se satisfeitas com o novo estado de cousas [...]⁸⁷

E ainda se expressa sobre a população, afirmando que “o espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notava em todos os olhares, em todas as fisionomias”⁸⁸. O relato parece ser entusiástico demais. Certamente não foram todas as classes que aceitaram felizes a República, mas é curioso notar como testemunhos diferentes traçam reações diversas por parte da população. Por que uma estaria mais certa que outra? M. César de Barros, ao falar do trabalho voluntário de Manuel Campos Porto⁸⁹, no prefácio do livro *Apontamentos para a História da República dos*

⁸³ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, p. 10-12.

⁸⁴ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 200.

⁸⁵ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 67-68.

⁸⁶ Marialba Barbosa, citada por Camila Silva, considera a *Gazeta de Notícias* um jornal “barato, popular e fácil de fazer”. BARBOSA apud SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 183.

⁸⁷ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 146.

⁸⁸ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 186.

⁸⁹ Manuel Ernesto Campos Porto foi um propagandista republicano que reuniu voluntariamente artigos de jornais de todas as partes do Brasil 1889, sobre a Proclamação da República. O livro, certamente, tem uma vertente fanática em relação ao novo regime. Mas o autor buscou (na concepção



Estados Unidos do Brasil, confidencia em 31 de dezembro de 1889: “Estou, porém, satisfeito, sim; tão animado como qualquer daqueles que mais se nobilitaram no honroso empenho de criar uma pátria livre e digna dos nossos maiores sacrifícios!”⁹⁰

Já o *Diário de Notícias*, na edição do dia 16 de novembro, afirmou que “o ministério foi deposto por intimidação do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, e os gritos de viva a república ecoaram durante o dia na cidade inteira”⁹¹, o jornal *Novidades* – de tendência conservadora – fez semelhante relato no mesmo dia ao dizer que “O exército libertador percorreu as ruas da capital por entre ovações”⁹². Outro testemunho apaixonado vem do jornal *O País*, em 15 de novembro de 1889

Sonho de poeta, utopia de demagogo, frase de tribuno sequioso de popularidade, recurso de jornalista baldo de assunto, a República aí está firmada, solene, imponente, no meio dos aplausos de uma população que se embriaga no delírio da posse de sua liberdade, por entre o ruído do desfilar da tropa, que garante um direito [...] o povo invade as ruas e ri, aplaude, e, entre flores e ruidosas expansões de prazer, saúda o imponente movimento, calmo e sorridente, como um noivado⁹³.

Inclusive no jornal abertamente monarquista, *Tribuna Liberal*, em 17 de novembro de 1889 afirmou que “A espaços bandas de música tocavam a *Marselhesa* e vivas sediciosos da população cortavam o espaço.”⁹⁴ Dois dias depois, ainda ressaltava que “Os vivas da população que tripudia sobre os despojos do Império ainda ecoam em todos os lares de modo sinistro.”⁹⁵. Nas províncias – onde pela proximidade dos fatos pouco se podia saber do que tinha acontecido dias antes no Rio – o clima relatado por alguns jornais parece se repetir. O jornal *A Província de São Paulo*, em edição do dia 16 de novembro

de época de imparcialidade científica) inventariar artigos tanto de jornais entusiastas pela república, assim como outros conservadores e monarquistas.

⁹⁰ BARROS apud PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 54.

⁹¹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 79.

⁹² PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 87.

⁹³ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p.104-107.

⁹⁴ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 194. Neste mesmo artigo do jornal defende-se a ideia de que a população estava triste com o novo regime, mas se contradiz com a passagem acima logo depois.

⁹⁵ SILVA, Camila de Freitas. *O 15 de novembro na imprensa carioca*. Revista AEDOS, Nº8, Vol.3, 2011, p. 195. Neste artigo o jornal posiciona-se – de maneira preconceituosa, creio – que a “população” iria aplaudir qualquer regime deposto.



Era imponente o aspecto geral do largo do Palácio naquele momento. O povo atulhava literalmente todas as imediações e ruas próximas; as casas do largo tinham gente em todas as janelas e até nos telhados. Fervorosas aclamações eram levantadas pelas massas populares, saudando a bandeira republicana, que a essa hora fora desfraldada no alto do edifício do governo, enquanto uma banda militar, postada no recinto do jardim, tocava a Marselhesa⁹⁶.

Relatado também por um jornal italiano ao ser dito que “grande massa di popolo l’accompagnava, acclamando entusiasticamente la commissione, la Repubblica”⁹⁷. Um relato semelhante foi enviado por correspondência ao *Diário de Notícias* em Minas Gerais ao dizer que “a mocidade acadêmica, confraternizada com os cidadãos, percorreu as ruas, saudando a proclamação da República e os chefes eméritos do partido que, na província, se esforçaram pelo triunfo da ideia”⁹⁸. No Pará a carta assinada por Justo Leite Chermont, José Maria do Nascimento e Bento José Fernandes Júnior testemunhou a mesma iniciativa de jogar flores

O povo da capital conservou-se em inquietadora curiosidade e procurava a todo momento o palácio do governo provisório para saber notícias. [...] O presidente, depois de proclamar a república por três vezes, deu vivas do estilo, sendo grandemente correspondido pelo povo e atiradas rosas desfolhadas [...] ⁹⁹

E ainda no Mato Grosso, Antônio Maria Coelho testemunhou relatos de participação popular

A cidade de Corumbá, de onde temos maior número de cartas, e circunstanciadas, ficou desde logo em festa e à noite fizeram-se passeatas, organizadas pelas praças ali destacadas, tomando parte o povo, em grande

⁹⁶ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 169.

⁹⁷ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 172.

⁹⁸ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 174.

⁹⁹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 218.



massa, que saudava, ao som da Marselhesa, o ínclito Marechal Deodoro, o exército, a armada e o governo provisório¹⁰⁰.

Mesmo na Bahia, que não aderiu ao Golpe, conta-se que “o povo aglomerou as portas dos jornais pedindo notícias” e “Conhecido o telegrama [De Deodoro sobre o governo provisório], afluiu grande massa de cidadãos, sem distinção de cor política, ao palácio da presidência”¹⁰¹. Do Jornal *O Globo*, do Maranhão, uma simples frase¹⁰², profundamente significativa “Somos um povo!”¹⁰³. O fotógrafo Augusto Malta, transcrito por José Murilo disse que

Um grupo pequeno, mas entusiasta de empregados do comércio [...] confeccionou rapidamente, para uso próprio, outra bandeira, copiada da do Clube Lopes Trovão. Cada um deu cinco mil réis, compraram o material, fizeram a bandeira e desfilaram à tarde pela rua do Ouvidor, contornando o Largo do Paço e dando vivas à República¹⁰⁴.

Expressões semelhantes são lidas no Peru: “A proclamação da república no Brasil não é só uma obra devida ao exército e à armada, como se afirma, mas também da opinião quase unânime das massas populares, que por fim, explodiu”¹⁰⁵. O jornal *La España* do Uruguai também dá conta “pelos telegramas que diariamente recebemos, vemos que todas as províncias aderem à nova ordem de cousas e que o governo republicano é objeto das mais entusiásticas e populares manifestações”¹⁰⁶.

É muito provável que boa parte dessa paixão popular demonstrada nos jornais republicanos (tradicionais ou adesistas) seja exagerada em relação ao entusiasmo pelo novo regime, mas pode estar ligada ao clima de renovação e às festividades públicas. Não podemos, contudo, adivinhar quem foi ou deixou de ser sincero em sua

¹⁰⁰ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 223.

¹⁰¹ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 197.

¹⁰² Durante o século XIX o par antônimo Súditos-Monarquia VS. Povo-República foi utilizado pelos propagandistas para incitar a população.

¹⁰³ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 216.

¹⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 112.

¹⁰⁵ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 234.

¹⁰⁶ PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890], p. 241.



emoção. Mas indícios tendem a demonstrar que havia uma parcela da população que estava participando do processo de excitação que tomava o Império. Silva Jardim, buscando uma letra brasileira que fosse incorporada a canção-hino Marselhesa, fez um concurso público para a escolha do compositor. Sabemos pelas memórias de Medeiros e Albuquerque¹⁰⁷ que o vencedor foi um simples farmacêutico chamado Ernesto de Sousa, mas a música nunca foi tocada devido à República em 15 de novembro.

É claro que boa parte dos jornais que sobreviveram até nós é de caráter republicano, fruto de uma ação deliberada da nova ordem que teve a intenção de consolidar o regime por meio da eliminação de grande parte dos testemunhos monarquistas espontâneos, mas esses relatos não excluem uma posição mais aberta do historiador, que deve levar em consideração uma pluralidade de testemunhos que nos permite, no mínimo, duvidar de uma versão simplista como a indiferença popular. O que é certo é que durante os últimos vinte anos do Império a ideia de República pareceu cada vez mais aceitável para uma população apaixonada pelo seu monarca. Desta forma, concluímos argumentando que a visão de um povo bestializado, indiferente aos rumos políticos do país parece ser mais um fato historiográfico, uma manobra deliberada de esquecimento, que escondeu o ambiente fervilhante da propaganda republicana da segunda metade do século XIX que uma “verdade” histórica.

Referências

ABREU, Martha Campos. MARZANO, Andrea Barbosa. *Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.120-150.

_____. DANTAS, Carolina Vianna. *Música Popular, folclore e nação no Brasil (1890-1920)*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.123-152.

¹⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo : Cia das Letras, 1990, p. 124.



ALONSO, Ângela. Apropriação de Ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 83-118.

_____. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *Belicosas Palavras: o jornalismo político de David Caldas entre 1868 e 1875*. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural, 2012.

AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. *Visões republicanas: um estudo panorâmico da pedagogia conceitual da República Brasileira*. Anais da XIII ANPUH: Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, Silvana Mota. *Panfletos vendidos como canela: anotações em torno do debate político nos anos 1860*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 153-184.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República: das origens até 1889*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX & SIRINELLI (orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. PP.349-368.

BOEHRER, George. *Da monarquia à República: a história do partido republicano do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. SILVA, Hélio. *História da República Brasileira: nasce a República*. Volume 1. São Paulo: Editora Três, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P.17-42.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Os três povos da República*. Revista da USP, São Paulo, Nº59, P.96-115, 2003.

_____. Radicalismo e republicanism. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.19-48.

_____. *República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891*. Revista Varia História, Belo Horizonte, vol.27, nº45. P.141-157, 2011.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CAVALCANTI, Carlos Manoel de Hollanda. *Angelo Agostini e seu "Zé Caipora" entre a Corte e a República*. Revista História, imagem e narrativas. Nº 3, ano 2, setembro/2006.



- CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, libertos e republicanos na Cidade do Rio*. Revista Brasileira de História, São Paulo. Vol.8, nº16, 1988. P.83-105.
- FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Nos funerais de D. Pedro II: batalhas e incertezas na escrita da memória e da história da monarquia*. Anais do XIV encontro regional da ANPUH-Rio, 2010.
- FELIZARDO, Joaquim. *História nova da República Velha: do manifesto de 1870 à Revolução de 1930*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, 27, pp.181-195, nov. 2006.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *A esperança e o desencanto: Silva Jardim e a República*. São Paulo, Humanitas, 2008.
- FERRARI, Pedro Felipe Marques Gomes. Com quantos passos se faz uma República: Proclamações e apropriações urbanas do Rio de Janeiro. *Revista Especialidades*, Vol.4, Nº3, 2011.
- FIGUEIREDO, Marcelo. Transição do Brasil Império à República Velha. *Revista Iberoamericana de filosofía, política y humanidades*. Año 13, nº26, 2011. Araucaria. P.119-145.
- FONSECA, Celia Freire A. L'idée républicaine au Brésil. In : *Annales historiques de la Révolution française*. Nº298, 1994. P.715-726.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Dois volumes. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. Edições Loyola, São Paulo, 1995.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HOFFNAGEL, Marc Jay. Tensões e conflitos na consolidação da República em Pernambuco. *Revista CLIO*, Vol. 28.2, 2010.
- _____. *From monarchy to republic in northeast Brazil: the case of Pernambuco, 1868-1895*. Indiana University, PHD, 1975.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume VII: O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- LARA, Silva Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.
- LEAL, Ana Regina Barros Rego. *Imprensa Piauiense e os Ideais Republicanos: a atuação do jornalista David Moreira Caldas no Piauí*. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.



- LEITE, Fábio Carvalho. *1891: A construção da matriz político-institucional da República no Brasil*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e Teoria do Estado. PUC-Rio, 2003.
- LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.401-444.
- LEONÍDIO, Adalmir. O “Republicanism Social” no Brasil na passagem do Império à República. *Revista Diálogos*, Vol. 11, Nº1-2, PP.193-213.
- LOPES, Aristeu Elisandro Machado. “O dia de amanhã”: A República nas páginas do periódico ilustrado *O Mequetrefe*, 1875-1889. *Revista História* (São Paulo), Vol. 30, Nº2, 2011. P.239-265.
- LOPEZ, Adriana. MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando Política e Cultura no Início da República: Existe uma Cultura Política Carioca? In: SOIHET, Rachel et al. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, P.285-303.
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MASSAÚ, Guilherme Camargo. A República como oposição à monarquia. *Revista da SJRJ*: Rio de Janeiro. Nº 27. P.245-262, 2010.
- MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P.349-392.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A modernidade republicana*. Revista Tempo, 26, 2008. P.15-31.
- _____. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
- MOURA, Denise A. Soares de. *Escravidão, cidadania e direitos nos oitocentos*. Anais do XXIII Encontro Nacional da ANPUH, Londrina, 2005.
- OLIVEIRA, Fayga Marcielle Madeira de. *A propaganda republicana como ação política – apontamentos para a história da República, Campos Porto (1890)*. Anais do XXI Encontro Estadual de História. ANPUH-SP, Campinas, setembro 2012.
- _____. *O discurso como ação: Apontamentos em torno do projeto republicano no Brasil*. Monografia, INHIS-UFU, 2011.
- OLIVEIRA, Hilton César de. O debate historiográfico sobre o movimento republicano no Brasil. In: *Revista E-Hum*: Belo Horizonte, vol.3, nº 1, 2010.



- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *Revista Estudos Avançados* 13, Nº 35, 1999.
- PEREIRA, Luisa Rauter. O conceito político de povo no período regencial brasileiro. *Revista de História Social y de las Mentalidades*. Vol 15, Nº1, 2011. P.95-124.
- _____. *Uma História do conceito político de povo no Brasil*. Anais do XXVI simpósio nacional de História da ANPUH, 2011.
- PORTO, Manuel Ernesto Campos. *Apontamentos para a história da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990 [1890].
- QUEIROZ, Suely Robles de. *Os Radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- RAMOS, Igor Guedes. JOANILHO, André Luiz. *A historiografia dos vencidos da Primeira República: uma análise historiográfica e conceitual*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- REAL, Victor Kraide Cortes. *Propaganda republicana: estratégias de comunicação política contra a monarquia brasileira*. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2004.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A radicalização dos exaltados em questão: jornais e panfletos de 1831 a 1834*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História. ANPUH-Fortaleza, 2009.
- _____. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. *Revista Tempo*, 2008.
- RIBEIRO, Pedro Krause. *Jornais de Zé Povinho: os usos do personagem de Bordalo Pinheiro nos periódicos do século XIX e XX*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.
- _____. *O “povo” na retórica da charge: Zé Povinho e Zé povo na Imprensa Luso-Brasileira (1875-1907)*. Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem, 2009.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2º edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Camila de Freitas. O 15 de novembro na imprensa carioca. *Revista AEDOS*, Nº8, Vol.3, 2011.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUPERTI, Eliane. *Da incorporação do proletário ao direito do trabalho: um estudo sobre o projeto positivista de organização das relações de trabalho no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar, 2004.
- TAVARES, A. de LYRA. *Aristides Lobo e a República*. Rio de Janeiro: vol. 205 Coleção Documentos Brasileiros, 1987.



TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Representações dos populares nas revistas ilustradas*. Anais do XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-Rio, 2008.

VILLA, Marco Antônio. *O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997.

VIOTTI, Emília. *Da monarquia à república*. São Paulo: UNESP, 2010.

XAVIER, Leopoldo Bibiano. *Revivendo o Brasil-Império: coletânea*. São Paulo: Artpress, 1991.



Los Movimientos indígenas y la reconfiguración de los Estado/ nación Latinoamericanos

Mauricio Alejandro Diaz Uribe¹

RESUMEN: La intención de este artículo es problematizar el caso de los nuevos movimientos sociales especialmente el caso étnico en el marco de relaciones socio históricas coloniales entre el Estado/Sociedad en permanente tensión y reinvención en el continente latinoamericano. Al tomar elementos teóricos provenientes de la nueva historia política, se analizara conceptos y categorías tales como Nación, Territorio e identidad. Señalaremos el caso concreto de los movimientos indígenas y sus modos de organización que emergen en el continente latinoamericano, principalmente en la década de los 70 y 80, haciendo hincapié en el caso colombiano, para discutir algunos procesos de reconfiguración de la relación identidad étnica /nación, como la politización de la diferencia, la lucha y defensa por el lugar o territorio y la reinvención de una identidad étnica positiva, esto en el contexto de un Estado Multicultural.

Palabras clave: Nación; Identidades, Movimientos indígenas.

RESUMO: A intenção deste artigo é problematizar o caso dos novos movimentos sociais especialmente o caso étnico, no marco de relações sociais históricas coloniais entre o Estado/Sociedade em permanente tensão e reinvenção no continente latino-americano. Assinalaremos o caso concreto dos movimentos indígenas e seus modos de organização que emergem no continente latino-americano, principalmente na década dos anos 70 e 80, fazendo ênfase no caso colombiano, para discutir alguns processos de reconfiguração da relação identidade étnica /nação, como a politização da diferença, a luta e defesa pelo lugar ou território e a reinvenção de uma identidade étnica positiva isto no contexto de um Estado Multicultural.

Palavras-chave: Nação; Identidades; Movimentos indígenas.

Desde una perspectiva general se puede distinguir dos modelos teóricos sobre la identidad: Esencialista y constructivista. El primero asume que hay un contenido

¹Doutorando em História e Políticas Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/Brasil. Contato: madiazul@gmail.com.



esencial e intrínseco en toda identidad y está definida por un origen común o por una estructura habitual de experiencia. Por el contrario el segundo modelo sostiene que toda identidad es construida históricamente, es relacional, contingente y situacional, incompleta, fracturada, nunca está definida completamente, siempre está en proceso².

La perspectiva constructivista de la identidad, constituye una de las herramientas centrales en la investigación sobre movimientos indígenas en Colombia y Latinoamérica. La emergencia de esta visión de la identidad se ha dado gracias a diversos corrientes de pensamiento que han criticado una mirada esencialista de la categoría, naturalizándola. Aquí es importante mencionar los trabajos de Foucault sobre la construcción del sujeto³. A partir de un análisis crítico desde el marxismo, el psicoanálisis, el posestructuralismo y el impacto de los estudios postcoloniales que pusieron en cuestión la autoridad y la forma de producción de conocimiento de occidente.

Foucault elabora una genealogía del sujeto moderno trazando su construcción a través de la historia. Para el filósofo e historiador francés los discursos y las formaciones discursivas construyen la realidad social. Esas formaciones constituyen órdenes coherentes mediante los cuales representan el mundo y la experiencia. Pero lo importante es que esas formaciones se producen por relaciones de poder. Apoyándose en esta concepción, la perspectiva constructivista señala que las identidades son construidas desde los discursos, así son producidas en sitios o lugares institucionales e históricos concretos y en prácticas y formaciones discursivas determinadas. Son el resultado de relaciones de poder y se construyen a través de la diferencia y la exclusión. En este sentido toda identidad es poder. Analizar y estudiar la producción de una identidad es estudiar los mecanismos de poder que la hacen posible. Así analizar las emergencias y resurgir de las identidades en las dos últimas décadas del siglo XX, politizándose la diferencia como elemento central de la categoría de identidad⁴.

² CAIRO, Heriberto. "Los procesos de construcción de la identidad y la globalización: Historia, cultura y territorio", In: HARTO DE VERA, Fernando. (Comp.). *América Latina: Desarrollo, democracia y globalización*. Madrid: Editorial Trama, 2000, p. 197-214.

³ RESTREPO, Eduardo. *Teorías contemporáneas de la etnicidad: Stuart Hall y Michel Foucault*. Primera edición, Colombia: Universidad del Cauca, 2004, p. 73-103.

⁴ GROS, Christian. *Políticas de la etnicidad: identidad, Estado y modernidad*. Primera edición, Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2000, p. 125-128.



El resurgimiento de los llamados etnonacionalismos en Europa y Canadá, las demandas de carácter étnico en América Latina, principalmente en países mayoritarios de presencia indígena y negra como Bolivia, Ecuador, Perú, México y Colombia. El aumento de la inmigración hacia Estados Unidos, las luchas y demandas del movimiento negro contra el racismo, el surgimiento del movimiento feminista y las reivindicaciones de derechos por la libertad sexual. Dio la base para el surgimiento de los llamados nuevos movimientos sociales o movimientos identitarios en contraste con las luchas de clase del siglo XIX⁵. Este marco histórico puso en el debate teórico y político el asunto sobre la identidad.

En este sentido la definición de identidad siguiendo los trabajos de los Estudios Culturales y su principal expositor Stuart Hall depende de la diferencia, la negación y la fragmentación. Por ejemplo ser latinoamericano es reconocerse como diferente al Europeo o Asiático. Ella implica diferencia y negación, o sea uno es lo que el otro no es. Siguiendo a Hall, “la identidad es una representación estructurada que solamente realiza su positividad a través del estrecho ojo de la aguja del otro antes que pueda construirse”⁶

Así podría mirarse la identidad en permanente construcción a partir de la diferencia, la negación y la fragmentación, esto último se refiere a la constitución de multiplicidad de identidades que pueden estar en contradicción y parcialmente construidas, es decir en permanente construcción, proyectando transformaciones y tensiones. Retomamos a Hall cuando señala que en contraste con el naturalismo, el constructivismo ve la identificación como una construcción, como un proceso que nunca acaba, es decir como un proceso continuo. Como toda práctica significativa dice Hall, está sujeta al juego de la diferencia, a la lógica de más que uno, operando desde la diferencia⁷.

Identidad Nacional

En los estudios sobre la nación y la identidad nacional se pueden mencionar dos posiciones: Por un lado el de los primordialistas moderados para los que la

⁵ ANGELA, Alonso. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Revista Lua Nova*, Número 76, São Paulo, 2009, p. 49-86.

⁶ HALL, Stuart. “The local and the global: Globalization and ethnicity”, In: KING, Anthony. (Editor.). *Culture, Globalization and the World-System*. London: Macmillan, 1991, p. 19-39.

⁷ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Terceira edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 14- 20.



nación habría existido siempre como dato objetivo y evidencia social cuestionable y a histórica. Por otro, se encuentra la postura de los modernistas, para ellos, la nación es una invención del mundo moderno y construido históricamente⁸. Estos autores modernistas consideran que el proceso de conformación de la nación y el surgimiento de un sentido de identidad nacional se presenta en Europa entre el siglo XVIII y XIX, donde el Estado ejerce una acción nacionalizadora en dos sentidos: En el interior impone un idioma y un sistema de educación y en el exterior crea fronteras y limita los nacionales con los extranjeros o forasteros. Como resultado la vida se homogeniza, se crea símbolos y ritos nacionales, se unifica un solo idioma y el mercado. Por lo tanto, la conformación de la nación, es un proceso homogenizante de la identidad colectiva y excluyente de cualquier otra identidad nacional mediante la expulsión, el sometimiento o exterminio de las minorías. Esta situación la ejemplarizamos más adelante con la conformación de la nación y las minorías étnicas.

En el marco del debate entre estas dos posturas primordialistas y modernistas, se puede señalar varias miradas o temas sobre el problema de la nación, y sobre todo para contextualizarlas el caso de este ensayo, me refiero a los fundamentos étnicos de la nación, su consideración como cultura y su tratamiento como construcción o invención. En este sentido es pertinente mencionar los trabajos del historiador inglés Eric Hobsbawm sobre la Nación, identidad nacional y nacionalismos, en su concepto de tradiciones inventadas para explicar la construcción de la nación, el autor explica:

La tradición inventada se entiende como un grupo de prácticas, normalmente gobernadas por reglas aceptadas tacita o abiertamente y de tipo ritual o natural que intentan inculcar ciertos valores y normas de comportamiento mediante la repetición, los cuales automáticamente implican continuidad con el pasado.⁹

Las referencias al pasado histórico son en gran medida ficticias ya que las tradiciones inventadas son una respuesta a nuevas circunstancias, por eso para el historiador inglés es que en el mundo moderno, por la rapidez de los cambios, es donde resulta más frecuente la invención de la tradición¹⁰. Y destaca tres tipos de tradiciones inventadas. La primera establece la cohesión social y la pertenencia a un

⁸ DAVIDSON, John, "História, identidade e etnicidade". In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillipp (Orgs.). *História: introdução ao ensino e à prática*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 238-248.

⁹ HOBBSBAWM, Eric. *The invention of tradition*. London: Cambridge University, 1983. p. 1-2.

¹⁰ HOBBSBAWM, Eric. *The invention of tradition*. London: Cambridge University, 1983, p. 1-14.



grupo, el segundo permite la legitimidad de las instituciones y relaciones de autoridad, y tercero se inculcan valores, creencias y convenciones de la conducta¹¹.

Otro autor que ha influenciado enormemente el debate sobre la Nación ha sido Benedict Anderson. Su obra fundamental *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*¹², ha tenido una influencia en los postulados más recientes sobre el tema. Anderson desde una posición antropológica, considera la nación como un artefacto cultural de carácter moderno. Hace énfasis en aspectos subjetivos y culturales de su conformación.

La nación es ante todo una comunidad política imaginaria e imaginada y a su vez limitada y soberana. Es imaginada porque, “aun los miembros de la nación más pequeña no conocerán la mayoría de sus compatriotas, no los verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pero en la imagen de cada uno, vive la imagen de su comunión” Es limitada “porque inclusive la mayor de ellas que alberga talvez a mil millones de seres finitos vivos. Tiene fronteras finitas, aunque elásticas más allá de las cuales se encuentran otras naciones”. Se imagina soberana. “Porque el concepto nación en una época en que la ilustración y la revolución estaba destruyendo la legitimidad del reino jerárquico divinamente ordenado”. Y finalmente, “Se imagina como comunidad porque, independientemente de la desigualdad y la explotación que puede prevalecer en cada caso, la nación se concibe siempre como un compañerismo profundo, horizontal.”¹³

Para Anderson solamente con la aparición de la impresión capitalista, da origen a una comunidad de lectores, donde la Nación surge como una comunidad imaginada que llega a dominar el pensamiento y la organización social de los seres humanos. Uno de los aportes centrales de Anderson para nuestra investigación sobre la nación y los movimientos indígenas en Latinoamérica, la hipótesis de “puros criollos”. Para él los nuevos Estados americanos de finales del siglo XVIII y principios del XIX no pueden ser explicados con base en los dos criterios centrales mediante los cuales se ha comprendido el nacionalismo en el caso Europeo como es la lengua y la necesidad de las clases media al escenario político.

¹¹ HOBBSBAWM, Eric. *The invention of tradition*. London: Cambridge University, 1983, p. 1-14.

¹² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 24-25.

¹³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 93-101.



El autor sostiene que en Brasil, Estados Unidos y las antiguas colonias españolas la lengua no es un aspecto que los diferencia de sus respectivas metrópolis. De otro lado, para la época de los movimientos de independencia, las clases media son insignificantes en Sudamérica y Centroamérica. Por el contrario según Anderson uno de los factores que produce el movimiento de independencia en los casos de Venezuela, México, Perú y Colombia es el temor a las movilizaciones de los indios y esclavos negros. Así cada una de las repúblicas sudamericanas había sido una administración colonial y que formó un grupo social minoritario definido como criollos, que a diferencia de indios y negros mayoritario, tenía una relación más cercana con los colonizadores metropolitanos, en cuanto a cultura europea, enfermedades, es decir se trataba de una comunidad colonial y privilegiada. Que posibilitó el reto a las órdenes del poder de la metrópoli. Estos criollos imaginaron la nación independiente pero manteniendo las relaciones de poder que teje el Colonialismo.

Aquí es importante mencionar los trabajos del sociólogo peruano Aníbal Quijano y el semiólogo argentino Walter Dignolo sobre el desarrollo del capital y el mundo colonial¹⁴, donde la relación Estado/sociedad se basó en un patrón de poder definido como Colonialidad¹⁵. Este patrón se sostuvo desde tres dinámicas: 1) la raza como constructo mental moderno que naturaliza la dominación de colonizadores, y que homogeniza el indio como inferior. 2) un sistema de explotación económica basado en la servidumbre en el caso de los indios y esclavitud en el caso de los negros. 3) El Eurocentrismo: como un nuevo modo de producción asociado al capital y el desarrollo del continente Europeo y control de la subjetividad teniendo como modelo la cultura del blanco-europeizado. Para Quijano el problema indígena o la cuestión indígena no se puede pensar sin la Colonialidad. Esta situación o patrón de poder nunca resolvió la conformación de un Estado moderno liberal y la incorporación de mestizos, indios, negros a esa nacionalización en el siglo XIX.

En el siglo XX como señala el sociólogo peruano la crisis del desarrollismo, con la desintegración de la estructura productiva y, consecuentemente, de las identidades campesinas y de clase que este promovía, significó una introducción de la identidad y

¹⁴ MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Editorial Akal, 2003, p. 104-115.

¹⁵ QUIJANO, Aníbal. "El movimiento indígena, la democracia y las cuestiones pendientes en América Latina". *Polis: Revista de la Universidad Bolivariana*, vol. 4, núm. 10, Caracas, 2005, p. 10-15.



una revalorización de identidades étnicas que nunca se disolvieron completamente. La globalización, con su nuevo universo de comunicación y virtualidad, ha permitido a las antes aisladas comunidades indígenas rurales, en medio de esta crisis de las identidades de clase, conectarse con sus pares indígenas en el resto del continente y reconocerse dentro de una historia común de subordinación y dominación a la lógica colonial y capital. La correspondiente crisis de la izquierda ha favorecido aún más la construcción de esta memoria y de esta identidad como precursores de acción política. Tampoco puede desconocerse la influencia de la doble transición en la región: tanto de regímenes autoritarios hacia emergentes democracias, como de una limitada economía desarrollista hacia un modelo neoliberal¹⁶.

Movimientos indígenas, Identidad étnica y territorio

La perspectiva sociológica e histórica acepta con matices que la globalización ha generado una progresiva pérdida del poder económico y político del Estado nación. En este sentido Hardt y Negri mencionan que una característica de lo que llaman imperio sería la pérdida o reducción de la soberanía del Estado moderno y la incapacidad para regular los intercambios económicos y culturales¹⁷. Lo relevante del análisis del impacto de la era global sobre las identidades nacionales y étnicas que se instauran como contradictorias, múltiples y en un proceso de reinversión constante. Así los movimientos de identidad por la diferencia se instauran en el centro de la política. La década de los 90 se caracterizaría por la acción política relacionada con identidades primarias (étnicas, nacionales religiosas) Para Castells lo que define la sociedad capitalista global es que las relaciones sociales y políticas se redefinen en virtud de los atributos culturales¹⁸.

Un ejemplo de esto son los movimientos indígenas que surgen en Latinoamérica desde la década de 1970 a partir de las luchas por la recuperación de la tierra, la conformación de organizaciones en los años de 1980 y la visibilizan política en la década de 1990. Estos movimientos indígenas en Ecuador, Bolivia,

¹⁶ QUIJANO, Aníbal. "El movimiento indígena, la democracia y las cuestiones pendientes en América Latina". *Polis: Revista de la Universidad Bolivariana*, vol. 4, núm. 10, Caracas, 2005, p. 10-15.

¹⁷ NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. "A constituição política do presente". In: *Imperio*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 21-61.

¹⁸ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2a. ed.. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2000, p. 52-54.



Perú, México y Colombia, y las luchas de los negros en Brasil y Colombia se basaron en un discurso de reconocimiento por la diferencia cultural¹⁹. En Colombia el proceso de reinvenición identitária, se ha basado en una re significación de la naturaleza, una territorialidad plasmada desde una memoria colectiva, y una reelaboración crítica de la historia, la geografía y la antropología. Los movimientos indígenas cuestionan y sugiere una transformación del Estado. Y demanda que se reconozca los derechos culturales y territoriales de negros e indios como alternativa al orden excluyente que históricamente los desconoció como culturas y como grupos humanos con cosmovisiones diferentes a las de las elites dominantes.

Entonces los movimientos étnicos, pueden ser catalogados como movimientos de identidad, logrando organizar sus bases sociales y contemplar un repertorio políticamente fuerte: La federación de Centros Shuar en Ecuador, el Consejo regional indígena del Cauca (CRIC) en Colombia y el movimiento Katarista en Bolivia, son los primeros movimientos notables en América del Sur, uniéndose el zapatismo en Chiapas, México. La estrategia de la diferencia y el reconocimiento estableció su éxito político, modificando y participando en la reestructuración de las constituciones nacionales principalmente en Colombia y Ecuador, luego en el 2000 en el caso de Bolivia²⁰.

El movimiento indígena colombiano

Los movimientos sociales y la movilización en Colombia han experimentado cambios que dan cuenta de la respuesta a las coyunturas sociales y políticas, y la incorporación en la lectura de la movilización social de enfoques que van más allá de la identificación con los elementos materiales y de clase exclusivamente, de las luchas sociales²¹. Este es el caso del movimiento indígena colombiano. De ser actores definidos por la pertenencia a una clase dada por su relación con la producción y el capital, a ser actores políticos definidos por elementos culturales identitarios. El movimiento indígena colombiano después de sus relativos éxitos en la recuperación

¹⁹ PAJUELO, Ramón. *Identidades en movimiento. Tiempos de globalización, procesos sociopolíticos y movimientos indígenas en los países centro andinos*. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, 2004, p. 3-12.

²⁰ ALBO, Xabier. "Hacia el poder indígena en Ecuador, Perú y Bolivia". In: BETANCUR, Ana Cecilia. (Editora). *Movimientos Indígenas en América Latina*. Bogotá: Colectivo IWGIA, 2011, p. 133-163.

²¹ ARCHILA, Mauricio. *Idas y venidas, vueltas y revueltas, protestas sociales en Colombia 1958 - 1990*. Bogotá: ICANH, CINEP, 2008, p. 64-76.



de las tierras en los años 60 y 70 va a construir un discurso político fundamentado en la identidad.

Los indígenas nacen como actores políticos en el seno del movimiento campesino, pero rápidamente se definen como no exclusivamente campesinos. Van a demandar para sí tierras, pero no como factor de enriquecimiento y como instrumento para la explotación y la producción. Apelan a una relación con la tierra vista como territorio para la consolidación de su cultura y de sostenimiento de la misma. Toman distancia del discurso clasista y se paran en reivindicaciones culturales e identitarias. La construcción de este discurso politizador de la diferencia y la manera de colocarlo en diálogo con otros actores del movimiento social va a generar momentos de crisis, pero a su vez, momentos de fortalecimiento de la identidad del movimiento indígena. El proceso de consolidación del movimiento indígena va a construirse desde la instrumentalización de la etnicidad y la consolidación de una identidad positiva del ser del indígena²².

Christian Gros en su texto, *Colombia indígena. Identidad cultural y cambio social* argumenta que lo que alimenta la fuerza de las luchas indígenas por la tierra en el caso colombiano es que su tierra, más que solo tierra es “territorio”, no solo en términos administrativos (el resguardo), no solo en autonomía política y legal (el cabildo) sino también y más aún en cuanto identidad, la identidad indígena se alimenta de territorio. El territorio es parte de la identidad entre los indígenas. Entonces para el movimiento indígena hay una íntima relación entre Territorio e Identidad²³.

Gros trata de comprender como se desarrollan los discursos étnicos en nuevos escenarios políticos, donde la identidad tiene un carácter fundamental en la conformación y desarrollo de los mismos. Según el autor el momento en que se expresan con fuerza las demandas indígenas, las sociedades latinoamericanas se enmarcan en un tránsito del Estado desarrollista, bajo el modelo “nacional-populista” que cimentó la identidad nacional con base en el desarrollo y el mestizaje, hacia el Estado neoliberal, por una parte, y de los regímenes autoritarios, en el marco de la intensificación del proceso de globalización y la inserción de temas como el medio

²² JARAMILLO, Efraín. “Territorio indígena e identidad étnica. Estado y autonomía”. In: *Los indígenas colombianos y el Estado. Desafíos ideológicos y políticos de la multiculturalidad*. Colombia: Editorial IWGIA, 2011, p. 158.

²³ GROS, Christian. *Colombia indígena. Identidad cultural y cambio social* Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991, p. 143-152.



ambiente y los derechos de las minorías en la agenda pública internacional . Gros tiende hacia un enfoque estadocéntrico y estructuralista que, quizás, descuida otros aspectos explicativos del movimiento indígena colombiano. Se expresa una cierta “antropomorfización” del Estado, en la que pese a revestirlo de una especie de voluntad, aparece como un ente neutral, al margen de los intereses de actores externos e internos, como los grandes terratenientes en Colombia. Es ello lo que le permite a Gros sugerir que finalmente el Estado consigue hacer funcionales las demandas de los indígenas para crear legitimidad y gobernabilidad mediante un “gobierno indirecto”, con lo cual reafirma una visión estructuralista del problema. Una crítica que se puede hacer a la visión de Gros, es que pierde de vista la disputa de intereses representados en alianzas y actores concretos que se produce tanto en el interior del Estado, como en el ámbito político y social más amplio en torno a las reivindicaciones indígenas. Además esta visión se percibe las organizaciones como pasivas, simplemente receptoras de la política estatal.

Conclusión

El proyecto de la nación mestiza en los países latinoamericanos se basó en la anulación de las sociedades étnicas indios y negros, considerados como inferiores racialmente, e incorporando una visión negativa de su ser y sus cosmovisiones, esta construcción imaginada por una elite dominante y bajo patrones de relación colonialista enmarcó el desarrollo de un Estado moderno con una suma de contradicciones políticas y económicas a finales del siglo XIX y principios del XX. Para la década de los 90, y en un contexto neoliberal y globalizante los movimientos sociales, especialmente indígenas en el continente comenzaron a tener relevancia como partícipes de las nuevas constituciones políticas, bajo el discurso de la identidad lograron configurar la idea de Estado pluriétnico y pluriculturales. Las comunidades indígenas sometidas a un proceso colonial en que perdieron su lengua, reinventaron sus raíces, buscaron en una memoria colectiva para encontrar formas y modos de organización que estaban a punto de perderse, re fabricaron héroes históricos y míticos, recuperaron formas comunitarias de solidaridad, configuraron símbolos y rituales de cohesión social, es decir reinventaron la historia identitaria para exigir un lugar donde poder reproducir sus manifestaciones culturales en el presente y en el futuro. En complemento con esa reinvención de la identidad, se



presenta un proceso de lucha por el derecho a la tierra y a la autonomía, conformando una nueva territorialidad propia en el marco de los estados multiculturales en Latinoamérica.

Bibliografía

- ALBO, Xabier. “Hacia el poder indígena en Ecuador, Perú y Bolivia”. In: BETANCUR, Ana Cecilia. (Editora). *Movimientos Indígenas en América Latina*. Bogotá: Colectivo IWGIA, 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANGELA, Alonso. “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”. *Revista Lua Nova*, Número 76, São Paulo, 2009.
- ARCHILA, Mauricio. *Idas y venidas, vueltas y revueltas, protestas sociales en Colombia 1958 - 1990*. Bogotá: ICANH, CINEP, 2008.
- CAIRO, Heriberto. “Los procesos de construcción de la identidad y la globalización: Historia, cultura y territorio”, In: HARTO DE VERA, Fernando. (Comp.). *América Latina: Desarrollo, democracia y globalización*. Madrid: Editorial Trama, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2a. ed.. São Paulo: Paz e Terra, Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2000.
- DAVIDSON, John, “História, identidade e etnicidade”. In: LAMBERT, Peter; SCHOFIELD, Phillipp (Orgs.). *História: introdução ao ensino e à prática*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2011.
- GROS, Christian. *Colômbia indígena. Identidad cultural y cambio social*. Bogotá: Fondo Editorial CEREC, 1991.
- HALL, Stuart. “The local and the global: Globalization and ethnicity”, In: KING, Anthony. (Editor). *Culture, Globalization and the World-System*. London: Macmillan, 1991.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Terceira edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. *The invention of tradition*. London: Cambridge University, 1983.



JARAMILLO, Efraín. “Territorio indígena e identidad étnica. Estado y autonomía”. In: *Los indígenas colombianos y el Estado. Desafíos ideológicos y políticos de la multiculturalidad*. Colombia: Editorial IWGIA, 2011.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Editorial Akal, 2003.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. “A constituição política do presente”. In: *Imperio*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PAJUELO, Ramón. *Identidades en movimiento. Tiempos de globalización, procesos sociopolíticos y movimientos indígenas en los países centro andinos*. Caracas: Programa Globalización, Cultura y Transformaciones Sociales, 2004.

QUIJANO, Aníbal. “El movimiento indígena, la democracia y las cuestiones pendientes en América Latina”. *Polis: Revista de la Universidad Bolivariana*, vol. 4, núm. 10, Caracas, 2005.

RESTREPO, Eduardo. *Teorías contemporáneas de la etnicidad: Stuart Hall y Michel Foucault*. Primera edición, Colombia: Universidad del Cauca.



Uma Guerra Quente no Líbano? O início da Guerra Civil Libanesa sob a perspectiva da revista *Veja* (1975)

Bruno Tadeu Novato Resende¹

RESUMO: A guerra civil libanesa, ocorrida entre 1975 e 1990, é resultado de uma política fracassada de divisão de poderes entre diferentes grupos confessionais, destacadamente os cristãos maronitas, os drusos e os muçulmanos, que acontece desde os tempos em que o Líbano era uma província do Império Otomano, e de forma indireta, do contexto mundial, a Guerra-Fria, e regional, da criação do Estado Israel, no Oriente Médio, em 1948. Essa guerra foi marcada pela presença de milícias, representantes dos partidos ligados aos principais grupos religiosos do país cujas alianças se mostraram instáveis, pela invasão israelense em 1978 e em 1982, visando à erradicação de uma dessas milícias, a OLP (Organização para Libertação da Palestina), e pela regularidade dos massacres, exemplificados pelos episódios de Karantina e Sabra e Shatila, assim como a destruição da capital do Líbano, Beirute. Neste artigo, deteremos nossa análise nos momentos iniciais do conflito, mais especificamente no ano de 1975 em Beirute, apresentando seus principais beligerantes e patrocinadores. Consideraremos também como a revista *Veja*, revista periódica de maior alcance e circulação no Brasil, analisou os primeiros momentos do conflito e qual panorama foi oferecido aos leitores a partir dessa análise: se as razões para o estopim do conflito estão associadas a questões históricas do próprio Líbano ou se associada quase que exclusivamente ao contexto histórico mundial da época.

Palavras-Chave: História do Líbano; Oriente Médio; Revista *Veja*.

ABSTRACT: The Lebanese civil war, which occurred between 1975 and 1990, is a result of a failed policy of division of powers among different faith groups, Maronite Christians, Druze and Muslims that exists since when Lebanon was a province of the Ottoman Empire, and indirectly, by the global context of the Cold War, and by the regional context of the creation of the state of Israel in the Middle East in 1948. This war was marked by the presence of militias, representatives of parties connected to the main religious groups that garnered instable alliances, by the Israeli invasion in 1978 and 1982, aiming to eradicate the PLO (Palestinian Liberation Organization), by regularity of the massacres, exemplified by the episodes of Karantina and Sabra and Shatila, and also by the destruction of the capital of Lebanon, Beirut. In this article we will base our analysis in the beginning of conflict, specifically in 1975 in Beirut, featuring its main belligerents and

¹ Estudante de pós graduação (mestrado) em História, na linha: Poder, Cultura e Saberes pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: bruno_tnr@hotmail.com



sponsors. We will consider how magazine *Veja* considered the first moments of the conflict and what scenery was shown to the readers, if the reasons for the outset of the civil war are associated to Lebanon's history or if it is associated almost exclusively to the global historical context of the period.

Keywords: History of Lebanon, Middle East, *Veja* Magazine;

Introdução

A guerra civil libanesa, ocorrida entre 1975 e 1990, foi resultado de uma política fracassada de divisão de poderes entre diferentes grupos confessionais, os cristãos maronitas, os drusos e os muçulmanos, promovida pela França nos tempos em que o Líbano era um território do Império Otomano². O episódio conhecido como “Crise do Líbano”, concebido por O’Ballance³ como a Primeira Guerra Civil Libanesa, ocorreu entre os anos de 1858 e 1861 opondo dois grupos sociais, que disputavam a autonomia na região do Líbano moderno, os cristãos maronitas⁴ e drusos⁵.

O início do conflito decorre de diversos fatores, tais como as medidas centralizadoras aplicadas pelo Império Otomano, através das Reformas da Tanzimat, em 1846, que diminuíram drasticamente o poder dos clãs drusos e cristãos que possuíam autonomia para governarem livremente contanto que os tributos ao Império fossem pagos⁶.

Os clãs cristãos se rebelaram contra as medidas otomanas e, com suporte do clero maronita, declararam a independência formando uma República camponesa sob a liderança de Taniyus Sahin. Os líderes tribais drusos e

² Esse artigo é resultado das conclusões obtidas durante a realização do projeto de Pesquisa financiado pela Fapesp *A Guerra Civil Libanesa sob a perspectiva da Revista Veja (1975 – 2007)*, desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013, e de trabalho monográfico apresentado para conclusão de curso, entregue em 2014. As duas produções foram orientadas pela Professora Doutora Samira Adel Osman.

³ Edgar O’Ballance, *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

⁴ Cristãos cujos dogmas são orientados a partir dos ensinamentos de São Maron, monge que viveu durante o século V no Oriente Médio.

⁵ Religião que apareceu no Oriente Médio por volta do século XI. É embasada no ismaelismo (um braço do xiismo) e tem como principal crença a ideia de que o califa al-Hakīm, que governou o Cairo de 996 a 1021 era encarnação terrena de Deus.

⁶ Stanford J. Shaw. Ezel Kural Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2: Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808–1975*. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 142.



muçulmanos sunitas, já insatisfeitos com a promulgação do Decreto de Reforma de 1856, que equiparava os direitos dos cidadãos muçulmanos e não muçulmanos do império, buscaram se valer da situação política conturbada para também estabelecer um domínio local próprio⁷.

A rivalidade exasperada entre os grupos chegou ao limite em 1860 quando os cristãos atacaram uma vila drusa e deram início a uma série de massacres, no Líbano e na região da Síria, que acabaria por envolver todos os grupos confessionais. Esse conflito acarretou na perda de mais de 7.000 vidas, na destruição de mais de 300 vilarejos e na queima de mais de 500 igrejas resultando em uma interferência das potências europeias.

A França e a Grã-Bretanha enviaram tropas e navios de guerra para a região e obrigaram o Império Otomano a oferecer suporte às hostes estrangeiras para resolver a questão entre os grupos confessionais. Os franceses permaneceram com suas tropas na área até junho de 1861, quando o Protocolo de Beyoglu foi assinado e conferiu ao Líbano um novo e privilegiado estatuto de província independente, com autonomia para exercer os poderes administrativo, judiciário e financeiro a fim de satisfazer todos os setores da população. Essa determinação foi implementada somente no norte do Líbano, excluindo Beirute e as áreas costeiras de maioria muçulmana⁸.

O governador da nova província, o *Mutassarif*, deveria ser um cristão maronita e acumularia também o controle do sistema judiciário e seria responsável pela criação de uma milícia para a defesa da região. Devido a essa premissa nenhuma tropa otomana poderia entrar no Líbano e nenhum tributo seria enviado a Istambul, sendo que taxas locais seriam cobradas para as necessidades da própria província e todos os seus habitantes seriam iguais perante a lei, independentemente da confissão que professassem⁹.

⁷ Stanford J. Shaw; Ezel Kural Shaw. *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2: Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808–1975*. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 143.

⁸ Stanford J. Shaw; Ezel Kural Shaw. *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2: Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808–1975*. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 143.

⁹ Stanford J. Shaw; Ezel Kural Shaw. *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2: Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808–1975*. Volume 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 143.



Após a dissolução do Império Otomano em 1918 com o fim da Primeira Guerra Mundial, os franceses assumiram o controle da região, através do sistema de protetorado. Sua presença está intrinsicamente associada à crise de 1860, uma vez que só deixaram o país após a certeza da implementação do Protocolo de Beyoglu, a fim de assegurar que o sistema proposto para o norte do Líbano fosse mantido.

Quando o Líbano alcançou sua independência em 1943, com a promulgação do Pacto Nacional, as determinações do Protocolo de Beyoglu para o norte do Líbano foram estendidas para todo o país. A constituição garantia também, como em 1860, o direito dos grupos confessionais de criarem milícias para autoproteção.

O tratado assegurava a presidência aos maronitas, o cargo de primeiro-ministro a um muçulmano sunita, já o porta-voz da Câmara deveria ser um muçulmano xiita e o Ministério da Defesa ficaria com os drusos¹⁰. Na câmara dos deputados a proporção de cristãos deveria ser de seis para cada cinco muçulmanos. Os cinco governos provinciais deveriam ser ocupados necessariamente por um maronita, um sunita, um xiita, um grego ortodoxo ou um druso¹¹. Os privilégios dos cristãos viriam a ser uma das principais questões que motivariam os demais grupos confessionais a aderirem a uma campanha armada em 1975.

Escolhemos a revista *Veja*, como objeto de estudo, por causa da credibilidade que esse veículo dispunha diante da sociedade brasileira na década de 1970¹². Devido ao estilo da revista ser caracterizado pelo jornalismo interpretativo, isto é, um modelo no qual a construção da notícia parte de uma busca pela apuração dos fatos, do estabelecimento de uma conexão entre eles e de uma explicação para sua ocorrência, a revista foi escolhida como “arauto da intelectualidade” da classe média da época.

Outro fator preponderante na escolha da revista *Veja* está atrelado ao fato de, embora se declarar como uma revista multitemática com forte apelo

¹⁰ Eyal Zisser. *Lebanon: the challenge of independence*. Londres e Nova York: I.B. Tauris & Co Ltda, 2000, p. 58.

¹¹ Eyal Zisser. *Lebanon: the challenge of independence*. Londres e Nova York: I.B. Tauris & Co Ltda, 2000, pp. 58 – 59.

¹² Daniela Villalta. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Trabalho apresentado no Intercon, 2002, p. 7.



imagético¹³, boa parte de seu conteúdo, como é o caso da edição que será explorada neste artigo, é caracterizado pela publicação de fatos políticos como reportagens de capa.

Nossa pesquisa consistiu em analisar textualmente e imagetivamente o período que compreende os anos de 1975 até 2006, no entanto neste artigo analisaremos unicamente o ano de 1975, uma vez que a revista *Veja* dedica uma matéria de capa à Guerra Civil, com o objetivo de oferecer aos leitores um panorama das razões do conflito, seus protagonistas e suas batalhas. Consideraremos, ao propor uma análise de alguns dos excertos e de algumas das imagens da edição 374 a partir da bibliografia fundamental, como as facções que representavam os interesses dos partidos ligados aos principais grupos religiosos do país se enfrentavam nas ruas de Beirute no ano 1975.

Uma Guerra “Quente” no Líbano? (1975)

A percepção mais evidente ao problematizarmos textualmente a edição 374 da Revista *Veja*, que apresenta aos leitores as batalhas de rua do conflito no Líbano, é a associação das razões da guerra civil, de maneira quase que exclusivista, ao contexto mundial da Guerra-Fria, como evidenciam os seguintes excertos abaixo:

[...] O Líbano, há quase seis meses vêm sendo, literalmente destruído por uma paranóica guerra civil, na qual mais de cem mil homens – Cristãos e anticomunistas de um lado e esquerdistas, e muçulmanos de outro – travam uma luta de morte¹⁴.

Segundo acusações de Palestinos e muçulmanos a arma, [um canhão de 106 milímetros utilizado pela Falange cristã durante os combates de rua da terça-feira, 4/11/1975] teria sido fornecida pelo próprio exército

¹³ Daniela Villalta. *O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira*. Trabalho apresentado no Intercon, 2002, p. 3.

¹⁴ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 20.



libanês ou então por Israel – país que estaria usando os portos de Junia, no norte do país, e de Sídön, no sul, para abastecer os Falangistas¹⁵.

A primeira proposição apresenta ao leitor do periódico dois dos principais grupos beligerantes do conflito, separando-os em cristãos e “anticomunistas” e muçulmanos “esquerdistas”. O excerto elucida como o periódico aplica a lógica do contexto mundial da época, isto é o mundo bipolarizado¹⁶, para caracterizar os principais grupos beligerantes envolvidos no conflito.

A segunda citação, ainda que indiretamente, reforça a hipótese proposta uma vez que os palestinos da Organização Para Libertação da Palestina (OLP) e os muçulmanos libaneses acusavam os membros da Falange de obter suas armas junto aos israelenses, os maiores aliados dos Estados Unidos no Oriente Médio. Dentre as possíveis interpretações para esse trecho, o suporte oferecido pelo Estado de Israel aos falangistas “anticomunistas” poderia significar uma tentativa de assegurar a vitória de um grupo social alinhado ideologicamente com o bloco dos Estados Unidos.

Embora a suposição de *Veja*, de que o conflito civil no Líbano se explica a partir da lógica da Guerra Fria baseada em um mundo dividido entre pró-comunistas e anticomunistas, seja corroborada segundo as hipóteses de Hobsbawm em *A Era dos Extremos* – na qual os conflitos armados, também chamados conflitos “quentes”, haviam irrompido onde outrora fora o mundo colonial¹⁷ – a revista se equivoca ao não explorar as especificidades e as motivações dos grupos sociais locais, que permitiriam ao leitor uma maior compreensão do problema libanês.

De acordo com O’Ballance, a terceira guerra civil libanesa (1975-1990), assim como a segunda (1958), teve suas razões ligadas a estrutura do sistema político libanês, mais exatamente ligadas à divisão dos poderes proposta pelo Pacto Nacional em 1943 que favorecia os cristãos em detrimento de outros grupos de diferentes confissões muçulmanas, que haviam se tornado maioria no país devido à alta taxa de natalidade, ao êxodo dos palestinos causado pela criação do

¹⁵ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 30.

¹⁶ Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos. o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 235.

¹⁷ Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos. o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 235.



Estado de Israel e à instalação de milícias palestinas no sul do Líbano, principalmente após a expulsão dos palestinos da Jordânia em 1969¹⁸.

O período que compreende os anos de 1975 a 1978, isto é os momentos iniciais do conflito, é marcado principalmente, pela interferência dos países vizinhos Síria, Palestina e Israel, este último de maneira indireta fornecendo suporte aos grupos que eram hostis à OLP, e pelas violentas batalhas de rua entre as milícias representativas dos grupos confessionais, principalmente opondo milicianos da Falange cristã e milicianos do movimento palestino¹⁹.

Garantidas pela constituição do país, todas as confissões e também algumas das principais famílias do Líbano, utilizavam-se das milícias buscando angariar benefícios para seus próprios grupos durante a guerra civil. Os cristãos maronitas, os muçulmanos, os drusos, os armênios, os cristãos ortodoxos, todos os principais grupos sociais do país tiveram representação armada no conflito. A edição 374 privilegia três grupos políticos com milícias representativas: a OLP, como evidencia a segunda passagem proposta, a milícia ligada ao Partido Socialista Progressista (PSP) e ao Movimento Nacional Libanês (MNL), grupos políticos que faziam parte da “esquerda muçulmana”, e a Falange cristã, representante dos cristãos anticomunistas presentes no primeiro excerto.

O PSP, criado em 1949, e o MNL, formado em 1969, eram dois partidos representativos dos drusos, que também aceitavam membros de confissão xiita. Ambos os grupos políticos tinham em comum o fato de estarem ligados ao líder antigovernista druso Kamal Joumblatt. Sua milícia possuía um efetivo de mais de três mil soldados, cuja principal função era proteger o distrito de Chouf, localizado a sudoeste de Beirute, onde a casa de Joumblatt se situava²⁰.

O Partido *Kataeb*, ou Falange, foi fundado pelo cristão maronita Pierre Gemayel em 1936, e suas bases ideológicas eram inspiradas nos regimes fascistas da Europa. Segundo Michael Johnson em *All Honorable Men: the Social Origins of War in Lebanon*, Gemayel, quando estivera nas Olimpíadas de 1936 em Berlim, ficara fascinado com a “força física, disciplina, ordem e nacionalismo” alemães²¹. A milícia desse partido era a que angariou o maior número de

¹⁸ Edgar O'Ballance. *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p. IX.

¹⁹ Edgar O'Ballance. *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

²⁰ Edgar O'Ballance. *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p.18.

²¹ Michael Johnson. *All Honourable Men: the Social Origins of War in Lebanon*. Londres: The Centre for Lebanese Studies, Oxford em associação com I.B. Tauris & Co Ltd., 2001, p. 148.



membros, ultrapassando 10.000 pessoas²². O principal interesse em sua participação na guerra civil era salvaguardar a estrutura do Pacto Nacional.

As milícias drusas foram algumas das principais oposições à Falange cristã, tanto nas batalhas de rua, em 1975 e 1976, quanto nas batalhas políticas, realizadas durante as tentativas de cessar-fogo; tanto em operações de represália, quando, por exemplo, a Falange bloqueou a entrada de suprimentos básicos e atacou os refugiados do campo de *Tel Zaatar*; quanto em propostas de reforma do sistema político libanês e suas instituições, como quando, da exigência de Kamal Joumblatt, de uma reforma no exército, uma vez que os oficiais agiam de acordo com os interesses dos maronitas²³. O principal objetivo dos drusos e de suas milícias era uma reforma política e histórica²⁴ que oferecesse àquele grupo social mais igualdade no sistema político do país.

A OLP, criada em 1964 sob a orientação de Yasser Arafat, também possuía suas milícias representativas em território libanês, como o grupo armado Fatah. Em um primeiro momento os grupos palestinos buscaram manter-se afastados do conflito armado e político entre as milícias cristãs e muçulmanas. Suas principais batalhas foram ao lado dos drusos, seus aliados contra a Falange e contra o Estado de Israel em 1978 e em 1982, até sua expulsão do país neste mesmo ano²⁵. Embora seu principal objetivo fosse sobreviver como um corpo independente das questões internos libaneses, a OLP se tornou uma das principais forças beligerantes do conflito no período de 1975 a 1982²⁶.

Kamal Salibi afirma que o conflito no Líbano foi causado pela incapacidade dos principais grupos que controlavam o país de entenderem que não existia somente uma via para o estabelecimento da identidade nacional. As hostilidades mútuas, segundo o autor, estavam diretamente associadas ao fato dos grupos sociais libaneses exigirem regalias políticas a partir de um embasamento histórico que superestimava os feitos de sua própria comunidade em detrimento dos demais²⁷.

²² Edgar O'Ballance. *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p. 15.

²³ Edgar O'Balance, *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p.33

²⁴ Kamal S. SALIBI. *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005.

²⁵ Matthew Preston, *Ending civil war: Rhodesia and Lebanon in perspective*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2004, p.238.

²⁶ Edgar O'Balance, *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p. 27.

²⁷ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005.



De acordo com O'Ballance²⁸ e Salibi²⁹, a questão principal da guerra civil não está necessariamente associada à Guerra Fria. Ambos os autores concordam que o conflito pode ser concebido conforme a realidade específica do Líbano, isto é, a partir da incapacidade das diferentes confissões de se organizarem de maneira igualitária e de realizarem concessões para que a convivência entre os distintos grupos fosse, no mínimo, pacífica. O PSP, o MNL e a OLP exigiam reformas que garantissem mais representatividade aos drusos e aos muçulmanos, que haviam se tornado maioria da população, no entanto os cristãos falangistas não estavam dispostos a discutir mudanças, na estrutura estabelecida pelo Pacto Nacional em 1943, que poderiam, por ventura, colocar fim aos privilégios.

Portanto, ao notarmos essa divergência entre a determinação da revista *Veja*, sobre como o conflito pode ser traduzido, e a bibliografia, a indagação sobre se a Guerra Civil Libanesa se trata de uma guerra “quente” só pode ser respondida negativamente, uma vez que a Guerra Civil Libanesa não dependeu necessariamente do contexto histórico mundial para acontecer. As questões regionais e as especificidades presentes na história do Líbano, desde a época da dominação otomana, são mais assertivas no apontamento das razões das que levaram ao embate em 1975.

As razões da revista para enxergar o conflito sob a ótica da Guerra Fria são compreensíveis ao retomarmos o contexto político da produção da reportagem, em que o Brasil atravessava, durante a época da publicação, por um regime militar, de orientação política alinhada aos Estados Unidos, que sofria com as constantes ações de grupos de esquerda que buscavam derrubar o governo, estando a dicotomia, portanto, no cerne das questões políticas.

Apesar da revista oferecer um panorama de um confronto entre cristãos anticomunistas e muçulmanos esquerdistas, *Veja* também apresenta, ainda que de forma sucinta, as suas razões pautadas nas especificidades.

Embora representem teoricamente todas as forças políticas e religiosas da nação, graças a um célebre acordo de trinta anos atrás, pelo qual a presidência da República pertence a um cristão e a chefia do gabinete a um muçulmano, nem o presidente Suleiman Franjeh nem o primeiro-

²⁸ Edgar O'Ballance, *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

²⁹ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005.



ministro Rachid Karami parecem ter forças suficientes para controlar seus próprios partidários – quanto mais o país³⁰.

Ao evidenciar ao leitor como as razões do conflito estão associadas às questões políticas e não somente às questões religiosas, além de demonstrar a incapacidade dos libaneses, ainda que compartilhassem dos mesmos anseios como é o caso dos partidários de Franjieh e Karami, em realizar concessões para se alcançar um consenso, a revista está de acordo com as proposições da bibliografia. No entanto, embora todos os setores políticos da sociedade libanesa estivessem representados no governo, como afirma o excerto proposto, essa representação não acontecia de igualitária, já que de acordo com O'Ballance³¹.

[...] Longe de revelarem qualquer espírito conciliador [Kamal] Joumblatt e [Pierre] Gemayel são os principais responsáveis pela atual situação. Pois foram exatamente os atritos de rua entre suas milícias de rua particulares – aliás permitidas pela constituição do país – que desembocaram na guerra civil³².

Essa proposição trata de outra característica extremamente importante da realidade social do Líbano e que, segundo a bibliografia, teve importância crucial para o desenvolvimento do conflito: a rivalidade entre os clãs e as famílias mais tradicionais do Líbano. Pierre Gemayel e Kamal Joumblatt eram considerados os senhores da guerra, justamente por suas famílias contarem com influência e prestígio diante de suas comunidades confessionais. Salibi³³ evidencia que os libaneses nunca se sentiram de fato “libaneses”, uma vez que as muitas tribos existentes no país, ou utilizando um eufemismo recente na região, as muitas “famílias espirituais”, só são capazes de olhar uma a outra de maneira suspeitosa e desconfiada. Essa desconfiança decorre da incapacidade desses grupos em desconstruir seus próprios privilégios e reconhecer o valor da experiência dos demais clãs.

³⁰ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 28

³¹ Edgar O'Balance, *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

³² Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 28

³³ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005, pp. 217- 218.



Um exemplo seria o nacionalismo árabe, que dentre seus muitos vieses propõe o mundo árabe unido sob o estandarte do islã, excluindo, no caso do Líbano e da Síria, os cristãos maronitas. A partir dessa premissa de Salibi³⁴, poderíamos nos perguntar se Kamal Joumblatt, representante dos drusos, genericamente caracterizado por *Veja* como muçulmano esquerdista, estaria, realmente, interessado em ajudar os palestinos a recuperar suas terras ou os xiitas a ganhar mais representatividade, uma vez que se tratavam de “famílias espirituais” diferentes da sua.

Outra característica da guerra civil proposta pela bibliografia³⁵ que também aparece em nosso objeto de estudo é a constante interferência, ainda que de forma indireta, países vizinhos:

A Síria, é verdade, negou-se oficialmente a atender aos apelos de Joumblatt para se unir aos muçulmanos na luta contra o que ele chamou de “longa mão de Israel”, isto é seus inimigos da Falange. Mas sabe-se que guerrilheiros ligados a Saiqa, organização palestina dominada pelo governo sírio, ocuparam várias aldeias ao redor de Beirute³⁶.

O apoio logístico oferecido pela Síria ao grupo Saiqa tinha como principal função, de acordo com o governo sírio, garantir que as reformas favoráveis aos muçulmanos fossem de fato implementadas³⁷. No entanto, segundo Michael Johnson, durante as articulações para a independência do Líbano existiu, por parte dos muçulmanos sunitas libaneses e sírios, um plano para a independência do Mandato Francês da Síria e do Líbano como um todo³⁸ e embora esse plano tenha fracassado, devido ao apoio dos franceses ao projeto de independência do Líbano como um país separado, apresentado pelos cristãos, os sírios considerariam até 2008 o Líbano como parte da “Grande Síria”.

Ao associarmos as proposições de Johnson ao excerto proposto, podemos questionar se o suporte oferecido pelos sírios aos grupos muçulmanos envolvidos

³⁴ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005, p. 218.

³⁵ Edgar O'Ballance, *Lebanon Civil War (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

³⁶ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 30.

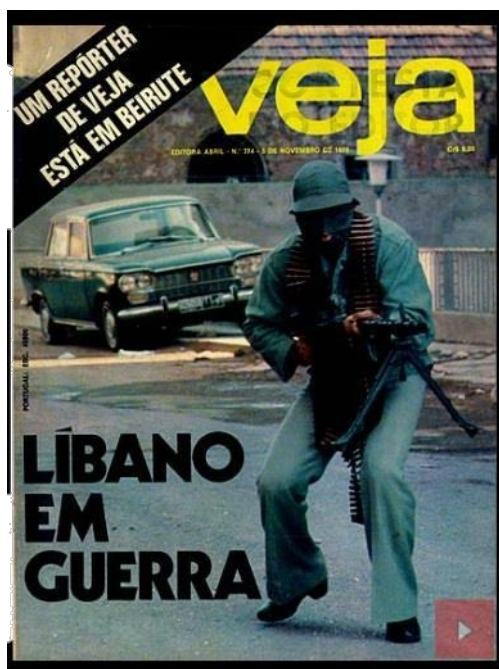
³⁷ Edgar O'Ballance, *Lebanon Civil War (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998, p. XVII.

³⁸ Michael Johnson, *All Honourable Men: the social origins of war in Lebanon*. Londres: The Centre for Lebanese Studies, Oxford em associação com I.B. Tauris & Co Ltd., 2001, p.143.



no conflito visava, muito mais, assegurar seus próprios interesses políticos, instaurando um governo muçulmano aberto as sugestões e a influência de Damasco, do que contribuir para igualdade entre os grupos sociais da região.

As fotografias da edição 374 apresentam ao leitor a difícil realidade dos civis libaneses durante a guerra e os “homens fortes” responsáveis por aquela situação. Nosso método de análise, dessas representações, consistirá em averiguar quais “tipos humanos” estão representados³⁹ e quais os principais objetivos das fotografias, isto é, se foram produzidas e estruturadas de forma a despertar a consciência ou causar comoção nos observadores⁴⁰. Pretendemos ainda considerar se o objeto de estudo se utiliza da técnica do anti-herói – recurso de produção fotográfica comumente utilizada pelo fotojornalismo de guerra após a Segunda Guerra Mundial – para retratar o conflito.



A capa da edição⁴¹ analisada apresenta ao leitor uma fotografia de um miliciano fortemente armado, com o rosto coberto, em meio a uma Beirute vazia. Ao estampar essa imagem em sua reportagem de capa, a revista se utiliza de uma,

³⁹ Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A fotografia a serviço de Clio: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006.

⁴⁰ Susan Sontag, *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 21.

⁴¹ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975.



das várias técnicas possíveis quando se trabalha com o fotojornalismo⁴², a técnica da “carga dramática”. O periódico ao apresentar a imagem do miliciano armado, em meio a uma cidade vazia, propõe ao observador um questionamento a respeito do alcance da violência naquele lugar. Uma vez que o uso do recurso da carga dramática tem como função impactar e atrair a atenção dos observantes, o cenário mais provável é que essa imagem tenha sido selecionada com a função de assegurar a alta vendagem da revista.

A imagem também pode ser caracterizada através da figura do anti-herói⁴³, isto é, caracterizada segundo uma representação negativa dos soldados e suas ações nos conflitos armados. Ao evidenciar a cidade de Beirute vazia com o miliciano em destaque, o retrato induz o observador a concluir que o Líbano está sob o controle dessas facções, e que os civis não dispõem de segurança para sair às ruas.



A fotografia⁴⁴, em preto e branco, que ilustra o tópico “Guerra selvagem no Líbano”, na página 20 do periódico, retrata uma sala vazia, onde se encontram três indivíduos armados que olham para fora, à espreita. Os homens representados são, obviamente, milicianos embora não seja possível identificar

⁴² Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A fotografia a serviço de Clío: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006.

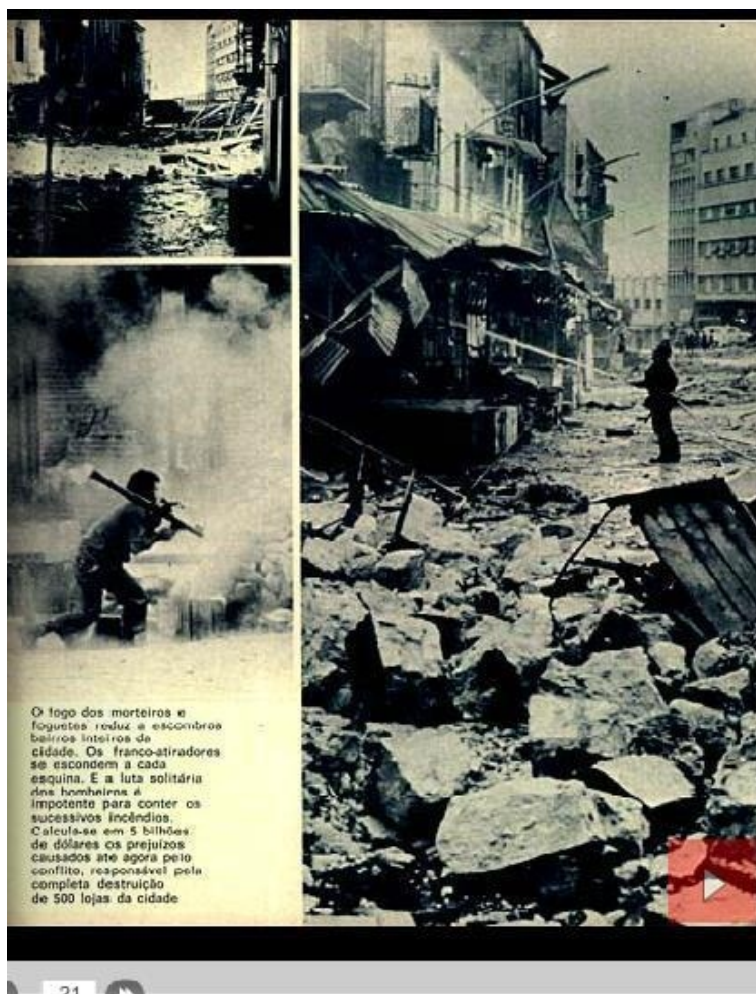
⁴³ Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A fotografia a serviço de Clío: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006.

⁴⁴ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p. 20.



se pertencem, a partir da definição genérica da revista, a facção dos “cristãos anticomunistas” ou dos “muçulmanos esquerdistas”.

A representação fotográfica propõe um despertar da consciência⁴⁵ dos observadores a respeito da situação no Líbano ao se utilizar da técnica da ironia, como podemos evidenciar através da legenda: “A Guerra invade o parlamento: em vez da reunião marcada, tiros no prédio”. A fotografia denuncia o fato do prédio do parlamento, que deveria servir como local para a proposição de um cessar-fogo entre os grupos envolvidos no conflito, funcionar como base de operações para as milícias envolvidas.



O conjunto de fotografias que ocupa a página 21⁴⁶ do periódico evidencia a destruição de Beirute, além de expor o armamento sofisticado dos milicianos, como demonstrado através da segunda fotografia retratada no segundo quadro

⁴⁵ Susan Sontag, *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 21.

⁴⁶ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p.21



da esquerda, em que o miliciano dispara um morteiro; ao mesmo tempo, no quadro à direita, assim como descrito na legenda, expõe-se a batalha solitária e ineficaz dos bombeiros na contenção de incêndios em meio aos destroços do centro de Beirute. Mais uma vez os milicianos são representados a partir do recurso do anti-herói⁴⁷. Afinal suas ações são representadas de maneira claramente negativa

A batalha solitária do bombeiro pode ser analisada segundo a proposição de Sontag⁴⁸ na qual algumas fotografias são produzidas com a função de causar comoção e despertar consciência em seus observadores.



As imagens da página 28⁴⁹ ilustram os “senhores da Guerra”: Gemayel cercado por seus milicianos na primeira fotografia a esquerda; e, à direita, Jumblatt, o líder do movimento nacional dos muçulmanos, pedindo apoio à Síria. A fotografia central representa o fraco governo libanês na figura de Frangieh, incapaz de tomar qualquer medida que resolvesse a guerra civil que assolava o país. Essa fotografia demonstra os “tipos humanos”⁵⁰, que são os protagonistas da guerra civil de acordo com o periódico, os principais líderes políticos

⁴⁷ Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A fotografia a serviço de Clío: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006.

⁴⁸ Susan Sontag, *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

⁴⁹ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975. p. 28.

⁵⁰ Carlos Alberto Sampaio Barbosa. *A fotografia a serviço de Clío: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006.



representantes das religiões de maior importância no cenário político libanês, por trás das milícias.



A última foto na página 30⁵¹ representa as constantes tréguas, embora não duradouras, entre os grupos rivais. Essas tréguas permitiam aos civis mudarem de um determinado ponto da cidade para outro ou comprar mantimentos, no entanto, devido a fragilidade dos acordos entre as facções, a realização dessas tarefas significava colocar a própria vida em risco. Mais uma vez os recursos da comoção e da mobilização da consciência⁵² são utilizados ao evidenciar o esforço que os civis, como no exemplo do homem segurando a bandeira branca, eram obrigados a fazer na tentativa de realizar as tarefas mais básicas do cotidiano sem acabar sendo baleados.

Conclusões

Ao término de nossa análise percebemos que a maneira como a reportagem é estruturada na edição 374, induz o leitor a acreditar que todo o país

⁵¹ Revista VEJA, Edição 374, 5 de Novembro de 1975, p.30

⁵² Susan Sontag, *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.



estava imerso na Guerra Civil, o que configura, de acordo com O'Ballance⁵³, um equívoco, dado que em 1975 o conflito estava praticamente restrito a Beirute. O sul do país por exemplo, só viria a experimentar a realidade de uma guerra de fato quando, em 1978, os israelenses invadissem o país com a pretensão de destruir a OLP⁵⁴, enquanto que nos redutos cristãos e muçulmanos do norte do país os efeitos da guerra civil quase não foram sentidos pelos civis durante os quinze anos de conflito.

As questões que são cruciais para o entendimento do problema libanês, segundo a bibliografia, como os privilégios políticos dos cristãos em detrimento das demais confissões e o êxodo dos palestinos, têm pouca ou quase nenhuma influência para a compreensão do conflito a partir da reportagem analisada.

A maneira como o conflito é apresentada aos leitores, a partir da lógica genérica da Guerra Fria, configuraria outro equívoco, posto que de acordo com Salibi, a resolução do conflito civil no Líbano perpassa, necessariamente, pela compreensão da história como uma busca por entendimento.⁵⁵ Se a resolução do conflito está associada a mobilização da história como ferramenta para se alcançar o entendimento, nos parece óbvio pensar que a história libanesa também é responsável por explicar as razões que levaram os grupos sociais daquele país a se hostilizarem mutuamente.

Segundo Salibi o conceito de entendimento funciona como “uma casa de muitas mansões”, o que significa que não existe um modelo único para se alcançá-lo. O conflito no Líbano se iniciou justamente pela incapacidade dos clãs libaneses em compreender que existem muitas maneiras de interpretar a história do Líbano, das comunidades que o compõem e do mundo árabe em geral⁵⁶, e que nenhuma necessariamente precisa se sobrepujar à outra, isto é, o nacionalismo árabe, por exemplo, não precisa necessariamente incluir o islã como traço de identidade comum, excluindo cristãos maronitas, coptas e outras minorias.

⁵³ Edgar O'Ballance, *Lebanon Civil War (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

⁵⁴ Edgar O'Ballance, *Lebanon Civil War (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.

⁵⁵ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005, p. 234.

⁵⁶ Kamal S. Salibi, *A House of Many Mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005, p. 234.



Principais dados referentes à reportagem de capa da edição 374:

Revista Veja, Edição 374, 5 de Novembro de 1975
Líbano como reportagem de capa: Sim
Seção: Internacional
Título (capa): O Líbano em Guerra
Título (interno): A Guerra selvagem no Líbano
Número total de páginas da revista: 116
Número de páginas da reportagem: 8
Número de imagens relacionadas ao Líbano: 21 (incluindo a capa)
Diretor de Redação: Mino Carta (A revista não apresenta a assinatura de um determinado jornalista para as reportagens sobre o Líbano.)
Chefe de Fotografia: Darcy Trigo (As fotografias não apresentam legenda com nome do fotógrafo, data e local da foto.)

Referências

- BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A fotografia a serviço de Clio: Uma interpretação visual da revolução mexicana 1900-1940*. São Paulo: Unesp, 2006
- JOHNSON, Michael. *All honourable men: the social origins of war in Lebanon*. Londres: The Centre for Lebanese Studies, Oxford em associação com I.B. Tauris & Co Ltd., 2001.
- O'BALLANCE, Edgar. *Lebanon Civil war (1975 - 1992)*. Nova York: Palgrave, 1998.



- PRESTON, Matthew. *Ending civil war: Rhodesia and Lebanon in perspective*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2004.
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SALIBI, Kamal S. *A House of many mansions. The History of Lebanon Reconsidered*. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005.
- SHAW, Stanford J.; SHAW, Ezel Kural. *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey: Volume 2: Reform, Revolution, and Republic: The Rise of Modern Turkey 1808– 1975*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- ZISSER, Eyal. *Lebanon: the challenge of independence*. Londres e Nova York: I.B. Tauris & Co ltda, 2000.



Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930)

Richard Kennedy Nascimento Candido¹

Nosso objetivo com a atual pesquisa foi mostrar como as celebrações do 1º de Maio apareceram nos periódicos da cidade de Manaus dentro de nossa temporalidade e analisar as nuances da classe trabalhadora acerca deste acontecimento, levando em conta a dualidade “festa x protesto” muito presente nas comemorações. O Primeiro de Maio é um dos fenômenos mais importantes e interessantes da História do Trabalho, pois nos mostrou o quão organizados eram os trabalhadores. Suas lutas e angústias eram externadas durante o movimento que, em seu nascimento, foi pensado para ser o primeiro grande rito operário internacional.

Palavras-chave: Primeiro de Maio; Amazonas; Imprensa.

O movimento do Primeiro de Maio teve início na França em 1890, tendo sido criado pela corrente marxista dos *guesdistas*, um grupo político bastante destacado naquele país. Por detrás dessas manifestações existe toda uma problematização e o envolvimento de diversos fatores, como descreveu Michelle Perrot.

Essa manifestação não foi criada em qualquer momento ou de qualquer maneira. Foi precedida por proposições e experiências que, sob certos aspectos, ela cristaliza; assim é o caso da rica experiência americana com a qual, nessa época, o movimento operário se declara amplamente solidário. E não só. Mas ainda, de modo mais indireto, ela se enraíza na combatividade do maio operário, mês recordista de greves, e talvez, a mais longo prazo, na tradição de primavera dos maios aldeões. Maio carrega toda uma simbologia que é preciso saber se e como foi levada em conta, a que nível de consciência ou do inconsciente coletivo².

1 Graduando em História pela Universidade Federal do Amazonas. Email: richard_lp13@hotmail.com

2 PERROT, Michelle. “O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”. IN: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 128.



A Segunda Internacional foi a principal responsável pela criação da data alusiva às conquistas dos trabalhadores em 1889. Um dos militantes chamado Raymond Lavigne preparou uma moção que seria demasiado importante na escolha consciente da data e nos significados representativos da mesma³.

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de modo que, em todos os países e em todas as cidades ao mesmo tempo, no mesmo dia marcado, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a jornada de trabalho a oito horas e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris. Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida para o Primeiro de Maio de 1890 pela American Federation of Labour, em seu Congresso de dezembro de 1888, realizado em Saint-Louis, adota-se esta data para a manifestação⁴.

Ao analisar este discurso, percebemos que os trabalhadores tomaram consciência da forma de como agir para chamar atenção necessária para sua causa, num momento em que os processos de conscientização e organização operária vinham avançando sensivelmente em escala internacional⁵. Michelle Perrot nos mostra que o objetivo dos trabalhadores com a criação do Primeiro de Maio era “dar à classe operária consciência de si mesma através da realização de gestos idênticos num amplo espaço e de impressionar a opinião pública com tal espetáculo⁶”.

Os trabalhadores direcionavam muitas de suas ações e lutas contra o patronato, segmento que era mais diretamente tido como responsável pela precária situação social dos operários, consolidando assim a presença de um dos mais importantes movimentos sociais da contemporaneidade⁷. Outro alvo para onde os trabalhadores também passaram a dirigir prioritariamente suas reivindicações foi para a instância maior da sociedade: o Estado. Passeatas, comícios e outras formas de

3 PERROT, Michelle. “O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”. IN: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 129.

4 PERROT, Michelle. “O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”. IN: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 129 e 130.

5 HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

6 PERROT, Michelle. “O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário”. IN: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 130.

7 GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 171.



mobilização operárias foram produzidas e ganharam destaque no cotidiano das grandes cidades, chamando a atenção da sociedade para a situação e a causa operária. Essas manifestações buscavam também pressionar o Estado a intervir em favor dos trabalhadores, em especial em algumas de suas lutas históricas, como a luta pela jornada diária de trabalho de 8 horas, dentre outras propostas para melhoria da classe operária.

A luta pelas 8 horas diárias foi o que moveu as primeiras datas que marcaram as lutas dessa classe social, ainda no século XIX e início do século XX. Com efeito, em muitos casos, a jornada chegava a ser de 17 horas por dia, não existindo condições de trabalhos adequadas a gênero ou faixa etária, assim como outros direitos fundamentais na atual configuração da legislação trabalhista: férias, descanso semanal e muito menos aposentadoria. Essa era uma situação dramática que se arrastava desde os primórdios da Revolução Industrial e que logo cedo chamou a atenção do pensamento social, que passou a denunciá-la⁸. Muitos desses operários sacrificavam-se nas indústrias, mesmo doentes para não perder o emprego, apesar da exploração, era fonte que sustentava toda a família. Não havia nenhuma legislação protetiva, tendo esta surgida, muito lentamente, a partir de 1917, em clara relação com a luta operária⁹.

Ainda nessas discussões sobre a definição da data da maior manifestação operária, os franceses optaram por não escolher datas próximas da realidade deles, pois acabaria desviando o caráter universal do movimento, então acabaram recorrendo a uma data lembrada pelos operários americanos e, desta forma, escolheram o 1º de Maio para ser o dia tão esperado pela classe, pois era carregado de simbologia¹⁰. Em 1886 houve uma greve operária na cidade de Chicago onde os trabalhadores fizeram no 1º de Maio uma grande manifestação, saindo de lá a escolha por esta data.

No Brasil essa data passou a ser realizada a partir de 1891, ou seja, um ano após sua primeira edição na França. Muito embora, os estudos sobre a história do Primeiro de Maio não sejam tão difundidos, contudo, podemos destacar o trabalho da historiadora Silvia Petersen que escreve sobre as origens desse mito no Brasil, nos

8 ENGELS, Frederick. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

9 GOMES, Angêla de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

10 PERROT, Michelle. "O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário". IN: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 130.



mostrando que no ano de 1891 não houve notas em jornais que falassem de alguma comemoração realizada neste dia e que tão somente, no ano seguinte é que surgem nos principais periódicos distribuídos nas grandes cidades brasileiras notas sobre as manifestações¹¹.

Também merece relevância a dissertação de mestrado de Luciana Arêas que mapeia durante os 40 anos da Primeira República no estado do Rio de Janeiro as comemorações do 1º de Maio nos jornais. Ela também apresenta algumas interpretações acerca da data feitas pelos operários e do teor político que ela tinha. Um ponto de importância em sua análise é a grande presença de uma consciência de classe operária que se apresenta de *“forma mais intensa e clara, e que fazia uma das ocasiões mais importantes para afirmação da classe”*¹².

Em Manaus não temos trabalhos específicos voltados para o 1º de Maio, mas podemos encontrar escritos em artigos que remetem a esse dia. Em sua maioria a data era encarada como um conjunto de práticas das associações e sindicatos que remetiam para o Grande Dia.

Os jornais manauaras em debate

Por se tratar de um espaço pequeno para mostrar os resultados da pesquisa que durou dois anos, optamos por selecionar alguns acontecimentos que julgamos mais interessantes. Os jornais trabalhados foram escolhidos por conta da existência de números digitalizados ou microfilmados, tendo em vista que eram, em sua grande maioria, títulos efêmeros e nos dias de hoje pouco preservados.

Nos jornais que circularam durante a Primeira República em Manaus conseguimos observar diversas formas de manifestações que remetiam ao grande dia do operariado mundial. Desde pequenas notas nos jornais, até jornais inteiros feitos para sujar a imagem de uma pessoa, além de matérias criticando aqueles trabalhadores que costumavam festejar a manifestarem-se pelos direitos da classe durante o Primeiro de Maio.

Esse, que por sinal, era um dos grandes debates no seio operário. Festejar ou protestar no Primeiro de Maio? Nos diversos jornais analisados percebemos essa

11 PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/MEC, 1981, p. 27.

12 ARÊAS, Luciana Barbosa. “As Comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”. *História Social, IFHC/UNICAMP*, nº 4/5, 1997/1998, p. 25.



dualidade na qual pesava bastante contra os trabalhadores que festejavam. Jornais operários mais doutrinários eram os principais a criticar esse comportamento, como por exemplo, o jornal “*A Lucta Social*” que na maioria de suas notas criticava esses operários.

Logo nos primeiros anos em que essa data passou a ser realizada em Manaus e no Brasil, foi possível vermos através das falas dos editores dos jornais o que a classe operária esperava do Primeiro de Maio. O jornal *Gutenberg*, que se auto intitulava como órgão do Partido Operário, na nota chamada “*Avante, Avante!*” discorre que o Primeiro de Maio seria o início de uma grande revolução social e o prelúdio de uma consciência popular, antes esquecida pelo próprio povo¹³. Fica claro que não só os militantes que atuavam nas fábricas, mas também aqueles que estavam por detrás de veículos de comunicação, como os jornais, pensavam a data com um propósito diferente e assim, como no caso dos franceses, acreditavam em uma evolução natural para uma greve geral.

O ano de 1892 também ficou marcado pelas primeiras vitórias dos trabalhadores. Na edição de maio daquele ano foi noticiado também pelo jornal *Gutenberg* a abertura de uma escola para operários. Não se tratava, portanto, de uma escola comum, mas sim de um centro de ensino noturno para trabalhadores que não tinham outro horário para estudar. Vale destacar que a classe nesse período era pouco letrada, o que trazia um motivo a mais para comemorar esse feito. Podemos ver na nota a seguir esse exemplo: “Em comemoração do grandioso dia 1º de Maio que é festejado em todo o globo pelos artistas inaugurar-se-ha a Escola Noturna do Partido Operario, na casa de residencia do sr professor – Exaltação; à praça 5 de setembro n. 4¹⁴”.

Por consequência, a escola traria novos leitores não só para os jornais operários, mas também para panfletos das associações e sindicatos que constavam diversas informações pertinentes ao dia-a-dia operário. Inaugurar a escola no Primeiro de Maio não foi uma escolha aleatória, visto que, era uma luta que durava anos e nada melhor que usar “*o grande dia*” para externar essas emoções que estavam no cerne das questões relativas ao trabalho e a classe operária. Foi um grande presente que os operários se deram.

13 Jornal *Gutenberg*. Manaus, 1 de Julho de 1892.

14 Jornal *Gutenberg*. Manaus, 1 de Julho de 1892.



Na edição do *Jornal do Comércio*, jornal da grande imprensa, de 1º de maio de 1904 vemos uma nota chamada de “1º de Maio” onde os trabalhadores almejavam, em cada uma das linhas da matéria, um futuro melhor para a classe, era uma situação que estava presente também nos jornais operários e de forma mais constante. Observamos também a forma com que os trabalhadores enxergavam a exploração pela qual eles passavam “A alma do operário que o capital martyrisa, depois de consumir as forças vitais de seu corpo serve, como um doce regenerador [...] sonha que um justiceiro futuro lhe predestine a prole a tranquilidade segura de um viver melhor¹⁵”.

Na edição de 1904 do mesmo jornal também encontramos uma espécie de coluna interativa entre os editores e o público em geral, mais especificamente entre a classe trabalhadora. A coluna se chamava “*Comnluna Operaria*” e teve grande importância nas difusões dos pensamentos operários e de troca de ideias entre a classe trabalhadora e o corpo editorial do jornal. Não conseguimos precisar por quanto tempo essa coluna se manteve no jornal.

Era divulgado na maioria dos jornais como os trabalhadores se organizavam na comemoração. Na nota a seguir percebemos por meio do editor, o que, geralmente, ocorria no dia 1º de Maio em Manaus. Podemos observar que a data já conseguia ganhar bastante eco, tanto no seio operário, quanto no público em geral.

Intensa commoção sacode e perturba no dia de hoje, todas as classes laboriosas: é a festa do Trabalho, imponente, luminosa e, neste momento, realizada, em toda parte onde vivem e frutificam as associações operarias. O discurso cedente e estrondoso echôs, no dia de hoje, pelos ambitos sonoros dos salões onde funciona solememente as magnas sessões commetivas, vivas e urrhs do fundo d’alma arrancadas repercutem bem longe a alegria, a indignação sinceras e profundas que reinam na alma do trabalhador industrial...¹⁶

Na edição de 3 de maio de 1905 encontramos uma coluna chamada de “*telegramas*”, nela vemos uma nota sobre um desfile de homens na capital do país com cerca de vinte mil pessoas para homenagear o 1º de Maio, isso acaba nos mostrando uma forma de intercâmbio entre os diversos jornais brasileiros, nos

¹⁵ *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Maio de 1904.

¹⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Maio de 1905.



fazendo acreditar que notícias de outras localidades poderiam ganhar as páginas dos jornais locais e o contrário também poderia acontecer.

No ano de 1910, o jornal do Comércio fez uma definição do que seria “comemorado” naquele dia: “o operariado comemora hoje, por entre o jubilo expansivo de suas almas affeitar aos dissabores e às intemperies do destino, a grande data de sua confraterização universal¹⁷”. Os trabalhadores nunca se esqueceram dos momentos ruins do passado, por isso é comum encontrarmos notas desse tipo nos jornais.

O ano de 1914 foi de grandes manifestações e protestos por parte dos operários. Surge mais um motivo em meio a outros já existentes que enfatizavam cada vez mais essas lutas: uma crise econômica do operariado. Era um momento pela qual a classe passava por situação bem crítica devido o não pagamento em alguns setores. Essa notícia é veiculada através do jornal *A Lucta Social* de 1º de maio de 1914 e entra como mais uma forma de legitimar os protestos ocorridos durante o *Grande Dia*. Na nota podemos ver que a própria classe dos gráficos estava sendo prejudicada pelos atrasos nos salários, o que poderia atrapalhar também a produção jornalística, principalmente no que tange os jornais oficiais¹⁸.

O mesmo jornal nos mostra um evento que contou com participação de estudantes que se avolumaram junto aos operários para mostrar para as futuras gerações o lema de *Amor e Trabalho* por eles pregado. Esse acontecimento foi marcante pelo grau de organização. Percebemos que a fala de operários e estudantes estava marcada para ocorrer em determinados locais. Foi um ato de grande relevância e que percorreu as ruas do centro da cidade como a Avenida Eduardo Ribeiro, que era o local do grande comércio, e a Rua da Instalação, onde havia uma fábrica de roupas com suas operárias que no ano anterior, haviam protagonizado a primeira greve feminina da cidade de Manaus.

(...) terminando este os manifestantes encaminhavam-se pela avenida Eduardo Ribeiro, dando entuziasticos vivas ao operariado livre, aos estudantes, e abaixo os tiranos sintetizados nos governos e estes carâterizados no Estado salvaguarda da burguesia infrene¹⁹.

17 *Jornal do Comércio*. Manaus, 1º de Maio de 1910.

18 *Jornal A Lucta Social*. Manaus, 1º de Maio de 1914.

19 *Jornal A Lucta Social*. Manaus, 1º de Julho de 1914.



Como podemos observar nesse trecho do jornal, é perceptível que palavras de ordem eram proferidas em algumas manifestações. Porém, o jornal nos mostra ainda, o seu perfil ideológico, demonstrando um transparente ideário anarquista, que ia de maneira contundente contra os interesses do Estado, chamando este de tirano.

Em 1920 o jornal *Vida Operária* mostrou uma passeata que foi até o Cemitério São João Batista para prestar homenagens àqueles operários que se foram. Na sequência, ocorreu um “*cortejo civico*” que percorreu as principais ruas do centro da cidade e ao passo que foi ganhando as vias, alguns oradores eram escolhidos para falar sobre a situação da classe para aqueles que, ao longo do caminho, estavam ouvindo, seja na sacada de suas casas ou em frente às lojas.

Conforme noticiamos em nosso numero passado a Associação das Quatro Artes, irá hoje pelas sete horas, até necropole de S. João, prestar homenagem aos nossos irmaos que alli dormem o sonno eterno. (...)

A tarde, as 15 horas, em ponto, sahirá da séde da União Operaria Nacional, sita à rua Xavier de Mendonça, o “Grande Cortejo”, promovido pelas sociedades operarias Manauenses, em commemoração da confraternisação do mundo operario (...) ²⁰.

No mundo todo o Primeiro de Maio ganhou diversas significações no que concerne as formas de se expressar na data e em Manaus não seria diferente. Podemos observar uma dualidade entre os operários não muito particular do nosso estado, a questão “dia de festa” e “dia de luta” que ganha mais força quando os jornais de cunho operário começam a tecer comentários difamando aqueles trabalhadores que festejavam ou descansavam ao invés de protestar por melhores condições de trabalho para a classe. Devemos destacar que nem todos os trabalhadores tinham consciência de que faziam parte de uma forma de organização bastante complexa e ampla, o que pode justificar esta atitude em alguns operários.

O *Jornal do Comércio do Amazonas*, por ser da grande imprensa, nos apresenta uma data mais festiva e a encara com um teor contrário aos protestos. Já os jornais da imprensa operária sofrem algumas subdivisões onde alguns títulos com ideologias mais fortes incorporam no discurso as greves e protestos em prol de dias melhores para os trabalhadores. Também encontramos aqueles jornais operários com claro apoio patronal e que também proclamam um 1º de Maio mais festivo.

20 *Jornal Vida Operaria*. Manaus, 1º de Maio de 1920.



Conclusão

A mudança de significação da data conforme os anos iam passando mostra a clara força que o movimento possuía. O Estado, juntamente com o patronato, queria desmobilizar esses protestos, era a forma de trazer os operários para o bojo do patrão e uma maior desmobilização daqueles que queriam manifestar ao invés de festejar.

Diferentemente do que se via nos jornais operários, falas encorajando os trabalhadores a ir em busca de seus direitos por meio do protesto, o *Jornal do Comércio* se omite em noticiar essas movimentações. A palavra usada é festejo e não mais protesto. Durante esses 30 anos de jornais analisados, observamos o silenciamento da grande imprensa, ano após ano, para a causa operária.

Isso se agrava com o decreto de feriado a partir de 1925. É pelas manchetes lúdicas sobre campeonatos de futebol em alusão aos operários que esse discurso se perpetua e ganha mais força entre a sociedade. Devemos tomar cuidado com o lugar de fala desse jornal e para quem ele fala e só então perceberemos essas problemáticas.

Portanto, "*trabalhadores do mundo, uni-vos*"!

Referência Bibliográfica

ARÊAS, Luciana Barbosa. "As Comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)". *História Social*, IFHC/UNICAMP, n. 4/5, 1997/1998, p. 9-28.

BARBOSA, Marivalda. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. "A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências". In: FREITAS, Marco Cezar de (Org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 145-158.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs). *Cultura de Classes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BURKE, Peter (Org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.



CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História no Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

ENGELS, Frederich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Org). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. Manaus, Editora Calderaro. 1990.

GIANOTTI, Vitto. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Mauad, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Angêla de Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Vito. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. 2º ed. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWN, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWN, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LUCA, Tânia Regina de. "História dos, nos e por meio dos periódicos". IN: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MALERBA, Jurandir (Org). *Lições de História: o caminho da ciência o longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PERROT, Michele. "O Primeiro de Maio na França (1890): o nascimento de um rito operário". In: PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 127-164.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Cruzando Fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira*. Anos 90. Porto Alegre, nº3, jun. 1995.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Origens do 1º de Maio no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS – MEC, 1981.



PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. “Na Contramão da História: mundos do trabalho na cidade da borracha”. *Canoa do Tempo*, v. 1, n° 1, 2007, p. 11-32.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Vol. 1. Transcrições e fac-similares. Manaus: EDUA, 2004.

RODRIGUES, Edgar. *Aurora Operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

TELES, Luciano Evertor Costa. “Imprensa e Mundos do Trabalho: a singularidade da imprensa operária no Amazonas (1890-1920)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v.3, n°5, p. 186-212, 20112.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

ZICMAN, Reneé Barata. “História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas”. *Projeto História*, n° 4. São Paulo, Educ, 1985, p. 89-102.



A presença negra na América Latina

Rafael Domingos Oliveira¹

Resenha

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina*. 1808-2000. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

A primeira vez que se teve notícia do uso do termo *América Afro-Latina* foi quando, em 1978, Anani Dzidzienyo publicou o artigo “Activity and Inactivity in the Politics of Afro-Latin America”, nos anais do periódico *Secolas*². Em 1980, o professor haitiano de estudos latino-americanos Pierre-Michel Fontaine publica “The Political Economy of Afro-Latin America”³. Estes dois artigos marcam, de modo heurístico, o início de um campo de estudos que se estenderia, com certa timidez, até os dias atuais. Este novo livro de George Reid Andrews, publicado em 2007 e traduzido no Brasil em 2014, representa uma síntese do debate iniciado há 40 anos, e um grande ganho para a historiografia sobre tema.

Andrews é um historiador estadunidense, professor na Universidade de Pittsburgh e já bem conhecido entre historiadores brasileiros. É de sua autoria o livro *Negros e brancos em São Paulo*⁴, publicado no Brasil em 1998 (o original é de 1991), no qual analisa as consequências, para a população negra do Estado de São Paulo, das políticas de branqueamento empreendida pela imigração de europeus. Parte considerável da obra se dedica a compreender a competição travada entre negros e brancos no mercado de trabalho, como resultado da não inserção daqueles no mundo do trabalho livre, e de sua luta pela mobilidade social e pela influência política. Já o seu *The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800-1900*⁵ (não traduzido), analisa o mito de “desaparecimento” da população negra

¹ Estudante de pós-graduação (mestrado) em História pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: rafael.historiasocial@gmail.com

² DZIDZIENYO, Anani. “Activity and Inactivity in the Politics of Afro-Latin America”. *Secolas Annals*, 9, pp. 48-61, 1978.

³ FONTAINE, Pierre-Michel. “The Political Economy of Afro-Latin America”. *Latin American Research Review*. V. 15, n. 2, pp. 111-141, 1980.

⁴ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução de Magda Lopes. Bauru: EDUSC, 1998 [original de 1991].

⁵ Idem. *The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800-1900*. Madison: University of Wisconsin Press, 1980.



argentina na primeira metade do século XIX. Sua conclusão é a de que, diferente do que está arraigado em estudos anteriores, a população negra argentina diminuiu a partir da ostensiva imigração como política de branqueamento do Estado, ocorrida ao final do oitocentos. Essa diminuição, entretanto, não representou o desaparecimento das populações com ascendência africana, revelando apenas a diluição dos marcadores raciais na sociedade.

Estes seus dois importantes estudos já anunciavam algumas das questões centrais levantadas em *América Afro-Latina*, que de algum modo sistematiza e amplia o escopo da discussão levada a cabo. Como aponta, a presença de africanos na América, e o seu papel para a estruturação das futuras nações do Novo Mundo, foi melhor estudada pela historiografia no que diz respeito às três regiões do continente compreendidas por Estados Unidos, Brasil e Cuba, sobretudo numa perspectiva comparada. As demais localidades constituintes da chamada América Latina – territórios ocupados e dominados desde o século XVI até o século XIX por Espanha e Portugal, com quem travaram lutas pela independência -, a despeito de terem recebido grandes quantidades de africanos na condição de escravizados, raramente motivaram estudos sobre o tema. Países como Argentina, Colômbia, Peru, México e Uruguai, nos mais variados graus, foram palco de intensos conflitos de natureza racial, estruturaram suas instituições pautados em desigualdades sociais e, de um modo geral, alimentaram e assumiram como oficial o discurso da democracia racial, a partir das experiências de mestiçagem.

Desse modo, a população negra dessas regiões vivenciou experiências compartilhadas, elaborando o quadro geral das diásporas africanas nas Américas. Com efeito, o estudo de Andrews constitui uma importante possibilidade de compreensão da história de africanos e seus descendentes na América Latina, das suas formas de resistência frente ao sistema escravista, das organizações e associações que criaram, e do modo como reelaboraram as políticas de Estado então decretadas. As balizas temporais de *América Afro-Latina* iniciam-se em 1800, período de desagregação dos diversos sistemas coloniais que organizavam a estrutura política da região, e findam nos anos 2000, nos quais ainda estão presentes as duras permanências do sistema de trabalho compulsório a que as populações negras estiveram submetidas.



O capítulo 1, analisa as táticas e estratégias utilizadas pelas populações escravizadas, que muito se assemelham em diversas regiões do hemisfério sul do continente. Essas ações, entendidas como formas de resistência, são, para o autor, o grande legado da escravidão para as populações afrodescendentes, contrariando uma leitura, como a de Florestan Fernandes, que alegou a falta de autodisciplina e da vida familiar e laços comunitários como resultado da escravidão⁶. Para Andrews, ao contrário disso, já no século XIX os escravizados haviam criado redes de comunidades de fugitivos, como os quilombos que, em alguns casos, possuíam uma quantidade de pessoas superior à população em cativeiro, dependendo da região. O aspecto associativo da população escravizada, segundo o autor, foi uma marca que atravessou o tempo, e se fez notar nas diversas irmandades e organizações políticas criadas por mulheres e homens negros.

Associações e organizações que são os temas centrais dos capítulos 2 e 3. Em “As guerras pela liberdade, 1810-1890”, o autor evidencia a participação de escravizados e libertos nas frentes dos exércitos de libertação nacional, como uma forma de atuação política que tinha como foco a emancipação do jugo colonial. Além disso, é neste momento que o debate abolicionista ganha proeminência, e onde também essa população irá atuar mais efetivamente. Uma clivagem é percebida pelo autor: ao mesmo tempo que a escravidão era abolida nas regiões continentais, o Brasil e o Caribe espanhol aumentavam seu fluxo de africanos transportados em navios negreiros. Essa diferença marcou de forma decisiva a atuação desses sujeitos nas sociedades em questão, o que se expressou nas diferentes instituições culturais derivadas das tradições africanas.

Já em “A política da liberdade, 1810-1890”, Andrews evidencia as saídas tomadas pelas diferentes nações latino-americanas após o fim da escravidão. No caso de países como Argentina, Brasil, Cuba e Uruguai, ocorreu um grande incentivo para que fossem bem-sucedidas as políticas imigratórias, que trouxeram o incremento europeu às sociedades. Como resultado, a negação do passado escravista converteu-se numa europeização das sociedades, que se expressou por meio do “branqueamento” dos povos, tido como um objetivo ora explícito, ora implícito. De modo diferente, Panamá, Costa Rica, República

⁶ Cf. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.



Dominicana e outros países, receberam imigrantes das Índias Ocidentais, que ao invés de ocasionar o “branqueamento” das populações, acabou por enegrecer-las.

Esses dois fenômenos, acrescidos pelo *boom* de exportação ocorrido nesses anos, tiveram um profundo impacto nas sociedades locais e nos seus cidadãos de ascendência africana. O tema é desenvolvido no capítulo 4, “O Branqueamento, 1880-1930”, no qual o autor analisa documentos relativos aos diversos movimentos de trabalhadores surgidos na virada do século. Nestas associações, prevalecia o caráter multirracial, principalmente na forma pela qual as pessoas e os grupos reconheciam-se entre si, e a si próprios. As imagens acerca do outro e as formas de autorrepresentação social, influíram no modo como esses grupos elaboraram suas estratégias de luta por melhores condições de trabalho, ao mesmo tempo que eram resultados de amplos processos de miscigenação que muitas vezes acabavam por negar o passado africano e escravista do qual descendiam boa parte destes sujeitos.

No capítulo 5, “Amoreamento e o Enegrecimento, 1930-2000”, Andrews explica como esses movimentos e organizações acabaram por constituir a base social, e também eleitoral, sob as quais os regimes populistas, que entre 1930 e 1940 assumiram o poder na maior parte da América Latina, assentaram seus discursos. Nesse período, as populações negras vivenciaram turbulentas contradições: as políticas de branqueamento deslocaram-se para visões de “democracia racial”, fazendo com que práticas sociais e culturais de origens africanas, como o samba, o candombe e a capoeira – antes perseguidos – tornassem-se símbolos nacionais. Nessa toada, com a crescente urbanização e industrialização, que tiveram ritmos diferentes em diferentes regiões do continente, abriu-se possibilidades de ascensão e mobilidade sociais antes não conhecidas pela população negra. Por outro lado, o racismo, expresso nos preconceitos e discriminações difusas nas sociedades, continuava a ser uma barreira que impedia o avanço das pautas raciais. As ditaduras militares, as políticas reacionárias e o acirramento da luta de classes, motivaram uma nova onda de mobilização política, de caráter racial, protagonizada pela população negra no Brasil, na Colômbia e em outros países.

O sexto e último capítulo, “Entrando no século XXI, 2000 em diante”, tem um perfil de inventário das lutas políticas travadas no campo social pelos afrodescendentes, e também de um levantamento das questões ainda prementes



vividas por essa população. Passado mais de um século – em alguns casos dois – da abolição do tráfico de africanos e do fim da escravidão, as populações de ascendência africana ainda enfrentam problemas ligados às condições materiais de existência, ao acesso aos direitos civis básicos e ao racismo que se revela tanto nas instituições quanto no cotidiano. Para Andrews, esse cenário é resultado das formas pelas quais as diferentes nações latino-americanas lidaram com a desagregação do sistema escravista, mas não só: as políticas de “branqueamento”, a inclusão de negros como força de trabalho livre e as maneiras como os Estados encararam politicamente a ação de movimentos e grupos organizados, explicam o porquê a América Latina relegou às populações negras uma posição subalterna. Daí decorre recuperar o papel e a atuação dessas populações, que fazem do continente ao sul uma verdadeira América Afro-Latina.

A perspectiva comparativa adotada por Andrews possui como ônus sua rápida passagem por temas que poderiam ser explorados com mais substância. O mesmo acontece devido ao seu amplo recorte temporal. Mas de nenhum modo esses limites esvaziam a qualidade de sua análise, pautada num dilatado conhecimento sobre as realidades sociais e políticas da América Latina e do papel que as populações negras assumiram e assumem nessas sociedades. A diversidade da documentação da qual dispõe, o rigor conceitual e a sua fundamentação historiográfica, são exemplos que explicam a qualidade do trabalho ora apresentado e o seu lugar de destaque na produção sobre o tema.

George Reid Andrews traz à tona debates fundamentais para a compreensão das experiências compartilhadas pelas populações negras latino-americanas, e sistematiza processos históricos que dão sentido às lutas ainda necessárias pelo reconhecimento da contribuição negra para essas sociedades, que ainda assistem – muitas vezes de modo dissimulado – ao racismo estrutural e dissolvido no cotidiano, anunciado pelos fossos das desigualdades sociais, do trabalho precarizado e do genocídio da juventude negra. Por tudo isso, é um trabalho que deve ser lido e de onde devem partir outros estudos de relevância historiográfica e social.



Interview: *Marcus Rediker*



Professor Marcus Rediker was born in Owensboro, Kentucky, in 1951. He graduated with a B.A. from Virginia Commonwealth University in 1976. He went to the University of Pennsylvania for graduate study, earning an M.A. and Ph.D. in history. He taught at Georgetown University from 1982 to 1994, lived in Moscow for a year (1984-5), and is currently Professor and Chair in the Department of History at the

University of Pittsburgh. He has written (or co-written) nine books: *Between the Devil and the Deep Blue Sea* (1987), *Who Built America?* (1989), volume one; *The Many-Headed Hydra* (2000), *Villains of All Nations* (2004) and *The Slave Ship: A Human History* (2007), *Many Middle Passages* (2007); *The Amistad Rebellion* (2012); *Mutiny and Maritime Radicalism in the Age of Revolution* (2013); and *Outlaws of the Atlantic* (2014). He is currently writing about the life and times of the radical abolitionist dwarf, Benjamin Lay (1682-1759). This interview discusses major points of his work.

Hydra: Greetings Professor Rediker. It is a great pleasure to have you with us on the first edition of *Hydra*. Speaking of *Hydra*, it has been 15 years since you and Professor Peter Linebaugh published, for the first time, the book *The Many-Headed Hydra: Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of Revolutionary Atlantic*, released here in Brazil in 2008. How do you see the historiographical repercussion of this work in various parts of the world? Is there any criticism of the book that you would like to address in particular? Considering the elapsed time of publication, are there any developments in your research that would shed new light on the book?



Marcus Rediker: Before all else let me greet the editors and readers of *Revista Hydra* and say how pleased I am about the formation of this journal. It is an honor that it takes its name from the book you mention, *The Many-Headed Hydra*, which Peter Linebaugh and I originally published in 2000. We are delighted that the book has friends in Brazil.

Hydra has had a rich life over the past fifteen years. It has appeared in English, French, German, Italian, Korean, Portuguese, and Spanish editions, and I understand a Japanese translation is well under way. It was the founding text of the Bristol (UK) Radical History Group, a vibrant community-based association that has brought history from below closer to people's lives, not least through their bookstore, Hydra Books! The book has had an impact in South Africa, among both researchers and activists, and in India, where a "pirated" edition circulated through Jawarhal Nehru University in Delhi. It has found resonance in Australia, the Caribbean, and throughout Latin America, especially Brazil, Colombia, Cuba, and Costa Rica. It has inspired and influenced art (Mike Nelson's "The Delivery and the Patience" and the Otolith Group's "Hydra Decapita"), music (from folk to electronic to punk), fiction (Amitav Ghosh's *Sea of Poppies* among other novels), and drama (Paul Zimet's "Belize" and John F. Levin's "1741"). It anticipated and helped to advance a major new trend in historical scholarship over the past decade: the turn from national to transnational, oceanic, and global history. It has also played a role in various movements from below, ranging from anti-globalization to the campaign against the death penalty, to the struggle to reclaim the commons, to Occupy. The artistic and the political came together in an exhibition called "Hydrarchy" (the title of the book's fifth chapter), which opened in London in 2010 and Cairo in 2012.

My favorite criticism is this: it has been said that the book, which studied millions of people over a vast expanse of geographic space for two and a half centuries, did not do enough! We did the best we could for our time and training and now it is up to other scholars – in Brazil, for example – to expand the subjects, space, and chronology of transnational history, and indeed this is happening. One of our goals was to help to open up a new kind of history from below, beyond the



boundaries of the nation-state, for broader and deeper investigation. I think we have accomplished that.

H. Another work of yours that had great impact in Brazil is *The Slave Ship: A Human History* (2007), in which you use vast documentary evidence - mainly written in first person such as memoirs and autobiographies - to narrate the history of the slave trade from the point of view of the individuals who have experienced it. Since then we have seen, here, an increasing interest on reiterating or composing a “history from below” of the enslaved. Could you comment about the contribution of this approach to the academic works concerning the South Atlantic? Is there any of such work on the subject, thus, that you would like to highlight?

MR. The historical work on slavery by Brazilian scholars is among the best and most sophisticated to be found anywhere in the world. I am especially fond of the scholarship of João José Reis, Ana Lucia Araujo, and Luiz Felipe de Alencastro.

H. Upon reception and discussion of your work in Brazil, a criticism surfaced claiming that you were still very much guided by the history of the North Atlantic, utilizing the South Atlantic only to complexify the interpretations of your own area of interest, the North Atlantic. These criticisms have influenced your later works? How do you assess the recent analyzes that deal with the relations between the North Atlantic and South Atlantic, as well as the global and transnational perspectives?

MR. It is certainly true that the anglophone emphasis of *Hydra* was a limitation of the work, and of course the dynamics of discussion shaped my future work. My main move was not southward but rather eastward, toward Africa. Originally trained as a specialist in early American history, I studied West Africa intensively for my subsequent books, *The Slave Ship* (2007) and *The Amistad Rebellion* (2012).

We need to study historically specific circuits of labor and capital accumulation,



whether London-Gold Coast-Jamaica, Nantes-Senegal-San Domingue, or Lisbon-Angola-Salvador. And eventually we need to put these various circuits together to see how the entire system or Atlantic capitalism actually worked. That's the big task before us.

H. Can you comment about the research process that resulted on your work *The Amistad Rebellion: An Atlantic Odyssey of Slavery and Freedom* (2012)? How was it to return to a theme that, on one hand, bears some difficulty in terms of documentary evidence (such as rebellions offshore) and, on the other, is already well known to the public from deep rooted representations (such as Spielberg's movie)? Could you elaborate on the production process of the documentary that originated from this research, and the possibilities brought by audiovisual production to the historian's work?

MR. *The Amistad Rebellion* was a challenge because I moved significantly forward in time, into the nineteenth century, and because knowledgeable historians warned me I would not discover anything new. But I like challenges so I charged ahead. I found that there was a tremendous amount of available evidence on the African side of the story, some of it in sources many other scholars had already consulted. They had ignored this crucial part of the story because they, like Spielberg, were focused on the courtroom drama (especially the white, elite actors in the case) rather than on the revolt, the shipboard drama, and the Africans who made it happen.

I like teaching against Spielberg's film. It represents history from above in a clear and often compelling way. It is easy to ask people to view the entire story from the point of view of the enslaved Africans. In some ways, Spielberg's film made my work easier.

Then I decided to create a film of my own, *Ghosts of Amistad: In the Footsteps of the Rebels*, which chronicles a trip to Sierra Leone in 2013 to visit the home villages of the people who seized the Amistad in 1839, to interview elders about local memory of the case, and to search for the long-lost ruins of Lomboko, the



slave trading factory where the cruel transatlantic voyage began. I worked with director Tony Buba, well known for his work in “working class film.”

A conversation between Tony and myself entitled “Film-making from below meets history from below” can be found here:

<http://www.ghostsofamistad.com/about/from-the-directors-and-producers/>

It was a fascinating experience to work with Tony in a new medium. I think historians ought to explore all possible ways of presenting their work to the broadest possible public. Toward this same end I have also worked over the past year with playwrights Naomi Wallace and Randy Sharp, both of whom have written plays inspired by *The Slave Ship*.

H. In your latest book *Outlaws of the Atlantic*, you demonstrate the important role of the “outlaws” for the construction of the maritime world in modernity. How do you see the prospect of freedom of the enslaved regarding the construction of the proletariat and the so called ‘underclass’?

MR. I don’t like the concept “underclass” – maybe we should talk instead about the problem of the “overclass” – but I do like everything else about the question.

This book is a collection of lectures and essays spanning the last three decades, organized around the theme of maritime space, which we normally regard as the unreal space between the “real” – i.e., landed, national – places. My point is not only that important historical processes such as race and class formation happened at sea, but that the peoples working on or traveling across the seas exercised agency within that history. For example, the word and concept “to strike” originated when sailors “struck” the sails of their vessels in a wage dispute in London in 1768. Their collective labor at sea had created solidarity that permitted them to develop a new weapon in the struggles of working people worldwide. Freedom was not given from on high but rather created from below.

H. This question is about contemporary slavery or unfree labor. There are reports



of forced labor of Latin American immigrants in Brazil as well as of other workers in such conditions in other parts of the world. How do you see this issue, considering this new type of human trafficking? What are the boundaries between slavery and freedom today? How do you think a historian can look into this matter without falling prey to anachronisms? Taking into account your research on the dynamics of enslaved workers trafficking in the Atlantic, we would like to know your perspective on this matter.

MR. It is true, as Kevin Bales has long been arguing, that unfree labor in one form or another is widespread in the global capitalism economy. An estimated thirty million people, many of them in Brazil, are tied to their jobs by the threat or actuality of violence. This number represents more “slaves” than existed at the height of the Atlantic slave system of the nineteenth century, although it must also be pointed out that these contemporary unfree workers make up a smaller percentage of the world’s population than did their nineteenth-century forebears. Still, the liberal narrative that one day long ago all good people put an end to slavery is clearly false, because what actually happened in many instances was that the form of exploitation changed – from slavery to sharecropping in the American South, for example. Race-class oppression remained more or less constant.

I should add that I am critical of how some contemporary “abolitionists” play fast and loose with the definition of slavery and do not properly respect the history of the institution. Toward this end I have worked with a group called Historians against Slavery, whose goal is to make the best scholarship and wisdom available to activists who wish to oppose and eventually abolish unfree labor.

H. In your official web page you define yourself as a “historian, writer, and activist”. You also participate in the global movement for the abolition of the death penalty. How do you see the relationship between these various forms of action and intervention? And what is the role of the “activist” for the historian’s craft?



MR. Scholarship and activism can enrich each other. Here is a personal example: in the 1990s, as Peter Linebaugh and I were working on *Hydra*, I was involved in the legal defense campaign of Mumia Abu-Jamal, a former Black Panther who was on death row after having been falsely convicted in 1982 of killing a police officer in Philadelphia. I visited Mumia regularly at SCI-Green super-maximum prison in Waynesburg, Pennsylvania. I learned about prisons and capital punishment, and at a more abstract level about race and terror, and was sensitized to the importance in these practices and concepts in the long history of capitalism. The themes of *Hydra* reflect this learning experience.

Involvement in movements from below can teach historians how history works and how radical action has shaped past and present. But before we can understand those things we must learn to listen – that is, learn how to hear the voices in our historical sources of those who suffered violent oppression. Just as our knowledge of struggles past can help us make better decisions within present-day movements, we can expand our political imagination and our insight into the past by listening to people involved in contemporary struggles.

Finally, taking part in movements from below allows a historian to test his or her ideas about the past. Do ordinary working people in today's movements find your ideas useful? If so, how? What do histories of struggles past mean to those fighting in the present? Posing these questions helps to keep us honest, which is to say, grounded in reality.

H. Professor, thank you for the opportunity and for ushering in the interviews section of *Hydra*. Lastly, we would like to ask from you a few words for the new generation of historians who find themselves faced with a world in which systems of oppression and social inequalities become increasingly devastating. What is our role, as historians, in today's world?

MR. My advice to all historians, and to all citizens, is: *speak truth to power*. This Biblical phrase was employed by Quakers in the eighteenth century to emphasize the responsibility that all people have to fight injustice. I am now studying one of



those Quakers, a man named Benjamin Lay, who was one of the very first people, worldwide, to insist that slavery must be abolished, immediately, with no recompense to slave-owners. He was saying this in the 1730s, at a time when slavery was part of everyday common sense to most people in the world and long before an anti-slavery movement had arisen. Lay considered it his moral obligation to stand against slavery and to insist that it was wrong, even though he faced fierce opposition for saying so. He demonstrated the power of saying no. We need histories of the many people around the world who have said no to injustice. They can point us toward a better future.



Legalizar ou não?: a discussão durante o governo Geisel sobre a implantação da quebra do sigilo de correspondências dos presos políticos

Resumo

A partir de uma documentação da extinta Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça localizada no Arquivo Nacional, buscamos analisar a sigilosa discussão ocorrida nos bastidores do governo Geisel sobre a legalização da quebra do sigilo de correspondência dos presos políticos. Em junho de 1978, foi sancionada a Lei nº 6.538, que assegurou, no plano formal, a garantia à inviolabilidade das correspondências e que encerrou a expectativa de integrantes do governo em legalizar a violação epistolar nos presídios brasileiros. Defendemos que a promulgação dessa lei foi uma vitória dos “pragmáticos” contra os ideais dos “reacionários puros e legalistas” e, nesse sentido, deve ser compreendida à luz da “política de distensão” do período, quando foi promovida uma série de ações governamentais com a finalidade de transmitir, nacional e internacionalmente, a imagem de um regime democrático e legal que respeitava as normas institucionais e as garantias coletivas e individuais.

Palavras-chave: regime militar brasileiro; documentos sigilosos; presos políticos; violações de direitos humanos.

Legalizar o no?: La discusión durante el gobierno Geisel sobre la violación de la confidencialidad de la correspondencia de los presos políticos

Resumen

A partir de una documentación de la extinta División de Seguridad y Información del Ministerio de Justicia que se encuentra en el Archivo Nacional, analizamos la sigilosa discusión ocurrida entre bastidores del gobierno Geisel sobre la legalización de la quiebra del sigilo de correspondencia de los presos políticos. En junio de 1978, se promulgó la Ley nº 6538, que aseguró, en el plan formal, la garantía a la inviolabilidad de la correspondencia y que terminó la expectativa de miembros del gobierno para legalizar la violación epistolar en las cárceles brasileñas. Argumentamos que la promulgación de esa ley fue una victoria de los “pragmáticos” contra los ideales de los “reaccionarios puros y legalistas” y, en ese sentido, debe entenderse a la luz de la “política de distensión” del período, cuando fue promovida una serie de acciones de gobierno con el propósito de transmitir, nacional e internacionalmente, la imagen de un régimen democrático y legal que respetaba las normas institucionales y los derechos colectivos e individuales.

Palabras clave: régimen militar brasileño; documentos sigilosos; presos políticos; violaciones de derechos humanos.

Recebido em 11/10/15
Aprovado em 15/02/16



Plan Noel e a Plaza de Mayo: **Política, pensamento urbano e espaço cívico em Buenos Aires**

Resumo: Este artigo tem como objetivo versar sobre a dimensão política da *Plaza de Mayo*, localizada na capital argentina. Esta praça, que se constituiu não só em torno do governo local, mas também de um centro financeiro e religioso, foi historicamente expressão de diversas ações cívicas e coletivas. Buscamos compreender, a partir do processo anterior à ocupação deste espaço, sua concepção e reafirmação como essencialmente político. Este espaço atualiza o sentido de poder na sociedade argentina e, portanto, não está alheio às disputas políticas que se efetivam no espaço público e nele se materializam. Para compreender as transformações deste espaço como intencionais escolhemos o *Proyecto Orgánico de Urbanización de Buenos Aires* elaborado entre 1923 e 1925 que incorporou o tema dos espaços públicos como um dos instrumentos de reforma urbana privilegiados realizando a articulação planificada de diversos centros cívicos como a *Plaza de Mayo*. Este documento sintetizou uma intensa negociação entre diversos setores sobre a maneira de pensar a cidade já que posições foram debatidas e enfrentadas constantemente. Tais embates deixam claro que o espaço urbano se configura a partir destas disputas e que é em resposta às próprias mudanças políticas que a sociedade e a cidade vão se delineando.

Palavras-Chave: Buenos Aires; *Plaza de Mayo*; Pensamento Urbano.

Plan Noel and Plaza de Mayo: **Politics, urban thought and civic space in Buenos Aires**

Abstract: This article aims to discuss the political dimension of *Plaza de Mayo*, placed in the capital of Argentina. This square, which has been constituted not only around the local government, but also around a financial center and a religious one, has been the expression of several civic and group actions throughout history. We try to comprehend, from the previous process of this space's occupation, its conception and reaffirmation as essentially political. This space updates the meaning of power in Argentina and, therefore, is not free from the political struggles that happen in the public space and materialize in it. To understand the transformations of this place as intentional ones, we chose the *Proyecto Orgánico de Urbanización de Buenos Aires*, made between 1923 and 1925, which has gathered the topic of the public spaces as some of the special tools for urban reformation, joining different civic centers, such as *Plaza de Mayo*. This document has represented an intense negotiation between several parts on how to think about the city, since some points of view have been debated and confronted constantly. Such struggles show that the urban space is fashioned around and through these disputes and that it is in response to the political changes that the city and the society shape themselves.

Key words: Buenos Aires; *Plaza de Mayo*; Urban Thought

Recebido em 11/10/15
Aprovado em 15/02/16



Zapatismo(s): apropriações e releituras do zapatismo da Revolução Mexicana pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN)

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar as apropriações e releituras feitas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – movimento que surgiu no estado de Chiapas na década de 1980 em favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal – sobre o zapatismo da Revolução Mexicana de 1910, a figura de Emiliano Zapata, seu projeto político-social, suas reivindicações e a organização de suas comunidades e de seu exército. Tentaremos desconstruir a ideia de que o movimento revolucionário do sul do início do século XX se resumiu a demandas agrárias, buscando compreender suas propostas políticas e sociais mais amplas e complexas para a reorganização da sociedade mexicana. A partir disso, tentaremos demonstrar como o EZLN resgata diversos aspectos do movimento liderado por Emiliano Zapata não somente em seu discurso, mas também em sua prática. Por fim, refletiremos sobre como os dois movimentos, afastados no tempo por mais de setenta anos, guardam diversas características semelhantes e traços de continuidade.

Palavras-chave: zapatismo; EZLN; Revolução Mexicana.

Zapatismo(s): appropriations and reinterpretations of the zapatismo of the Mexican Revolution by the Zapatista Army of National Liberation (ZANL)

Abstract: This article aims to analyze the appropriation and reinterpretation made by the Zapatista Army of National Liberation (ZANL) - movement that emerged in the state of Chiapas in the 1980s in favor of indigenous rights and against the effects of neoliberal globalization - about the zapatistas of Mexican Revolution of 1910, their political and social project, their demands, the organization of their communities and their army, and the figure of Emiliano Zapata. This work aims to deconstruct the idea that the revolutionary movement in the south of the early twentieth century in Mexico came down to agrarian demands, trying to understand its wider and more complex political and social proposals for the reorganization of Mexican society. From this, we will try to demonstrate how the ZANL rescues several aspects of the movement led by Emiliano Zapata not only in its speech, but also in its practice. Finally, we will reflect on how the two movements, separated in time by more than seventy years, keep various similar characteristics and continuity of traits.

Keywords: zapatistas; Zapatista Army of National Liberation; Mexican Revolution.

Recebido em 10/10/15
Aprovado em 15/02/16



Inserción, influencia y proletarización: un análisis de los vínculos entre la izquierda y la clase obrera en la Argentina del siglo XX a partir de dos experiencias

Resumen: La vinculación entre izquierdas partidarias y clase obrera presenta tópicos invariables, aún pese a las diferencias históricas de actores y contextos. La izquierda pretende influir en los trabajadores, con el fin de convertirse en su dirección política. Cuando esa intervención se hizo inicialmente “desde afuera”, con una izquierda que debía conquistar su presencia orgánica en las filas proletarias, las disyuntivas quedaban planteadas: ¿cómo acercarse a la clase, cómo efectuar la labor de penetración en ella, cómo lograr que sus cuadros se conviertan en referentes de los trabajadores? Las cuestiones de la “implantación”, la “inserción”, la “proletarización”, así como la de los repertorios de organización relacionadas con ellas, quedan planteadas. Nos proponemos reflexionar a partir de dos casos históricos: el Partido Comunista argentino durante 1920-1930 (en el contexto de una clase obrera industrial desorganizada y, en buena medida, carente de representación política); y el PRT-La Verdad, de orientación trotskista, que actuó durante el ciclo 1968-1972, el de la emergencia de tendencias obreras clasistas y de parcial cuestionamiento a la burocracia peronista. En el trabajo, se describirá cada proceso y se buscará alcanzar algunas conclusiones comparativas y generales.

Palabras claves: inserción; proletarización; izquierdas.

Inserção, influência e proletarização: uma análise das ligações entre a esquerda e a classe trabalhadora na Argentina, no século XX, a partir de duas experiências

RESUMO: A relação entre os partidos de esquerda e a classe trabalhadora apresenta temas invariáveis, mesmo com as diferenças históricas de sujeitos e contextos. A esquerda pretende influenciar os trabalhadores, com o objetivo de modificar sua visão política. Quando essa intervenção se deu inicialmente “de fora para dentro”, com uma esquerda que devia conquistar a sua presença orgânica entre os proletários, o problema estava colocado: como se aproximar das classes, como realizar o trabalho de penetração nelas, como conseguir que seus quadros se convertam em referência aos trabalhadores? A questão da “implantação”, da “inserção” e da “proletarização”, assim como a dos projetos de organização relacionadas com as classes, ficaram expostas. Propomos uma reflexão a partir de dois casos históricos: o *Partido Comunista argentino* entre 1920-1930 (no contexto de uma classe trabalhadora industrial não-organizada e, em grande medida, carente de representação política); e o *PRT-La Verdad* de orientação trotskista, que atuou durante o ciclo de 1968 - 1972, os anos do surgimento de tendências trabalhadoras classistas e de relativo questionamento da burocracia peronista. Neste trabalho, se descreverá cada processo e tentará alcançar algumas conclusões comparativas e gerais.

Palavras-chave: Inserção; proletarização; esquerdas.



Recebido em 24/09/15
Aprovado em 15/02/16

John Rogers, William Prynne e a Good Old Cause: um debate em torno de um conceito político durante a Revolução Inglesa.

Resumo

O objetivo desse artigo é discutir o conceito de *Good Old Cause*, um importante mobilizador da agitação e efervescência política que movimentou a Inglaterra moderna no ano de 1659. Após a queda do Protetorado e o retorno da *Commonwealth*, muitos autores republicanos se utilizaram da expressão reivindicando uma memória e um projeto de governo comum. Com o sucesso da noção, alguns autores procuraram reinterpretá-la advogando sua aplicação em torno da causa monárquica. Tal procedimento foi realizado principalmente pelo advogado puritano, William Prynne, que recebeu um enérgico combate do devoto republicano, John Rogers. Assim, esse autor procurou atacar o regalista e recuperar o sentido tradicional do conceito, em prol de uma constituição republicana e em defesa da soberania popular. Desta forma, pretende-se investigar o ambiente que motivou a utilização do termo, sua difusão no espaço público e suas tentativas de reinterpretação.

Palavras-chave: Good Old Cause; John Rogers; Revolução Inglesa.

John Rogers, William Prynne and the Good Old Cause: a debate concerning a political concept during the English Revolution.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the concept of Good Old Cause, a mobilizer of major unrest and political turmoil that moved the modern England in the year 1659. After the fall of the Protectorate and the return of the Commonwealth, many republicans authors used the expression claiming a memory and a common government project. With the success of the concept, some authors tried to reinterpret it advocating its implementation around the monarchic cause. This procedure was carried out mainly by the puritan lawyer, William Prynne, who received a strong response from the godly republican, John Rogers. Thus, the author sought to attack the royalist and recover the traditional sense of the concept in favor of a republican constitution and in defense of popular sovereignty. In this way, we intend to investigate the environment that led to the use of the term, its dissemination in the public space and its attempts at reinterpretation.

Keywords: Good Old Cause; John Rogers; English Revolution.

Recebido em 11/10/15
Aprovado em 15/02/16



A Fundação da cidade de Belém inventada pelos pinceis artísticos

Resumo: Este texto aborda a história da Amazônia artisticamente construída por Theodoro José da Silva Braga e exposta ao público no ano de 1908 como a “Fundação da Cidade de Belém”. A criação dessa obra iconográfica se dá no período da intendência de Antônio José de Lemos e pouco mais de uma década após o início da República no Brasil. Trata-se de um contexto profícuo para a produção das artes visuais na cidade de Belém, sendo que o pintor Theodoro Braga se destaca no mundo das artes e da intelectualidade belenense no início do século XX.

Palavras-chave: iconografia, arte, Amazônia.

The Belém city Foundation invented by artistic paintbrushes

Abstract: This text is about the history of Amazonia artistically built by Theodoro José da Silva Braga and exposed to the public at the 1908 year as the “Foundation of Belém City”. The creation of this iconography occurred at the beginning of the Brazil Republic. It was a fruitful moment for the visual arts on Belém, and the artist Theodoro Braga made his remarkable debut on the art world and among the local intellectuality of the early twentieth century.

Keywords: iconography, art, Amazonia.

Recebido em 09/10/15
Aprovado em 15/02/16



O imperialismo da história: reflexões sobre os limites do discurso histórico na historiografia indiana

Resumo: Este artigo pretende fazer uma revisão parcial da historiografia indiana do pós-independência, mais especificamente a partir de questões suscitadas pelo grupo dos Estudos Subalternos, que têm por objetivo pensar como as chamadas camadas “subalternas” da população narram o seu próprio passado. Isso os leva a criticar o conceito de historicismo como a base do discurso histórico introduzido com a colonização britânica, apontando para os próprios limites da historicização ao confrontá-la com determinados passados “subalternos”. O presente artigo também se propõe a analisar o desdobramento dessa posição crítica no discurso do teórico social indiano Ashis Nandy, que critica o próprio conceito de história, o qual vê como uma “segunda colonização” que domina o pensamento indiano, uma vez que a história seria uma forma de alienação intelectual que legitimaria a “primeira colonização”.

Palavras-chave: Discurso Histórico; Estudos Subalternos; Ashis Nandy

The Imperialism of history: reflections on the limits of historical discourse in Indian historiography

Abstract: This article intends to make a partial revision of post-independence Indian historiography, particularly questions concerning the Subaltern Studies group, that reflected on how the so-called “subaltern” groups narrate their own past. This lead to a critique of the concept of historicism as the basis of the historical discourse introduced by British colonization, showing the limits of historicization when confronted with certain “subaltern” pasts. This article will also analyze the development of this critical position in the writings of the Indian social critic Ashis Nandy, who criticizes the own concept of history, which he sees as means to a “second colonization” that dominates Indian thought, since history would be a form of intellectual alienation that would legitimize the “first colonization”.

Keywords: Historical discourse; Subaltern Studies; Ashis Nandy

Recebido em 27/08/15
Aprovado em 15/02/16



Os entroncamentos entre política e lazer na experiência do *círculo de estudos sociaes Francisco Ferrer* (1910-1915).

Resumo

O objetivo deste texto é evidenciar os entroncamentos entre as atividades políticas e de lazer através da análise das experiências do *Círculo de Estudos Sociaes Francisco Ferrer*, observando as múltiplas práticas empregadas pelo grupo sobre a organização dos trabalhadores e também marcando a importância dos momentos de lazer e diversão vividos nos espaços associativos para o processo formativo da classe operária.

Palavras-chave.

Associações; Lazer; Trabalhadores

Junctions between politics and leisure on the experience of the *círculo de estudos sociaes Francisco Ferrer* (1910-1915).

Abstract

The purpose of this paper is to highlight the intersections between political and leisure activities by analyzing the experiences of the *Círculo de Estudos Sociaes Francisco Ferrer*, noting the multiple practices employed by the group on the organization of workers and also marking the importance of leisure time and fun lived in the associative spaces for the formation process of the working class.

Keywords: associations; Leisure; Workers.

Recebido em 07/10/15
Aprovado em 15/02/16



Para além do bestializado: diferentes interpretações acerca da (não) participação popular

RESUMO: O povo, na visão dos liberais exaltados e dos republicanos, configurava a parcela da população livre, trabalhadora, excluída do processo político do governo. Assim a República foi tida como o regime de governo que abarcava perfeitamente as aspirações e desejos desse povo, que viria a ser seu soberano. Entretanto, a história brasileira comumente analisa o período de propaganda republicana e, posteriormente, a Proclamação, como distantes do povo, este apático e indiferente aos destinos do país. Neste artigo analisaremos a construção historiográfica acerca desta suposta indiferença e como outras linhas de interpretação podem nos dar visões completamente diversas acerca do povo perante a República.

PALAVRAS-CHAVE: Bestializados; República; Povo.

Going beyond the bestialized: different interpretations concerning popular (non)participation

ABSTRACT: the People, in the radical liberals and republicans view, were the free poor and working class, excluded of government political process. As such, the republic was the regimen that perfectly comprehended the aspirations of the excluded, the people who would be its ruler. However, Brazilian history frequently analyses the republican advertisement as distanced from poor people, with the last being apathetic and indifferent to Brazil's destiny. In this paper we will analyze the historical construction about this supposed indifference and how others lines of interpretation can give us completely different points of views about the Republic.

KEYWORDS: Bestialized; Republic; People.

Recebido em 13/08/15
Aprovado em 15/02/16



Los Movimientos indígenas y la reconfiguración de los Estado/ nación Latinoamericanos.

Resumen

La intención de este artículo es problematizar el caso de los nuevos movimientos sociales especialmente el caso étnico en el marco de relaciones socio históricas coloniales entre el Estado/Sociedad en permanente tensión y reinvención en el continente latinoamericano. Al tomar elementos teóricos provenientes de la nueva historia política, se analizara conceptos y categorías tales como Nación, Territorio e identidad. Señalaremos el caso concreto de los movimientos indígenas y sus modos de organización que emergen en el continente latinoamericano, principalmente en la década de los 70 y 80, haciendo hincapié en el caso colombiano, para discutir algunos procesos de reconfiguración de la relación identidad étnica /nación, como la politización de la diferencia, la lucha y defensa por el lugar o territorio y la reinvención de una identidad étnica positiva, esto en el contexto de un Estado Multicultural.

Palabras clave: Nación, Identidades, Movimientos indígenas.

Movimentos indígenas e a reconfiguração dos Estados/nações latinoamericanas.

Resumo

A intenção deste artigo é problematizar o caso dos novos movimentos sociais especialmente o caso étnico, no marco de relações sociais históricas coloniais entre o Estado/Sociedade em permanente tensão e reinvenção no continente latino-americano. Assinalaremos o caso concreto dos movimentos indígenas e seus modos de organização que emergem no continente latino-americano, principalmente na década dos anos 70 e 80, fazendo ênfase no caso colombiano, para discutir alguns processos de reconfiguração da relação identidade étnica /nação, como a politização da diferença, a luta e defesa pelo lugar ou território e a reinvenção de uma identidade étnica positiva isto no contexto de um Estado Multicultural.

Palavras-chave: Nação, Identidades, Movimentos indígenas.

Recebido em 06/10/15
Aprovado em 15/02/16



Uma Guerra Quente no Líbano? O início da Guerra Civil Libanesa sob a perspectiva da Revista Veja (1975).

RESUMO: A guerra civil libanesa, ocorrida entre 1975 e 1990, é resultado de uma política fracassada de divisão de poderes entre diferentes grupos confessionais, destacadamente os cristãos maronitas, os drusos e os muçulmanos, que acontece desde os tempos em que o Líbano era uma província do Império Otomano, e de forma indireta, do contexto mundial, a Guerra-Fria, e regional, da criação do Estado Israel, no Oriente Médio, em 1948. Essa guerra foi marcada pela presença de milícias, representantes dos partidos ligados aos principais grupos religiosos do país e pela instabilidade de suas alianças, pela invasão israelense em 1978 e em 1982, visando à erradicação de uma dessas milícias, a OLP, e marcada também pela regularidade dos massacres, a qual podemos exemplificar através dos episódios de Karantina e Sabra e Shatila, assim como destruição da capital do Líbano Beirute. Nesse artigo deteremos nossa análise nos momentos iniciais do conflito, mais especificamente no ano de 1975 em Beirute, apresentando seus principais beligerantes e patrocinadores. Consideraremos sobre como a Revista Veja, revista periódica de maior alcance e circulação no Brasil, analisou os primeiros momentos do conflito e qual panorama foi oferecido aos leitores a partir dessa análise. Se as razões para o estopim do conflito estão associadas a questões históricas do próprio Líbano ou se associada quase que exclusivamente ao contexto histórico mundial da época.

Palavras-Chave: História do Líbano; Oriente Médio; Revista Veja

A Hot War in Lebanon? The start of the Lebanese Civil War from the perspective of Veja magazine (1975).

ABSTRACT: The Lebanese civil war, which occurred between 1975 and 1990, is a result of a failed policy of division of powers among different faith groups, Maronite Christians, Druze and Muslims that exists since when Lebanon was a province of the Ottoman Empire, and indirectly, by the global context of the Cold War, and by the regional context of the creation of the state of Israel in the Middle East in 1948. This war was marked by the presence of militias, representatives of parties connected to the main religious groups that garnered instable alliances, by the Israeli invasion in 1978 and 1982, aiming to eradicate the PLO (Palestinian Liberation Organization), by regularity of the massacres, exemplified by the episodes of Karantina and Sabra and Shatila, and also by the destruction of the capital of Lebanon, Beirut. In this article we will base our analysis in the beginning of conflict, specifically in 1975 in Beirut, featuring its main belligerents and sponsors. We will consider how magazine *Veja* considered the first moments of the conflict and what scenery was shown to the readers, if the reasons for the outset of the civil war are associated to Lebanon's history or if it is associated almost exclusively to the global historical context of the period.

Keywords: History of Lebanon, Middle East, Veja Magazine;

Recebido em 11/10/15
Aprovado em 15/02/16



Trabalho & Imprensa: as celebrações do Primeiro de Maio na imprensa manauara (1890-1930)

Resumo

Nosso objetivo com a atual pesquisa foi mostrar como as celebrações do 1º de Maio apareceram nos periódicos da cidade de Manaus dentro de nossa temporalidade e analisar as nuances da classe trabalhadora acerca deste acontecimento, levando em conta a dualidade “festa x protesto” muito presente nas comemorações. O Primeiro de Maio é um dos fenômenos mais importantes e interessantes da História do Trabalho, pois nos mostrou o quão organizados eram os trabalhadores. Suas lutas e angústias eram externadas durante o movimento que, em seu nascimento, foi pensado para ser o primeiro grande rito operário internacional.

Palavras-chave: Primeiro de Maio; Amazonas; Imprensa.

Work & Press: the celebrations of May Day in Manaus press (1890-1930)

Abstract

Our aim of the current research was to show how the celebrations of May 1st appeared in the journals of the city of Manaus within our temporality and analyze the nuances of working class on this event, taking into account the duality "party x protest" very present in the celebrations. The first of May is one of the most important and interesting phenomena of labor history, because it shows us how the workers were organized. Their struggles and sorrows were expressed during the movement that, at it's inception, was thought to be the first major international labor rite.

Keywords: May Day; Amazonas; Press.

**Recebido em 11/10/15
Aprovado em 15/02/16**

